

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAGNA LIMA MAGALHÃES

**ENTRE A PRETEZA E A BRANCURA BRILHA O CRUZEIRO DO SUL:  
ASSOCIATIVISMO E IDENTIDADE NEGRA EM UMA LOCALIDADE  
TEUTO-BRASILEIRA (NOVO HAMBURGO/RS)**

SÃO LEOPOLDO

2010

MAGNA LIMA MAGALHÃES

**ENTRE A PRETEZA E A BRANCURA BRILHA O CRUZEIRO DO SUL:  
ASSOCIATIVISMO E IDENTIDADE NEGRA EM UMA LOCALIDADE  
TEUTO-BRASILEIRA (NOVO HAMBURGO/RS)**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

SÃO LEOPOLDO

2010

Magalhães, Magna Lima

Entre a preteza e a branca brilha o Cruzeiro do Sul : associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS) / Magna Lima Magalhães. – 2010. 219 f.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo-RS, 2010.

Inclui bibliografia e apêndices.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira”.

1. Negros – Sociedades – História – Novo Hamburgo (RS). 2. Associações, instituições, etc. 3. Etnologia. 4. Exclusão Social. I. Título.

CDU 981.65(=96)

Bibliotecário responsável: Cássio Felipe Immig – CRB 10/1852

MAGNA LIMA MAGALHÃES

**ENTRE A PRETEZA E A BRANCURA BRILHA O CRUZEIRO DO SUL:  
ASSOCIATIVISMO E IDENTIDADE NEGRA EM UMA LOCALIDADE  
TEUTO-BRASILEIRA (NOVO HAMBURGO/RS)**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – Orientador  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

---

Profa. Dra. Margarete Fagundes Nunes  
Centro Universitário Feevale

---

Prof. Dr. Petrônio José Domingues  
Universidade Federal de Sergipe

---

Profa. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

---

Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**À Jordana,**  
pelo olhar inquietante e curioso.

## **Agradecimentos**

Este trabalho contou, em sua elaboração, com incentivos e contribuições, os quais foram fundamentais para a sua materialização. Gostaria de agradecer pelas diferentes ajudas que recebi durante a trajetória de construção desta tese.

*A Paulo Roberto Staudt Moreira, orientador, pela disponibilidade, pelo entusiasmo e acolhimento*

*A Edson, pelo companheirismo, pelo incentivo e pela paciência.*

*À Vanessa Lima Magalhães e Rejane Magalhães Rocha, por assumirem a “Jô”, proporcionando a mim tranquilidade em diferentes momentos da escrita desta tese.*

*A Luiz Fernando Laroque, amigo dos tempos da graduação.*

*Ao colega Fabrício Romani, pela cumplicidade, pelo incentivo e pelo intercâmbio de materiais e fontes.*

*Aos colegas do curso de História e aos componentes do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale, pelo incentivo.*

*À Margarete Fagundes Nunes, pelo início da trajetória no NIGERIA e pela solidariedade.*

*Aos alunos bolsistas, em especial à Bruna Damiani e a Lucas Petry Bender.*

*Ao Centro Universitário Feevale, pela contribuição com o auxílio doutorado.*

*À Fundação Milton Valente, que concedeu a bolsa de 50%, possibilitando, assim, a minha entrada no doutorado.*

*Ao professores do PPG-História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, que me acolherem e incentivaram este trabalho, em especial a Maria Cristina B. Martins, a Eliane Cristina D. Fleck e a Eloísa Heloísa Capovilla da L. Ramos, pelo carinho e respeito de sempre.*

*Aos depoentes e suas famílias, que dividiram comigo suas vivências e confiaram a mim algumas de suas memórias.*

*À Sociedade Cruzeiro do Sul, por tudo... pela inspiração, por sua história e pelo brilho.*

**Obrigada a todos.**

[...] Cruzeiro tem uma história  
muito rica [...] eu me orgulho de  
ser cruzeirista como sou até hoje.  
(Luis de Oliveira)

## RESUMO

Este estudo aborda a fundação e a trajetória de um clube para negros fundado no ano de 1922 na espacialidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo, na região do Vale do Rio do Sinos (RS). O clube Cruzeiro do Sul nasce a partir de um projeto social e coletivo de organização de um espaço de sociabilidade negra. Sua construção histórica está permeada pelas discussões acerca da democracia racial, bem como pela organização de estratégias e solidariedades que ultrapassavam os limites da cidade de Novo Hamburgo. O associativismo negro foi o caminho encontrado para se opor a exclusão social em um cenário reconhecido historicamente como sendo de “cultura germânica”. Assim, a Associação Esportiva, Cultural, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul é analisada, neste estudo, como um expoente do associativismo negro na região do Sinos. A trajetória histórica dessa associação traduz a união de interesses comuns, sedimentados na identidade étnica e na solidariedade em contraposição às adversidades sociais existentes.

**Palavras-chave:** Associativismo negro. Sociabilidade. Exclusão social.

## **ABSTRACT**

The present study approaches the foundation in 1922 and the history of a club for black people, which was located in an area occupied by German descendants in the city of Novo Hamburgo, in the Vale do Rio dos Sinos, RS. The club named Cruzeiro do Sul originated from a social and collective project for the organization of a space for social integration of black people. Its historical construction is permeated by discussions about racial democracy, as well as the organization of strategies and fellowships that went beyond the limits of Novo Hamburgo. The association of those involved was the way to oppose the social exclusion in a scenario well known for being historically of "Germanic culture". Thus, the Associação Esportiva, Cultural, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul is analyzed as a path breaker of African descent association in the Vale do Sinos region. The historical path trailed by the association translates the union for common interests, grounded on ethnic identity and solidarity as opposed to the social adversities of the time.

**Key Words:** Black Association. Sociability. Social Exclusion.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Fotografia 1:</b>	Avenida Pedro Adams Filho - Novo Hamburgo-1932 .....	76
<b>Fotografia 2:</b>	Domésticas na folga de trabalho.Tramandaí/RS-1948 .....	101
<b>Fotografia 3:</b>	Fachada da sede social da Associação Cruzeiro do Sul .....	105
<b>Fotografia 4:</b>	Os Leões - Bloco carnavalesco (início dos anos 1950) .....	118
<b>Fotografia 5:</b>	Integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul - Sede da Associação (anos 60) .....	136
<b>Fotografia 6:</b>	Rainha Wilma de Oliveira - 1950 .....	139
<b>Fotografia 7:</b>	Jussara da Silva e Waldomiro de Mello (anos 60) .....	140
<b>Fotografia 8:</b>	Escolha da Rainha da Sociedade Cruzeiro do Sul (ano de 1963)	140
<b>Fotografia 9:</b>	Baile escolha da Rainha da Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60)	142
<b>Fotografia 10:</b>	Time do Cruzeiro do Sul (final da década de 1940).....	145
<b>Fotografia 11:</b>	Almoço coletivo/domingo (anos 60) .....	151
<b>Fotografia 12:</b>	Aula de artesanato para as integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60) .....	152
<b>Fotografia 13:</b>	Família Hoffmann.....	157

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 DEMOCRACIA RACIAL E BRANQUEAMENTO EM TERRAS TEUTO-BRASILEIRAS</b> .....	<b>32</b>
1.1 DEMOCRACIA RACIAL EM NOVO HAMBURGO: ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS .....	43
1.1.1 Estigma e Visibilidade: <i>preteza</i> e <i>brancura</i> nos registros policiais .....	59
1.1.2 Além de Sade e Sady: a busca e a visibilidade dos negros a partir do registro civil .....	67
<b>2 LABOR E ORDEM NA CIDADE TEUTO-BRASILEIRA</b> .....	<b>71</b>
2.1 ARRABALDES EM PRETO E BRANCO: OS ESPAÇOS PERIFÉRICOS DE NOVO HAMBURGO .....	78
2.1.1 O Mistura: território negro .....	82
2.1.2 Na fronteira com a Europa: o bairro África .....	90
2.2 ARRABALDES E TRABALHADORES NEGROS NAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO .....	102
<b>3 BRILHA O CRUZEIRO: ASSOCIATIVISMO NEGRO EM TERRAS TEUTO-BRASILEIRAS</b> .....	<b>105</b>
3.1 FORÇA E UNIÃO: SOU PRETO, MAS SOU CRUZEIRO .....	111
3.1.1 Bailando: elegância, distinção e <i>glamour</i> negro .....	133
3.2.1 “Viva o 13 de maio”: integração, lazer e visibilidade .....	158
3.2.2 Sociabilidade preta, vigilância branca .....	165
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>179</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>202</b>
Texto “O mutirão” .....	203
Mapas .....	204
Fotografias .....	206
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>213</b>
APÊNDICE A - Diagrama Família Fernandes/Silva .....	214
APÊNDICE B - Diagrama Família Mello/Oliveira .....	215
APÊNDICE C - Diagrama Família Lara .....	216
APÊNDICE D - Presença negra em Novo Hamburgo .....	217
APÊNDICE E - Classificação de cor a partir das certidões de nascimento .....	218
APÊNDICE F - Cartografia da presença negra em Novo Hamburgo .....	219

## INTRODUÇÃO

Poucos dias antes de passar pelo momento da qualificação deste estudo, tive acesso a um texto publicado no jornal NH intitulado “O Mutirão” (anexo 1). Recebi de um aluno, que, através de e-mail, informava: “o material cai como uma luva para o teu trabalho”. Prestes a passar pela avaliação de uma banca, confesso que não estava muito interessada no que circulava pela imprensa de Novo Hamburgo (RS) na atualidade, mas, ao ler o título, imediatamente pensei no equívoco do aluno. No entanto, ao prosseguir com a leitura, entendi o que ele deseja dizer.

O texto aponta a decisão de um antigo morador da cidade de Novo Hamburgo em fixar residência em seu sítio localizado em Morro Chaves, em Lomba Grande. O proprietário do sítio e autor do texto resolve reformar e aumentar a casa de Sandro, o chacareiro da propriedade. Este é um “moreno” que herdou as terras de seu pai Antonio Vieira da Silva, cujo direito de propriedade se deu a partir do usucapião.

A produção textual é deveras interessante, porque expressa a perplexidade do cronista mediante a intensidade e a solidariedade do grupo familiar de Sandro no episódio da reforma de sua “casinha”. O proprietário do sítio mostra-se surpreso com a reciprocidade que vigora entre os parentes (primos, ex-cunhado, sobrinho, entre outros), que auxiliam o chacareiro “assentando tijolos com perfeição”. Ressalta, em sua crônica, que alguns destes lançaram mão de suas horas de folga e férias, bem como de finais de semana, para auxiliar no mutirão. Menciona ainda seu constrangimento frente ao empenho de Sandro e seus parentes, “porque também entrei na solidariedade familiar, e estou economizando um montão”.

Preocupado com o número de pessoas envolvidas no trabalho de reforma e nos custos que tal empreitada acarretaria para ele, mostrou-se preocupado. Mas

logo Sandro acalmou o “patrão”, explicando que os parentes não estavam auxiliando para receber pagamento, mas sim por “pura solidariedade”.

A crônica ainda nos contempla com a admiração, por parte do autor, no que tange ao local onde fica a sua propriedade (Lomba Grande), que, segundo sua avaliação, se destaca por um “aspecto tão humano de considerar seus pretos criaturas morenas, apenas. É uma forma de acabar com o racismo, sábia e delicada”.

A perplexidade e as “novidades” (espontaneidade, reciprocidade) apresentadas pelo cronista, nos levam a refletir sobre a construção histórica do Vale do Rio dos Sinos (RS)<sup>1</sup> e seus agentes e a necessidade de um outro mutirão que some esforços de pesquisadores e acadêmicos os quais invistam em estudos que descortinem as múltiplas faces da história dessa região.

Nosso estudo se propõe a contribuir com esse mutirão, a partir das reflexões sobre a importância de um clube negro na cidade de Novo Hamburgo. Não objetivamos acabar com a perplexidade, pois seria arrogante de nossa parte, mas nos atrevemos a provocar algumas discussões sobre elementos que há muito deixaram de ser novidade (ao menos para nós), como a solidariedade, a sociabilidade e a união de esforços entre os negros de Novo Hamburgo. Propomos pensar sobre a *descoloração* de pretos em morenos e a “sábia e delicada forma” de seu *embranquecimento* para uma possível aceitação na localidade teuto-brasileira.

Além disso, apontamos, ao longo deste estudo, a “intensidade” da união, dos esforços comuns, da percepção da associação como forma de se tornar visível em uma espacialidade que, ao longo de sua história, insistentemente negou a visibilidade e a participação dos negros na construção histórica local. A partir da história do Cruzeiro do Sul e da identidade de seus integrantes, mostramos que “intensidade” permeia as elaborações históricas desses sujeitos. Meu aluno estava

---

<sup>1</sup> A região do Vale do Rio dos Sinos é formada pelos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Ivoti, Estância Velha, Sapiranga, Araricá, Dois Irmãos, Canoas, Nova Santa Rita, Esteio e Sapucaia do Sul. O histórico da região está relacionado ao processo de imigração alemã a partir da fundação da colônia de São Leopoldo (1824).

com toda a razão, o texto “cai como uma luva”, posto que apresenta as representações construídas acerca da *preteza* em uma região “de brancos”, e mais, mostra a invisibilidade imposta ao negro e o “constrangimento” mediante a sua organização e o seu empenho. Desnuda a visão equivocada de que a nomenclatura “moreno” acaba com a exclusão e com a marginalização dos negros. A crônica é *perfeita*, pois aponta para a necessidade de uma outra leitura que não fomente a continuidade de *certas perplexidades* e possibilite o descortinar de algumas “novidades”. É nesse sentido que propomos ao leitor o estudo “Entre a preteza e brancura brilha o Cruzeiro: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)”, como mais um *tijolo assentado* no esforço acadêmico de visibilizar a presença negra e sua história na região do Vale dos Sinos, especialmente em Novo Hamburgo. Não sabemos se nossa forma de abordar o tema foi “sábria e delicada”, mas isso fica a critério dos leitores.

Sendo assim, é oportuno apresentar ao leitor os caminhos trilhados para a elaboração deste estudo e suas balizas teórico-metodológicas.

Em dezembro de 2002, fundava-se, no Centro Universitário Feevale, o NIGERIA (Núcleo de Identidade, Gênero e Relações Interétnicas)<sup>2</sup>. Convidada a fazer parte do programa, comecei a trilhar os múltiplos caminhos que cercavam a etnicidade negra no Vale dos Sinos, tendo como foco principal a cidade de Novo Hamburgo.

A proposta inicial do programa estabelecia duas frentes de trabalho: a extensão e a pesquisa. Organizada a parte burocrática, após reuniões, ajustes e distribuição de atividades, coube-me a responsabilidade da elaboração de um projeto de pesquisa sobre os negros na região do Vale do Rio dos Sinos. Dentre os muitos objetivos do NIGERIA, destacava-se a importância de visibilizar o negro como agente social e histórico, em uma região marcada profundamente – histórica e identitariamente - pela influência da imigração européia.

No que tange à produção historiográfica relacionada à região, por muito

---

<sup>2</sup> O NIGERIA é um programa de extensão, organizado e fundado pelas professoras Margarete Nunes e Inês Caroline Reichert. Desde a fundação, passou por várias reformulações, bem como por várias coordenações.

tempo, perdurou a ênfase na formação cultural e histórica a partir do elemento teuto-brasileiro em detrimento de outros personagens. Nesse sentido, não diferente das produções historiográficas voltadas para outras regiões do Estado gaúcho, estabelecia-se um vazio historiográfico<sup>3</sup> em relação ao papel do negro na história do Vale do Rio dos Sinos.<sup>4</sup>

Um outro aspecto se evidenciava: a necessidade de trabalhos voltados para o negro, mas que contemplassem recortes temáticos e temporalidades diferenciadas, haja vista que as produções de cunho acadêmico, no geral, centravam-se no período da escravidão ou nos primeiros anos do pós-abolição. Nesse sentido, percebíamos uma lacuna em relação à “história do negro e dos mecanismos de exclusão, as formas de organização e de inserção na sociedade local a partir dos anos de [19]20” (GERMANO, 1999, p.11).

Cercada por muitas dúvidas, antes de rascunhar qualquer palavra que revertesse em uma pesquisa histórica, decidi “conhecer os negros” de Novo Hamburgo. O contato com representantes de algumas escolas de samba e com sujeitos ligados, direta ou indiretamente, ao movimento negro foram fundamentais. Em um desses momentos, a partir de uma conversa informal com o senhor João Neves, então presidente da Associação das Escolas de Samba de Novo Hamburgo, obtive algumas informações sobre um clube negro, fundado neste município no ano de 1922.

Gradativamente, comecei a configurar o projeto “Contando uma outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul”, que objetivava a reconstituição histórica da primeira associação negra da região do Vale do Rio dos Sinos, presente até os dias de hoje em Novo Hamburgo.

Os resultados parciais da investigação reverteram na publicação do texto intitulado: “Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul”<sup>5</sup>, publicado

---

<sup>3</sup> Ver: GUTFREIND (1990).

<sup>4</sup> Xavier (2007) demonstra o significativo aumento da produção historiográfica relacionada ao negro no Rio Grande do Sul, atribuída em especial à consolidação das pesquisas nas universidades brasileiras e aos cursos de pós-graduação.

<sup>5</sup> Projeto integrado ao grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale do qual sou integrante.

como capítulo do livro: “Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos”<sup>6</sup>. Naquele texto, eu abordava basicamente os depoimentos orais coletados junto aos membros da associação e as informações extraídas das suas atas. O trabalho, que apesar de relevante, não propunha uma análise mais elaborada, centrava-se em reconstituir o histórico da associação.

A partir do referido trabalho e de novas indagações<sup>7</sup>, os estudos sobre a presença negra continuaram, bem como a busca por outras fontes, as quais desvelassem o negro como personagem histórico, seus espaços e suas ações na localidade. Configurou-se, então, o projeto “Memórias, Identidades e Relações Étnicas em Novo Hamburgo”<sup>8</sup>, que possibilitou a continuidade das investigações.<sup>9</sup>

A multiplicidade de pistas desveladas pelas fontes e a percepção nítida que tivemos da importância do tema resultou no aproveitamento das investigações realizadas até então para a elaboração da presente tese de doutorado.

O estudo versa sobre o associativismo negro. A periodização tem como referência a fundação do Sport Club Cruzeiro do Sul, de 1922 aos anos finais da década de sessenta, período em que ele ainda se configurava como um espaço

---

<sup>6</sup> O livro foi organizado pela professora Margarete Fagundes Nunes, publicado em 2005 e reeditado em 2006 pela Editora do Centro Universitário Feevale.

<sup>7</sup> Veyne (1998) ressalta a importância de o historiador se opor a tudo que é evidente, ou seja, confiar menos nos dados contidos nas fontes.

<sup>8</sup> Também um dos projetos do grupo Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale.

<sup>9</sup> Os projetos citados foram divulgados através de comunicações em diversos eventos, como, por exemplo: (01) - apresentação do trabalho *Associação e visibilidade negra em Novo Hamburgo*, no simpósio temático Territorialidades da Memória: espaços, identidades e conflitos sociais, no XXIV Simpósio Nacional de História - Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos (15 a 20 de junho de 2007), promovido pela ANPUH; (02) - O trabalho intitulado *Associação negra em Novo Hamburgo na primeira metade do século XX* foi apresentado no IX Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos e Conhecimento, promovido pela Associação Brasileira de História Oral/ABHO (22 a 25 de abril de 2008). Também os resultados parciais dos estudos resultaram na publicação do artigo *Crônicas e Notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de maio* (revista do PPG História/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol.12, n.1, jan/abril, 2008) e na publicação em parceria com Fabrício Romani Gomes, intitulada *Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração européia no RS*, publicado como capítulo do livro *RS Negro. Cartografias sobre a produção do conhecimento* (Porto Alegre: EDIPURS, 2008), além da publicação do artigo *Futebol e a identidade negra em um espaço germânico*, em parceria com Alessandra Kerber e Claudia Schemes, publicado na revista digital argentina *Efdeportes* ([www.efdeportes.com](http://www.efdeportes.com)). Os projetos de pesquisa indicados também foram divulgados em Feiras de Iniciação Científica em diferentes instituições, como: Unisinos, Feevale, Ulbra, UFRGS. A divulgação ocorreu através dos trabalhos elaborados por graduandos do Curso de História do Centro Universitário Feevale, que participaram dos projetos como bolsistas de iniciação científica, sob minha orientação.

restrito aos negros. A importância dessa organização reside no fato de ser a primeira associação negra do Vale do Rio dos Sinos (RS), que permanece com suas atividades até os dias atuais. Sua história inicia com sua fundação em Novo Hamburgo, espaço historicamente reconhecido como sendo de colonização européia.

Outro elemento importante a ser destacado em relação à periodização diz respeito ao cenário de transformações e mudanças, oriundas do avanço urbano e econômico pelo qual a localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo) passou durante o período delimitado, principalmente a partir da emancipação (1927). Frente a isso, poderíamos refletir acerca do clube negro em um cenário de alterações.

Qualificamos o *locus*<sup>10</sup> de nosso estudo - Novo Hamburgo, como um município *teuto-brasileiro*, para demarcarmos que sua demografia e sua história foram marcadas tradicionalmente por forte presença de imigrantes europeus e seus descendentes. Se, como veremos, um discurso que defendia o branqueamento populacional foi amplamente veiculado desde o século XIX, a imigração européia foi uma das estratégias aplicadas para que esse fim fosse atingido. Além disso, pelo menos desde 1927, uma consistente identidade municipal foi construída, tendo como base a *etnicidade* germânica. Entender as fronteiras étnicas numa região desse tipo não pode deixar de fora as variáveis de atribuição de positividade aos herdeiros da *tradição colonial* e de negatividade aos *outros*, aos não-europeus, aos não-brancos.

Estabelecido o recorte temporal e o *locus* formulamos os questionamentos norteadores do trabalho: quais elementos uniam os sujeitos agregados na Sociedade Cruzeiro do Sul? A qual conjuntura política reagia e se afirmava o grupo negro associado ao Cruzeiro do Sul? Qual a relação existente entre as atividades carnavalescas e futebolísticas e o fomento da sociabilidade, solidariedade e da visibilidade negra? Qual a importância do associativismo para a etnicidade negra local? Como podem ser compreendidas e analisadas as relações entre construções

---

<sup>10</sup> De acordo com Geertz (1989), o *locus* não é o objeto de estudo. Assim, Novo Hamburgo serve como um espaço onde procuramos elucidar e entender os questionamentos propostos neste estudo, que não se limitam obviamente ao espaço geográfico municipal.

de identidades e (in)visibilidade negra, em uma localidade teuto-brasileira? Previamente, formulamos as respostas.

A Associação Cruzeiro do Sul e sua presença no município teuto-brasileiro de Novo Hamburgo delimitam um espaço irradiador de afirmação social e política por parte dos negros frente às adversidades sociais, as quais recebem respostas oriundas da agregação e da integração de sujeitos negros.

O associativismo praticado por parte da população negra local possibilitará a organização, a coordenação, bem como a participação nas manifestações lúdicas como o carnaval e o futebol, os quais servirão para socializar e fomentar laços de solidariedade, bem como proporcionar a visibilidade negra.

A união via associativismo foi fundamental para as práticas e as respostas dos negros que se posicionavam frente a uma realidade social, cujas adversidades (como o racismo e a exclusão social, por exemplo) estavam presentes no cotidiano por eles vivido.

As demandas oriundas de um cenário em transformação, especialmente a partir da emancipação de Novo Hamburgo, em 1927, fizeram com que o grupo de negros integrados à Associação Cruzeiro do Sul reagisse à realidade local, atuando através de uma pluralidade de atividades e festividades (bailes, jantares, almoços, celebrações familiares, celebração do 13 de maio, entre outras).

Para chegarmos às nossas respostas e à sua sustentação, tivemos que lidar com o problema de escassez de fontes.

Os arquivos da Associação reuniam apenas algumas atas e fotografias. Mediante as dificuldades para abordar os negros como agentes sociais e o papel importante da Sociedade Cruzeiro do Sul, resolvemos buscar outras fontes. Nosso interesse se voltava a “toda e qualquer” fonte que vislumbrasse *vestígios* da presença negra no *locus* em estudo e a sua relação com o clube negro.

Uma alternativa teórica-metodológica que tem sido intensivamente usada pelos historiadores sociais, nos últimos anos, é a micro-história. Ao trazer à tona temas marginais, através da diversidade de fontes, a micro-história possibilita a

constituição histórica a partir de fragmentos, pistas e indícios. Valoriza os pormenores, os elementos residuais e marginais presentes em diferentes fontes. De acordo com o paradigma indiciário, o historiador-detetive trabalha muitas vezes com o não-dito e busca, nos elementos residuais, a (re) construção da trama histórica (GINZBURG, 1989). Essa percepção historiográfica permite a reunião dos *cacos* e dos *indícios* do passado e a sua inserção em uma relação de totalidade.

Levi (1992) assevera, em seu texto “Sobre a Micro-História”, que esta é uma das respostas dadas às várias inquietações dos historiadores frente à falência dos paradigmas existentes. Segundo ele, a micro-história “é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes” (LEVI, 1998, p.135).

A micro-história permite o conhecimento de grandes estruturas sociais, ao mesmo tempo, privilegia a escala menor, ou seja, o espaço social de cada indivíduo, no intento de buscar novos significados.

Entende-se a micro-história como uma perspectiva historiográfica que permite, a partir da contenção do seu campo de análise, a observação das modalidades de agregação ou desagregação, cuja rede de relações comporta concorrências, solidariedades, alianças etc. Para Lepetit (1998), a análise da micro-história permite recuperar as formas de agrupamento social, a partir da multiplicidade das práticas individuais. Segundo o autor:

A ambição dessa cartografia dinâmica é localizar e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem aos vários territórios sociais. Quanto ao princípio do funcionamento social, ele é por seu lado único e só privilegia uma única escala, a do microscópico, na qual operam os processos casuais de que dependem todos os outros (LEPETIT, 1998, p.88).

Além disso, encontramos na micro-análise uma forma de *humanizar* os personagens que nos propomos a estudar, fazendo com que eles não apareçam como heróis, donos absolutos de suas ações, nem como vítimas passivas das estruturas injustas em que estavam inseridos. As práticas desses sujeitos são, assim, consideradas como estratégias colocadas em ação para a execução de projetos individuais e/ou coletivos, sem que o resultado pudesse ser

antecipadamente conhecido. Esses agentes estavam inseridos em um “campo de possibilidades”<sup>11</sup> construído historicamente e, mesmo que localizados em uma posição de desigualdade social e étnica, investiram boa parte de suas vidas em ações que os sustentassem – e as suas famílias - cultural e fisicamente.

Nesse sentido, o contato com integrantes mais antigos e com familiares de alguns dos fundadores da Associação Cruzeiro do Sul tornou-se primordial para o início do trabalho. As interlocuções suscitaram inquietações e incertezas. A cada depoimento e sua degravação<sup>12</sup>, novos elementos possibilitavam refletir sobre a atuação do “Cruzeirinho” em Novo Hamburgo.<sup>13</sup>

O trabalho com história oral, de acordo com Alberti, “é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestem e dão sentidos e formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2005, p.164).<sup>14</sup>

Ao entrevistarmos um depoente, acionamos a elaboração, a seleção e o esquecimento por parte dele. Paul Ricouer (2003) ressalta a importância do esquecimento como forma de guardar lembranças mais pessoais e menos mediadas pela memória coletiva.<sup>15</sup>

Dessa forma, o autor entende que o passado pode ser acionado pelo presente, o que se dará frente à disposição de um ouvinte, posto que muitas vezes as lembranças afloram a partir da interlocução.

Ao decidirmos pelo trabalho com história oral e buscarmos por depoentes, chegamos até a senhora Nair Leopoldina Oliveira, e a partir dela, conseguimos atingir um grupo de sujeitos que participam da sociedade Cruzeiro do Sul ou que se relacionam, através de laços de parentesco ou de amizade, com integrantes e/ou fundadores da associação. Nossas entrevistas foram basicamente com a *velha*

---

<sup>11</sup> LEVI (2001).

<sup>12</sup> Neste estudo, optamos pela transcrição dos depoimentos respeitando a forma como foram gravados, salvo alguns ajustes que se fizeram necessários para um melhor entendimento do leitor.

<sup>13</sup> Forma como é carinhosamente indicado o Cruzeiro do Sul por seus integrantes.

<sup>14</sup> Sobre História Oral, ver: THOMPSON (2002); AMADO, et al (2002); ALBERTI (2004); MEIHY (2000); MONTENEGRO (2001).

<sup>15</sup> Sobre Memória Coletiva, ver: HALBWACHS (2004).

*guarda* do Cruzeiro do Sul. Ao entrevistarmos seus componentes, acionamos o que Bosi (2004) chamou de “lembranças de velhos”.

De acordo com Bosi (2004), “não há evocação sem uma inteligência do presente”, sendo assim, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho de reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia” (BOSI, 2004, p.81). A exemplo de Bosi na realização de seu trabalho, foi necessário estabelecer um vínculo com o grupo de depoentes. A “senha” (grifo meu) para a receptividade por parte dos entrevistados dava-se por dois motivos: o interesse acadêmico pela história “deles” (negros) e a indicação da senhora Nair Leopoldina de Oliveira (primeira depoente), que “abria as portas” para nosso trabalho.

Sendo assim, para refletir acerca da presença negra e da importância de um clube negro no município de Novo Hamburgo, iniciamos nosso estudo a partir dos depoimentos cedidos. Eles acionam, além da “memória pessoal, uma memória familiar e grupal” (BOSI, 2004, p.37).

Segundo Pollack (1989, p.9):

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

O sentimento de pertencimento a um grupo, somado às lembranças de acontecimentos e sociabilidades, envolvendo amigos, familiares, vizinhos em momentos de convívio no Cruzeiro do Sul, propiciou-nos pensar nas fronteiras étnicas, nas territorialidades e nos silêncios contidos nas entrelinhas. Concomitantemente, auxiliaram, o descortinar da presença negra na cidade teuto-brasileira, além de suas estratégias e táticas cotidianas em um cenário de adversidades.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Por *Estratégia* entendemos “caminhos” ou “formas” utilizadas pelos sujeitos (ou grupos) para se sobreporem ao que está aparentemente estabelecido (DE CERTEAU, 1994). A *tática* é uma prática

Como parte do *corpus documental* deste trabalho, contamos com um total de dezenove entrevistas realizadas entre 2004 e 2008. Por ora, nomearemos os interlocutores e à *posteriori*, no decorrer do trabalho e com o descortinar das falas, eles serão devidamente apresentados ao leitor.<sup>17</sup>

Contamos com a interlocução de: Nair Leopoldina de Oliveira; Waldomiro José Mello; Alceu Mosmann; Alceu Feijó; Darci da Silva; Almiro Hoffmann; Adolfa Fernandes de Mello; Gladis Terezinha da Silva; Danilo Dorneles; Thereza Francis Duarte de Oliveira; Therezinha Alice Fernandes; Pedro Adão Marcelino; Liége dos Santos; Luis de Oliveira; Dulce da Silva; Roza Antonia Oliveira da Silva; Pedro Lindomar da Silva Filho; Ademir Leopoldo da Silva; Valdemar da Silva; José Osmar Lima dos Santos.<sup>18</sup>

O grupo de entrevistados, em sua maioria, é formado por homens e mulheres negras que integraram (ou ainda integram) o Cruzeiro do Sul. Como alertamos anteriormente, no geral, destacam-se por serem pessoas idosas. Esses depoentes, junto com seus familiares, integraram ou estabeleceram algum tipo de vínculo com integrantes e/ou fundadores da sociedade em estudo. Também contamos com interlocutores brancos, que contribuíram com informações sobre as alterações ocorridas em Novo Hamburgo, especialmente nos anos 30, 40 e 50, e que se relacionavam (direta ou indireta) com a associação negra e com seus integrantes.

Aos iniciarmos as interlocuções com nossa primeira depoente, Nair Leopoldina de Oliveira, uma “pontinha do iceberg familiar” começava a se esboçar. Confessamos ao leitor que, ao entrevistá-la, dado o encantamento pela figura maravilhosa e suas lembranças, não atribuímos uma importância maior aos laços familiares. No entanto, com o desenvolvimento do trabalho e com o cotejamento das

---

cotidiana. Consiste em jogar com o adverso, “com o terreno que lhe é imposto” (DE CERTEAU, 1994, p.100).

<sup>17</sup> Uma parte significativa das interlocuções efetivou-se durante a vigência dos projetos de pesquisa coordenados pela autora deste estudo, no Centro Universitário Feevale, conforme mencionamos no início da introdução. As entrevistas foram realizadas, portanto, dentro do período de 2004 a 2008.

<sup>18</sup> Os depoimentos cedidos estão acompanhados da carta de cessão, exceto a entrevista do senhor José Osmar Lima dos Santos. Assim, indicamos o entrevistado como interlocutor, mas não lançamos de suas lembranças neste estudo. Destacamos que as depoentes Nair Leopoldina Oliveira e Darcy da Silva concederam mais de uma entrevista, bem como o senhor Danilo Dorneles. A depoente Roza Antonia O. da Silva, além de sua entrevista, colaborou conosco em diferentes momentos, principalmente através de conversas telefônicas, assim como seu filho Pedro Lindomar.

fontes, gradativamente, percebemos o papel preponderante dos laços parentais na organização e no fortalecimento da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Tencionamos apresentar ao leitor alguns personagens pertencentes a essas famílias no desenvolvimento do estudo. Todavia organizamos três diagramas (Apêndices A, B e C), nos quais procuramos configurar os laços de parentescos e a proximidade entre os Lara, Oliveira, Fernandes, Mello e Silva. Os agentes que ali figuram possibilitaram, além da reconstituição histórica da associação em estudo, o descortinar da presença negra, suas ações, suas pautas de negociações e suas ressignificações em Novo Hamburgo. Ainda destacamos, nesses diagramas, os agentes que também figuram como depoentes e que pertencem às famílias citadas.

Enfatizamos que, mediante o nosso interesse, os personagens figuram de forma arbitrária. Certamente deixamos de indicar outros cuja contribuição foi imprescindível para a associação negra. Sendo assim, a apresentação das famílias está alijada de muitos de seus componentes.

No entanto, mesmo com vínculos familiares sintetizados, é possível perceber a constituição familiar e a sua importância na formação e na organização do Cruzeiro do Sul. Juntas, as famílias Lara, Silva, Mello, Oliveira e Fernandes formaram o esteio da primeira associação negra do Vale do Rio dos Sinos, tornando-se o “lugar da família, lugar de encontro das famílias, lugar de constituição de famílias e de alianças entre famílias” (GIACOMINI, 2006, p.53).

Não objetivamos analisar a organização e as características das famílias apresentadas, mas, sim, ao longo deste estudo, demonstrar os laços constituídos entre elas e o papel de seus componentes na trajetória da associação em estudo.<sup>19</sup>

Do universo familiar constituído, sobressaíram-se os principais representantes do Cruzeiro do Sul ao longo de sua trajetória. O fortalecimento da associação negra

---

<sup>19</sup> Sobre a organização familiar negra, ver: BARBOSA, Irene Mara F. *Socialização e relações raciais: um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo: USP, 1983; BARCELLOS, Daisy Macedo. *Família no Rio Grande do Sul: contribuições para seu estudo*. In: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.135-144.; Capítulo 3 – Representação de classe família e sociabilidade. In: Figueiredo, Ângela de. *Novas elites de cor. Estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: AnnaBlume, 2002.p.61-90; GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro. O renascimento Clube*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

em Novo Hamburgo é o resultado do esforço de sujeitos organizados, que construíram um espaço de sociabilidade. Os vínculos configurados uniram forças através da associação. Assim, uma rede de relações demarcou espaços e negou estigmas e estereótipos.

Em muitos momentos, os depoentes propiciaram o acesso a registros visuais. Com as fotografias, lembranças vieram à tona e experiências vividas descortinaram-se. As análises de conteúdo da fotografia somadas aos depoimentos auxiliaram-nos a complexificar a análise do passado. Amigos, familiares, lugares são (re) lembrados a partir da fotografia, que é “dotada de fascínio e de capacidade evocativa” (PESAVENTO, 2008 b, p.118).

Para alcançar nosso objetivo, além dos depoimentos e das fotografias, lançamos mão dos periódicos locais. Trabalhamos especificamente com três semanários: “O 5 de Abril” ; “A Gazeta de Novo Hamburgo” e o “Hamburguês”. O Jornal “O 5 de Abril” foi o primeiro jornal da cidade de Novo Hamburgo. Seu primeiro redator foi Leopoldo Petry, importante político da cidade. O jornal nasceu em maio de 1927, um mês após a emancipação de Novo Hamburgo e circulou até fevereiro de 1962. Hans Behrend, tipógrafo nascido em Berlim e chegado ao Brasil aos quatro anos de idade foi o criador e o diretor nos primeiros anos de circulação.

A partir da década de 30, Werner Behrend, filho de Hans Behrend, assumiu a direção do periódico. Definido como um “semanário de interesses gerais”, dizia-se um veículo de comunicação isento e apartidário, mesmo com seu diretor sendo integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB). Dividido em quatro páginas, em geral, na primeira página, era publicada uma matéria comprada de alguma agência do centro do país com notícias nacionais ou internacionais. O espaço da segunda e da terceira páginas contemplava as notícias locais, bem como as notas de utilidade pública e notas policiais. Na última página, constavam os anúncios (BEHREND, 2002).

A “A Gazeta de Novo Hamburgo” surge em janeiro de 1934, como um jornal de esfera pública municipal, com o objetivo de anunciar gastos e as leis municipais. A partir de maio de 1934, torna-se órgão do partido Republicano Liberal, assim

permanecendo até 17 de outubro de 1934, quando sai de circulação. No ano de 1947, volta a circular a “Gazeta de Novo Hamburgo”. Ela reaparece sem fins partidários e tem circulação até 23 de outubro de 1952.

O “O Hamburguês” foi fundado em 25 de maio de 1963 como comemoração ao surgimento da Feira Nacional do Calçado (FENAC) em Novo Hamburgo. O periódico semanal, sem um número determinado de páginas, contava com dois cadernos sobre a vida social dos municípios gaúchos de Campo Bom e de São Sebastião do Caí. Sua publicação ocorreu até janeiro de 1967.

Diferentemente de outros espaços que contam com a imprensa negra como fonte para reconstituição histórica<sup>20</sup>, no nosso caso, isso não foi possível, frente à ausência de um jornal produzido pela associação ou por seus integrantes. Contamos com periódicos produzidos por sujeitos da elite local<sup>21</sup> e que são compreendidos como “arquivos do cotidiano” e não como “fontes precisas” (ZICMAN, 1985, p.90).

Primamos por uma leitura *intensiva* dos semanários, considerando a circulação, o contexto e os leitores destes (Elmir, 1995). Os jornais são veículos pelos quais a sociedade produz e veicula modelos e reflexões vigentes em determinada época. A linguagem possibilita determinar valores morais e comportamentais, assim como classificar e justificar grupos sociais, que, no entendimento de Bourdieu (2002), seria “um ato de poder”. A partir dos jornais, desenvolve-se a construção de um discurso “histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos” (ORLANDI, 1990, p.35).

Nossa leitura procurou pelo escrito, mas também pelos silêncios. Segundo Orlandi (1993), “as palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são”. Para a autora, “o silêncio é a matéria significante por excelência [...] o homem está ‘condenado’ a significar” (ORLANDI, 1993, p.29).

---

<sup>20</sup> Ver: DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano*. A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). 423 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. 2005; SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa*, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

<sup>21</sup> De acordo com Heinz (1998), elite seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. Para o autor, baseado em Scott, seriam os “dirigentes, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’” (HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas, v.11, n.1, p.41-52, mai. 1998).

No tocante aos jornais “O 5 de Abril” , “A Gazeta de Novo Hamburgo” e o “Hamburguês”<sup>22</sup>, procuramos os negros e a Sociedade Cruzeiro do Sul nas linhas e nas entrelinhas de notas sociais, policiais, esportivas, além de matérias gerais e crônicas<sup>23</sup>. Para além da leitura “intensiva” visando palavras e silêncios, lançamos mão da análise qualitativa de conteúdo como forma de categorizar e de sistematizar informações relevantes para o estudo.<sup>24</sup>

Outra fonte que contribuiu para o desenvolvimento da nossa pesquisa de descortinar a presença negra na localidade teuto-brasileira é o “Livro de Queixas”<sup>25</sup>. Este registrava as ocorrências policiais do segundo distrito de São Leopoldo (Novo Hamburgo), do ano de 1917 ao ano de 1924. Nesses registros, encontramos vestígios documentais relacionados aos locais de moradia dos negros. Esses registros policiais exteriorizam estigmas e estereótipos construídos acerca da comunidade negra pelas autoridades policiais. A investigação das ocorrências policiais instigou a busca pelos processos criminais.

Em relação ao nosso estudo, os processos criminais, além de configurarem uma fonte propícia para desvelar elementos do cotidiano, possibilitaram o *contato* com espaços de sociabilidades e solidariedades negras, bem como o *encontro* com integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul, seja como testemunhas, como vítimas ou como acusados. Além disso, sugeriram pensar sobre territorialidades negras e suas delimitações.<sup>26</sup>

Através desses documentos judiciais, foi possível descortinar a sobrevivência, que, muitas vezes, se “traduz também na construção de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, que visam viabilizar

---

<sup>22</sup> A investigação dos semanários o “O 5 de Abril”, “A Gazeta de Novo Hamburgo” e o “O Hamburguês” ocorreu no acervo do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo (RS).

<sup>23</sup> Ao transcrevermos excertos dos jornais analisados, optamos pela manutenção da escrita neles apresentada. Sendo assim, mantivemos a grafia encontrada ao longo do estudo, e, com isso, abdicamos da identificação com “Sic”.

<sup>24</sup> Sobre análise de conteúdo, ver: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995; e MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, n.37, p.7-32, ano XXI, mar. 1999.

<sup>25</sup> Localizado no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo (RS).

<sup>26</sup> Os Processos Crimes investigados para a elaboração deste estudo fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, situado em Porto Alegre. Ao transcrevermos excertos dos processos crimes estudados, optamos pela manutenção da grafia encontrada.

a reprodução da existência de todos” (CHALHOUB, 2001, p.151-152). Esses documentos apresentam ao pesquisador o que, no entendimento de Chalhoub (2001, p.152), delinearía as “práticas de micro lutas intestinas e de construção de laços de solidariedade”, constituídos pelos negros em Novo Hamburgo<sup>27</sup>. Ressaltamos a importância de usar, de forma criteriosa, os processos criminais, haja vista os filtros existentes pelos quais passam as identidades sociais até o momento de seu registro escrito (WEIMER, 2008, p.42).

Ao valorizar todas as fontes que auxiliassem a desenvolver o estudo proposto, partimos em busca do registro civil. Através deste e, especificamente, das certidões de nascimento<sup>28</sup>, procuramos mapear os negros em Novo Hamburgo. As certidões de nascimento contribuíram para uma reflexão acerca dos espaços e das atividades profissionais exercidas, assim como sobre a atribuição de cor e suas variações.

As atas produzidas durante as reuniões da diretoria do clube também se somam ao *corpus documental*. Elaboradas geralmente pelo secretário geral, registram falas e decisões da diretoria da associação. Os textos são resumidos e apresentam *silêncios*, sendo difícil a partir delas, a percepção de discussões, divergências, entre outros. Trabalhamos ainda com uma relação de atas pertencentes à sociedade Rui Barbosa de Canoas/RS, que registram a permuta de correspondências (ofício e convites) entre as associações Cruzeiro e o Rui Barbosa, em que convites são expedidos ou recebidos para momentos de sociabilidades.<sup>29</sup>

As fontes relacionadas, no geral, ofereceram *rastros*, outras vezes, somente sugerem e indicam possibilidades. Nosso estudo é permeado pela “combinação entre dados seguros e conjecturas - entre ‘provas’ e ‘possibilidades’ – mediada e

---

<sup>27</sup> Sobre o uso de processos criminais, ver: FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001; RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995; CORREA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DERMATINI, Zeila de Brito (org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSC, 2005. p.159-221.

<sup>28</sup> Os livros com os registros de nascimentos fazem parte do Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Investigamos os livros correspondentes ao ano de 1929 ao ano de 1951.

<sup>29</sup> Atas da Sociedade Rui Barbosa.

autorizada pelo contexto” (LIMA, 2006, p.358). Ao cotejar e ler intensivamente as fontes, procuramos prestar atenção nos detalhes ou em sinais insignificantes<sup>30</sup>. No trabalho, incorremos nos riscos implicados nas nossas incertezas (“talvez”, “provavelmente”), o que não configura um demérito, mas expressa reflexões e possibilidades mediante contextos estáticos (GINZBURG, 1991).

A compreensão de Chartier (1991) sobre o conceito de representação é uma das balizas deste estudo. Interessa-nos buscar nas fontes as representações construídas acerca dos negros na cidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo. Segundo Chartier, a contradição faz parte da realidade construída por diferentes grupos sociais e é através dessas representações contraditórias ou em confronto que os indivíduos ou grupos atribuem significado ao mundo social, mediante a apropriação de símbolos produzidos e ressignificados.<sup>31</sup>

Posto isso, necessariamente nos remetemos à noção de identidade. Barth (1998) propõe que toda e qualquer identidade é construída através da interação dos grupos sociais e de suas alteridades. Não há construção de identidade no isolamento. Para Barth, a etnicidade é dinâmica e comporta transformações, caracterizando-se pela ênfase relacional.

Gostaríamos ainda de ressaltar o cotidiano como uma categoria de análise relevante para o presente trabalho.

Podemos entender o cotidiano como um espaço construtor e produtor de história e não apenas como espaço de reprodução e manutenção de normas e condutas. É no cotidiano que se encontram as resistências e as permanências, bem

---

<sup>30</sup> Ver GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>31</sup> De acordo com Burke (1992, p.15), “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

A noção de imaginário de Bronislaw Baczko (1985), somada à de representação, embasa nossa percepção. Para Baczko, em todo e qualquer conflito social, o imaginário torna-se fundamental, posto que os agentes sociais constroem imagens de si próprios e dos outros. Indo ao encontro dessa premissa, o imaginário não consiste em ilusão, mas em práticas sociais constituintes da realidade. Dessa forma, no “jogo” de imagem e representação configurada no cotidiano, tende-se ao enaltecimento de si próprio em detrimento do outro. Sendo assim, o imaginário social e as representações traduzem as lutas de poder pelo domínio simbólico: “As relações de força e poder que toda a dominação comporta acrescentam-se assim as relações de sentido” (BACZKO, 1984, p.310).

como as respostas que o homem estabeleceu aos desafios diários. É nele que se manifestam as opções individuais, influenciadas e relacionadas com o meio em que vivem, com os grupos que se relacionam, os lares a que se dedicam, as ações diárias, as trocas etc.

Compreendemos, de acordo com De Certeau (1994), que o cotidiano é a arte de fazer, de falar, de silenciar, de registrar. A vida cotidiana é, antes de tudo, um produto histórico. Ela se vincula e possui uma relação de estreiteza com os movimentos, as rupturas e as continuidades que as várias modalidades organizativas e de existência social assumem.

A sociabilidade e a associação<sup>32</sup> configuram-se como outras categorias de análise importantes. Agulhon (1977)<sup>33</sup> alerta para a importância de uma “dialética de empréstimos recíprocos” entre sociólogos e historiadores, no que tange aos estudos voltados para associação e sociabilidade. Para ele, a associação deve ser compreendida a partir da sua “pluralidade de funções”.

O autor menciona que a história da sociabilidade é um pouco a história conjunta do cotidiano, ligada à psicologia coletiva. Indo ao encontro dessa perspectiva, fazemos uso do entendimento de Agulhon, que trabalha com a ideia de estreita relação entre associação e sociabilidade. Para tanto, compreendemos a sociabilidade como interação social (SIMMEL, 2006) e como ação realizada por todo e qualquer ator social (GOFFMAN, 2005). Nosso estudo pretende mostrar que os negros de Novo Hamburgo buscam, no associativismo e na sociabilidade, caminhos possíveis de ressignificação social.

É mister apresentarmos ao leitor o entendimento que vigora neste estudo acerca da categoria negro. As Ciências Sociais, a partir especialmente dos trabalhos de Florestan Fernandes, iniciaram com o uso do termo negro em detrimento do emprego do termo preto (FIGUEIREDO, 2002). ANDREWS (1998), ao utilizar o

---

<sup>32</sup> No momento, ficaremos detidos a uma breve indicação da categoria de análise, sendo que, oportunamente, abordaremos o associativismo e sua relação com a sociabilidade de forma mais ampla.

<sup>33</sup> Trabalhamos com a tradução do prólogo (A sociabilidade, a sociologia e a história) da obra de Agulhon (1977). Ramos (2000) aponta Agulhon como o primeiro historiador a fazer da sociabilidade uma categoria histórica.

termo negro, se refere “tanto às pessoas de raça negra pura quanto aos mestiços de ancestralidade negra, chamados no Brasil de pretos (negros) e pardos (mulatos). Para o autor, “isto corresponde ao uso brasileiro atual, que tende a agrupar os pardos e os negros sob o título de negros” (ANDREWS, 1998, p.21).

Santos (2003) assevera que os mulatos “sofreram praticamente os mesmos problemas que os negros na concorrência e na sobrevivência dentro de uma democracia dirigida por brancos e para brancos” (SANTOS, 2003, p.49-50).

O termo negro, que, por muito tempo, foi utilizado de forma pejorativa, desqualificando o *outro*, no entanto a partir de uma ressignificação, passa a ser positivado. De acordo com Telles (2003), é difícil escolher um termo que agregue pardos e pretos. No entanto, a diferenciação é importante, “uma vez que a distinção entre brancos e não-brancos define o principal distanciamento racial entre os brasileiros”(TELLES 2003, p.39). Sendo assim, lançamos mão da categoria negro como forma de incluir pardos e pretos, conforme aceitação por parte do movimento negro, da mídia e pelo governo, embora a atribuição negro, no discurso popular, se refira aos pretos (TELLES, 2003, p.39). Cabe também destacar que, nas fontes investigadas, encontramos diversas expressões, como *pretos*, *morenos*, *homens de cor* ou mesmo negro. Na maioria dos depoimentos, especialmente os relacionados à velha guarda da Sociedade Cruzeiro do Sul, os depoentes identificam-se como *morenos* e a associação como sendo dos *morenos*.

Apresentados os pressupostos da pesquisa, arranjamos o produto de nossas reflexões em três capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo propõe uma reflexão acerca da democracia racial e o seu alcance na localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo no Vale do Rio dos Sinos (RS). Pretendemos, de forma objetiva, esboçar aspectos relevantes das discussões em torno do ideário do branqueamento vigente na sociedade nacional. Tencionamos explorar, a partir da imprensa de Novo Hamburgo, a assimilação do discurso nacional e seus reflexos no cotidiano da localidade. Buscamos elaborar algumas reflexões que possibilitem ao leitor estabelecer as proximidades entre o construto ideológico e suas “falas” (entre o nacional e o local) e os distanciamentos da prática

social no *locus* em estudo.

O segundo capítulo objetiva introduzir o leitor no cenário histórico de Novo Hamburgo, apoiando-se nas representações construídas acerca da cidade, especialmente a partir de sua emancipação em 1927. Assim, tencionamos demonstrar o imaginário social reforçado cotidianamente, centrando-se no reforço da imagem do teuto-brasileiro em detrimento dos demais agentes, como o negro. Ainda neste capítulo, configuramos a territorialidade negra apontando, na medida do possível, seus espaços de circulação, de moradia e de ocupação.

No terceiro e último capítulo abordamos, a constituição histórica da Sociedade Cruzeiro do Sul. Discutimos a importância do associativismo para os negros da localidade e o papel relevante da associação fundada no ano de 1922. O capítulo também apresenta as diferentes formas de socialização e de integração elaboradas pelos integrantes do Cruzeirinho, a partir de um projeto social/coletivo que propunha uma contraposição às adversidades locais e à invisibilidade imposta no cotidiano. Sendo assim, abordaremos as sociabilidades e as solidariedades construídas através do associativismo.

Cabe ressaltar que o leitor encontrará, ao longo do texto, momentos de dúvida produzidos pelo contato da autora com a diversidade de material empírico e o esforço de viabilizar uma narrativa menos enfadonha, que contemplasse as riquezas das fontes investigadas. Confesso que a “aventura” pelos caminhos teórico-metodológicos da micro-análise e a aprendizagem de lidar com as diferentes fontes se tornaram, em muitos momentos, um paradoxo. Por um lado, um grande desafio, por vezes, angustiante. Por outro lado, fascinante, apesar das dificuldades.

Por último, é oportuno salientar que aspectos teórico-metodológicos não contemplados no momento serão discutidos ao longo do texto. Nesse sentido, houve a preocupação de, através de notas ou mesmo no desenvolvimento do texto, apresentar autores e obras balizadoras do nosso estudo, mesmo correndo o risco de *soterrar* o leitor com o excesso de explicações, e muitas vezes, de citações. Assim, o leitor interessado no tema, em muitos momentos, terá que “driblar” os ranços acadêmicos ao ler este trabalho.

## 1 DEMOCRACIA RACIAL E BRANQUEAMENTO EM TERRAS TEUTO-BRASILEIRAS

Este capítulo propõe uma reflexão sobre o tema da democracia racial e o seu alcance na localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo (RS). Pretendemos, de forma objetiva, esboçar aspectos relevantes das discussões em torno do ideário do branqueamento vigente na sociedade nacional, a partir dos anos 70 do século XIX, da configuração da noção de democracia racial no final da década de 20 e seu fortalecimento a partir dos anos 30 do século XX. Em um primeiro momento, apresentamos algumas considerações sobre as questões que cercam as duas elaborações ideológicas.

Destacamos que o período que delimitamos para o estudo, isto é, de 1922 aos anos sessenta do século XX, bem como seu foco de interesse, não propõe a análise das teorias racialistas<sup>34</sup> e dos ideais do branqueamento. Entretanto, acreditamos ser importante nos remetermos às referidas idéias introduzidas no Brasil, para uma melhor compreensão das diferentes leituras acerca da mestiçagem, no período que antecede o fortalecimento do “mito da democracia racial”.

Em um segundo momento, buscamos explorar, a partir de informações oriundas da imprensa de Novo Hamburgo, a simetria entre discurso nacional e local, no tocante à democracia racial. Para tanto, recorreremos às crônicas e às notas informativas (sociais, policiais, entre outras) publicadas em periódicos que abordam a questão racial e informam sobre a presença negra na localidade teuto-brasileira.<sup>35</sup> O intento é o de analisar as proximidades entre o construto ideológico e suas “falas” e os distanciamentos da prática social no *locus* em estudo. Como forma de amparar

---

<sup>34</sup> O termo racismo é utilizado como sugere Todorov (1993), que se refere às doutrinas ou teorias raciais, (TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993, p.107). Guimarães (2005) utiliza o termo a partir de Kwame Anthony Appiah (GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2005, p.21-38).

<sup>35</sup> Entendemos a localidade de Novo Hamburgo como um espaço de (re)elaboração da cultura germânica, bem como um locus em que a identidade teuto-brasileira se desenvolveu através do uso da língua alemã, além de formas de sociabilidade, da organização do espaço doméstico, entre outros (SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (orgs.). *Os Alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p.11-27.

a discussão, lançamos mão de dados extraídos de ocorrências policiais e a sua representação acerca dos negros na localidade, bem como fazemos uso dos registros civis para visibilizar o negro no cenário de Novo Hamburgo.

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, percebemos uma angústia comum à intelectualidade, aos políticos e à imprensa brasileira. Uma necessidade de definição (ou classificação) para nosso país. Que país era este? Branco, negro ou mestiço? Como construir uma nação próspera nos trópicos? Como civilizar este país?

Referenciais teóricos europeus foram assimilados e teses elaboradas, no intuito de sustentar uma resposta. Entretanto, o *corpus* ideológico que maior receptividade teve em diferentes instâncias brasileiras e que, por muito tempo, imperou no imaginário esteve relacionado à harmonia racial.

A partir de uma construção ideológica, vigente principalmente a partir dos anos 30 (século XX), formulava-se uma resposta que propagava a superioridade moral brasileira relacionada às questões raciais. O Brasil constituía a “exemplar democracia racial”, que transformou o mestiço, de figura marginalizada, em ícone nacional. Por algum tempo, a resposta contentou, se não toda, a uma expressiva parte da sociedade brasileira. Hoje, a formulação de outrora perdeu sua força, mas ainda é em sua configuração que se buscam os subsídios para a compreensão da idéia de democracia racial e seu alcance.

As teorias européias (o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social) chegaram ao Brasil, especialmente a partir dos anos 70 do século XIX. A entrada dessas novas interpretações ocorria no mesmo cenário em que o regime escravagista entrava em derrocada. É em meio a essa realidade de alterações e mudanças que o ideário positivo-evolucionista penetra no Brasil, direcionando interpretações acerca dos modelos raciais.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> As mudanças que ocorriam na sociedade brasileira contemplavam o processo de urbanização e o movimento migratório rumo às cidades; a configuração das elites político-financeiras de interesses bastante distintos; o fim da Guerra do Paraguai em 1870, e as contradições que questionavam o sistema político vigente, bem como a campanha republicana e suas conseqüentes disputas políticas (SCHWARCZ, 2005, p.26-27). Schwarcz (2001a, p.24) diz que: “surgindo na contramão do projeto

Não diferente de outros espaços da América Latina, o Brasil foi atingido pelo racismo científico e, conseqüentemente, pelas explicações respaldadas nas teorias racialistas, que davam conta de justificar e argumentar as diferenças sociais. Por um lado, o arcabouço teórico adotado por parte dos nossos intelectuais justificava cientificamente as formas organizacionais e hierárquicas tradicionais, as quais começavam a ser questionadas, como a escravidão, por exemplo. Por outro, as idéias propagadas não apontavam a viabilidade de uma nação em que predominava a mestiçagem. Referenciais teóricos europeus pautavam modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental e passavam a justificar e a determinar inferioridades.<sup>37</sup>

Dentro dessa perspectiva, o ideário que se propagava a partir dos escritos dos intelectuais brasileiros propunha a *purificação* da população brasileira através do branqueamento, condição esta, segundo nossos pensadores<sup>38</sup>, necessária para o

romântico [refere-se ao período imperial], os autores de final do século [XIX] inverterão os termos da equação ao destacar os ‘perigos da miscigenação’ e a impossibilidade da cidadania”. Nesse sentido, a autora aponta como exemplo os escritos de Nina Rodrigues que, em publicação de 1894 (*As Raças humanas e a responsabilidade Penal no Brasil*), “defendia a existência de dois códigos no país – um para negros e outros para brancos”.

<sup>37</sup> Conforme Telles (2003, p.45-46), “no Brasil, o eugenismo desenvolveu-se na virada do século e nas primeiras décadas do século XX, com grande efeito na ideologia e na política social. Os eugenistas norte-americanos adotaram à risca a eugenia mendeliana, se segue estritamente a herança genética e suas implicações raciais. Já a maioria dos eugenistas brasileiros seguiu a linha neo-lamarckiana, que era a visão dominante entre os franceses com os quais mantinham fortes ligações intelectuais. O neo-lamarckianismo argumentava que as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração. Apesar de ter tido uma vida curta, a predominância desta linha de pensamento entre os eugenistas brasileiros na virada do século teve implicações enormes na interpretação da idéia de raça nas décadas seguintes. Esses acadêmicos aceitavam as previsões racistas de inferioridade do negro e do mulato, mas acreditavam que essa inferioridade poderia ser suplantada através da miscigenação. Com base em sua interpretação de eugenia e sua sensibilidade às teorias de degeneração racial e tropical, os acadêmicos brasileiros propuseram a solução do ‘branqueamento’, através da mescla de brancos e não-brancos”.

Para Viotti (1977, p.233-234), “a elite branca brasileira já tinha na sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial. Tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido a abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos. Qualquer europeu ou americano que postulasse a superioridade branca seria necessariamente bem recebido. Ele traria a autoridade e o prestígio de uma cultura superior para as idéias já existentes no Brasil. Os brasileiros teriam apenas de fazer alguns ajustes”.

<sup>38</sup> Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha são exemplos de intelectuais brasileiros que discutiam as questões raciais no Brasil. Éder Silveira (2005), em seu estudo “A cura da raça. Eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX”, relaciona as perspectivas dos intelectuais citados e suas discussões teóricas acerca do Rio Grande do Sul e suas particularidades (a corrente imigratória, especialmente a alemã; a situação geográfica/fronteiriça, as características climáticas, entre outros) (SILVEIRA, Éder. *A Cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médio rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005).

desenvolvimento da nação. “A ideologia do branqueamento ganhou foro de legitimidade científica, sendo que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros como confirmação de suas idéias de que a raça superior - a branca - acabaria por prevalecer no processo de amalgamação” (SKIDMORE, 1976, p.63).

No entendimento de Oliveira Viana (1883-1951)<sup>39</sup>, um dos maiores defensores do branqueamento, o negro era incapaz de civilizar-se. Para Viana, a imigração significava a possibilidade não só do avanço civilizatório<sup>40</sup>, mas também a oportunidade de uma transformação estética, já que o imigrante, “um tipo plasticamente perfeito”, teria a função de embelezar a estética “feia”. Todorov (1993, p.143), ao elaborar uma análise acerca das obras de pensadores racialistas como Gobineau<sup>41</sup>, identificava a raça branca como sinônimo de beleza, em detrimento das demais.

O fortalecimento do projeto de branqueamento<sup>42</sup> e a sua aceitação por parte do governo brasileiro, operava-se no incentivo da entrada de trabalhadores brancos europeus, especialmente em espaços onde a industrialização se desenvolvia, como

---

<sup>39</sup> Francisco José de Oliveira Viana, advogado e historiador, escreveu um ensaio introdutório para o censo de 1920, que, mais tarde, foi publicado sob o título “A evolução do povo brasileiro”. Viana foi um dos principais defensores do branqueamento nas primeiras décadas do século XX.

<sup>40</sup> Cabe destacar que civilização e progresso eram entendidos, nas discussões da época, como modelos universais. Para os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo, a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas, os quais eram entendidos como únicos e obrigatórios, já que a humanidade deveria passar por eles. Ressalta-se a importância da obra de Norbert Elias, *O Processo civilizatório* (1994), em que o sociólogo analisa os conceitos de civilização e cultura, bem como de civilização como transformação do comportamento humano.

<sup>41</sup> “A discussão sobre a desigualdade entre as raças remetia invariavelmente a Gobineau (1816-1862) que, em seu ‘*Essai sur l’inegalité des races humaines*’ (1853-1855), toma os brancos europeus, com destaque para os germânicos, como sinônimo de civilização. Negros, ao contrário, estariam no degrau mais ínfimo da hierarquia social e seriam, por definição, ineptos para a vida civilizada. Gobineau, que servira como emissário do governo francês no Brasil durante 15 meses, mostra-se cético quanto ao progresso da humanidade, fundamentando seu pessimismo no ‘paradoxo racial civilizatório: quanto maior a ‘pulsão civilizatória’ de uma raça, tanto mais ela tende a assimilar as outras” (COSTA, Sérgio, 2006, p.157).

<sup>42</sup> Segundo Thomas Skidmore (1976, p.81): “A tese de branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso de eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas: Primeiro a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas [...]. A conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre uma afirmação-chave: a de que a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”.

São Paulo, por exemplo. A defesa do clareamento da população brasileira, a partir de subsídios e incentivos à imigração, era concomitante com a ausência de políticas públicas voltadas à população negra. Acreditava-se que, com o branqueamento e o conseqüente avanço civilizatório do Brasil, o negro gradativamente desapareceria. Nesse sentido, a miscigenação contribuía com o “clareamento” da população brasileira.<sup>43</sup>

Telésforo de Sousa Lobo (1881-1959)<sup>44</sup>, intelectual paulista e defensor do branqueamento, apresentava, em obra publicada em 1924, a superioridade do branco, adjetivando-o como sadio, limpo e belo em oposição à “raça” negra, para a qual, atribuía a incapacidade política e a desordem moral. Na visão de Sousa Lobo, o processo de imigração era o remédio para todos os males do Brasil, já que “a imigração selecionada dos povos europeus constituiu o reforço e a higiene da raça, uma terapêutica para nossos males políticos e sociais. A imigração [...] se foi procedendo a uma contínua e rigorosa eliminação dos elementos negativos da comunidade” (LOBO apud DOMINGUES, 2004, p.272).<sup>45</sup>

Para Andrews (2007, p.200), “os projetos de branqueamento representaram um esforço maior das elites latino-americanas para obliterar suas identidades nacionais e recriá-las à imagem da Europa”. Com as mudanças ocorridas a partir dos anos 30, decorrentes da queda dos regimes oligárquicos e da crise econômica (crise mundial de 1929), o ideal do branqueamento como projeto nacional foi gradativamente deixado de lado. Sendo assim, os elementos culturais de matizes africanas e indígenas, os quais eram rejeitados em outro momento, passam a ser

---

<sup>43</sup> De acordo com Schwarcz (2005), “o modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos arranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça” (SCHWARCZ, 2005, p.65).

Para Mattos (2005), “apesar da forte influência do darwinismo social sobre os intelectuais brasileiros do último quartel do século XIX, a absorção das teorias raciais no Brasil se fez de forma original em geral invertendo as interpretações que previam a ‘degeneração’ como resultado inexorável da mestiçagem. As teorias de branqueamento sugeriam, assim, baseadas na convicção de que o elemento considerado ‘racialmente superior’, ou seja, o branco, predominaria nos processos de mistura de raças. Disso resultou a crescente defesa, por parte de políticos e intelectuais, da imigração européia, com vistas a favorecer o processo de branqueamento biológico e cultural da futura população brasileira” (MATTOS, 2005, p.31)

<sup>44</sup> Formado em direito, publicou a obra: São Paulo na federação: problemas sociais, questões raciais, política imigrantista e estudos econômicos, em 1924. Lobo apresenta São Paulo como o espaço de luta entre a barbárie e a civilização.

<sup>45</sup> Sobre a entrada de imigrantes no Brasil, especificamente em São Paulo, ver capítulo 3 de ANDREWS, Georg. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC, 1998.

repensados como base para a construção de identidades nacionais (ANDREWS, 2007, p.200).<sup>46</sup>

Por essa nova perspectiva, a mestiçagem, vista até então como algo negativo, começa a ser positivada na elaboração da identidade nacional, sendo que esta se pautava em dois norteadores: democracia política e racial. Configurava-se um novo discurso, a democracia racial gradativamente propagava-se e estabelecia-se como construto ideológico, o qual se opunha à europeização, ao branqueamento e admitia o passado racial. “De suas posições anteriormente marginais, reprimidas e vergonhosas, as formas culturais afro-latinas tornaram-se símbolos e expressões culturais centrais da identidade nacional” (ANDREWS, 2007, p.201).

A mistura racial (ou miscigenação) tornou-se, ao longo do tempo o esteio da ideologia racial brasileira. Se tem ela sido fundamental para compreender as relações raciais e suas particularidades no Brasil, entretanto não reflete a realidade do comportamento social brasileiro (TELLES, 2003, p.16).

Assim, a partir dos anos 30, a miscigenação deixou de ter uma conotação pejorativa, para se tornar um dos principais símbolos da cultura brasileira. O que era um problema para a construção da nacionalidade<sup>47</sup> foi ressignificado, tornava-se o pilar da construção ideológica que enaltecia a mistura de “raças” e a harmonia delas.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Conforme Hanchard (2001): “Os Estados Unidos foram vistos como exceção aos processos de amalgamação e assimilação raciais do resto da América. Essa duvidosa exceção foi fonte de orgulho nacional para muitos intelectuais importantes da América Latina, como José Martí, em Cuba, José Vasconcelos, no México, e Gilberto Freyre, no Brasil, que vislumbraram a possibilidade de uma terceira via entre o feudalismo europeu e a segregação racial norte-americana: sociedades que utilizassem a miscigenação racial como base biológica da harmonia entre as raças” (HANCHARD, 2001, p.63).

<sup>47</sup> Sobre nacionalismo e suas alterações, ver HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>48</sup> Conforme Telles (2003, p.50), “apesar de não ter criado o termo e de elementos do conceito já haverem sido promovidos bem antes, Freyre expressou, popularizou e desenvolveu por completo a idéia de democracia racial que dominou o pensamento sobre raça dos anos 30 até o começo dos anos 90. Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais, por sua fusão de povos e culturas européias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo. A noção que os sistemas escravagistas e as relações raciais tinham sido mais benignos no Brasil do que nos EUA já era aceita; entretanto, Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe status científico, literário e cultural que duraria pelo menos até a década de 80”.

Nesse período, Gilberto Freyre fez sua reputação com uma reinterpretação do caráter nacional, respaldando-a na leitura positiva da história da miscigenação brasileira (SKIDMORE, 1976, p.192)<sup>49</sup>. Freyre reabilitava o passado brasileiro, “remodelando-o como a base de uma nova identidade nacional independente, pela primeira vez na história do Brasil, das normas e modelos europeus” (ANDREWS, 1997, p.99).

O descrédito do racismo científico e a “ausência” de discriminação racial (após 1930)<sup>50</sup> fariam do Brasil um país moralmente superior aos países tecnologicamente desenvolvidos, ainda marcados pela repressão das minorias raciais. Entre os exemplos e as comparações estabelecidas, o alvo principal centrava-se nos Estados Unidos e na Alemanha.

Dessa forma, o enaltecimento da democracia racial em solo brasileiro era reconfortante, se comparado às situações norte-americanas, marcadas por situações como aquelas definidas pelo termo *Jim Crow* ou com a radicalização do nazismo alemão (SKIDMORE, 1976). Foi exatamente no processo de miscigenação que Freyre julgou terem os brasileiros descoberto o caminho para escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos (VIOTTI, 1977).

Freyre descartava dois pressupostos das teorias raciais: o inatismo das diferenças raciais e a degeneração dos sangues misturados (VIOTTI, 1977). A partir das interpretações baseadas especialmente na obra do autor, difundia-se, através dos nossos intelectuais, políticos e da imprensa, bem como de práticas do governo do Brasil, uma ideologia de harmonia e excepcionalidade raciais, como elementos integradores da identidade nacional, interiorizava-se gradativamente o “mito da democracia racial”<sup>51</sup>. Entretanto, o autor mantinha os conceitos de superioridade e

---

<sup>49</sup> A miscigenação como um aspecto positivo das relações raciais brasileiras foi plenamente desenvolvida por Gilberto Freyre nos anos 30. Brazilianistas dos EUA, como Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler, defenderam parte dessa perspectiva até os anos 60, no caso de Degler, até 1972 (TELLES, 2003, p.19-20).

<sup>50</sup> Entendemos por discriminação racial: “um processo de marginalização social, político, cultural e racial imposta ao negro”(DOMINGUES, 2004, p.134).

<sup>51</sup> Neste estudo, três perspectivas amparam o entendimento de mito, são elas: conforme Chauí (2000), que compreende mito para além do sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade. “Mas também no seu sentido antropológico, no qual a narrativa é a solução imaginária para as tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem

de inferioridade<sup>52</sup>. A novidade estava no cruzamento de raças, “um fato a singularizar a nação” (SCHWARCZ, 2001, 28).<sup>53</sup>

Nas palavras de Sérgio Alfredo Guimarães (2005), seria um erro crer que o pensamento antropológico de meados deste século, seguindo os passos de Gilberto Freyre, mudou radicalmente os pressupostos racistas da idéia de branqueamento. Na verdade, a tese de embranquecimento foi apenas adaptada aos cânones da Antropologia Social, passando a significar a mobilidade ascensional dos mestiços na hierarquia social (GUIMARÃES, 2005, p.55).

Para o autor, embranquecimento e democracia racial, podem ser analisados como categorias de um novo discurso racialista, sendo que o núcleo racista “reside na idéia, às vezes totalmente implícita, de que foram três raças fundadoras da nacionalidade, que aportaram diferentes contribuições, segundo as suas qualidades e seu potencial civilizatório” (GUIMARÃES, 2005, p.56).<sup>54</sup>

Podemos dizer que o conceito *democracia racial*, até os anos 50, imperou em meio à intelectualidade brasileira e balizou o discurso ideológico da singularidade

resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p.9). De acordo com Viotti (1977, p.229), que percebe os mitos sociais como parte integrante da realidade social, sendo que, na vida diária, mito e realidade estão “inextricavelmente interrelacionados.” E, de acordo com Roland Barthes (1993, p.163), o qual diz que “o mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação [...]. Os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização: despolitizam segundo suas necessidades [...]”.

<sup>52</sup> Segundo Araújo (1994), a obra de Freyre, *Casa Grande & Senzala*, não descartava ou negava a violência entre escravos e senhores, da qual cita vários exemplos, mas investia na análise de como os antagonismos haviam se equilibrado. A hipótese freyriana parte da miscigenação que teria ocorrido desde os primeiros tempos da colonização brasileira, produto de um elemento colonizador já híbrido racialmente, que se amalgamou, em termos familiares e sexuais, com indígenas e africanos.

<sup>53</sup> No governo de Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), várias datas cívicas são estabelecidas, como o Dia da Raça (1939), que ‘exaltava a tolerância de nossa sociedade’. É no governo de Vargas que o Brasil ganha uma santa mestiça, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que se torna a padroeira do país (SCHWARCZ, 2001, p.29). O mestiço, de degenerado, ressurge como um simpático malandro, oficializado na imagem do Zé Carioca, criada por Disney, em 1942. “No desenho ‘Alô Amigos’, surgia, pela primeira vez, o simpático papagaio, que representava a malandragem mestiça brasileira, caracterizada por não fazer nada de muito errado, mas também nada de muito certo” (SCHWARCZ, 1996, p.164). Sobre o nacionalismo brasileiro e seus símbolos como a feijoada e o samba, ver cap.4 - Feijoada e soul food 25 anos depois, em FRY, Peter. *A persistência da raça: Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Também é relevante o estudo de KERBER, Alessandro M. *O que é que a bahiana tem? Representações na nação brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na década de 30*. Dissertação (Mestrado) - PPG/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002.

<sup>54</sup> Ver o capítulo: A Fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira, em DAMATTA, Roberto. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

nacional respaldado na harmonia de raças. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novas idéias eram configuradas e a intolerância racial tornou-se alvo de críticas. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; fundada em 1945) mostra-se preocupada em combater as políticas e as ideologias que sustentavam a discriminação de grupos raciais (étnicos, religiosos) (HOFBAUER, 2006, p.262).

Nesse contexto, o termo *raça* deixa de ser naturalizado, já que denotava uma classificação social norteada por atitudes negativas relacionadas a determinados grupos sociais e étnicos. Sendo assim, a UNESCO procura iniciar um debate mais humanista e menos biologizante<sup>55</sup>. Entre os diferentes programas promovidos pelo órgão, estava o interesse em estudar as relações raciais do Brasil, já que o país era visto como modelo de harmônica convivência racial. Dessa forma, foram feitos investimentos significativos para pesquisas que estudassem as relações raciais brasileiras.<sup>56</sup>

Dentre os diversos estudos, o de Florestan Fernandes destaca-se por ter questionado a idéia de democracia racial e a sua base de construção<sup>57</sup>. O autor, ao discutir as relações raciais, o faz relacionando-as à desigualdade social. Dessa forma, distancia a discussão do enfoque naturalista e determinista.

---

<sup>55</sup> Segundo Moura (1988, p.30), com as pesquisas patrocinadas pela UNESCO, as “generalidades otimistas e ufanistas foram revistas com rigor científico [...]. Uma dessas generalidades refere-se, constantemente, à existência de uma democracia racial no Brasil, a exemplo que deveria ser tomado como paradigma para outras nações. Nós éramos o laboratório onde se conseguiu a solução para os problemas étnicos em sentido planetário”.

<sup>56</sup> Neste trabalho, não há o propósito de analisar as diferentes correntes de estudos sobre o tema que surgiram, ou de discutir suas análises e conclusões. Sobre os estudos raciais no Brasil, Guimarães (2005) apresenta, na segunda parte de sua obra, *Racismo e Anti-racismo no Brasil*, uma leitura crítica sobre as pesquisas sobre relações raciais no país, apontando as diferentes perspectivas entre as escolas baiana e a paulista. Entre os estudiosos envolvidos no projeto, estiveram: Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Carlos Hasenbalg, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Ressaltamos que, nos anos 30 e 40, intelectuais afro-brasileiros e a imprensa negra já faziam críticas ao ideário da democracia racial, entretanto, não atingiram os espaços oficiais, como o acadêmico, por exemplo, onde o paradigma de Freyre predominava (ANDREWS, 1997, p.100). Para as percepções e mobilizações políticas dos negros, bem como para os debates acerca da questão racial nas primeiras décadas da república brasileira, ver GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2005.

<sup>57</sup> Referindo-se ao trabalho de Florestan Fernandes, Schwarcz (1998, p.205) avalia que os estudos do pesquisador diagnosticaram um “racismo dissimulado e assimétrico”. Analisando o censo de 1950, o sociólogo “não só encontrava diferenças regionais (como maioria de negros e mulatos no Nordeste) como concentrações raciais de privilégios econômicos, sociais e culturais”.

Apesar dos questionamentos apresentados pelos estudiosos brasileiros, a ideologia da democracia racial permaneceria como construto ideológico dominante por mais cerca de trinta anos, especialmente a partir de um esforço dos governos militares de suprimir, ideologicamente e pela força, qualquer ativismo ou linha de pensamento contrária à oficial. “O conceito de democracia racial [...] chegaria ao seu ápice como dogma de governo entre 1964 a 1985” (TELLES, 2003, p.57). Discutir a democracia racial havia se tornado um perigo à segurança nacional. À medida que o governo militar se consolidava, os estudos sobre raças foram aniquilados(?) e os principais estudiosos brasileiros, exilados. Apesar das críticas do início dos anos 50 e de todas as contestações acadêmicas, bem como a despeito dos modernos protestos negros iniciados em 1978, durante a década de 70 e 80, “a democracia racial era amplamente aceita pela maioria dos setores da sociedade brasileira” (TELLES, 2003, p.60-61).<sup>58</sup>

Domingues (2005), ao discutir a formação da Frente Negra Brasileira (fundada em 12 de outubro de 1931), aponta que o país, nesse momento, “vivia sob a égide ideológica daquilo que posteriormente foi denominado de democracia racial” (DOMINGUES, 2005, p.25)<sup>59</sup>. A elite intelectual e política e a grande imprensa faziam questão de se vangloriar da suposta ausência de preconceitos e discriminações no país.<sup>60</sup>

De acordo com ele, ainda, é importante destacar que não era somente a elite intelectual, política e a grande imprensa que reforçavam o mito da democracia racial, pois a idéia de não-existência de problemas raciais no Brasil tornou-se senso

---

<sup>58</sup> Mesmo com a ditadura militar, o movimento negro aos poucos se rearticulou e passou a denunciar o preconceito racial. Ver: CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*, 2006.

<sup>59</sup> Segundo Telles (2003), em 1962 Freyre empregou pela primeira vez o termo democracia racial.

<sup>60</sup> Domingues (2005, p.26) reproduz parte do texto publicado por Australégio de Ataíde, no Diário de São Paulo, em 26/02/1932: “Para nossa felicidade não possuímos as chamadas questões de raça. Pretos, judeus e amarelos confundem-se conosco, misturam o seu sangue com o nosso sangue, amalgam-se na longa e persistente elaboração do tipo racial a que devemos atingir com o tempo [...]. Se algumas portas se fecham aos pretos, não é em consideração pela cor, mas pela falta de educação e pelos maus hábitos de certos indivíduos descendentes do Cham. Ao preto limpo, honesto e decente, o Brasil tem dado de tudo, as posições mais elevadas, os cargos públicos mais altos, as dignidades científicas mais cobiçadas. Nunca se ouviu dizer que alguém tivesse fracasso pela razão exclusiva de ter a pele mais tostadas e o cabelo mal com Deus. Eis por quê a idéia de formar uma frente negra brasileira é ridícula e terá de morrer por falta de ambiente”.

comum. Diferentes extratos e classes sociais acreditavam que vivíamos em um “paraíso racial”, com negros e brancos irmanados em regime de fraternidade e igualdade de oportunidades (DOMINGUES, 2005).

Para o referido autor, o discurso da democracia racial, bem como seus ideários de igualdade de oportunidades e de harmonia, estava distante de ser real, ao menos na sociedade paulistana. Baseado em Lowrie (1928), aponta que o índice de mortalidade infantil, em São Paulo, atingia em maior escala a população negra; além disso, a taxa de natalidade, entre os anos de 1920 e 1928, era inferior entre a população negra em comparação com a branca (DOMINGUES, 2005).

Andrews (1998), ao abordar a questão dos trabalhadores negros e brancos na empresa São Paulo Light, informa que os trabalhadores negros tinham mais dificuldades de serem admitidos e maior facilidade de serem demitidos. “Quando recebiam ordem de cortar sua força de trabalho e demitir trabalhadores cujos desempenhos eram supostamente insatisfatórios [...], os supervisores da São Paulo Light aparentemente escolhiam demitir os trabalhadores negros [...]” (ANDREWS, 1998, p.184).<sup>61</sup>

As distinções também são observadas nos espaços de sociabilidade e de lazer, como clubes, teatros, cinema e salões de baile. Nestes, os negros eram impedidos de ingressar. O esporte não ficava à margem do cenário segregacionista. Nos times de futebol de grandes clubes e até mesmo de pequenos clubes, conforme a localidade, não era permitido o ingresso do negro (ANDREWS, 1998; DOMINGUES, 2004).<sup>62</sup>

No tocante às produções voltadas ao Rio Grande do Sul, estas enfatizam a discriminação racial e a organização dos negros. Podemos citar, nesse sentido, o trabalho de Muller (1999) intitulado “As contas do meu rosário são balas de artilharia - Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920”, que aborda a formação de inúmeras agremiações recreativas e beneficentes negras, bem como a sua importância e de suas estratégias voltadas à sociabilidade, à solidariedade e à

---

<sup>61</sup> Em se tratando de São Paulo, ver: BASTIDE e FERNANDES (1971).

<sup>62</sup> Magalhães (2005); Gomes e Magalhães (2008) destacam, em âmbito local, nas cidades de Novo Hamburgo e Caxias do Sul/RS, a discriminação dos negros e a organização de clubes negros.

formação de pecúlios por parte dos negros. Também o estudo de José Antônio dos Santos (2003), sob o título “Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)”, cuja abordagem nos remete à importância da imprensa negra, em especial do jornal “A Alvorada” (1907), como veículo de denúncia da discriminação racial.

A obra de Loner (2001), “Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)”, apresenta um capítulo acerca das associações negras e a relevância destas no pós-abolição. O trabalho de Kersting (1998), com o título “Negro e a modernidade urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920)”, possibilita pensar sobre as representações criadas pela modernidade urbana, a exclusão social da população negra e a formação de territórios formados hegemonicamente com população não-branca. O estudo de Arilson dos Santos Gomes (2008), “A Formação de Oásis: Dos movimentos fretenegrinos ao primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre-RS (1931-1958)”, aborda as diversas organizações negras e a sua relação com a Frente Negra, especialmente de Porto Alegre.

Destacamos, ainda, o trabalho intitulado “Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)”, de Pereira (2008), que aborda a importância da educação para as organizações negras da capital gaúcha, bem como a sua luta para a integração do negro à sociedade porto-alegrense.

## 1.1 DEMOCRACIA RACIAL EM NOVO HAMBURGO: ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

[...] os dirigentes do nosso município, homens compenetrados que são de seus deveres, vão introduzindo na villa e mesmo em seus arredores melhoramentos que há muito eram uma velha aspiração do heróico povo desta terra.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Jornal O 5 de abril, 20/05/1927.

As palavras acima são extraídas de texto publicado no jornal “O 5 de abril”. O veículo de comunicação circulou por muito tempo em meio à comunidade teuto-brasileira e serviu também como suporte de um discurso ligado ao enaltecimento e à valorização do povo “ordeiro”, dedicado ao trabalho, voltado ao avanço e ao progresso. No ano de 1927, nasciam o município de Novo Hamburgo e o jornal O 5 de Abril.

Outros periódicos também circularam pela cidade e pelas mãos de seus leitores, tais como “A Gazeta de Novo Hamburgo” e “O Hamburguês”. Entretanto, destacamos que “O 5 de Abril” nasce em um momento especial, ou seja, juntamente com a emancipação da cidade, e, por muito tempo, foi o único periódico a circular em meio à comunidade. Trata-se de um jornal fundado por “um grupo de ardosos paladinos do villamento local”.<sup>64</sup>

O uso da imprensa como fonte de pesquisa auxilia na reconstituição das mudanças, transformações, relações sociais, formas de comportamentos, entre outros aspectos. Permite pensar sobre o cotidiano e seus diferentes agentes sociais. Dessa forma, buscamos nos jornais um cotidiano que é modificado e vivenciado, um cotidiano em que apropriação e criação são constantes na vida do indivíduo (DE CERTEAU, 1994).

Sendo assim, os jornais são importantes documentos que possibilitam o acesso às representações, as quais podem ser entendidas como a realidade construída por diferentes sociedades, visto que envolvem convergências e divergências em um mesmo espaço, constituindo o imaginário social (CHARTIER, 1990). Compreendemos que as práticas ou as estruturas são produzidas pelas representações contraditórias ou em confronto. Dessa forma, as práticas constroem-se a partir de usos e significações, bem como da apropriação dos diferentes símbolos culturalmente disponíveis (CHARTIER, 1991).

As representações não são ingênuas, sempre são influenciadas pelos

---

<sup>64</sup> Jornal O 5 de abril, 13/05/1927.

interesses dos grupos que as elaboram. Conforme Chartier (1990, p.17)<sup>65</sup>, “as representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Ao encontro dessa perspectiva, entendemos que os “sistemas simbólicos [...] através dos quais opera o imaginário social, são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações” (BACKZO, 1985, p.311).

Nesse sentido, lançamos mão dos periódicos locais como um dos caminhos possíveis de encontrar diferentes representações, especialmente nas crônicas, nas notas sociais e policiais e que contribuíram para a construção de um imaginário social<sup>66</sup> sobre os negros em Novo Hamburgo.

Ressaltamos que a crônica “estabelece versões para os fatos de seu tempo ou dos tempos passados e ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação” (PESAVENTO, 1997, p.34). Neste trabalho, buscamos perceber os discursos presentes no imaginário social hamburguense envolvendo o ideário da democracia racial e do branqueamento.

Maroneze (2007, p.41-42) assevera acerca do uso das crônicas:

O chamado ‘gênero menor’ da literatura é uma fonte inesgotável de informações e ‘dados empíricos’ para a construção histórica e para uma análise que pretenda deslocar as fronteiras do conhecimento em seus vários matizes [...]. Desta forma, a superabundância de informações retratadas pelos cronistas, que estão intimamente relacionadas ao acontecer urbano e ao fluxo temporal, transforma-se também em imagens e idéias que se fixam no devir. O cronista cria ou alimenta imaginários urbanos diariamente, aproxima o vivido do imaginado mesclando passado e presente, memória e acontecimento: cruza as idéias universais na reflexão do detalhe e estabelece uma dialética entre espaço social e temporalidade.

Imbuídas de elementos fundamentais do ideário liberal, tais como igualdade, liberdade e cidadania<sup>67</sup>, as produções textuais dos cronistas dos periódicos de Novo Hamburgo fomentavam uma ideologia que negava a existência da exclusão racial no Brasil, nas diferentes esferas (nacional e municipal). Buscavam valorizar a figura da

---

<sup>65</sup> Roger Chartier retoma o conceito de representação das Ciências Sociais de Marcel Mauss e Emile Durkheim.

<sup>66</sup> Ver: SWAIN (1994).

<sup>67</sup> Sobre cidadania, ver: CARVALHO (2003).

princesa Isabel e retratavam a Lei Áurea como marco de rompimento com o atraso, insígnia de que o país caminhava em direção ao progresso e à civilização.

Os jornais eram distantes de serem uma peça única, indivisível, mas uma composição de diferentes segmentos. O periódico em questão apresentava espaço dedicado às crônicas, as quais abordavam diversos conteúdos, que, em geral, eram de autoria de moradores de Novo Hamburgo (políticos, comerciantes, advogados, entre outros), os quais colaboravam com o semanário. Com um discurso comparativo entre a realidade dos negros norte-americanos e brasileiros, geralmente as crônicas publicadas nesses periódicos negavam e condenavam a segregação racial de forma veemente, bem como enalteciam a harmonia de raças existente no Brasil. Através de um discurso usual na sociedade brasileira, o racismo indicava-se no *outro*, enquanto apontava-se o modelo nacional como exemplo da interação entre raças e classes díspares. Por outro lado, notas informativas, principalmente as policiais, permitem-nos pensar sobre o distanciamento entre o ideário e as práticas sociais brasileiras no âmbito local.

Nos primeiros anos do século XX, e especialmente a partir da sua segunda década, o discurso de enaltecimento da abolição<sup>68</sup> e a defesa da igualdade da liberdade como princípios norteadores da cidadania estão vigentes nos escritos da imprensa de Novo Hamburgo, especialmente no jornal “O 5 de abril”. Em seus exemplares, as crônicas publicadas endossam e referendam as discussões abordadas na grande imprensa nacional em torno do debate envolvendo cidadania, civilização, modernização, entre outras.

No mês de maio, em especial, ocorria a publicação de crônicas voltadas para a comemoração da Abolição. Estas se referiam ao histórico da libertação dos escravos no Brasil, narrando datas e fatos que incentivavam a leitura enaltecida da figura da Princesa Isabel. Concomitantemente, destacava-se o ato de coragem

---

<sup>68</sup> Segundo Fraga Filho (1996, p.356), nos primeiros governos republicanos, ocorre uma tentativa de esvaziar os significados do 13 de maio; era uma forma de negar ou silenciar grandes realizações do governo monárquico, bem como silenciar conflitos e sepultar esperanças nascidas no âmbito mesmo das lutas contra a escravidão e pela cidadania. Da mesma forma, negava-se a atividade dos cativos e ex-cativos no momento da mudança. A República decretada, dois anos após a abolição, ambicionava a inserção brasileira no rol dos países civilizados e modernos, para tanto, valores como liberdade e igualdade tornavam-se primordiais.

executado por ela ao assinar a Lei Áurea.

A reforma sobre o elemento servil consistia em declarar livre os filhos de mulher escrava e promover ao mesmo tempo a libertação dos escravos existentes [...] Essa Lei, em 28 de Setembro de 1871, foi aceita na Câmara dos Deputados por 65 votos contra 45 e no Senado por 33 votos contra 7. Em 13 de Maio de 1888, finalmente [...] a princesa D. Izabel – cognominada por isso de – Redemptora - decretou a extinção definitiva da escravatura no Brasil. Como em toda a parte, os favorecidos por essa Lei organizaram aqui grandes festas constantes de: passeata pelas ruas desta villa, churrasco e bailes.<sup>69</sup>

O conteúdo informativo e enaltecedor, ao que parece, é relevante nos primeiros anos de existência do jornal (final da década de 1920). Com o início da década de 30, adentrando pelos anos 40, ocorre uma mudança no enfoque das crônicas centradas no 13 de maio. Destaca-se o discurso voltado para as diferenças de cor, de natureza e de distanciamento cultural. Paralelamente, mostra-se presente a relevância da cidadania.<sup>70</sup>

As crônicas também versavam sobre o preconceito racial, amparando-se na importância da igualdade de direitos, independentemente da cor. Tal discurso ia ao encontro da tendência nacional pós-30 em que, como vimos, a mestiçagem se torna o elemento positivo de formação nacional. “A novidade estava na interpretação que descobria no cruzamento de raças um fato a singularizar a nação, nesse processo que fazia com que a miscigenação parecesse, por si só, sinônimo de tolerância” (SCHWARCZ, 2001, p.29).

A partir da década de 30 e das alterações econômicas [a baixa das exportações devido à grande depressão da década de 30], novas reformulações políticas foram instituídas pelas sociedades nacionais. Abandonava-se a postura de defesa do branqueamento e buscou-se inspiração não nas civilizações e culturas da Europa, mas sim nos movimentos políticos e multiraciais. Nas palavras de Andrews (2007, p.186), “para as nações da América Afro-latina, os anos a partir de 30 foram um período não mais de branqueamento, mas de amorenamento”. Novas identidades nacionais, a modernização e a industrialização econômicas, em novas

---

<sup>69</sup> Jornal O 5 de Abril, 13 de maio de 1927.

<sup>70</sup> A partir dos anos 30, percebemos, nas crônicas, a ênfase de percepções relacionadas ao Brasil e a “integração” dos negros na sociedade brasileira, como uma característica de país civilizado.

formas de participação política e cidadania, em vez de negarem e procurarem obliterar a história da mistura racial da região, abraçaram-na como essência de ser latino-americano (ANDREWS, 2007, p.187).

Percebemos o conteúdo humanitário mais presente, envolvendo o debate em torno das questões de cidadania, igualdade de direitos, justiça, entre outras, propostas na construção de uma identidade nacional, que se inicia a partir de 30, com Vargas à frente do governo. Essa identidade estava respaldada pelo agregamento dos três elementos, índio, negro e branco, na formação do povo brasileiro, transformando essa agregação em algo positivo a partir de suas contribuições, de acordo com qualidades e potenciais.<sup>71</sup>

O texto publicado em 28 de agosto de 1931, com o título “Justiça e Preconceito”, aborda a situação de cinco negros condenados à cadeira elétrica no Estado do Alabama, e fornece-nos uma mostra do discurso centrado na cidadania, cujo conteúdo é um comparativo entre a situação dos negros norte-americanos e brasileiros:

[...] nós, brasileiros, se para uso próprio conservamos os preconceitos de raça, se por uma questão esthetica não amamos a pelle negra [...] sentimos no entanto que não há crime em possuir uma epiderme que retém todos os raios solares, e legislamos para o cidadão sem cogitar a sua cor.<sup>72</sup>

A elaboração acima contempla a idéia da democracia racial que, no Brasil, representava a antítese da segregação racial norte-americana. A imagem do Brasil, comparativamente ao exterior, era positivada, ao mesmo tempo em que, internamente, a contradição entre democracia racial e racismo era administrada pelas elites, propositadamente ou não, remetendo continuamente a população aos princípios democráticos (raciais principalmente) da sociedade brasileira, comparada ao sistema polarizado e cruel dos Estados Unidos (TELLES, 2003, p.325).

---

<sup>71</sup> Em relação ao mito da democracia racial e seu conteúdo respaldado no igualitarismo e na harmonia, Moura (1988, p.19-20) diz que: “Criando a nossa inteligência uma realidade mítica, pois somente ela compensaria o nosso ego nacional, ou melhor, o ego das nossas elites que se diziam representativas do ethos cultural. [...] o mito do bom senhor de Freyre como uma tentativa sistemática e deliberadamente montada de interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio sem importâncias, que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados”.

<sup>72</sup> Jornal O 5 de Abril, 28/08/1931.

Lendo com os *olhos do presente*, a citação acima é de um racismo quase *ingênuo* de tão explícito. Os autores parecem separar uma esfera *política e legal* de outra *cotidiana* – o preconceito racial seria compreensível e aceito, desde que se limitasse ao cotidiano (*uso próprio*) das sensibilidades estéticas. O Brasil deveria ser enaltecido, pois não criminalizou a questão racial, como os Estados Unidos. Mas o texto jornalístico apresenta uma insuportável ambigüidade, quando se pronuncia como se fosse o porta-voz de uma identidade nacional – *nós, brasileiros*. Ao afirmar que não era crime *possuir uma epiderme que retém todos os raios solares*, o cronista estabelece uma dicotomia entre *nós, brasileiros*, e a população negra. Tratava-se da atribuição de quase *estrangeiridade* à comunidade negra, de uma cidadania racializada.

Notamos nas crônicas, grosso modo, que os negros figuravam como vitimizados e não participantes das ações e dos movimentos que aspirassem à liberdade no momento da abolição, ou seja, sua capacidade de reação e de criação não é considerada<sup>73</sup>. Essa perspectiva pressupõe a construção (e o fortalecimento) da imagem ancorada na passividade e na visão deles como espectadores ou coadjuvantes do cenário histórico que os envolvia. Ao mesmo tempo, respaldava a idéia de uma realidade de não-confronto, já que, conforme essa construção ideológica, as relações entre senhores e escravos, no Brasil, foram mais harmoniosas do que em outros países. Persiste, no período citado, a valorização do ato da Regente e seu gesto é descrito como generoso e magnânimo.

O dia da liberdade porém surgiu com a 'lei aurea' assinada por Izabel, a redemptora; o sol de 13 de Maio de 1888 foi mais brilhante, mais viva a sua luz, a natureza vestia-se de festas, mascarou-se de alegria, o céu mais puro e azulado, bello no seu infinito, tudo sorria... e libertava-se uma raça!<sup>74</sup>

Analisando a construção histórica e heróica em torno da Princesa, Daibert Júnior (2004, p.172) afirma:

como heroína, Isabel recebe glórias e aparece como protagonista maior da história, cujo enredo termina com um final feliz: as almas cativas redimidas, a paz social vitoriosa sobre insignificantes perturbações, a propriedade

<sup>73</sup> O negro brasileiro, durante a escravidão e posteriormente, organizou-se de diversas formas de luta em diferentes regiões do Brasil (MOURA, 1988, p.112). Sobre a luta dos escravos pela libertação, ver: CHALOUB (2003); MATTOS (1998) e MACHADO (1994).

<sup>74</sup> Jornal O 5 de abril, 12/05/ 1933.

preservada, a vontade nacional realizada e o país em sintonia com a civilização e o progresso.

Nos textos pesquisados, encontramos a preocupação de ressaltar o mérito brasileiro em propiciar a abolição dos escravos pacificamente, sedimentando tal perspectiva a partir da comparação com outros países, em especial, com os Estados Unidos da América. Ressaltavam-se algumas singularidades da Abolição no Brasil, “um ‘certo alívio’ decorrente da libertação que se fez sem lutas nem conflitos e, sobretudo, evitando distinções legais baseadas na raça construía-se uma representação de escravidão benigna” (SCHWARCZ, 1998, p.187).

Marcados pela forte construção intelectual apoiada na ‘democracia racial’, vigente no período, os jornais fomentavam a idéia de igualdade entre as raças. Conforme Andrews (1998, p.207),

foi assim que o Brasil – o último país do mundo cristão a abolir a escravidão – tornou-se o primeiro a se proclamar uma democracia racial: uma sociedade que ofereceu uma genuína igualdade de oportunidades a todos os seus cidadãos e se libertou da tensão, discriminação e conflitos raciais.

A nota publicada no “O 5 de Abril” instiga reflexões acerca da “democracia racial” e as práticas sociais no município de Novo Hamburgo:

[...] vieram protestar [os negros] contra os cinemas desta cidade, pois não lhes permitem estes a entrada na platéia. Pleiteiam, por isso, que estas casas de diversões estipulem, pelos menos, um preço especial para os logares que indicam para a classe negra.<sup>75</sup>

A informação apresenta elementos da realidade local que se contrapõem à fala da harmonia racial, tão propagada e mencionada nas crônicas. Paradoxalmente, as crônicas contribuíam com o fortalecimento de uma ideologia voltada virtualmente para todos. No entanto, as informações contidas na nota mostram que ela não se materializava em uma prática cotidiana. Tal contradição permite pensar acerca da ambigüidade do discurso e das relações no âmbito público e privado, bem como desvela a presença negra e as “fronteiras” impostas a esta, assim como a exclusão

---

<sup>75</sup> Nota intitulada “Uma aspiração dos negros” do Jornal O 5 de Abril, publicada em 6/05/1936.

em Novo Hamburgo.<sup>76</sup>

A não-existência de segregação (pelo menos, não institucionalizada) e a convivência supostamente harmoniosa entre diferentes "raças" na sociedade brasileira tornavam-se fonte de orgulho. Esse discurso balizado na democracia racial negava uma prática cotidiana de exclusão do negro no Brasil presente no mercado de trabalho, nas oportunidades de ascensão social, em clubes e associações de lazer, entre outros (ANDREWS, 1998; DOMINGUES, 2004, HANCHARD, 2001; TELLES, 2003).

A política social empreendida pelo Estado procurou minimizar ou mascarar as diferenças raciais. "A consequência mais nociva disso é a incapacidade de muitos cidadãos brasileiros de identificarem quaisquer problemas raciais, bem como o não reconhecimento de que de fato existem no Brasil problemas específicos de discriminação, violência e desigualdade raciais" (HANCHARD, 2001, p.65).

Podemos dizer que a não-existência de racismo no Brasil e no *locus* em estudo se estabelece como verdade<sup>77</sup>. Essa verdade, legitimada nas relações de poder construídas nas diferentes instâncias, em harmonia com o discurso e as práticas sociais em âmbito nacional, fazia de Novo Hamburgo mais uma localidade do Brasil, onde a convivência entre diferentes sujeitos (brancos e negros) não seria problema. No entanto, a reivindicação em torno de preços mais baixos para a entrada no cinema possibilita pensar sobre o construto ideológico e as práticas sociais.

Em Novo Hamburgo, não era vedado ao negro freqüentar o cinema, mas sim a possibilidade de sentar-se ao lado do branco - para ele, o 'puleiro' era reservado. Tal impedimento não era um dispositivo legal, mas estava plenamente inserido nas práticas sociais cotidianas da municipalidade. Segundo Nair Leopoldina de Oliveira, mulher negra que participava do Clube Cruzeiro do Sul (fotografia anexo A), tal

---

<sup>76</sup> Nosso entendimento de exclusão está sendo norteador por Pesavento (2001), que trabalha com a noção a partir de Michel Foucault, que distingue princípios básicos de exclusão (a oposição entre razão/loucura, que implica separação/rechaço, a do verdadeiro/falso, que implica divisão, separação, limites). A autora respaldou seu entendimento também em Erving Goffman, para pensar acerca dos domínios das sensibilidades e nas experiências de vida, além da cotidianidade.

<sup>77</sup> Verdade, de acordo com Foucault (1989), é uma construção com múltiplas coerções e produz efeitos regulamentadores de poder.

segregação ocorria pela ação dos próprios freqüentadores do cinema, que diziam: “Nego, teu lugar não é aqui, vai pro puleiro [...] tocava a gente com espinho, palito [...] a gente levantava, não podia ficar de tanto que eles judiavam com palavrões”.<sup>78</sup>

Por um lado, respeitava-se o direito do negro ao espaço público (cinema), por outro, demarcava-se o distanciamento no âmbito interno desse espaço. A coexistência entre aceitação e negação da presença dos negros fazia-se presente no cotidiano da comunidade. A dualidade existente entre aceitar (ou tolerar) em lugares específicos e determinados para os negros remete-nos ao entendimento dos espaços como esferas de significação social, que separaram contextos e configurações com visões de mundo e éticas particulares (DAMATTA, 1997, p.53).

Esboça-se a cordialidade da sociedade brasileira contida na análise do historiador Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, 1999), a convivência de duas formas de percepção do mundo: para uns, a lei e, para outros, a destituição e o distanciamento dos códigos legais. A hierarquização e a dualidade no espaço teuto-brasileiro de Novo Hamburgo fazia-se presente em relação aos negros.

A comunidade teuto-brasileira discursava a favor da igualdade, da justiça e contra atitudes discriminatórias e raciais, geralmente, contrapondo a ela com exemplos de países que conviviam com realidades distintas. Ao mesmo tempo, de forma não diferente de outras localidades, criavam-se mecanismos capazes de impor limites e demarcar os lugares sociais de cada grupo dentro da sociedade.

Hanchard (2001), ao estudar o movimento negro no Rio e em São Paulo, assevera que "os constructos raciais são dinâmicos e fluidos, na medida em que os grupos 'raciais' não são categorizados no isolamento, mas em relação a outros grupos, dotados de suas próprias normas e dos valores concomitantes de classe, status e poder" (HANCHARD, 2001, p.31).

É relevante refletir acerca das imposições estabelecidas aos negros (determinação de lugares no cinema, segundo a nota) e a ação desses que

---

<sup>78</sup> Depoimento cedido em 14/06/2003 ao projeto Contando uma outra história: Memória e identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul, coordenado pela prof. Magna Lima Magalhães; arquivado na sala de pesquisa do grupo Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale.

negociam preços mais justos e acessíveis para o espaço determinado. Percebemos uma estratégia, por parte dos sujeitos negros, de reconhecimento de uma espacialidade limitada para os seus; no entanto, são negociadas as condições de acessibilidade (“um preço especial”), levando-nos a entender que o espaço pode ser percebido como rede relacional e de representação coletiva (CARVALHO, 2003, p.90). Podemos inferir que existia a demarcação espacial ou mesmo um “acordo de cavalheiros” (grifo meu) ou, conforme palavras de De Certeau (1994, p.45), “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”.

A nota publicada no jornal O 5 de Abril, em 6 de maio de 1936, intitulava-se “Uma aspiração dos negros” e dá a entender que indivíduos que se sentiram prejudicados em seu acesso ao cinema haviam recorrido ao jornal. Não temos como saber se a proposta de *preços especiais para os logares* indicados para a *classe negra* foi pleiteada pelos próprios sujeitos prejudicados, ou se fora uma proposta conciliadora indicada pelos jornalistas.

Entretanto, a implementação explícita de uma espacialidade segregacionista pode realmente ter sido sugerida pela *classe negra* como um posicionamento crítico em relação ao preconceito velado que sofria. Se o preconceito racial era uma prática privada aceita no dia-a-dia, então que fosse materializado em normas claras e públicas. Estipular abertamente a reserva de um espaço – o mezanino – para a frequência dos indivíduos negros ao cinema era propor um abalo e uma crítica explícita à tão propalada democracia racial.

A crônica datada de maio de 1942 expunha o “13 de maio [como] um dos acontecimentos de maior repercussão nas diretrizes nacionais”, o qual se destacava por sua singularidade, já que havia se processado “sem lutas sanguinolentas”. Era, portanto, uma “conquista civilizadora”<sup>79</sup>. Ao contrário, “em outros países a escravidão gerou ódios, discórdias e revoluções, haja vista a guerra da Secessão, do norte contra o sul, nos Estados Unidos.”<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> Jornal O 5 de Abril, 15/ 05/ 1942.

<sup>80</sup> Jornal O 5 de Abril, 18 /05/ 1945.

Segundo Schwarcz (2001a, p.85), no Brasil:

o mito da convivência racial harmoniosa ganhou penetração ímpar, que lhe assegurou um lugar de modelo, em contraposição a outras experiências, como, por exemplo, a dos Estados Unidos e a da África do Sul. Insistir no mito significa assim, recuperar uma forma de sociabilidade, em que o princípio de classificação hierárquica permanece sustentado por relações de intimidade.

As crônicas carregadas de positividade abordam o encaminhamento pacífico da abolição no Brasil e criticam a segregação dos negros norte-americanos. Os conteúdos comparativos entre as distintas realidades são acompanhados do sentimento de orgulho em relação à nação brasileira, já que esta realizara a abolição sem lutas e guerras: “causa-nos pena sabermos de nossos irmãos do norte tão horríveis condutas para com seus patriotas que não cometeram outro crime sinão o de nascerem com a epiderme manchada pela tonalidade preta”.<sup>81</sup>

Novamente o racismo se desmascara, dessa vez, com a menção à *epiderme manchada*; a diferenciação étnica demarcada esteticamente entre *brancura* e *sujeira*. Se destacarmos novamente o *estético*, não é para tornarmos benigno o preconceito racial, mas, ao contrário, queremos evidenciar como esses esquemas de diferenciação influenciam os sujeitos neles envolvidos, até mesmo em suas noções básicas de beleza e feiúra, limpeza e sujeira, certo e errado.

A ausência segregacional, em solo brasileiro, é foco de elogios por parte dos cronistas. Percebemos uma faceta do racismo à brasileira, envolto pela democracia racial, “sem cara”. Para Telles (2003, p.60), “racista é o que separa e não o que nega a humanidade de outrem”. De acordo com Gilroy (1987), deveríamos falar em racismo no plural e não no singular, pois estes diferem ao longo do tempo histórico, como também podem variar dentro de uma mesma formação social ou conjuntura histórica.

A crítica (“aos irmãos do norte”) pode ser compreendida, se atentarmos para o contexto do pós-guerra em que o anti-racismo e a denúncia das conseqüências inumanas e bárbaras são focos dos discursos políticos. Nesse sentido, a segregação racial institucionalizada nos EUA, bem como o *apartheid* na África do Sul, sistemas

---

<sup>81</sup> Jornal O 5 de Abril, 20/05/1950.

racistas que sobreviveram à Segunda Guerra, tornam-se o centro das críticas (GUIMARÃES, 2005, p.43).

A idéia contida no discurso de uma abolição sem traumas e de forma ordeira e pacífica (ao contrário dos Estados Unidos) advém de uma elaboração intelectual apoiada na obra de Gilberto Freyre (Sobrados e Mucambos, 1981), que enfatiza os elementos formadores da nossa sociedade, entre os quais, a colonização portuguesa e a superioridade étnica dos africanos trasladados para terras brasileiras, como fundamentais para a relação harmoniosa entre brancos e negros no Brasil.

A tese de Freyre, centrada na miscigenação, propalada e recebida nos meios intelectuais (início da década de 30), alicerça o mito da democracia racial e promove a sua assimilação amparada no período colonial, em que as relações pacíficas e harmoniosas entre senhores e escravos permitiram uma troca cultural, cujo resultado em parte, pode ser percebido na flexibilidade das relações raciais no Brasil. Freyre propiciava o vínculo positivo a um passado escravista, fornecia a âncora da construção da democracia racial, a mestiçagem (AZEVEDO, 2003, p.17).

Hanchard (2001, p.69) enfatiza o importante papel do Brasil como uma referência em relação às discussões raciais do período:

A internacionalização desse mito da democracia racial atingiu, já na década de 1920, outros povos descendentes de africanos em outras partes do hemisfério [...] o Brasil representava o ponto ideal de comparação para os estudiosos das relações raciais - um grande país do Novo Mundo, com uma expressiva população de ascendência africana, que tinha melhores relações raciais do que os Estados Unidos.<sup>82</sup>

Os textos da “Gazeta de Novo Hamburgo” (contemporâneo do O 5 de abril), principalmente do final da década de 1940, demonstram a difícil conciliação entre elaboração intelectual e realidade. A crônica intitulada “Preconceito Racial”,

---

<sup>82</sup> Devemos destacar que a comparação entre o processo abolicionista brasileiro e o norte-americano já pode ser encontrada no século XIX. Lideranças abolicionistas inclusive usaram a eclosão da guerra civil nos Estados Unidos para prevenirem os contemporâneos de que medidas urgentes deveriam ser implementadas, para que não se chegasse a um fim similar. O médico e abolicionista Joaquim Manuel de Macedo publicou, em 1869, o livro “As Vítimas-Algozes” e, em sua introdução, compelia todos a aderirem a uma abolição gradual, atemorizando seus leitores com os riscos de um conflito tal como ocorrera nos EUA. Nesse sentido, ver: MOREIRA (2003); MACEDO (1991).

publicada em 25 de julho de 1949, de autoria de Dom Plabo (codinome), apresenta conteúdo voltado para a temática racial e denuncia a necessidade, por parte dos negros [de Porto Alegre], de fundar um clube náutico para os interessados em esportes aquáticos, posto que se sentiam inibidos a participar em sociedades do gênero, por conta da cor.

Os artigos do referido autor, acerca da exclusão dos negros na sociedade, geralmente abordam situações nos âmbitos nacional e regional. Em texto veiculado em julho de 1951, ele destaca a importância da Lei Afonso Arinos<sup>83</sup>, referindo-se a esta como:

feliz decreto que vem preencher, em bôa hora, uma das mais graves lacunas que se fazia sentir em nosso complexo regime democrático [...] porque é inconcebível que um povo que se orgulha de viver governado por um emanado do povo admite diferenças em seu organismo social, ao ponto de negar direitos à compatriotas.<sup>84</sup>

No mesmo jornal, uma ocorrência policial, datada de agosto de 1951 (vinte e nove dias após a promulgação da Lei Afonso Arinos), relata a prisão de um negro que, após beber demasiadamente (um “pifão daqueles”)<sup>85</sup> e fazer besteiras em via pública, foi encaminhado para o xadrez. O relato sugere que o “pifão” foi em decorrência da comemoração do “decreto dos morenos” (conforme texto), reportando-se novamente à Lei Afonso Arinos, que proibia a restrição ao acesso de qualquer pessoa aos locais públicos.

Os anos que se seguem ao pós-abolição, parece que não foram suficientes para que a propaganda igualdade racial se concretizasse no solo brasileiro. Ao que tudo indica, chegávamos a meados do século XX “acreditando” na ausência de preconceito<sup>86</sup> de cor no Brasil. No entanto, nos mais variados espaços e esferas da sociedade nacional, regional e municipal, as relações cotidianas davam mostras do quão artificial era a dita democracia racial.

---

<sup>83</sup> Trata-se da lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951, primeira contra a discriminação racial. Resultou de um incidente que envolveu a bailarina negra norte-americana, Katherine Dunham, que foi impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo, (HANCHARD, 2001, p.131). A Lei Afonso Arinos transformou a discriminação racial em um delito passível de multa.

<sup>84</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 12/07/1951.

<sup>85</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 02/08/1951.

<sup>86</sup> Por preconceito, entendemos um pensamento que configure avaliação dos negros, tendo por base estereótipos que lhe atribuem qualidades negativas (DOMINGUES, 2004, p.134).

A necessidade da elaboração da Lei Afonso Arinos confirma a artificialidade do discurso; certamente, por conta da lei “muitos pifões”, foram registrados nas ocorrências policiais nos mais diferentes recantos do Brasil.

A comemoração registrada na nota anteriormente citada acena para a importância do instrumento legal como forma de coibir a exclusão racial, conforme palavras de Schwarcz (2001a, p. 52), “o certo é que a Lei Afonso Arinos, de 1951, ao punir o preconceito, acabava por confirmar sua existência”.

As crônicas dos últimos anos da década de 50 do Jornal “O 5 de Abril”, que postulam um discurso em defesa da igualdade entre brancos e “pretos”, no entanto, apresentam a existência das distinções através do acionamento das características fenotípicas (como a cor da pele e os cabelos), colocando a igualdade propagada em xeque. Ao mesmo tempo, ocorre um branqueamento desse negro, para que seja reconhecido como bom na sociedade hamburguesa. O negro bom é ordeiro, honesto, trabalhador.

A velha Sade é um exemplo do negro bom, “sua tez não é branca, nem morena. É preta mesmo, mas branca de coração e alma”. Uma senhora muito conhecida em Novo Hamburgo, “não sei quanto anos tem, mas se lembra do tempo da escravidão. Já foi empregada das principais famílias hamburguesas [...]. A velha Sade tanto fala o português como o alemão colonial”.<sup>87</sup>

Para os moradores da localidade teuto-brasileira, a aceitação do negro passava necessariamente pelo branqueamento (da alma, do coração...). A crônica intitulada “A velhinha dos cabelos carapinhos”, da qual os excertos acima são extraídos, aponta, já no título, o olhar sobre o outro.

Três componentes são acionados no jogo aceitação/negação: a “alma branca” ter trabalhado para as “principais famílias” e falar dois idiomas. “Eis, aí, numa cápsula, os ingredientes fundamentais do patrimonialismo e da patronagem, na sua sofisticada dialética de explorar e respeitar, desonrar e considerar” (DAMATTA, 1997, p.176). Sade não era como os outros “pretos” (conforme a crônica), sendo

---

<sup>87</sup> Jornal O 5 de Abril, 4/09/1959.

avaliada pelo cronista como melhor que os demais, pois tinha o coração branco, entretanto, não se igualava ao branco, afinal, tinha cabelos carapinhos, pele nem branca nem morena, “preta mesmo”.

O “negro Sady” é uma “Pérola na rua”, um personagem ao que parece muito conhecido na cidade: um “bom sujeito aquele negro, como poucos [...] não é muito bonito, assim por fora. Disso ele não tem culpa. Mas como não deve ser bonito, branquinho por dentro um negro que é tão bom!”<sup>88</sup>. Não diferente de Sade, Sady é embranquecido, pois ele é bom, ou seja, diferente dos outros. O próprio título é sugestivo, Pérola, algo raro, excepcional, pouco comum, assim era Sady, aos olhos do cronista, mas, apesar de Pérola, vivia na rua.

Sem querermos ser repetitivos, novamente apontamos para a importância da questão estética – “*não é muito bonito assim por fora. Disso ele não tem culpa*”. Outrossim, podemos entrelaçar esse comentário com o que foi dito acima pelos cronistas sobre o *decreto dos morenos*. Notemos que o indivíduo que tomou o *pifão* comemorando a Lei Afonso Arinos era *negro*, enquanto o decreto é *dos morenos*. A contravenção *escurece* os indivíduos no discurso do jornal, enquanto a legislação anti-racismo, aceita pelos jornalistas como correta, é descrita como abrangendo um contingente demográfico de epiderme mais *clara* – os *morenos*.

Nesse sentido, a preta Sade e o negro Sady não eram como os outros negros, já que eram brancos por dentro. Sade era conhecida das ilustres famílias e falava alemão, já Sady era um negro, que não incomodava ninguém, vivia da caridade alheia e portava uma deficiência física<sup>89</sup>. Para a “aceitação” dos negros, estes tinham que ter diferenciais, como não tumultuar a ordem estabelecida, seguir uma conduta moral ilibada, falar alemão, entre outros.

Percebemos que, no imaginário social hamburguense, alguns negros valiam mais, no entanto também percebemos que eles eram poucos, tão raros como as “pérolas”. Em meio a um universo maior, alguns negros se tornavam “pérolas”, ou

---

<sup>88</sup> Jornal O 5 de Abril, 5/12/1958. Alteramos o título do plural para o singular. A transcrição correta é: Pérolas na rua.

<sup>89</sup> A crônica indica Sady como portador de deficiência física, mas não apresenta informações sobre ela.

melhor, eram aceitos minimamente, mas, para tanto, passavam por um *embranquecimento*.

Em um espaço calcado na cultura germânica, onde a construção ideológica sedimenta a grandiosidade dos imigrantes alemães como os “únicos” responsáveis pelo trabalho pioneiro de desenvolvimento da região, não é difícil entender a relevância de o discurso local estar afinado com as idéias que negavam a prática da exclusão racial no Brasil.<sup>90</sup>

### 1.1.1 Estigma e Visibilidade: *preteza e brancura* nos registros policiais

É interessante como um personagem tem a capacidade de aguçar nossa curiosidade e nossa imaginação. Confesso que, aos ler as crônicas que focaram Sade e Sady por muitas vezes, fiquei construindo uma imagem do cenário (ruas, casas etc.) de Novo Hamburgo, inserindo neste, por exemplo, a *velhinha de cabelos carapinhos*<sup>91</sup>. Pensei na velha Sade caminhando pelas ruas da localidade e recebendo um aceno de um cidadão hamburguense. Nas “minhas imagens”, esse cidadão poderia ser um Klein, um Schmitt ou outros tantos que auxiliaram na construção da cidade de Novo Hamburgo.

Sade sempre nos deixou intrigados, desde que foi a nós apresentada por sua filha, Nair Leopoldina<sup>92</sup>, cujo depoimento possibilitou saber um pouco mais da sua vida. Sara Lara, mais conhecida como Sade, mulher negra, nascida em 1874 em

---

<sup>90</sup> Neste sentido, é interessante a nota publicada (jornal O 5 de abril, 18/04/1952, p.1) em comemoração aos 25 anos do aniversário de emancipação de Novo Hamburgo: “é justo que relembremos os heróicos pioneiros alemães, cujo penoso trabalho, durante numerosos decênios serviu de granítica base para o monumental desenvolvimento econômico do município de Novo Hamburgo. Eles foram os verdadeiros e anônimos heróis desta epopéia que hoje recebe mais um magnífico capítulo na passagem do Jubileu de Prata da Cidade Industrial [...]”. O enaltecimento, especialmente na data do aniversário da cidade, estava associado ao trabalho e ao pioneirismo dos imigrantes alemães e seus descendentes.

<sup>91</sup> Referimo-nos mais uma vez as crônicas: *Pérolas da rua* e *A velhinha de cabelos carapinhos* publicadas no “O 5 de Abril”.

<sup>92</sup> Depoimento de Nair Leopoldina de Oliveira, cedido em 14 de junho de 2003.

Dois Irmãos.<sup>93</sup>

Conforme o depoimento de dona Nair, Sade veio para Novo Hamburgo após a abolição, residiu no Mistura (atual bairro Rio Branco) e trabalhou para famílias importantes da cidade. Nas lembranças da depoente, sua mãe tinha passado pelas agruras da escravidão, que iam das surras de relho, às tarefas árduas e rotineiras. Sobre Sady, o personagem que inspirou o título da crônica “Pérolas da rua”, nada sabíamos, somente o que o texto apresentava: um negro que despertava as sensibilidades humanas devido à condição de abandono e de exclusão.

Além de refletir acerca dos dois personagens, nossa curiosidade nos levou a querer saber quem eram os demais negros que moravam em Novo Hamburgo, os *outros*<sup>94</sup>, os que não tinham nem alma nem coração brancos, os que não eram bons. Os jornais investigados apontaram um caminho possível para a busca deste outro. A publicação de notas relacionadas à “perturbação da ordem”, notas que tinham conteúdo policial, viabilizaram o contato com outras representações acerca do negro.

As ocorrências policiais envolvem conflitos familiares, furtos, agressão verbal, física, briga entre vizinhos, disputas entre locatários e inquilinos, entre outros. Dessa forma, foi possível o contato com outras representações, contidas no “Livro de Queixas”<sup>95</sup>, as quais nos reportam a um cotidiano em que muitos problemas e situações se tornavam visíveis, a partir do registro policial.

Também nos remetem a pensar nas práticas sociais de exclusão, que, a exemplo das “falas” presentes nas crônicas, se encontravam em sintonia com o que ocorria em outros espaços da sociedade nacional. Em Novo Hamburgo, as práticas de exclusão e de discriminação em relação à “gente de cor”<sup>96</sup> estavam presentes no cotidiano.

Ao ler as ocorrências policiais, percebe-se a “cidadania diferenciada” e uma

---

<sup>93</sup>Dois Irmãos foi elevada à categoria de município em 10 de setembro de 1959. Fazia parte da antiga colônia de São Leopoldo.

<sup>94</sup> Ver: HARTOG (1999).

<sup>95</sup> No livro de queixas, localizado no Arquivo Público de Novo Hamburgo, há o registro de ocorrências policiais de 1917 a 1929.

<sup>96</sup> Registro n. 279, 20/02/1924.

hierarquia social (HOLANDA, 1999) que fundamentava a prática da polícia como instituição reprodutora de uma ideologia. Estabeleciam-se as marcas de uma sociedade excludente, bem como percepções morais e de juízos de valor nas ocorrências registradas por negros.

As representações dos negros, nos registros pesquisados, mostram, explicitamente ou nas entrelinhas da redação, o peso dos estereótipos, tais como: vadio, desordeiro, sem valor, encrenqueiro, entre outros. A cor (preto, crioulo, misto, mulato) demarcava não só a questão racial, mas estabelecia o lugar do negro na sociedade. Ela mostrava a identificação racial como relacional, dependente do lugar e do tempo (SCHWARCZ, 1998, p.229). O ato de registrar uma ocorrência era acompanhado dos valores e das idéias vigentes na sociedade (RIBEIRO, 1995).

Para Guimarães (2005, p.222), os negros eram “as vítimas preferenciais dos policiais e dos guardas de segurança”. Além disso, as “estereotípias negativas dos traços somáticos negros fundamentam os mecanismos de suspeição policial” (GUIMARÃES, 2005, p.222). A transgressão das normas, das regras e da conduta, ou seja, da ordem estabelecida acionava a visibilidade do negro no cenário hamburguense. O comportamento inadequado resultava na anulação da invisibilidade.

Segundo Leite (1996, p. 41), “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em vários tipos de práticas e representações”. A autora compreende invisibilidade, de acordo com Ellison (1990), apontando que “mecanismos da invisibilidade se processam pela produção de um certo olhar que nega a sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade; ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente”. Por essa perspectiva, “a invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais e nos textos científicos” (LEITE, 1996, p.41).

As ocorrências policiais remetem-nos a estigmas<sup>97</sup> associados aos negros, os

---

<sup>97</sup> Por estigma, seguimos a compreensão de Goffman (1982, p.11), que destaca: “os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo [...] para se referirem a sinais

quais podem ser entendidos como sinais corporais, marcas exteriores, ou como traços fenotípicos<sup>98</sup>. As marcas também estão relacionadas a estereótipos<sup>99</sup> atribuídos à população negra em geral. Percebemos nos registros policiais, a presença deles, os quais estão norteados por elementos das teorias racialistas em voga no Brasil, principalmente nas últimas décadas do século XIX, o que nos mostra a eficiência da aceitação social das idéias biologizantes (GUIMARÃES, 2005).

Luiz Kremer, no dia 20 de fevereiro do ano de 1924, procura a autoridade policial do distrito de Novo Hamburgo para registrar a seguinte queixa: Alvino Lopes havia lhe ameaçado com um revólver. Em princípio, um indivíduo com sobrenome Kremer poderia ser um cidadão da comunidade hamburguesa, que estava fazendo uso de seus direitos. Entretanto, o responsável pelo registro da ocorrência acrescenta uma marca em Luiz Kremer, um diferencial, o de ser crioulo (consta no registro: o “criollo Luiz Kremer”).<sup>100</sup>

É evidente a atribuição de um estigma, ser crioulo, era o que identificava Luiz Kremer, tornava-o *outro* (independentemente de seu sobrenome germânico). Além disso, uma avaliação já estava estabelecida: um crioulo que “não presta para nada”<sup>101</sup>. Se o sobrenome Kremer poderia distinguir esse indivíduo, tornando-o passível da ajuda da autoridade policial, o qualificativo *crioulo* logo evidencia que o órgão público o desconsiderava como denunciante.

Dois dias antes, em 18 de fevereiro, comparecia junto à polícia, para registrar uma ocorrência, o crioulo Luiz Lara (conforme registro), com a seguinte queixa: “seu irmão, o crioulo Alberto Lara, tinha sido preso por pessoas que não são

---

corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”.

<sup>98</sup> Os traços fenotípicos estão relacionados às características físicas, tais como: cor da pele, formato da boca ou do nariz, cabelos, entre outras. No caso das ocorrências policiais investigadas o fenotípico que está presente é o da cor (mulato, crioulo, preto, misto). Entendemos os fenotípicos como marcas, portanto, como estigma.

<sup>99</sup> Os estereótipos também estão associados aos estigmas, porém são atribuídos aos negros de forma homogênea, oriunda de uma construção social negativa, atribuindo aos negros uma inferioridade biológica, cultural e moral (GUIMARÃES, 2005).

<sup>100</sup> Registro n. 280, 20/02/1924. O sobrenome talvez indique que Luiz, ou algum seu antepassado, foi escravo de uma família Kremer e, após a alforria, adotou como sua a alcunha de seus antigos proprietários. Ver: OLIVEIRA (2006).

<sup>101</sup> Registro n. 280, 20/02/1924.

autoridades”.<sup>102</sup>

No tocante às ocorrências oriundas dos negros, observamos na redação, a atribuição estigmatizante, tal como crioulo ou mulato, ou seja, um fenotípico ligado à cor, constando entre parênteses ou acompanhando o nome próprio do solicitante do registro, como é o caso de Luiz Kremer. Em contraposição, nos registros que inferimos serem denúncias de indivíduos brancos, não consta referência de cor (estigma), bem como observações ou juízos de valor em meio ao texto.<sup>103</sup>

Ao estudar o mundo dos excluídos (Porto Alegre, final do século XIX), Pesavento (2001) ressalta que a “existência social pressupõe regras, códigos e valores que qualificam os territórios, pautam as condutas e definem papéis. A violação de tais normas vai da rebeldia ao crime, passando por gradações de valoração em padrões de julgamento moral, legal, racial e até estético” (PESAVENTO, 2001, p.23).

No mesmo ano, é registrado o “alvoroso” na venda de João Schmitt, em que um “mestiço fútil, o negro João Fialho, foi responsável”. Notamos que Schmidt não recebe marcas/estigmas, mesmo sendo morador dos subúrbios<sup>104</sup>; no entanto, em João Fialho, além da marca atribuída (mestiço/negro), há uma avaliação: João Fialho era fútil.

De acordo com Pesavento (2001), a exclusão pode ser entendida como uma “representação construída historicamente”. Sendo assim, há práticas, bem como discursos e palavras que definem tipos paradigmáticos, os quais delimitam o perfil dos excluídos. “Tais construções, que configuram o avesso do tipo desejado para uma comunidade, apresentam os excluídos como portadores de características, hábitos e formas de proceder que lhes permitem reconhecer-se e qualificar-se dentro de um contexto social dado” (PESAVENTO, 2001, p.18).

---

<sup>102</sup> Registro n.276, 18/02/1924. Na ocorrência policial datada de 31/01/1924, Alberto Lara é apontado como “um desordeiro daqui”; entre parênteses, é indicado, ao lado do nome de Alberto Lara, (“crioulo”). Outro registro, número 251, datado de 08/02/1924, aponta que Benedetti, o genro do Wickert, se queixa de que o negro Alberto Lara lhe tinha passado a perna [...].É ruim esses creoulo”.

<sup>103</sup> Entendemos que o texto tem, em sua constituição, imagens e conceitos vinculados pelo discurso, formando “redes de sentidos” (SWAIN, 1994).

<sup>104</sup> Registro n.326, 10/03/1924.

Reportando-nos um pouco mais no tempo ao ano de 1923, mais precisamente ao dia 10 de setembro, a “queixa” do roubo de uma pulseira corrobora com a idéia de hierarquia social, discriminação e a identificação das marcas exteriores. Segundo o registro deste: “compareceu o senhor Augusto Wolf [...] para registrar a seguinte queixa: ‘tinha empregado na sua casa de pensão um mulatinho, menor, cujo nome não sabe bem [...] é filho do mulato de nome Manuel Felipe [...] Ordenei aos praças trazer o negro a minha presença”.<sup>105</sup>

Outro registro correspondente ao mesmo dia, mês e ano (10/9/1923) informa: “compareceu o cidadão Juvenal Alves, queixando-se que [...] tinha sido vítima de um furto de sua carteira. [...] Manuel Nazario da Silva, creolo de 16 anos de idade, mais ou menos, foi o ladrão.”<sup>106</sup>

Os extratos citados acima contribuem para ilustrar as diferenças e a discriminação existente em âmbito local. Ressaltamos a formalidade que aciona o *status* de cidadão e de senhor em contraposição ao “criminoso”, que tem a sua cor como dado de identificação social. “A condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente a condição servil dos escravos era tomada como marca de inferioridade” (GUIMARÃES, 2005, p.49).

A deferência de cidadão ou senhor não era para todos na localidade hamburguesa e, especialmente, negava-se a “cordialidade” para os “homens de cor”. Para estes, estabelecia-se a hierarquia social construída historicamente no cenário brasileiro e também em Novo Hamburgo. Como em outros espaços, em Novo Hamburgo, a população negra e mestiça era “vista como racialmente inferior e naturalmente criminosa” (KERSTING, 1998, p.86).<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Registro n.51, 10/09/1923.

<sup>106</sup> Registro n.50, 10/09/1923.

<sup>107</sup> Kersting (1998) aponta a relação entre negros e a criminalidade a partir das produções intelectuais nos finais do século XIX e início do XX. O autor destaca Cesare Lombroso que, de acordo com as técnicas de frenologia e de antropometria, respaldou teoricamente a idéia do “criminoso nato”, a qual evocava as características físicas, bem como pela hereditariedade (ativismo). Para Lombroso, a população negra e mestiça era potencialmente criminosa. Sobre a presença negra e a discriminação em outras localidades, ver o trabalho de Fabrício R. Gomes, intitulado: Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988); e Marcon (1999), Visibilidade e resistência negra em Lages, cujo recorte privilegia o período de 1888 a 1928.

Da Matta (1987, p.75), ao definir a hierarquia social brasileira, menciona :

Ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores (diferenciados pelo sangue, nome, dinheiro, títulos, propriedades, educação, relações pessoais passíveis de manipulação etc.), nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios. Esse é, parece-me, um ponto-chave em sistemas hierarquizantes, pois, quando se estabelecem distinções para baixo, admite-se, pela mesma lógica, uma diferenciação para cima. Todo o universo social, então, acaba pagando o preço da sua extrema desigualdade, colocando tudo em gradações. Neste sistema, não há a necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio, o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante. A intimidade, a consideração, o favor e a confiança, podem se desenvolver como traços e valores associados à hierarquia indiscutível que emoldura a sociedade [...].

No ano de 1951, nas ocorrências policiais da Gazeta de Novo Hamburgo, ainda constava a atribuição de marcas/estigma para os negros. Conforme nota publicada: um “verdadeiro sururu naquele recinto de festas de morenos [...]”, a nota destacava a desordem ocasionada em um salão, “princesa do Sul”, sito na rua Oswaldo Cruz.<sup>108</sup> No mesmo jornal, alguns dias antes (19/07/1951), destaca-se, sob o título Bêbado e Caído na via Pública, o “indivíduo Euclides Silveira, preto poceiro, residente no bairro Guarany”.<sup>109</sup>

A ocorrência policial publicada nele anuncia que “Melita Silva, serviçal doméstica, de cor preta, com 20 anos de idade, furtou da casa de seus patrões [...]”<sup>110</sup>. Em outra publicação, do ano de 1952, é registrado que “Vinicius Hugo de Assis, de cor preta, foi surpreendido quando jogava carta nos altos do Abrigo”.<sup>111</sup>

A Gazeta de Novo Hamburgo, no dia 24 de maio de 1924, publicava:

Romário Alves Damasceno, vulgo ‘Batata’, de cor preta, empregado na firma Scheffel e Cia, foi engatado no dia 18 do corrente, às 7 horas, quando calmamente metia a mão em 9 couros de porcos curtidos, no estabelecimento acima [...] Quem cedo madruga....no crime, a cana pega e o Batata a estas horas está lastimando a sua presteza, em meter a mão no alheio.<sup>112</sup>

<sup>108</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 26/07/1951.

<sup>109</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 19/07/1951.

<sup>110</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 15/05/1951.

<sup>111</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 17/05/1951.

<sup>112</sup> Ocorrência policial publicada no jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, em 24/05/1951. A *presteza* do vulgo Batata inspirou nosso subtítulo 1.1.1; substituímos *presteza* por *preteza*, sendo que o termo constará em diferentes partes constituintes deste estudo, bem como em seu título.

Uma condição sócio-racial estigmatizada hierarquicamente como inferior marcava os outros negros, diferentemente do ocorrido com Sade e Sady. Os *outros* (os negros) eram *sem educação*<sup>113</sup>. Os negros estereotipados, a partir de uma construção social de inferioridade, a qual variava entre a criminalidade e a imoralidade e que permeava os registros, apontavam os negros maus, destituídos de coração e alma branca, como “Waldemar Rodrigues, de cor preta”, que “faqueou Marieta Feliciano, sua amásia”<sup>114</sup>. Os *outros*, sem alma branca, eram “o povinho miúdo”, desordeiros que “arrumavam encrenca e que moravam no terreno dos Oliveiras no Mistura”.<sup>115</sup>

A visibilidade do negro a partir dos comportamentos inadequados (transgressores) registrados nas ocorrências policiais possibilita-nos a percepção de uma “fronteira situacional e contrastiva”, acionada em especial a partir dos conflitos sociais existentes no cotidiano, em que posições eram hierarquicamente definidas (entre pobres e ricos, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, negros e brancos, entre outros). Em Novo Hamburgo, o estigma da cor era um elemento social diferenciador, bem como o “ser negro” denotava a insignificância do indivíduo naquela sociedade.

Compunham o cenário hamburguense, além de Sade e Sady, outros negros, como Eloísa, a “escravinha de família” que foi surrada com um pedaço de madeira pela “criolla muito malvada” (chamada Maria)<sup>116</sup>, ou como “a Clarice, uma creolinha”, filha de Luiz Kremer e que fugira da casa onde trabalhava.<sup>117</sup>

Ou, ainda, como, a “preta Anna Ventura”, que faleceu aos 101 anos (em 1936)<sup>118</sup>. Sem ter sido “Pérola na Rua” e tampouco citada em alguma crônica, a preta Ventura, tornou-se visível somente na sua morte, posto que uma pequena

<sup>113</sup> Registro n.279, 20/02/1924.

<sup>114</sup> Jornal O 5 de Abril, 24/01/1936.

<sup>115</sup> Registro n.201, 10/01/1924. Ao que tudo indica, vários terrenos somavam uma significativa extensão de terras pertencentes à família negra Oliveira.

<sup>116</sup> Registro n.273, 18/02/1924.

<sup>117</sup> Registro n.263, 11/02/1924.

<sup>118</sup> Jornal “O 5 de Abril”, 29/05/1936. A nota aponta que Ana Ventura “deixou grande descendência”. Outra nota publicada no mesmo jornal, porém no ano de 1927, anuncia o falecimento, nos “subúrbios desta villa” (Rincão dos Ilhéus), da “preta Guilhermina Miguelina, com avançada idade de 105 anos.” Prossegue a nota: “Contava a tia Guilhermina como era geralmente chamada, que quando ainda não tinha terminado a guerra dos farrapos, já ella era mãe de filhos”.

nota de seu falecimento fez parte de uma grande folha de jornal.

Arlete Farge (1999) investigou os arquivos de polícia e chamou a atenção para a importância desses documentos para encontrar *vestígios de oralidade*. A queixa de João Martins, morador de Campo Bom<sup>119</sup>, que denunciou o espancamento de uma *escravinha de família* fez-nos pensar no significado dessa expressão. A que se referiria, em 1924, essa expressão? Em primeiro lugar, tal expressão aponta as continuidades entre o mundo do cativo e a esfera de trabalho doméstico. Tentativas de regulamentação e profissionalização esbarraram em sérias resistências por parte dos patrões, já que a relação entre as criadas e seus amos deveria ser alicerçada na dependência pessoal<sup>120</sup>. Mas Eloísa teria alguma relação com o mundo do cativo? Teriam sido ela ou sua mãe escravas e, no pós-abolição, continuado a trabalhar com seus ex-senhores, agora patrões? Infelizmente, esses documentos policiais nos trazem fragmentos das vidas desses personagens negros, os quais raramente tornam a aparecer em nossas fontes primárias.

Como podemos ver, além de nossos personagens, os quais foram visibilizados nas crônicas, outros tantos se tornaram visíveis a partir das ocorrências policiais, o que nos deixa à vontade para conjecturar que, em meio ao cenário hamburguense, a “preteza e a brancura” esbarravam-se cotidianamente.

### **1.1.2 Além de Sade e Sady: a busca e a visibilidade dos negros a partir do registro civil**

As ocorrências policiais possibilitaram o contato com os *outros* negros, tais como: o crioulo Luis Kremer, a crioulinha Clarice, o negro João Fialho, entre outros. Esses (e os demais) se tornavam visíveis a partir da instituição policial, conforme tentamos demonstrar. Certamente nem todos os negros tinham “queixas” a registrar, ou talvez, mesmo as tendo, não as oficializassem.

---

<sup>119</sup> Campo Bom fez parte da antiga colônia de São Leopoldo e foi elevado à categoria de município em 31 de janeiro de 1959.

<sup>120</sup> Ver: GRAHAM (1992).

Uma questão se colocava: como encontrar os demais negros, aos que as crônicas e os registros policiais não permitiam a visibilidade? Nesse sentido, o registro civil tornou-se preponderante, em especial, as certidões de nascimento, as quais proporcionaram o “contato” com *outros* negros do cenário hamburguense.

O estudo das certidões de nascimento centrou-se no período delimitado entre o mês de maio do ano de 1929 ao mês de janeiro de 1951, totalizando 51 livros pesquisados, cada um composto de 200 certidões de nascimento<sup>121</sup>. Para a identificação dos registros correspondentes aos negros, observamos a cor mencionada em cada certidão. Dessa forma, estudamos um universo de 10.200 certidões de nascimentos, sendo que 10.147 respaldaram o estudo. Destacamos que o diferencial no total de certidões trabalhadas se deve à desconsideração de um total de 53, as quais não apresentavam o quesito cor preenchido.

Lançando mão das possibilidades contidas no registro civil, elaboramos uma tabela (Apêndice D), na qual quantificamos os moradores negros<sup>122</sup> de Novo Hamburgo. Longe de querer entediar o leitor com números e percentuais, relacionamos o número total de negros presentes na localidade. Desta forma, computamos 1.235 indivíduos negros moradores da localidade teuto-brasileira.<sup>123</sup>

Em uma segunda tabela (Apêndice E), apresentamos os negros a partir das variações de cores identificadas nas certidões de nascimento, tais como: preta, mista, morena, morena-clara, morena-escura, branca-morena, moreninha, organizando uma quantificação que possibilita questionar a invisibilidade negra no

---

<sup>121</sup> Os livros pesquisados fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre.

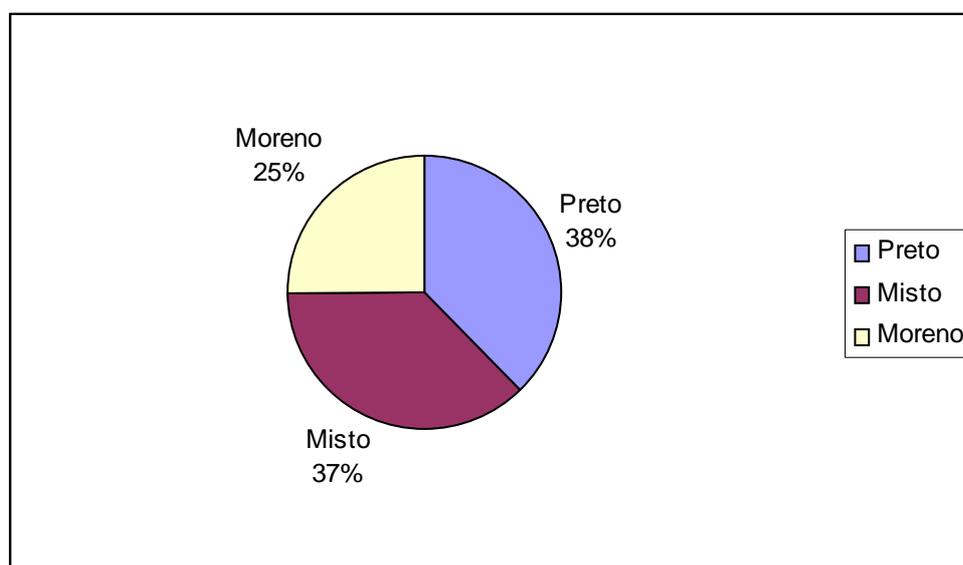
<sup>122</sup> Cabe lembrar o entendimento de negro no presente estudo, o qual está respaldado em Guimarães (2005); Figueiredo (2002); Andrews (1998); Telles (2003); Santos (2003), conforme consta na introdução deste estudo.

<sup>123</sup> Dos 1.235 moradores negros da localidade, 79,1% nasceram em Novo Hamburgo. Ressaltamos que a idade não é considerada, já que há registros de nascimento que são efetivados de acordo com a exigência de decretos-lei. Há um total de 631 registros realizados por decreto, ou seja, um pouco mais que a metade dos registros de nascimento de negros é a partir de decretos. Os decretos destacam-se do começo ao final dos livros trabalhados, mas há, no período de 1933-1934 e de 1939-1940, uma predominância maior. Já os períodos de 1929-1930 e 1944-1945 são os que menos apresentam registros relacionados a decreto. Os livros 1944 e 1945 não apresentam nenhum registro de nascimento com observação de decretos. Os decretos que mais constam nas certidões de nascimento são: 19.710 até 1934; a partir de 1944, aparece o decreto 13.556, acompanhando pelo 16.146. Sobre os decretos, acessar: <[www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action](http://www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action)> (Sistema de Informações do Congresso Nacional).

cenário em estudo.

Trabalhamos com a perspectiva de a atribuição de cor não estar relacionada somente à epiderme, mas também aos locais de moradia ou às profissões, entendendo que a integração e a ascensão social na localidade hamburguesa estariam correlacionada a diferentes atribuições de cor. No momento ficaremos restritos aos números e aos percentuais, no próximo capítulo, será discutida a relação entre a cor e outras variáveis, como moradia e profissão.

Para mapear as cores mais identificadas, e como forma de melhor sistematizar as variações existentes, elegemos três classificações: preta, mista e morena<sup>124</sup>. Configuramos um mapeamento com um total de 468 indivíduos indicados como pretos (37,68%), 456 como mistos (37,92%) e 311 como morenos (25,18%), perfazendo um total de 1.235 negros.



**Gráfico 1:** Classificação de cor

**Fonte:** Elaboração da autora.

Procuramos demonstrar, a partir do registro civil, especialmente das certidões de nascimento, que os negros se faziam presentes no cotidiano da cidade, entendendo que a invisibilidade pode ser compreendida como a negação de enxergar o outro, apesar de sua existência (LEITE, 1996). Lançar mão do registro

<sup>124</sup> Na classificação morena, estão incluídas variações, tais como: branco-morena, moreninha, morena clara, morena escura, que constam em algumas certidões de nascimento.

civil oportuniza o questionamento à insistente invisibilidade histórica imposta aos negros no Vale do Rio dos Sinos.

Os números e os percentuais apresentados nas tabelas mostram-nos uma quantificação expressiva, uma significativa presença de um contingente demográfico para o qual era negada a visibilidade. Possivelmente, essa presença negra enfrentava uma dualidade cotidiana de “embranquecimento” e de “empretecimento”, de acordo com uma hierarquia social, conforme tentamos demonstrar anteriormente (vide 1.2).

As certidões de nascimento levaram-nos aos outros negros que, necessariamente, não figuravam entre os “transgressores” (vide 1.1.1). A partir delas, pudemos ter contato com os negros curtidores, os operários, os sapateiros, os oleiros, os jornaleiros, os agricultores e com as domésticas, entre outros, os quais, apesar de “invisíveis”, ocuparam e construíram diferentes espaços, deixaram suas marcas no cotidiano da cidade de Novo Hamburgo.

## 2 LABOR E ORDEM NA CIDADE TEUTO-BRASILEIRA

[...] a cidade de Novo Hamburgo, com as suas belas residências, as suas chaminés e fábricas, donde ressoa todo dia, em ritmo animador, a música do trabalho, a melodia da máquina e o hino do progresso (PETRY, 1959, p.114).

Novo Hamburgo é uma das cidades que compõem o Vale do Rio dos Sinos. Situa-se às margens da BR -116, distante 40 km da capital gaúcha, Porto Alegre (ver Mapa 1). Durante o século XIX e início do século XX, pertenceu a São Leopoldo/RS<sup>125</sup>. Com economia apoiada principalmente nas indústrias ligadas ao setor coureiro-calçadista, ficou conhecida nacional e internacionalmente como a *Capital Nacional do Calçado*.<sup>126</sup>

A autonomia política, ao que tudo indica, era uma aspiração antiga, em especial das autoridades, dos comerciantes e dos industriais do distrito<sup>127</sup>. Apesar dos esforços dos políticos de São Leopoldo para o impedimento da emancipação, em 5 de abril de 1927, o decreto número 3.818, assinado pelo governador do Estado, Borges de Medeiros, emancipava Novo Hamburgo.<sup>128</sup>

A Manchester Brasileira<sup>129</sup>, a partir de sua autonomia política, fortalece

<sup>125</sup> De acordo com as motivações políticas e econômicas ditadas pelo governo imperial, a Feitoria do Linho Cânhamo (São Leopoldo), em 1824, acolhe os primeiros imigrantes alemães chegados ao Rio Grande do Sul. Ver: TRAMONTINI (2000).

<sup>126</sup> O título de Capital Nacional do Calçado está associado ao abastecimento do mercado interno brasileiro e ao mercado internacional, principalmente a partir da década de 70. Nesse período, a produção de calçados esteve voltada para a exportação.

<sup>127</sup> Schemes (2006) assevera essa perspectiva a partir do Memorial de 1897 encaminhado ao Conselho Municipal de São Leopoldo, solicitando a desanexação do distrito. Mas não houve um parecer favorável à emancipação. No entanto, a reivindicação pela autonomia política de Novo Hamburgo persistiu. No ano de 1924, sujeitos ligados ao comércio e à indústria local formaram um grupo que reivindicaria e lutaria pela emancipação de Novo Hamburgo. O grupo era composto, entre outros sujeitos, por: Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho, Júlio Kunz e Jacob Kroff.

<sup>128</sup> Segundo Petry (1959), não há um consenso em relação a origem do nome de Novo Hamburgo destacando que a zona em que surgiu a cidade era denominada de Campo Ocidental e Costa da Serra, e a localidade de Hamburgo Velho, que agrupava casas formando uma vila, desde a sua fundação, foi chamada de Hamburger-Berg. Em relação a Novo Hamburgo, o autor informa que o nome foi atribuído pelos ingleses da companhia responsável pela construção da via férrea, que, ao prolongarem a ferrovia além de Hamburger-Berg (1876), denominaram o local de New Hamburg (Novo Hamburgo).

<sup>129</sup> Novo Hamburgo também ficou conhecida historicamente por "Manchester Brasileira" (Jornal O 5 de abril, 11/01/1946) e "Manchester Riograndense" (Jornal do Comércio, 25/07/1960).

ainda mais a sua economia e investe na urbanização local<sup>130</sup>. Gradativa e paralelamente ao desenvolvimento industrial e urbano, constitui-se a representação de uma cidade *laboriosa e ordeira*.

A memória sobre a região do Vale do Rio dos Sinos enfatiza a “saga da imigração alemã”. As narrativas construídas e oficializadas privilegiam como agentes históricos responsáveis pelo desenvolvimento e pelo progresso da região os imigrantes alemães e seus descendentes, no geral, os discursos estão envoltos pela tecitura do desenvolvimento econômico (WEBER, 2006; NUNES, 2009).

No que concerne a Novo Hamburgo, a representação construída e reforçada no cotidiano, a partir de sua emancipação, respalda-se no “tripé” trabalho, ordem e progresso. Se, em outras cidades da região, como São Leopoldo, forjou-se uma identidade associada à imigração alemã, Novo Hamburgo, ao contrário, edificou uma memória tendo como elementos relevantes a industrialização, o trabalho e o progresso.<sup>131</sup>

A cidade industrial<sup>132</sup>, onde os “apitos das fábricas” soavam como hino. Dessa forma, o imaginário social delineava-se apoiando-se na “modernização” somada à propensão dos hamburguenses ao trabalho incansável.

Novo Hamburgo, com sua superfície de apenas 65 km<sup>2</sup>, é, sem dúvida, o menor município do Brasil em tamanho, com sua produção fabril, porém, relativamente um dos mais importantes “[...] é deveras animador a perspectiva para o futuro [...] sendo porém preciso que os novo-hamburguezes se compenetrem de que tanto mais adiantado o progresso, maiores esforços são necessários para mantel-o nesse nível, sendo

---

<sup>130</sup> A produção e o comércio de produtos derivados do couro (como o calçado) começam a se destacar, desde o final do século XIX. Nos primeiros anos do século XX, antes de sua emancipação, Novo Hamburgo contava com curtumes, selarias e fábricas de calçados que ali prosperavam. Na primeira década do referido século, destacou-se a figura de Pedro Adams Filho, industrialista que introduziu técnicas modernas de fabricação de calçados. Sobre Pedro Adams Filho e sua participação na vida econômica e política de Novo Hamburgo, ver SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. 416 f. Tese (Doutorado em História). PUC/RS, 2006.

<sup>131</sup> Em São Leopoldo, anualmente, é comemorada a imigração alemã, através da São Leopoldo Fest, que ocorre na semana do 25 de julho. Novo Hamburgo, por sua vez, tem como grandes eventos da cidade a Feira Nacional do Calçado (FENAC) e a Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos e Componentes para o Setor Coureiro-Calçadista (FIMEC), ambos ligados à industrialização e ao comércio de calçados.

<sup>132</sup> Jornal O 5 de Abril, dezembro de 1954.

indispensável que cada um esteja a postos para defender a posição alcançada, para consolidá-la e desenvolvê-la progressivamente”.<sup>133</sup>

Nos periódicos é recorrente a identificação dos teuto-brasileiros como trabalhadores incansáveis e ordeiros. As “representações construídas acerca de Novo Hamburgo, ao destacarem o progresso econômico local, não são pautadas [...] por situações históricas passadas, mas sim pelo desenvolvimento e pela projeção de futuro” (WEBER, 2006. p.121).

A retórica do desenvolvimento relacionava-se a um “povo laborioso”<sup>134</sup>. No entanto, isso não significou a rejeição do passado, mas uma (res)significação dos elementos importantes. Nas palavras de um cronista atento às modificações que se esboçavam na cidade, o passado gradativamente era superado, já que, “na sucessão dos dias que se arrastam incondicionais na progressão dos tempos, Novo Hamburgo vai fugindo pouco a pouco de suas condições de aldeia”.<sup>135</sup>

O imaginário social, constituído paulatinamente, negava o passado destituído de autonomia política, bem como a participação de outros agentes na construção histórica do Vale dos Sinos e de Novo Hamburgo. Negava-se a visibilidade aos luso-brasileiros, aos indígenas e aos negros escravos. Assim, a constituição histórica da cidade de Novo Hamburgo não difere do restante da região do Vale do Rio dos Sinos, que, a partir de uma memória oficializada, nega a visibilidade de diferentes sujeitos históricos, os quais antecedem a chegada dos imigrantes alemães, ou que atuaram no mesmo cenário.<sup>136</sup>

Roswithia Weber (2006) assevera, a partir de seus estudos sobre a *Rota*

<sup>133</sup> Jornal O 5 de Abril, 3/05/1929.

<sup>134</sup> Conforme epígrafe de abertura do texto 2.1.1.

<sup>135</sup> Jornal O 5 de Abril 29/07/1949.

<sup>136</sup> Sobre a ocupação da região do Vale do Rio dos Sinos antes da imigração alemã, ver: MAGALHÃES (2003). Sobre a presença escrava na região, ver: ALVES, Eliege Moura. *Presentes e Invisíveis: escravos em terras de alemães 1850-1870*. 241fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004; OLIVEIRA (2006; ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naiura.(orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994. p.65-74. Os trabalhos indicados são exemplos de estudos que desvelam, através da pesquisa histórica e de um *corpus documental* variado (cartas de alforrias, processos crimes, entre outros), os negros como agentes sociais na região do Vale do Rio dos Sinos, desconstruindo o discurso invisibilizador deles na produção historiográfica voltada às áreas de colonização alemã.

*Romântica*, o caráter simbólico que envolve a exaltação da etnicidade alemã, objetivando a visibilidade étnica e o fortalecimento da identidade teuto-brasileira. Assim, o Vale dos Sinos é motivado pelo ‘mito do imigrante’, “o que fortalece a ascensão de suas festas étnicas” (NUNES, 2009, p.169).

Faz-se relevante esclarecer que essas (re) elaborações identitárias nem sempre procederam de forma tranqüila, principalmente durante a política de nacionalização imputada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). A política autoritária inibia importantes momentos de sociabilidade, além de costumes e tradições de cunho teuto-brasileiro (NUNES, 2009).<sup>137</sup>

A emancipação reverteu em *novos tempos* para a cidade teuto-brasileira, através de um cenário que se alterava, fornecendo uma face mais urbana, modificando a estética e a espacialidade do antigo distrito. “Em 1927, Novo Hamburgo queria ser moderna. Para tanto, foi indispensável apagar da memória [...] a imagem das vias públicas esburacadas, fora de alinhamento e sem possibilidades de rápido escoamento que seu progressivo crescimento exigia” (SELBACH, 2006 p.56).

As crônicas veiculadas no periódico “O 5 de Abril” remetem ao progresso. Elemento constituidor do imaginário local,

Prossegue em ritmo acelerado, o sempre crescente desenvolvimento do nosso parque industrial. Haja vista o grande número de pequenas indústrias que surgem quase que diariamente, enquanto que é cada vez mais acentuado o vulto de negócios das já existentes [...]. Assim é Novo Hamburgo. Hoje, reúnem-se dois ou três cidadãos e constituem uma sociedade. Começam, muitas vezes, em modestos galpões. Lutam com dificuldades sem conta. Mas lutam. E progridem. [...] Foi isso que aconteceu com muitas fábricas que hoje constituem motivos de orgulho - para seus proprietários e empregadores, porque são frutos do trabalho nobre e dignificador, flores da perseverança e do esforço; para a cidade porque a esta deram uma justa fala, um merecido renome. Eis por quê Novo Hamburgo é a 'cidade industrial'.<sup>138</sup>

Voltando à representação construída acerca da cidade, notadamente, destacam-se as atribuições aos “seus cidadãos”, trabalhadores nobres, esforçados e orgulhosos, desprendidos de interesses pessoais, que trabalhavam em prol de Novo

<sup>137</sup> Ver: GERTZ (1991). Sobre a relação de cultura e identidade nacional, ver: OLIVEN (1989).

<sup>138</sup> Jornal O 5 de abril, 21/09/1945.

Hamburgo, a cidade industrial. Todavia, segundo as reflexões apresentadas anteriormente neste estudo, a cidadania não contemplava o conjunto dos moradores da localidade, mas sim enfatizava a contribuição dos trabalhadores teuto-brasileiros. Negava-se, dessa forma, aos *outros* sujeitos a sua parcela de participação e importância para o crescimento da cidade laboriosa.

Não podemos deixar de mencionar que o município e o seu gradativo reconhecimento como um núcleo de industrialização, despertaram o interesse de trabalhadores de outras cidades, os quais migravam para Novo Hamburgo com o objetivo de trabalhar nas fábricas de calçados e nos curtumes. Dessa forma, a cidade serviu de “refúgio” para sujeitos de diversas localidades gaúchas.

Ressaltamos, dentre os que migraram, a importância dos trabalhadores negros, cujo deslocamento tornaria mais significativa a presença negra na cidade *laboriosa e ordeira*. Sujeitos como José Osmar dos Santos, proveniente de Cachoeira do Sul; Danilo Dornelles, oriundo de Caçapava do Sul, bem como a família de Roza Antonia Oliveira da Silva, de Araricá, migraram em busca de trabalho.

O “Eldorado” gaúcho chamava a atenção devido às oportunidades de trabalho, emprego e de uma vida melhor. Esses trabalhadores, apesar do trabalho árduo em fábricas e curtumes, não estavam contemplados no discurso teuto-brasileiro propagado e reforçado cotidianamente.

Em sua maioria, os *forasteiros negros*, ao lado dos negros nascidos na localidade, ocuparam postos mais humildes nas fábricas de calçados e engrossavam o número de trabalhadores dos curtumes.

É importante enfatizarmos que não desconsideramos a importância da migração de sujeitos brancos para Novo Hamburgo em busca de oportunidades e de trabalho, mas entendemos que principalmente os de origem teuto-brasileira frente às proximidades culturais (língua, descendentes de imigrantes alemães, entre outros) estavam contemplados no discurso enaltecido acerca do trabalhador responsável pelo progresso da cidade. Muitos desses, ao lado dos negros, habitavam os arrabaldes da cidade, mas, mesmo assim, tornava-os diferentes, posto que se

aproximavam dos moradores locais, eram teuto-brasileiros.<sup>139</sup>

O avanço industrial e a prosperidade econômica da cidade refletiam em alterações urbanas<sup>140</sup>. Em 1945, através do plano diretor da prefeitura municipal, projetavam-se para Novo Hamburgo inovações, como: calçamento, arborização de ruas, novo edifício para prefeitura, bairro nobre na avenida Maurício Cardoso, escolas municipais, entre outras<sup>141</sup>. Uma nova face da cidade se delineava e Novo Hamburgo ganhava “ares de cidade grande”.



**Fotografia 1:** Avenida Pedro Adams Filho - Novo Hamburgo-1932.

**Fonte:** Acervo Museu Nacional do Calçado.

<sup>139</sup> Nesse sentido, é importante ressaltar o trabalho intitulado “Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração européia no RS”, elaborado por Magalhães em parceria com Gomes (2008). O estudo apresenta a importância das duas associações como forma de organização e de visibilidade negra a partir dos anos [19]20, nas cidades de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, respectivamente. Além disso, discute a associação negra como forma de combater a exclusão social.

<sup>140</sup> Apesar dos problemas e traumas ocasionados pelo estado autoritário varguista e sua campanha nacionalista que atingiu a região do Vale do Rio dos Sinos, durante os anos 40, economicamente, as comunidades de imigrantes continuavam, no geral, a se desenvolverem. Em Novo Hamburgo não era diferente, apesar das oscilações ocasionadas pela economia abalada devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A cidade destacava-se com suas indústrias, especialmente as que utilizavam o couro como matéria-prima. Com o final da Guerra e com a redemocratização, os núcleos imigrantes tinham uma situação propícia para uma maior participação política, bem como um poder de negociação devido à expressão econômica dessas comunidades.

<sup>141</sup> Jornal O 5 de Abril, 09/02/1945.

No entanto, as áreas periféricas, em um primeiro momento, não foram atingidas pelo progresso e seus benefícios. O plano diretor ficou restrito à área central do município, posto que, somente nos anos 50 e 60, a periferia recebe alguns benefícios. Distantes do centro, nas áreas mais marginais, os problemas evidenciavam-se a cada dia, tais como a presença de “valas fétidas”, na rua da Limpeza, nas quais em “dias de mormaço as exalações eram insuportáveis”<sup>142</sup>. Os problemas oriundos do “progresso” tornavam-se notórios frente à situação calamitosa da falta de habitação e da insalubridade das moradias dos moradores dos arrabaldes.<sup>143</sup>

Nos anos 50, com a continuidade do avanço industrial, Novo Hamburgo destacava-se como a cidade mais industrializada do estado<sup>144</sup>. Prédios eram construídos, ruas asfaltadas, o comércio ampliava-se, as mudanças e as transformações serviam de inspiração para os cronistas locais: “Enquanto a aragem dorme, como é de costume nos vales, uma densa fumaça cheirando à fábrica envolve toda a cidade”.<sup>145</sup>

As cidades compõem cenários onde agentes e grupos expressam suas contrariedades, tensões e suas disputas identitárias. Em Novo Hamburgo, também a configuração de seus espaços ocorreu em meio a confrontos e sutilezas de diferentes identidades.

Conforme DaMatta (1991, p.36), “nas cidades brasileiras, a demarcação espacial e social se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre o centro e periferia, dentro e fora. Para verificar isso, basta conferir a expressão brasileira ‘centro da cidade’, e também a conotação altamente negativa do espaço sub-urbano-suburbano” .

Os discursos presentes no cotidiano do município, veiculados especialmente através dos periódicos locais, valorizavam os trabalhadores da localidade (“povo laborioso”), bem como o avanço urbano e o destaque econômico a partir da

---

<sup>142</sup> Jornal, O 5 de Abril, 26/01/1951.

<sup>143</sup> Jornal, O 5 de Abril, 23/03/1945.

<sup>144</sup> Jornal, O 5 de Abril, 9/06/1950. Em 1954, existiam 403 indústrias em Novo Hamburgo (SELBACH, 1999, p.99).

<sup>145</sup> Jornal, O 5 de Abril, 3/12/1954.

produção coureiro-calçadista.

Uma representação enaltecida dos teuto-brasileiros se configura cotidianamente. Resta-nos indagar quais outras representações se constituíam acerca dos outros, dos não-teutos. Como viviam na *Cidade Nacional do Calçado*? É o que tentaremos responder, através da visibilização da *preteza* em meio ao enaltecimento da *brancura*.

## 2.1 ARRABALDES EM PRETO E BRANCO: OS ESPAÇOS PERIFÉRICOS DE NOVO HAMBURGO

*O cenário das ruas e os segredos das esquinas são oásis para quem sacrifica seu trabalho pela grandeza desta cidade onde a gente depositou um sonho noutro sonho.*<sup>146</sup>

A epígrafe instiga-nos a refletir sobre a história de Novo Hamburgo e suas alterações e no recorrente discurso de enaltecimento de seus moradores, os teuto-brasileiros. Sobre estes, a representação que se constitui historicamente enfoca-os como trabalhadores dispostos a “sacrifícios” pelo bem da sua comunidade local. Certamente, os sonhos dos teuto-brasileiros e de seus antepassados foram relevantes para a região do Vale do Rio dos Sinos e da cidade em estudo.

Mas uma questão se colocava: quais *outros sonhos* e aspirações, afora dos teuto-brasileiros, poderíamos encontrar em meio ao cenário de metamorfose de Novo Hamburgo? Uma dúvida ainda maior se estabelecia: era possível as *esquinas* e as *ruas* de Novo Hamburgo carregarem os mesmos significados para negros e teuto-brasileiros? Ou ainda seria permitida aos negros a “grandeza da cidade”?

Reportando-nos ao capítulo um, em especial à Democracia racial em Novo Hamburgo: entre discursos e práticas (1.1), e mediante o que foi discutido, parece-nos que as *esquinas* e as *ruas* de Novo Hamburgo não provocavam as mesmas

---

<sup>146</sup> Jornal, O 5 de abril, 19/08/1949.

sensibilidades<sup>147</sup>, ou talvez, como tentaremos demonstrar, *esquinas e ruas* eram diferentes para negros e “brancos”. Ou seja, faziam-se distintas, a exemplo dos lugares estabelecidos no cinema.<sup>148</sup>

Os espaços não são apenas áreas físicas delimitadas, mas também “esferas de significado social”. Nessa perspectiva, a espacialidade extrapola a superficialidade material e absorve as projeções sociais, as visões de mundo, as éticas, que normatizam e moralizam o comportamento (DAMATTA, 1991, p.53).

As próprias referências toponímicas alertam-nos para o fato de que os espaços – e suas denominações – estão inseridos em um campo de disputas taxonômicas. Muitas áreas habitadas por populares (a maioria não-brancos, seja pela epiderme ou pela classificação social e profissional) são qualificadas pejorativamente: Colônia Africana, Quilombo, África. Essas designações, veiculadas pela imprensa e pelos órgãos de controle social, são então assumidas pela população que nelas reside ou circula, servindo como insígnias de pertencimento identitário.<sup>149</sup>

Mesmo com o risco de sermos repetitivos, acionamos novamente a figura dos nossos personagens Sade e Sady, *embranquecidos* nos textos das crônicas. Para estes, segundo analisamos, algumas esquinas e ruas eram permitidas.

Indo ao encontro dessa perspectiva, pretendemos configurar a territorialidade negra em Novo Hamburgo, indicando as possíveis redes de solidariedades e

---

<sup>147</sup> Trabalhamos com a perspectiva de Pesavento (2004, p.224), que, respaldada em Frédéric Laupies (1998), entende: “as sensibilidades são formas pelas quais os indivíduos e os grupos se dão a perceber, a si e ao mundo. A sensibilidade é, pois, capacidade humana, que fundamenta a apreensão do real; é uma habilitação sensorial que marca a capacidade de ser afetada pelo mundo ou de reagir a estímulos físicos ou psíquicos por meio das sensações”.

<sup>148</sup> Remetemo-nos novamente à nota publicada no Jornal O 5 de Abril, de 6/5/1936, bem como no depoimento de Nair Leopoldina de Oliveira, ambos abordados no capítulo um.

<sup>149</sup> É óbvio que não temos como reconstruir a origem dessas denominações, chegando até os primeiros indivíduos que as criaram. Talvez mesmo essas designações tenham sido *inventadas* por seus próprios moradores, demarcando que eram espaços de resistência (inclusive religiosa) e sobrevivência de populações hegemonicamente afro-descendentes. Mas parece-nos, lendo jornais e partes policiais, que essas denominações serviram de justificativa para a ação repressiva e desqualificavam, junto aos órgãos públicos, os seus moradores.

sociabilidades, entre outras.<sup>150</sup>

Lembramos, de acordo com o contexto histórico da cidade de Novo Hamburgo, que ela passou por mudanças e alterações ligadas ao desenvolvimento econômico, pautado em especial pela produção coureiro-calçadista. Ressaltamos, também, que tais transformações ficaram, pelos menos até os anos 50, restritas à área central, em detrimento das áreas periféricas da cidade.

Infelizmente, inexistem pesquisas sobre o período pós-emancipação no Vale do Rio dos Sinos, que poderiam nos indicar o destino da população afro-descendente que ali morava naquele período, como cativos, forros, ingênuos ou livres. Os dados que apresentamos mostram uma presença substancial de não-brancos décadas depois, mas não temos como identificar quantos permanecem ali residindo após-1888 e o número dos que rumaram para Novo Hamburgo e arredores procurando trabalho, em função do crescimento da indústria coureiro-calçadista.<sup>151</sup>

Para elaborar o mapeamento da presença negra em Novo Hamburgo, elegemos dois principais territórios negros: o Mistura e o África. Ambos foram identificados a partir das fontes investigadas como espaços de presença negra na localidade.

Cabe explicar ao leitor a composição geográfica dos dois territórios negros. Elegemos duas grandes áreas periféricas de acordo com as “pistas” verificadas nas

---

<sup>150</sup> As fontes preferenciais que têm sido usadas para o estudo dos grupos populares são aquelas construídas em momentos de transgressão e violência. São, muitas vezes, pequenos episódios em que os próprios integrantes dos grupos populares se agridem mutuamente, por motivos diversos. Só aos pesquisadores que constroem uma versão heroicizada desses personagens é que causam estranheza tais comportamentos. Justamente por freqüentarem os mesmos locais – lúdicos e laborais – e por disputarem os mesmos recursos, esses grupos são compostos por indivíduos que mantêm íntimas relações de solidariedade e animosidade. Como diz Hebe Mattos, referindo-se às comunidades negras em cativeiro: as comunidades humanas, justamente por serem *humanas*, diferenciam-se internamente. Ver: Carvalho (2005); Mattos (1995).

<sup>151</sup> Nossa pesquisa, assim como a de Weimer (2008) e de Gomes (2008), mostra como fenômenos migratórios de populações afro-descendentes para áreas com índices consideráveis de crescimento econômico, nas décadas seguintes a 1888, não foram raros. A situação depauperada em que essas populações foram deixadas após a Lei Áurea, com limitadas vias de acesso à propriedade fundiária e ainda sofrendo a concorrência no mercado do trabalho dos imigrantes europeus, fez com que a mudança de domicílio fosse uma estratégia recorrente. Ver: WEIMER, Rodrigo de A. *Os nomes da liberdade*. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Ed.Unisinos/Oikos, 2008; GOMES, Fabrício R. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1924-1988)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo/Unisinos, 2008.

diferentes fontes. Destacamos, no entanto, que outras áreas periféricas compunham a localidade de Novo Hamburgo, mas, devido à diversidade e especialmente de atribuições de denominações distintas, arbitrariamente definimos – baseados nas fontes - O Mistura (Rio Branco) e o África (Guarani) como dois grandes territórios negros, os quais envolveriam outras áreas, também marginais e de presença negra.

Dessa forma, estabelecemos a divisão territorial negra na localidade de Novo Hamburgo da seguinte forma: o África comporta a Vila Nova, São José e São Jorge. O Mistura, por sua vez, comporta: Boa Saúde, Vila Moderna, Vila Jardim, Morro da Formiga e áreas adjacentes ao arroio Gaúcho e arroio Luis Rau (ver mapa 2).

A representação estigmatizante constituída historicamente acerca dos territórios negros citados fazem deles “espaços malditos”<sup>152</sup>, onde a desordem e a transgressão, a quebra das regras e a contravenção se materializam, classificando seus moradores como indignos da cidade ordeira e trabalhadora. Na urbs moderna, as muralhas simbólicas são construídas. “Elas são estruturadas de comportamentos, imagens e discursos discriminatórios. O outro, o perigoso, o indesejado, habita o intramuros” (PESAVENTO, 2001, p.26).

Os territórios negros do Mistura e do África formam os “intramuros”, o indesejado da localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo. Dessa forma, concordamos com Ana Paula C. Carvalho (2003), que, ao definir espaço, enfatiza a importância das construções, da organização e das inscrições dele. Ou seja, o espaço não é somente materialidade territorial ou um lugar geográfico é, acima de tudo, uma “rede relacional com representações coletivas que permite aos membros de um grupo dar as características” (CARVALHO, 2003, p.90).

Entendemos que os territórios são espaços delimitados e reconhecidos por iguais, que compartilhavam experiências vividas, as quais envolvem exclusão, estigmas e estereótipos, assim como solidariedades e sociabilidades. Para além das limitações físicas, o território caracteriza-se por sua “elasticidade”, por suas

---

<sup>152</sup> PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da ordem, limites da desordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.) *Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.7-56.

fronteiras simbólicas e não-físicas; o território é a composição de espaços de pertencimento e de (re)significações.

Por essa perspectiva, o território consiste na ocupação residencial e interacional<sup>153</sup>. Acrescentamos, ainda, que os territórios negros jamais foram exclusivamente de negros, mas misturavam os pobres da cidade (ROLNIK, 1989, p.35).

No que tange ao Mistura e ao África, além dos negros, ambos “acolhiam” indivíduos brancos menos abastados, como os trabalhadores (operários, curtumeiros), além de pequenos comerciantes, entre outros. Sendo assim, são espaços de múltiplas experiências, encontros e desencontros, de tensões e conflitos, de negociações entre diferentes agentes sociais.

Iniciaremos abordando a presença negra no Mistura e, posteriormente, no África.

### **2.1.1 O Mistura: território negro**

O Mistura é hoje o atual bairro Rio Branco. Espaço periférico, assim denominado, posto que “misturava” os brancos (menos abastados) e os negros. Era ali que ficava a rua da Limpeza, atual Oswaldo Cruz<sup>154</sup>, onde os dejetos da cidade que progredia eram despejados. “A presença de valas fétidas e abjetas, nas quais são despejados os conteúdos dos cubos recolhidos por todos os quadrantes da cidade, em meio as casas de residência daquela futura zona constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento, pois em dias de mormaço as exalações se alastram insuportável e prejudicialmente por vastos trechos [...]”.<sup>155</sup>

A área, por muito tempo, ficou à margem dos benefícios da urbanização,

---

<sup>153</sup> Ver: CARVALHO, Ana Paula C. *O planeta dos negros no mundo dos brancos: Estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

<sup>154</sup> A sede da Sociedade Cruzeiro do Sul está situada na rua Oswaldo Cruz desde a sua construção; voltaremos ao assunto no próximo capítulo.

<sup>155</sup> Jornal O 5 de Abril, 26/01/1951.

conforme atesta a matéria publicada em periódico local:

Moradores da rua Marcílio Dias e do bairro Rio Branco pedem-nos chamemos a atenção das autoridades competentes, para o insuportável fétido que emana do arroio Weinz [...] Urge sejam tomadas providências no sentido de que seja somado esse mal que, além de incomodar grandemente os moradores daquele popular bairro, representa uma séria ameaça para a saúde da população.<sup>156</sup>

O Mistura servia para o estabelecimento de moradias dos mais pauperizados, bem como despertava o interesse de sujeitos dispostos a adquirir terras, mas de pecúlio parcós além de possibilitar a exploração de terras, sem, necessariamente, adquiri-las.

A denúncia de Maria da Silva, conforme registro, “mulher de cor, pobre e sem educação”<sup>157</sup>, apresenta vários indícios, que possibilitam a nossa percepção sobre a presença negra na região. Segundo a denunciante, seu ranchinho, situado no Mistura, tinha sido arrombado. De acordo com o registro policial, ele se localizava em um terreno “meio abandonado pelo dono”, onde se encontrava uma dúzia de ranchos “ali feitos pelo velho Ribeiro que os aluga como se fosse terreno de sua propriedade”.<sup>158</sup>

O registro permite refletir sobre a moradia (ranchinho) de Maria da Silva, que, provavelmente, se caracterizava por condições inadequadas e insalubres em uma área periférica. O *velho Ribeiro* chama a atenção, pois se utilizava de propriedade *alheia* para construir ranchos e alugá-los a indivíduos desfavorecidos (excluídos) como Maria. A autoridade policial ainda indica, entre parênteses, o proprietário do terreno *meio abandonado*, sendo ele João Luiz da Silva. Conforme anotação, o terreno procedia de uma “herança do Oliveira Luiz da Silva”.

Procurando por mais pistas acerca dos negros da localidade nos registros policiais correspondentes ao ano de 1923<sup>159</sup>, encontramos a seguinte ocorrência:

<sup>156</sup> Jornal O 5 de Abril, 27/02/1931.

<sup>157</sup> Novamente reportamos-nos aos estigmas e aos estereótipos acerca dos negros discutidos no capítulo um deste estudo.

<sup>158</sup> Registro n.287, 20/02/1924.

<sup>159</sup> Relembramos ao leitor que, em 1924, Novo Hamburgo era distrito de São Leopoldo. Também destacamos que a denúncia de Maria da Silva corresponde ao ano de 1924.

Manuel Ribeiro, na Mistura, faz um rancho em terreno que não é seu. Vendo-se ameaçado de passar o terreno para as mãos de seu inimigo e visinho Henrique Holtenberg Filho pede a minha intervenção para pelo menos retirar o que ali plantou, quando for o tempo de colheita, e ser indenizado das benfeitorias. Informei ao Sr. Ribeiro que estou informando ter comprado o terreno o meu próprio filho e que este lhe dava licença de morar gratuitamente até o fim do mez de março do anno próximo vindouro, podendo antes colher o milho e outras plantações, e podendo até lá também retirar o seu rancho que tem colocado em outro lugar.<sup>160</sup>

As informações oportunizam pensar acerca da disputa do terreno localizado no Mistura por Manuel Ribeiro e Henrique Holtenberg<sup>161</sup>, sendo que uma das partes, no caso Ribeiro, contou com a “compreensão” da autoridade policial. Os elementos fornecidos pela fonte sugerem que o terreno comportaria uma extensão considerável, haja vista existência de um rancho, de benfeitorias e cultivo (milho).

Cotejados os indícios contidos na denúncia de Maria da Silva e de Manuel Ribeiro, acreditamos que ambas as ocorrências estão relacionadas ao mesmo terreno que comportava o “ranchinho arrombado” de Maria da Silva, que ocasionou a tensão entre Ribeiro e Holtenberg. As informações permitem-nos inferir acerca da possibilidade de aproveitamento das terras para a construção de *ranchinhos*, os quais serviriam de moradia para pessoas de condição social mais humilde como Maria da Silva, mediante, é claro, a pagamento de aluguel.

Ribeiro, por sua vez, indivíduo branco<sup>162</sup>, não muito abastado, lançava mão de um negócio rentável, alugando ranchos para os mais pauperizados, em terras *alheias*. As terras do Mistura, desvalorizadas para o mercado imobiliário, tornavam-

---

<sup>160</sup> Ocorrência n.99, de 12/11/1923, assinada pelo subintendente Dienstbach.

<sup>161</sup> Henrique Holtenberg é denunciado no ano de 1917 (30/05/1917, registro número 3) por Amália Maria da Silva, mulata (conforme consta no registro) que registrava a ameaça sofrida de despejo juntamente com suas mobílias. A denunciante alegava o pagamento correto do aluguel. O registro não indica o local da moradia, entretanto, como envolve a figura de Holtenberg, acreditamos que a casa alugada provavelmente fosse situada no Mistura.

<sup>162</sup> Estamos indicando Ribeiro como sendo branco, mesmo que a fonte não nos forneça essa informação de forma explícita. Conforme discutimos no capítulo I, nos registros policiais relacionados aos indivíduos negros, há a identificação da marca/estigma (preto, mulato, gente de cor, crioulo). Além disso, Ribeiro conta com a compreensão da autoridade policial, o que certamente seria duvidoso se fosse negro. A mesma perspectiva pode ser relacionada a Henrique Holtenberg. Também colocamos os personagens da disputa como “menos abastados”, visto que, de acordo com as fontes pesquisadas, os “brancos” (independente de questões étnicas) moradores do Mistura eram pobres.

se valorizadas por sujeitos como Manuel Ribeiro e Henrique Holtenberg.<sup>163</sup>

Sendo assim, as tensões em torno das terras justificavam-se, posto que a sua apropriação e o seu uso podem ser entendidos como uma estratégia para alterar uma condição social. Mas e Maria da Silva? Maria da Silva continuaria pagando o aluguel independente do resultado do conflito travado. Maria, a mulher de cor, do Mistura, era desconsiderada pela autoridade policial, posto que, ao denunciar o arrombamento de seu ranchinho, comunicou o roubo de “uma peça de morim e outras cousas” e que suspeitava de “um tal Christiano (mulatto) Blauth”.

O texto contempla-nos com a leitura particular da autoridade policial acerca da denúncia: “Eu não creio [...] porque ela nunca possuía uma peça de morim”<sup>164</sup>. Aos olhos da autoridade, a mulher de cor, pobre e sem educação, *nunca* poderia ter, em seu ranchinho, um tecido de valor. Estabelecia-se a marginalização completa de Maria e o desrespeito aos seus direitos de reclamante junto ao órgão público.

Aproveitamos para destacar a figura do suposto suspeito, Christiano Blauth, que, apesar do sobrenome germânico “Blauth”, não se igualava aos teuto-brasileiros. No registro entre o nome e o sobrenome do suspeito, estava a marca/estigma-”mulato”, prova incontestante do não-pertencimento ao “mundo teuto-brasileiro”. Christiano Blauth, nos remete a Luis Kremer (apresentado ao leitor no capítulo um), que independente do sobrenome, era um “crioulo”.

Retomando o tema da tensão entre Ribeiro e Holtenberg relacionada ao terreno que, conforme inferimos, seria de propriedade de João Luis da Silva, cabe, no momento, trazer à luz a “fala” do depoente Luis de Oliveira, negro, nascido em 24 de março de 1919, em Novo Hamburgo, cujas lembranças revelam que seu pai, Malaquias de Oliveira, foi escravo e possuía muitas terras no Rincão dos Ilhéus<sup>165</sup>,

---

<sup>163</sup> Em 27/02/1924, sob o número 293, é registrada a desavença entre Luiz Lamput e Carlos Brenner Sobrinho, “por 2 ou 3 metros de terreno, isto na frente, em terreno na Mistura”. Arquivo Público de Novo Hamburgo.

<sup>164</sup> Ocorrência policial n.287, 20/02/1924.

<sup>165</sup> Rincão dos Ilhéus atualmente é um bairro do município de Estância Velha.

oriundas de herança.<sup>166</sup>

Conforme informações extraídas das entrevistas por nós realizadas, a família do senhor Malaquias de Oliveira possuía muitas terras, as quais, após sua morte, foram distribuídas entre os filhos. Segundo consta, algumas dessas terras foram abandonadas, outras, negociadas a preços baixos; outras foram “perdidas” para o poder público em função dos impostos e seus altos custos. Nas terras da família negra Oliveira, no Rincão dos Ilhéus, ocorriam os campeonatos de futebol promovidos pelo Sport Clube Cruzeiro do Sul.

Aproveitamos o ensejo para trazer à tona o depoimento de Darcy da Silva, mulher negra, nascida em Novo Hamburgo, em 25 de agosto de 1923, no “África”. Filha de João Fernandes (um dos fundadores da Sociedade Cruzeiro do Sul), sua fala revela que seu pai possuía muitas terras no África e estas eram provenientes de herança do avô paterno, o qual recebeu terras dos “senhores”, em um tempo escravagista.<sup>167</sup>

Com isso, queremos sinalizar a possibilidade de muitas das terras disputadas e “negociadas”, bem como “meio abandonadas”, fazerem parte de espólios ligados ao período da escravidão e, muitas vezes, ignorados ou não respeitados. Sabemos, pelas pesquisas feitas junto às comunidades remanescentes de quilombos na atualidade, que a prática senhorial de conceder terras a alguns escravos não foi tão rara como pensávamos. Entretanto, essa *concessão* senhorial muitas vezes esbarrou na falta de regulamentação fundiária das *terras de pretos*, que acabou fragilizando seus proprietários e mesmo impedindo-os do aproveitamento dos legados.<sup>168</sup>

Como apontamos anteriormente<sup>169</sup>, o Mistura foi o local onde *Sade*

---

<sup>166</sup> Depoimento cedido em 03/04/2004 ao projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul, coordenado pela professora Magna Lima Magalhães; arquivado na sala do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale.

<sup>167</sup> Depoimentos cedidos em: 05/06/2004; 15/07/2004 e 7/12/2006 aos projetos: contando Uma Outra história Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul e Memórias, identidades e Relações étnicas em Novo Hamburgo, respectivamente. Arquivados na sala do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale. Destacamos que a depoente, depois de casada, passou a assinar Darcy da Silva, não fazendo uso do sobrenome paterno Fernandes.

<sup>168</sup> Ver: BARCELLOS, Daisy Macedo de. (et. Al, 2004); ANJOS (et. Al, 2004).

<sup>169</sup> Ver capítulo um do estudo.

estabeleceu residência, após ter saído de Dois Irmãos, logo após a abolição, e onde Nair Leopoldina, nossa depoente e filha de Sara, morou por muito tempo. Segundo o depoimento desta última,

[...] morávamos no foco dos alemães, nós morávamos no bairro Rio Branco, naquele tempo era Mistura. Ali era o pedaço da Alemanha. Novo Hamburgo na época, anos atrás era um pedaço da Alemanha, no tempo que eu fazia meus seis ou sete anos [...] de negros éramos só nós; só minha mãe, um tio meu [...].<sup>170</sup>

O texto publicado em periódico da localidade corrobora com a fala de Nair Leopoldina em relação ao “pedaço da Alemanha” e indica as dificuldades enfrentadas pelos não teuto-brasileiros na convivência cotidiana em Novo Hamburgo:

Eu, por exemplo, que sou Silva, que nasci de pais brasileiros, que não me criei em Novo Hamburgo, que, finalmente, não sei falar alemão, me vejo, às vezes, constrangido [...] Porque nos ônibus, nas casas comerciais, nas reuniões sociais, nas esquinas, em toda a parte, enfim, usa-se e abusa-se do idioma alemão [...]. O alemão que se ouve é falado por todas as classes, por todas as idades, especialmente entre o elemento feminino. [...] Por isso, Sr. Diretor, eu pediria que, por intermédio do ‘O 5 de Abril’, fossem os nossos conterrâneos convidados a falar o português.<sup>171</sup>

Para José da Silva, autor do texto publicado “a pedido”, Novo Hamburgo constrangia. A cidade, mesmo em seu cotidiano, configurava uma proximidade constrangedora a um *pedaço da Alemanha*. O constrangimento de João da Silva e a sua sensibilidade, possivelmente, estariam próximos das sensibilidades de Maria da Silva, de Luis de Oliveira, entre outros. Como percebemos, as *ruas e esquinas* em que se falava o idioma alemão lembravam um *pedaço da Alemanha*. Elas não representavam nenhum *oásis*<sup>172</sup> para os não teuto-brasileiros da localidade.

Inferimos que, em algumas áreas localizadas no espaço Mistura, era significativo o número de indivíduos teuto-brasileiros, em especial aqueles menos abastados; talvez trabalhadores e pequenos comerciantes, como, por exemplo, o

<sup>170</sup> Depoimento cedido em 14 de junho de 2003. A depoente informa que sua mãe, Sara Lara, teve dez filhos. Na ocorrência policial de número 58, datada de 26/09/1924, é registrado que Adolfo Baptista Cará registrou queixa de seus vizinhos, “que tinham diffamado a sua senhora [...] e que esses visinhos eram o creoulo Alberto Lara, sua irmã Maria Lara, e Isolina, filha do Justino Ferraz, todos moradores do Mistura”.

<sup>171</sup> Jornal, O 5 de Abril, 1948.

<sup>172</sup> Retomo a epígrafe apresentada no início do texto (2.1.2).

senhor Carlos Klein, açougueiro e morador do local<sup>173</sup>, ou, ainda, como Henrique Holtenberg, que disputa terras com Ribeiro, ambos moradores do Mistura.

Por essa perspectiva, o Mistura fragmentava-se em “pequenos territórios”, onde moravam Francisca Maria Dellavusca, “uma mulher muito brava”<sup>174</sup>; João Becker, vizinho de Joaquim Marques<sup>175</sup>; Alfredo Ribeiro de Freitas, que denunciou Eva Ribeiro por insultar sua família<sup>176</sup>; Maria da Silva, Sara Lara e sua família, entre tantos outros, conforme atesta a crônica publicada no jornal O 5 de Abril: “O moreno, tipo híbrido de predominância neste Brasil afora, é o principal representante étnico, em matéria de número. Chamavam-no, em Novo Hamburgo, de ‘brasilianer’ que residia no ‘Mistura’, hoje, Bairro Rio Branco.”<sup>177</sup>

Roza Antonia Oliveira da Silva, em sua fala, menciona o Morro da Formiga, situado no Mistura, onde predominavam moradores negros. Esse também é indicado por Nair Leopoldina como espaço dos “morenos”. A partir das fontes orais e escritas, acreditamos que o Mistura “acolhia” diversos agentes, os *brasilianers*, os teutos menos abastados, os de procedência teuto-brasileira oriundos de outras cidades gaúchas, que se deslocavam para Novo Hamburgo em busca de trabalho, como o senhor Almiro Hoffmann, nosso depoente.<sup>178</sup>

Todavia, é no Mistura que se concentravam os moradores negros, portanto, configurava um espaço de circulação negra, bem como de solidariedades, de negociações e de sociabilidades. É oportuno destacar que, ao abordarmos a territorialidade negra em Novo Hamburgo, não trabalhamos com a perspectiva de demarcações físicas “estanques”, mas sim com a idéia de fronteiras simbólicas, de pertencimento e de “elasticidade” territorial.

<sup>173</sup> Ocorrência policial 10/08/1927.

<sup>174</sup> Ocorrência policial n.227, 28/01/1924.

<sup>175</sup> Ocorrência policial n.264, 13/02/1924.

<sup>176</sup> Ocorrência policial de 14/04/1924, página 126 do Livro de Queixas.

<sup>177</sup> Jornal O 5 de Abril, 20/05/1960.

<sup>178</sup> As rememorações do senhor Almiro Hoffmann e sua relação com a Sociedade Cruzeiro do Sul serão abordadas no capítulo três. Acreditamos ser importante ressaltar que as fontes –orais e escritas- nos permitem visualizar que o Mistura um espaço caracterizado pela heterogeneidade étnica. Por mais que os discursos e as representações enaltescessem que o trabalho e a dedicação fossem a base do progresso local, temos que considerar que nem todos os teuto-brasileiros compartilhavam de uma posição social privilegiada. Esses locais periféricos não serviam de estratégia de sobrevivência apenas para a população afro-descendente, afinal lá estavam *misturados*, também, os indivíduos de ascendência germânica que não obtiveram sucesso econômico.

Outrossim, é na rua da *Limpeza*, localizada no território negro Mistura, que a Sociedade Cruzeiro do Sul adquiriu um terreno e, a *posteriori*, construiu a sua sede social, o que poderíamos traduzir em uma demarcação simbólica do espaço negro no Mistura.

Voltando aos registros policiais e às representações neles contidas, observamos a visibilidade negativa dos moradores do Mistura, em especial dos negros. É notório que as denúncias oriundas dos moradores brancos do arrabalde e, especialmente, dos teuto-brasileiros, eram legitimadas nos seus direitos; em outras palavras, a respeitabilidade impunha-se, suas denúncias não se fazem acompanhadas de estigma.

Frente a isso, Klein, Becker, Ribeiro, Holtenberg, entre outros, são referendados como “cidadão” ou “senhor”. Em contraposição, Maria da Silva integrará o que as autoridades policiais identificavam como o *povo miúdo*, a *gente de cor*, os *sem educação*, ou seja, os negros.

As atribuições diferenciadas remetem-nos às relações de poder, as quais ultrapassam o âmbito físico e econômico; permeiam as palavras, que podem ser verbalizadas ou simplesmente escritas em um pedaço de papel. No entanto, carregam o poder de manter ou subverter a ordem, naquilo que Bourdieu (1998) define de poder simbólico.

Aos negros, uma dupla exclusão era imposta: a invisibilidade na vida cotidiana da localidade (conforme discutimos anteriormente no capítulo um) e a atribuição da insignificância. Ao *povo miúdo* do arrabalde, delineava-se a exclusão dentro da exclusão. De acordo com Rolnik (1989): “A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na república do trabalho livre, o negro virou marca de marginalidade” (ROLNIK, 1989, p.39).

Os negros, no entanto, demarcavam e (re)significavam seu território, impondo marcas na espacialidade. O salão de Lúcio Rodrigues era um espaço de negros, no

qual ocorriam *grandes festividades*.<sup>179</sup>

Até o momento, procuramos apresentar, através dos indícios e dos fragmentos fornecidos pelas fontes pesquisadas, a constituição dos espaços negros em meio à heterogeneidade do Mistura. Convidamos o leitor a seguir e conhecer o África, territorialidade negra onde foi fundada, no ano de 1922 a Sociedade Cruzeiro do Sul, primeira associação de negros do Vale do Rio dos Sinos. Neste momento, limitamo-nos a informar apenas o local e o ano do nascimento da agremiação, mas abordaremos a constituição histórica da sociedade no próximo capítulo.

### **2.1.2 Na fronteira com a Europa: o bairro África**

O África compunha a cartografia periférica da localidade em estudo, onde habitavam os negros. Também se caracterizava pelo “acolhimento” de moradores brancos pobres.

A exemplo do Mistura, até aproximadamente meados dos anos 50 (século XX), o bairro ficou à margem do processo de urbanização da cidade. Sendo assim as condições de habitação de seus moradores eram precárias (SELBACH, 1999).

O África, de acordo com periódico local, “como o nome primitivo já dizia, era onde habitavam famílias de pretos”<sup>180</sup>. As fontes investigadas não nos fornecem elementos suficientes para discutirmos o porquê da mudança do nome África para Guarani; no entanto, observamos que a denominação Guarani começa a ser identificada nas fontes com que trabalhamos (as certidões de nascimento e os jornais, por exemplo), por volta de 1940.

A nomenclatura *África* persiste e está presente nos textos dos semanários locais, muitas vezes, concomitantemente com a identificação Guarani<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> Jornal, O 5 de Abril, 12/05/1933, indicada e abordada no Capítulo1 deste estudo. No capítulo três, apresentaremos as sociabilidades negras.

<sup>180</sup> Jornal, O 5 de Abril, 20/05/1960.

<sup>181</sup> Em matéria veiculada no jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, de 25/11/1948, o nome Guarani aparece, mas acompanhado da denominação de África entre parênteses. Em 5 de maio de 1951, o

Destacamos, no entanto, que, independentemente do nome referendado nos jornais locais, o *África*/Guarani, está sempre associado aos desordeiros e transgressores.<sup>182</sup>

A alteração de nomes pode ser relacionada aos avanços econômicos da localidade teuto-brasileira, já que, como anteriormente, os benefícios do progresso da cidade laboriosa e ordeira atingem os arrabaldes somente no final das décadas de 50 e 60.

Observamos um silenciamento das fontes acerca da permuta de nomenclatura. Talvez a existência do *África*, na cidade, ocasionava “um constrangimento”, visto que a cidade de povo ordeiro e trabalhador, cujo ato heróico de seus antepassados serviu de fomento ao progresso, contemplava, no conjunto de seus bairros, um espaço carregado de significados.

Afinal, *África* lembrava “a face negra” na cidade. Talvez o *África* remetesse à memória dos tempos que antecedem a imigração alemã, além do trabalho negro nas colônias alemãs. Isso suscita um questionamento: como seria possível uma *África* em um *pedaço da Alemanha*?<sup>183</sup>

O indesejado, o *intramuro* deveria ser “destruído” ou apagado, através do acionamento de um processo de *amnésia social*. Afinal, a memória que se constituía gradativamente, conforme já mencionamos, invisibilizava outros agentes e a sua participação na formação histórica de Novo Hamburgo.

Para Farge (1999), o silêncio das fontes gera a inquietação do historiador. Cabe a ele lidar com a irregularidade e a regularidade delas. A autora ressalta a importância de o historiador tentar “desregular o seu raciocínio”, no intuito de

Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo informa que: “Dia 30 último, no Bairro ‘África’ foi recolhido ao xadrês, quando promovia desordens, completamente embriagado, o indivíduo Octacílio Lopes”.

<sup>182</sup> Exemplificamos com as seguintes notas publicadas na Gazeta de Novo Hamburgo: “Maria Gessi da Silva, casada, apresentou queixa contra Adão Gomes, ambos residentes no bairro Guarani, por este último, sem motivo justificado, dado lhe uma bofetada no rosto. (21/06/1951)”. “Delcia Machado, residente no Bairro Guarani, apresentou queixa contra Mera Sarquis, por este [...] ter invadido sua residência armado de faca, e ali agredido e ferido sua filha, que vive maritalmente com Carlos Delavuswa. (28/06/1951)”.

No depoimento do senhor Almiro Hoffmann, homem branco, nascido em Taquara e morador de Novo Hamburgo desde 1942, é mencionado “[...] a gente chegava na fábrica segunda-feira e dizia: Será que não deu briga na África?”. Cedido em 12 de novembro de 2005.

<sup>183</sup> Depoimento de Nair Leopoldina.

construir “um campo de análise e de apreciação” (FARGE, 1999, p.96-97).

O depoimento do senhor Danilo Dorneles, homem negro, sapateiro, nascido em 01 de abril de 1921, em Caçapava do Sul, e morador de Novo Hamburgo desde 1947, informa: “quando eu cheguei aqui, durante uns cinco ou seis anos era chamado de África. Os negros moravam tudo lá, onde tinha as raças no Osvaldo Cruz [refere-se ao Mistura/Rio Branco] e o bairro Guarani”.

De acordo com o depoente: “tinha muita gente branca morando lá [no África], mas destacavam-se os morenos”. Ainda informa acerca de Novo Hamburgo: “naquela época não tinha uma loja que não fosse alemão, não tinha um mercado que não fosse alemão. Não tinha uma fábrica que não fosse alemão. Tudo puro alemão”.<sup>184</sup>

Gradativamente, o África deixa de ser conhecido como o “reduto” dos negros ou *pretos*. Uma nova representação se estabelecia, a qual o associava a trabalhadores. Há uma homogeneização de seus moradores e a “descoloração” de seus negros. Em meio à *densa fumaça das fábricas*<sup>185</sup>, a cidade que progredia invisibilizava os negros e a sua territorialidade. Esse *silenciamento da cor* provavelmente se relaciona com a expansão das fábricas (e de seus dormitórios) para as regiões antes periféricas.<sup>186</sup>

A fumaça das fábricas não *branqueia* a todos, mas mascara a etnicidade da maioria de seus moradores e afirma a identidade profissional. Tornava-se local de operários e espaço *acolhedor* dos sujeitos que se deslocava para a cidade hamburguesa objetivando o *labor* nas indústrias de calçados.

O África, gradativamente, tornou-se o bairro Guarani, espaço periférico do “Eldorado Gaúcho”. A homogeneização como local de trabalhadores não resultou em alterações significativas para seus moradores:

Faleceu, no vizinho bairro Guarani, a senhora Ana Maria de Souza, esposa de Fredolino de Souza. Trata-se de gente pobre motivo porque a prefeitura

---

<sup>184</sup> Depoimento de Danilo Dornelles.

<sup>185</sup> Jornal, O 5 de Abril, 03/12/1954.

<sup>186</sup> Pedro Adams Filho construiu, no África, uma vila para os operários de sua indústria; ver SCHEMES (2006).

forneceu o caixão fúnebre e o médico, que [...] fornece o respectivo atestado de óbito, que, entretanto, não pode ser carimbado pelo oficial do Registro de Óbitos em virtude do mesmo estar ausente. [...] O cortejo dirigiu-se ao cemitério Municipal [...]. Ali chegados, parentes e vizinhos da finada senhora, e apresentando o atestado ao zelador do cemitério, este, em tom autoritário, impediu o sepultamento, dizendo que só o permitiria após carimbado o referido atestado [...]. Recolheu-se então a um galinheiro na proximidade o caixão mortuário, ali permanecendo até segunda-feira. Eis o fato, que profundamente abalou os humildes, porém dignos, moradores do bairro Guarani, os quais, desolados e cobertos de vexames, tiveram que recolher-se aos seus lares, recalçando a justa indignação, de que se acham possuídos.<sup>187</sup>

Torna-se explícito o descompasso entre a representação construída acerca da cidade e o cotidiano de seus moradores, principalmente dos arrabaldes. Independente da epiderme, as condições de miserabilidade e as agruras dos *populares* na cidade laboriosa são notórias e reportam-nos ao contraste entre a opulência material do centro e as condições de vida na periferia da localidade, deixando explícito o “espetáculo da insensibilidade” do “Eldorado Gaúcho” para com seus despossuídos.

Através do semanário “O 5 de Abril”, é reforçada no imaginário social a representação sobre o local como espaço de trabalhadores:

A rua Primeiro de Maio, artéria do Bairro Guarani, recebeu aquêle nome em homenagem aos trabalhadores de Novo Hamburgo. E no Bairro Guarani mora uma boa quantidade de trabalhadores novo-hamburguêses [...] Dia e noite aquela rua é transitada por seus moradores ou pessoas que se destinam a outros pontos do bairro índio da cidade industrial. [...] O pior mesmo é o estado miserável em que a rua [...] quando chove ninguém pode passar, quando chove fica completamente alagada [...].<sup>188</sup>

O extrato citado acima corrobora com o anterior no que concerne à situação de marginalização e às dificuldades enfrentadas pelos moradores do África<sup>189</sup>. Concomitantemente, indica uma descoloração de seus principais moradores. O bairro deixa de ser de *pretos* e passa a ser o *bairro índio* da cidade.

Podemos pensar que a denominação esteja relacionada ao processo de nacionalização. Talvez a alteração de nome tenha contado com a cumplicidade da

<sup>187</sup> Jornal, O 5 de Abril, 01/12/1950.

<sup>188</sup> Jornal, O 5 de Abril, 24/02/1956.

<sup>189</sup> Em 09/09/1955, é publicada, no jornal O 5 de abril, a instalação de um telefone público no bairro Guarani, no salão de um bar, para que os moradores tivessem um meio de comunicação mais rápido com o centro da cidade.

população negra do África, já que assim procurava se afastar dos estigmas causados pela referência étnica negativa.

A afirmação da etnicidade, através da auto-identificação como *morenos*, leva a refletir sobre o incômodo de um passado escravista. Dessa forma, aciona-se a “ética do silêncio”, objetivando fugir da desqualificação.

Por essa perspectiva, silencia-se sobre a escravidão e seus significados e também sobre a cor (MATTOS, 2005). No caso dos negros do bairro África, infere-se que o silenciamento e a possível cumplicidade em relação à nova denominação (Guarani) esteja relacionada à oposição a estigmas, a estereótipos e à insignificância a eles atribuídas.

A autoridade policial, através de seus registros, auxilia-nos a refletir acerca do África como um território negro. O “cidadão Juvenal Alves”, citado anteriormente no capítulo, como vítima de furto, ao indicar os supostos responsáveis, apresenta-nos dois integrantes do África, “um tal Attaliba ou Attalibio de tal, homem [...] moreno, jornalista, morador do África, ou a um negrinho de nome Nazario, menor, também residente no África (arrabalde)”.

Diligenciando, averiguando e pesquisando a respeito, deu o seguinte resultado: Manuel Nazario da Silva, crioulo, de 16 anos de idade, mais ou menos, foi o ladrão<sup>190</sup>. A Alves era atribuída a cidadania, para Ataliba, a imprecisão identitária (“um tal”), quanto a Nazario, o transgressor da ordem, “negrinho”, “creoulo” e “ladrão”; estava posta a diferenciação no léxico urbano estigmatizante. A área periférica da localidade teuto-brasileira, aos olhos do órgão público, reunia os sem-identidade e os ladrões.

O “Livro de queixas” apresenta uma quantidade expressiva de registros, os quais nos possibilitam relacionar a cor (crioulo, mulato, gente de cor) ao Mistura. Em relação ao África e seus moradores, a fonte é mais silenciosa.

As poucas ocorrências que nos levam ao território negro do África, em geral,

---

<sup>190</sup> Retomamos a ocorrência policial número 50, de 10/09/1923, já abordada no capítulo I e acionada novamente para identificar o pertencimento de Ataliba e Nazario ao território negro do África.

apontam o local de procedência do denunciante, mas raramente fazem referências fenotípicas; como exemplo, temos a denúncia de Affonso Farias que recorreu à autoridade policial para se queixar de Olívia, “amazia do Fontoura (Affrica), que xingou sua mulher”.<sup>191</sup>

Não sabemos, ao contrário do ocorrido com Nazario que é marcado pelo estigma (negrinho, creoulo), se Farias e Fontoura eram negros, entretanto, o registro policial ressalta, através da anotação entre parênteses, o local de sua procedência.

A “ausência” de registros policiais que favoreçam o descortinar do negro morador do África como “queixoso” sugere que os negros nem sempre buscavam na mediação da autoridade policial a resolução de seus conflitos e suas tensões. Assim, as ordenações pessoais cotidianas convergiam em soluções de seus problemas (CHALHOUB, 2001).

Mas, se, por um lado, as ocorrências limitam o nosso conhecimento acerca dos moradores do África, os processos crimes, por outro, nos possibilitaram conhecer alguns personagens do território negro, bem como relacionar outros já conhecidos com a territorialidade negra.

Os processos, além de revelarem as questões de controle social, podem desvelar a não-conformidade, o não-silenciamento; nesse sentido, a leitura do processo pode sempre surpreender (CHALHOUB, 2001).

Aos 23 dias do mês de setembro de 1928, Alfredo Silva, 30 anos de idade, de cor mista, casado, jornalista, morador de Hamburgo Velho, foi encontrado morto no lugar denominado Vila Nova. Ao que tudo indica, Alfredo Silva fora *faqueado* por Guilherme Paz, de cor preta, cortador, com 28 anos de idade, morador de Novo Hamburgo. A agressão teria ocorrido, segundo consta no processo, devido ao mau comportamento de Alfredo Silva em um baile, no lugar denominado África.

O baile, de acordo com as fontes pesquisadas, foi promovido pela Sociedade Cruzeiro do Sul.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Ocorrência policial número 269, 16/02/1924.

<sup>192</sup> Processo-crime, maço 03, caixa 278. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as testemunhas de defesa, estava Carlos Armando de Oliveira, 24 anos, operário, então “secretário da sociedade promotora do baile; filho de Malaquias de Oliveira. Também consta o nome de João Fernandes (pai de Darcy da Silva, depoente anteriormente referida), 29 anos, casado, pedreiro e morador do África, que testemunhou o comportamento inadequado de Alfredo Silva.

Guilherme Paz, envolvido diretamente no conflito, morador do África, é um dos fundadores do Cruzeiro do Sul, ao lado de João Fernandes.

As testemunhas arroladas, tais como Alfredo Maurício (ver fotografia anexos B, C e D), Alfredo Oliveira, Athaliba da Silva, Justino de Souza Pinto Filho, todos “moradores nesta vila”, os quais testemunharam a favor de Guilherme Paz, eram integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul, bem como do território negro do África.

Ao testemunharem a favor de Guilherme Paz e ao acusarem o comportamento inadequado de Alfredo Silva no baile promovido pela Sociedade, os componentes demonstram os laços de solidariedade e a cumplicidade existente, o que nos instiga a pensar sobre as exigências para integrar ou participar dos eventos promovidos pela associação. Esse tema abordaremos em outro momento deste estudo.

Através da autuação de Octacílio Torres, (29 anos, lavrador, solteiro,) em 20 de julho de 1929, encontramos mais um integrante do território África. João Moreira Libio, “conhecido também pela alcunha de Bahiano”<sup>193</sup> e proprietário de uma *pensão de mulheres*. A briga ocorrida no estabelecimento, no dia 7 de julho, desencadeou a morte de Bahiano. O auto de necropsia identifica-o como João Moreira Libio, de cor mista e com 30 anos de idade.<sup>194</sup>

A autuação de Hermes Machado (morador de Porto Alegre), datada de 27 de abril de 1934, conduz-nos ao território negro do África. De acordo com o relatório, as informações de Machado foram as seguintes:

---

<sup>193</sup> Magalhães Júnior (1974) aponta o caráter pejorativo e negativo da alcunha que tende à discriminação, em oposição ao apelido que reporta referências afetivas e familiares.

<sup>228</sup> Processo-crime, maço 4, caixa 280. Arquivo Público do Estado do RS.

[...] estando no lugar denominado África, na casa de negócio do senhor Luis Streb [...] ali apareceu diversos homens de cor preta, entre esses um branco e que só falava allemão com um outro de cor preta. Tendo seu companheiro, dele depoente de nome Bernardino Jacques observado ao referido homem de cor branca que parecia ser allemão que falasse o portuguez pois ele Jacques e os mais presentes que ali se achavam não comprehendiam o allemão. Foi o quanto bastou para que o referido preto que falava o allemão ofendeu [...] e ofendeu o companheiro do declarante de nome Bernardino Jacques. [...] derivasse a discussão em conflito visto ter outros pretos, ali presentes tomado a si a defesa de Jacques [...].<sup>195</sup>

Nos autos do processo, novamente nos deparamos com Guilherme Paz, porém agora como testemunha, já que, ao estar presente na casa de negócio de Streb, “bebendo cachaça” presenciou (e participou) o conflito relatado. Entre os “diversos pretos”, conforme relato de Hermes Machado, estava Guilherme Paz; morador do África.

É notório o embate étnico apresentado no fragmento exposto. Acionavam-se, ali, as fronteiras territoriais, a exigência da conversa (pelos *pretos*) em português, o que demonstra a imposição dos “donos” do território.

Retomamos o extrato do periódico local que apresentava o constrangimento de João da Silva em ouvir o idioma allemão em todos os espaços (comércio, ruas, entre outros) de Novo Hamburgo; no África, território negro, dos desconsiderados, tal constrangimento não seria admitido.

As fronteiras simbólicas estavam postas. Para Barth (1998), o contato étnico inspira as afirmações e as (re) formulações das fronteiras, numa constante negociação. Nesse sentido, de acordo com o autor, as identidades étnicas são construídas através da interação dos grupos sociais, os quais estabelecem as diferenças entre o “nós” e “eles”.

No território negro do África (re)encontramos com um personagem já conhecido, Luis Kremer (*o creoulo que não presta para nada*)<sup>196</sup>. Deparamo-nos com ele ao ler a autuação datada de 8 de fevereiro de 1938. Ficamos sabendo um

<sup>195</sup> Processo-crime, maço2-3, Caixa 266. Arquivo Público do Estado do RS.

<sup>196</sup> Retomo aqui o juízo de valor presente na ocorrência policial citada no capítulo 1.

pouco mais sobre Kremer: 65 anos, de cor preta, jornalista, casado<sup>197</sup>.

Através do mesmo processo-crime, conhecemos também José Maria Pedroso, 55 anos, cor parda, viúvo, jornalista, natural do Estado e morador de Novo Hamburgo. Kremer e Pedroso travaram um conflito no lugar denominado África.

Ao nos depararmos com Kremer, lembramos de sua filha, a “Clarice, a crioulinha”, que, antes de ser abandonada pelo pai (ou seja, por Luis Kremer), vagava pelas ruas de Novo Hamburgo. Os laços de parentesco permite-nos incluir Clarice como integrante do África.

Um ano antes da autuação de Kremer e Pedroso, Roza Antonia Oliveira da Silva (nossa depoente) deixava a sua moradia no África (1937), onde morou com sua família desde 1933, quando chegada de Araricá (RS).

No África, estava localizada a residência de Euclides Silveira, preto, poceiro, que, ao ser encontrado em “estado de embriaguês aguda”, foi “recolhido ao xadrês” da cidade<sup>198</sup>. Também ali (no África) residia Felizarda da Costa e Gervasio Carvalho de Oliveira<sup>199</sup>, pais de Paulina Costa, com 16 anos de idade, de cor mista, solteira, doméstica, moradora do Mistura.

Chegamos até Felizarda e sua família através da autuação (datada de 16/03/1932) de Theophilo Ervino Pilger, que, segundo o relatório seduziu e deflorou na cozinha do prédio onde morava com seu pai (Pedro Pilger), a menor Paulina da Costa, solteira de cor “mixta”.<sup>200</sup>

A família de Paulina residia no África. Ela, por sua vez, trabalhava como doméstica, segundo relatório, “serviçal” de Pedro Pilger. Morava no “primeiro distrito (Rio Branco)”, provavelmente a vítima residia com a família Pilger. Paulina exemplifica a ocupação residencial/interacional dos territórios negros, posto que esta se relacionava ao África pelos laços familiares e ao Mistura, a partir de seu trabalho

---

<sup>197</sup> Os dados constam no Exame de Lesões corporais de Luis Kremer. Processo-crime, Maço 04, caixa 268. Arquivo Público do Estado do RS.

<sup>198</sup> Jornal A Gazeta de Novo Hamburgo, 19/07/1951.

<sup>199</sup> Gervásio Carvalho de Oliveira é indicado como pai de criação de Paulina.

<sup>200</sup> Processo-crime, maço 4, caixa 280. Arquivo Público do Estado do RS.

como doméstica.<sup>201</sup>

Ao mencionarmos a jovem serviçal “dos Pilger”, gostaríamos de trazer novamente à cena Clarice, a “menina fujona”. A ocorrência policial relata a denúncia da fuga da menina e indica que Luis Kremer a havia “dado” ao denunciante e este, por sua vez, entregou-a à outra família.

Permitimo-nos propor dois questionamentos: qual motivo levaria Kremer a “dar sua filha”? Não *prestava para nada* ou não tinha condições de sustentá-la? Se, conforme o registro, a família que recebeu Clarice a tratava bem, então, por que Clarice fugiria? Obviamente, os questionamentos fazem-se acompanhar da nossa perplexidade e de incertezas diante das fontes (DAVIS, 1987). Segundo Carlo Ginzburg, isso não representa um demérito, mas sim um “campo de possibilidades historicamente determinadas” (GINZBURG, 1991, p.183).

O caráter fragmentário das fontes não contempla a narrativa completa das histórias, mas permite algumas extrapolações. É possível que o negro Kremer não tivesse condições de sustentar sua filha Clarice e tivesse optado por entregá-la a uma família que se encarregasse disso, fosse temporária, ou definitivamente.

Práticas de *circulação* de crianças entre famílias populares eram estratégias costumeiras recorrentes<sup>202</sup>. Essa *outra família* à qual Clarice fora entregue talvez a tenha ocupado no serviço doméstico, área profissional de grande participação feminina<sup>203</sup>. Mas Clarice também tinha seus caprichos: entre o abandono do pai e o tratamento de serviçal, optou por fugir e, quem sabe, achar outra forma de inserção profissional e afetiva.

Chama a atenção a idade das serviçais negras, geralmente muito jovens, como Paulina, que, ao ser deflorada pelo filho de seu patrão, contava com “quinze

---

<sup>201</sup> Questionada sobre o Mistura, Darcy da Silva disse que somente freqüentava a casa de parentes.

<sup>202</sup> Ver: FONSECA, Cláudia. Crianças em circulação. *Ciência Hoje*, vol.11, n.66, set. 1990, p.33-39. Ver também: FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p.510-553.

<sup>203</sup> Sobre o negro e o mercado de trabalho, ver: ANDREWS (1998); DOMINGUES (2004); GRAHAM, (1992).

anos e sete meses”<sup>204</sup>. A exemplo de Paulina, temos Sibila Antonia Cardoso, 15 anos de idade, de cor preta, solteira, profissão doméstica, natural deste Estado, residente no Mistura” e que, no princípio de 1938, foi para o lugar denominado Rincão dos Ilhéus em companhia de sua mãe. Dias depois, sua mãe voltou para Novo Hamburgo, enquanto a declarante ficou cuidando de uma senhora de nome Olinda Almeida, que era íntima de sua família [comadre]. Sibila, ao lavar roupa no arroio, foi abordada por Carlos Ataliba Sebastião, 30 anos, solteiro, operário, acusado de deflorar a jovem Sibila.<sup>205</sup>

Darcy da Silva, de acordo com suas lembranças, começou a trabalhar como doméstica aos quatorze anos para uma família de Porto Alegre. Aos quinze anos, retornou para Novo Hamburgo, após a morte de sua mãe, onde trabalhou por 12 ou 13 anos para a família Kirscher, deixando o trabalho para se casar.<sup>206</sup>

As fontes sugerem que as serviçais negras estabeleciam um “elo de ligação” entre as famílias negras e teuto-brasileiras, permitindo-nos refletir acerca das dependências pessoais nascidas a partir das relações de trabalho. Outrossim, possibilitam questionar a pluralidade de situações enfrentadas por essas mulheres que, conforme exposto no fragmento de um processo-crime, ficavam à mercê de seus patrões e distantes de seus familiares.

Conforme abordamos no capítulo anterior, Sade, *a velhinha dos cabelos carapinhos*, foi *branqueada* pelo cronista, por ter trabalhado para importantes famílias de Novo Hamburgo. Sua filha, Nair Leopoldina (nossa depoente), também trabalhou como doméstica.

---

<sup>204</sup> Sobre crimes sexuais, ver: FAUSTO (2001); CARELI, Sandra S. As transgressões sociais envolvendo a sexualidade feminina na diferenciada perspectiva das falas da justiça e da imprensa. In: *Primeiro Simpósio Nacional de História Cultural*, 2002. Porto Alegre: JEWEB Computers, 2002; ABREU, M. C. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890 a 1940). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v.1/2, 1995.

<sup>205</sup> Processo-crime, maço 04-05, Caixa 281. Auto de defloramento de Sibila Antonia Cardoso. Arquivo Público do Estado do RS. A partir do processo-crime, a vítima teve o seu registro de nascimento lavrado, o qual informa que Sibila, de cor preta, nasceu em 3 de agosto de 1923, em domicílio, em Sapiranga, quinto distrito de São Leopoldo.

<sup>206</sup> Depoimento cedido em 07/12/2006 ao projeto Memória, Identidade e Relações Étnicas em Novo Hamburgo. Arquivado na sala do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale.

Vó Nair, como é mais conhecida, através de fotografia<sup>207</sup>, apresenta-nos um grupo de mulheres negras, integrantes e/ ou freqüentadoras da Sociedade Cruzeiro do Sul, reunidas na praia de Tramandaí (RS), no ano de 1948.



**Fotografia 2:** Domésticas na folga de trabalho. Tramandaí/RS-1948 (Nair Leopoldina, no centro, e Darcy da Silva-4ª da direita para esquerda).

**Fonte:** Acervo particular de Nair Leopoldina Oliveira.

De acordo, com a depoente, as domésticas acompanhavam os patrões e suas famílias durante o veraneio, sendo que a imagem foi registrada no momento de descanso das trabalhadoras.

As fontes, com seus indícios e pistas, instiga-nos a pensar acerca das negras que, devido a uma condição social, atuavam como trabalhadoras domésticas. Mas, por ora, só queríamos apresentar nossas inquietações relacionadas a um “campo de possibilidades” (GINZBURG, 1991).

Por fim, ainda queremos apresentar mais três personagens do território negro em estudo. O operário José Luiz da Silva, de cor parda, solteiro, com 21 anos de idade, que sofreu “gravíssima lesão corporal”, ao brigar com Francisco José Alves (“vulgo França Alves”), 59 anos, proprietário de um mercadinho. A briga entre os dois moradores do África levou-nos a um terceiro morador que testemunhou o

<sup>207</sup> Ver: KOOSOY (2001); DUBOIS (1993).

conflito, Adão Lousada, 34 anos, casado, marceneiro, morador do África e um dos fundadores da Sociedade Cruzeiro do Sul.<sup>208</sup>

## 2.2 ARRABALDES E TRABALHADORES NEGROS NAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO

Na tentativa de visibilizar os negros e suas áreas de ocupação na geografia de Novo Hamburgo, lançamos mão novamente das certidões de nascimento. Acreditamos oportuno lembrar que estamos trabalhando com os registros de nascimento a partir de maio de 1929 até janeiro de 1951. Sendo assim, elaboramos uma tabela (Apêndice F), com a cartografia da presença negra, bem como uma quantificação dos negros a partir da classificação de cor (pretos, mistos e morenos).

Outro indicativo apontado é a classificação associada às atividades ocupacionais. Frente à diversidade contida nas certidões de nascimento, optamos por selecionar as atividades que mais se destacavam; dessa forma, contabilizamos a partir de cinco grupos: operários, curtidores, jornaleiros, agricultores e sapateiros.

Os espaços indicados situam-se no primeiro e no segundo distritos, ou seja, nas espacialidades que abrigam o território negro do Mistura e do África, exceto os de Lomba Grande, Pátria Nova, Rincão dos Ilhéus, Matadouro Kroeff e Matadouro Wiensental.

Identificamos 327 operários; 124 jornaleiros e 122 curtidores. A atribuição de cor para esses sujeitos varia entre preto e misto, sendo a indicação fenotípica preta a mais expressiva, perfazendo um total de 468.

A cor morena notadamente é atribuída a sujeitos moradores da localidade, mas nascidos em outros municípios, os quais lavraram o registro de nascimento em Novo Hamburgo. Computamos um total de 268 certidões de nascimento,

---

<sup>208</sup> O nome de Adão Lousada consta no grupo de fundadores da Sociedade Cruzeiro do Sul, conforme registrado no Livro de Atas da Associação Cruzeiro do Sul.

relacionadas aos nascimentos fora da localidade teuto-brasileira. Desse total, 110 sujeitos estão indicados pela cor morena.

Em termos de ocupação profissional, eles figuram como jornalheiros, sapateiros, curtidores, operários e agricultores, mas não computam um número expressivo de operários e curtidores; ao que tudo indica, essas últimas atividades estariam mais relacionadas aos moradores negros nascidos em Novo Hamburgo.

Ao constituir a tabela, voltamos a pensar na hierarquia social estabelecida no *locus* em estudo. Parece-nos que a polarização cotidiana se configurava entre teuto-brasileiros e não-teutos. Essa polarização, por sua vez, estava associada ao “ser branco”, mas também à construção histórica respaldada no discurso de superioridade. Os teuto-brasileiros seriam os responsáveis pelo progresso e pelo desenvolvimento da localidade. Acionava-se, portanto, cotidianamente o Nós frente a Eles, ou seja, pretos, mistos e morenos (os negros).

A presença de mistos e morenos, entre a polaridade preto e branco, não alterava a condição desses sujeitos e a sua relação com as áreas mais pobres da cidade, bem como atividades mais humildes, as quais não recebiam reconhecimento por parte dos teuto-brasileiros.

Mesmo a partir do indicativo moreno, que pode, em princípio, apontar uma proximidade maior fenotípica do branco, não revertia em aceitação por parte dos descendentes dos imigrantes alemães.

Remetendo-nos novamente à hierarquia social estabelecida em Novo Hamburgo, especialmente através do elemento cor, a possível aceitação dos negros (pretos, mistos, morenos) passava por um *embranquecimento* (a exemplo de Sade e Sady, capítulo um) em que os padrões de comportamento e de conduta valorizados e revigorados através de representações historicamente constituídas normatizavam e regularizavam o comportamento cotidiano.

Para fugir da insignificância completa, fazia-se necessária uma mínima aproximação com os valores teuto-brasileiros. No entanto, se voltarmos à leitura das crônicas citadas como exemplo, inferimos que não ocorria o aceite, mas sim a

tolerância para com um “mal necessário”.

Nesse sentido, estabelecia-se uma desigualdade material e simbólica, permeando uma relação cotidiana respaldada na superioridade do “nós” (teutos) e na inferioridade dos “outros” (negros). A inabilidade, a insignificância e a desconsideração dos últimos permeavam as representações constituídas acerca deles.

O “ser negro” (misto, moreno, preto), em Novo Hamburgo, não se relacionava somente a uma classificação de epiderme, mas também de condição social. “Aos de cor”, reservam-se os espaços periféricos e as atividades mais humildes.

Na área periférica, encontravam-se os pretos, mistos e morenos e, portanto, um número significativo de curtidores, sapateiros, jornaleiros e, em especial, dos operários, que engrossaram as filas de trabalhadores das indústrias de calçados. Colocados à margem da cidade próspera e ordeira, eram excluídos não só da vida cotidiana da cidade, mas também da representação de trabalhadores responsáveis pelo avanço da cidade.

Dessa forma, é importante pensar acerca das estratégias e táticas por parte dos negros para se fazerem visíveis em um cenário de exclusão. Nesse sentido, a constituição histórica da Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada no ano de 1922, em Novo Hamburgo, é relevante. No próximo capítulo, objetivamos apresentar ao leitor o “brilho” do Cruzeiro do Sul.

### 3 BRILHA O CRUZEIRO: ASSOCIATIVISMO NEGRO EM TERRAS TEUTO-BRASILEIRAS

O semanário *O 5 de abril*, em 30 de junho de 1950, no caderno de notas esportivas, informava sobre a inauguração da sede da Sociedade Cruzeiro do Sul. A publicação complementar as informações divulgadas em 23 de junho, que anunciavam o protocolo cerimonial reservado ao importante evento. Entre as prerrogativas, constava a abertura simbólica da nova sede, com o corte da fita sob a responsabilidade do prefeito Carlos Armando Koch e o hasteamento da bandeira. Além disso, um churrasco e um baile denominado “Noites de São João” abrilhantariam a inauguração do espaço negro de sociabilidade negra.<sup>209</sup> O dia dedicado a São João foi o escolhido para a abertura da sede da Associação Cruzeiro do Sul, bem como sua apresentação oficial à localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo. “A família cruzeirista, através de seu esforço e sua dedicação, tinha uma bela sede social”.<sup>210</sup>



**Fotografia 3:** Fachada da sede social da Associação Cruzeiro do Sul.

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>209</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 23/06/1950; 30/06/1950.

<sup>210</sup> Jornal *O 5 de abril*, 23/06/1950.

O momento, sem dúvida, tornava-se singular e significativo para os cruzeiristas, pois, com a sede, materializava-se o desejo de um grupo de sujeitos que, muito antes do ano de 1950, se permitiram ousar e fundar um clube para negros.

O associativismo negro remete-nos ao período escravagista da história do Brasil. E como exemplo dele temos, as irmandades que se propagaram pelo período pós-abolição.<sup>211</sup> Estas se destacavam pelo caráter religioso e pela relativa autonomia, configurando espaços de construção de identidades sociais (Reis, 1997). Gradativamente, as associações civis tornaram-se significativas e procuravam auxiliar o negro mais marginalizado (MULLER, 1999, p.16).

No início do século XX, o Rio de Janeiro contava com diversas sociedades negras, em especial na região portuária da cidade, onde muitas das associações se organizaram, tendo como integrantes os trabalhadores do porto. Para Rodrigues (1984), os ranchos de reis “foram as primeiras formas de desfile e reunião do grupo negro da cidade”(RODRIGUES, 1984, p.29). Integravam as festividades carnavalescas com componentes fantasiados luxuosamente, lembrando reis e rainhas, os quais desfilavam sem carros alegóricos (SANTOS, 2003). Muitos desses estavam ligados a associações, como, por exemplo, o rancho *Recreio das Flores*, pertencente à *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*, formada por trabalhadores do porto e considerada um sindicato negro.<sup>212</sup>

Ao que tudo indica, a influência dos negros baianos nessas sociedades foi relevante. Esses se destacavam nos ranchos e deixavam explícitos os laços de

---

<sup>211</sup> Sobre as Irmandades negras do Rio Grande do Sul, ver os trabalhos: MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). 252f.(Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999; BAHAY, Cristiane. Rosário de contas negras: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Arraial de Viamão (1780-1820). *Anais eletrônicos do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005. 1cd-rom; NASCIMENTO, Maria Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre- práticas funerárias e experiência urbana*, séculos XVIII-XIX. 320 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Sobre outras formas de organização, como as sociedades secretas de parentes étnicos, ver KARASCH (2000).

<sup>212</sup> Sobre os ranchos e a participação dos trabalhadores do porto, ver: ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. 159 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005. Ver também: MOURA (1995).

solidariedade existente entre eles; muitos eram trabalhadores do Porto ou dos bares e cabarés da Praça Onze (SANTOS, 2003). Assim, os negros “excluídos da cidadania pelo sistema autoritário e elitista da Primeira República”, garantiam a coesão e a identidade através de manifestações culturais e da organização de formas próprias de participação e expressão (SOHEIT, 1998, p.157).

Em São Paulo os grêmios recreativos e culturais (bailes, cordões e times de futebol), os órgãos de imprensa e os grupos de capoeiras, entre outros, configuraram diferentes formas de manutenção dos vínculos étnicos e de distanciamento da marginalização dos pós-abolição. A exemplo dos imigrantes (como os italianos), no final do século XIX e no início do século XX, os negros organizavam suas associações recreativas, que se tornaram importantes opções de lazer (DOMINGUES, 2003, p.324).

Muitos grupos estavam ligados ao carnaval, como por exemplo, o *Grupo Carnavalesco Barra Funda*; além da atividade carnavalesca com o cordão, mesmo organizava outras atividades de lazer, como piqueniques (VON SIMSON, 1989, p.88).

O *Clube Cultural Recreativo Campinas* é um exemplo da importância das associações recreativas junto às comunidades negras. Ele organizava atividades voltadas especialmente ao lazer, posto que a participação dos negros em clubes de brancos era “praticamente impossível” (BARBOSA, 1983, p.29).

Não podemos deixar de mencionar a importância da organização da Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo, em 1931<sup>213</sup>. Para Santos (2008), o objetivo principal da entidade centrava-se na proposta de formação de “um oásis” para os negros paulistas combaterem o racismo, o preconceito e a exclusão. Na Bahia (1932), no Rio Grande do Sul (1933) e em Pernambuco (1936), organizam-se núcleos da Frente Negra Brasileira.

O Rio Grande do Sul não diferiu dos outros estados e também contou com a

---

<sup>213</sup> Sobre a Frente Negra Brasileira, ver: DOMINGUES, Petrónio J. *A insurgência de ébano*. A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). 423 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

presença das associações de negros<sup>214</sup>. O trabalho de Muller (1999) enfatiza a presença das sociedades negras em Porto Alegre desde 1870. Estas, para além de um carácter recreativo e de diversão, configuram espaços voltados para a integração do negro à sociedade. De acordo com a autora, entre os anos de 1886 e 1920, é possível identificar “sessenta e duas entidades de participação quase que exclusivamente negra” em Porto Alegre (MULLER, 1999, p.135).

No início do século XX, a sociedade Floresta Aurora (1872), em Porto Alegre, configurava um importante espaço de lazer e de sociabilidade das famílias negras. Assim, conferia “dignidade e auto-estima a seus integrantes” (LAZZARI, 2001, p.193-194).

Loner (2001), ao discorrer sobre as cidades de Pelotas<sup>215</sup> e Rio Grande, identifica uma “rede associativa”. Esta teria surgido frente à marginalização do negro no pós-abolição. A rede de associações envolvendo clubes e jornais objetivava organizar e conscientizar os negros, além de auxiliar em “momentos de crise” (LONER, 2001, p.260).

Sobre as organizações negras em Porto Alegre, Pereira (2008, p.109) assevera:

No decorrer da República Velha, a falta de ações institucionais que atendessem as necessidades da população descendente dos escravizados fez surgir outras organizações com características específicas visando à inclusão social da população negra. Essa particularidade esteve presente em todo o país, e em Porto Alegre ocorreu semelhante fenômeno, principalmente nos anos 1930, com a criação da Sociedade dos Homens de Cor, organização complexa e estruturada, com ramificações em vários estados do Brasil.<sup>216</sup>

---

<sup>214</sup> Indicamos como exemplos de associações fundadas no Rio Grande do Sul: Sociedade Beneficente União Rosariense, Rosário do Sul, 1915; Sociedade Floresta Montegrina, Montenegro, 1916; Sociedade Cruzeiro do Sul, Novo Hamburgo, 1922; Clube das Margaridas, Caxias do sul, 1933; Clube Gaúcho, Caxias do Sul, 1932; Clube Três Amigos, Esteio, 1940; Sociedade Estrela do Sul, São Leopoldo, 1949.

<sup>215</sup> Na cidade de Pelotas, no ano de 1933, é fundada a Frente Negra Brasileira.

<sup>216</sup> Em 1958, em Porto Alegre, ocorre o Primeiro Congresso Nacional Negro. O evento contou com a organização e o apoio da Sociedade Beneficente Floresta Aurora (1872), localizada na capital (SANTOS, 2008). Não podemos deixar de mencionar o surgimento do Teatro Experimental do NEGRO (TEN), na década de 1940. Também é no final dos anos de 1940 e no decorrer dos anos de 1950 que duas organizações surgem em Porto Alegre, a Satélite Prontidão e a Sociedade Náutica Marcílio Dias, respectivamente. Ambas se caracterizavam pelo acolhimento da população negra que

A promoção de diferentes formas de associação negra, aos *olhos* dos segmentos sociais mais elitizados da República Velha, não passava de atos imorais relacionados ao mundo da transgressão e da marginalidade. Nesse sentido, acionava-se a polícia como forma de proibir e controlar as manifestações organizadas por esses indivíduos.<sup>217</sup>

Com a construção de novas representações ligadas à identidade nacional, a partir de 1930, elementos vistos até então como marginais e ligados à transgressão começaram a ter um papel de destaque como símbolos da nação. As formas culturais afro-latinas, antes reprimidas, tornaram-se elementos-base da identidade nacional (ANDREWS, 2007). O samba e a capoeira saíram da marginalidade e os atabaques do candomblé não eram mais coibidos pela polícia (SCHWARCZ, 2001).<sup>218</sup>

Uma das regiões gaúchas contempladas com associações negras foi o Vale do Rio dos Sinos, mais especificamente em Novo Hamburgo, onde, no ano de 1922, um grupo de amigos funda o primeiro clube negro da região.

O associativismo<sup>219</sup> na localidade teuto-brasileira remete-nos ao século XIX. Temos como exemplo a Sociedade Frohsinn (1888); Atiradores (1892); Sociedade Gymnastica (1894). Outras foram fundadas no transcorrer da primeira e da segunda década do século XX, entre as quais: Sport Club Novo Hamburgo (1911); Football-Club Esperança (1914); Sociedade-Club Guarany (1925); Sociedade Recreativa Rio Branco (1926); Sport Club Municipal (1927). Entretanto, elas se relacionavam à promoção da imagem e de fomento dos laços de identidade respaldados em uma apropriação simbólica da colonização, bem como em referências alimentares, práticas de lazer, idioma, entre outros (SEYFERTH, 1994, p.23).

---

não tinha acesso aos espaços de lazer e de prática de esportes em outros locais e clubes da cidade (PEREIRA, 2008).

<sup>217</sup> Sobre o controle e as perseguições das manifestações culturais, ver: DOMINGUES (2004); CUNHA (2004); MOURA (1995); SOIHET (1998).

<sup>218</sup> As escolas de samba organizam-se a partir dos cordões carnavalescos e começam a contar com os subsídios do Estado (ANDREWS, 2007).

<sup>219</sup> O trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Júnior. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, apresenta a propagação do associativismo no Rio Grande do Sul, ainda no século XIX, e seu avanço durante o século XX.

A Sociedade Fronhsinn, em Novo Hamburgo<sup>220</sup>, como exemplo, desde a sua fundação objetivava a preservação da canção alemã e a promoção de sociabilidade entre seus associados. Caracterizava-se como espaço constituído pelos industriais do setor coureiro-calçadista, por profissionais liberais, entre outros. Os estatutos, de 1934, da associação afirmavam a composição da sociedade por teuto-brasileiros constituintes da elite local e o idioma alemão como oficial (SPERB, 1995).

Como espaço da elite local, a sociedade Fronhsinn acolheu, por muito tempo, as reuniões de outra associação fundada em 1920, a Associação do Comércio e Indústria de Novo Hamburgo, cujas ações estariam relacionadas diretamente aos avanços econômicos e urbanos de Novo Hamburgo, especialmente após a sua emancipação<sup>221</sup>. Ramos (2000), ao estudar a Sociedade Orpheu de São Leopoldo (RS), fundada em 1858, percebe-a como espaço de sociabilidade. A autora enfatiza a relação entre a sociabilidade e o clube, informando a possibilidade de “realçar as relações políticas estabelecidas pela elite e suas representações” (RAMOS, 2000, p.8-9).

Nessas associações, a presença negra não era permitida. Na impossibilidade de ingressar e participar das atividades esportivas, de lazer e recreativas, os negros da localidade buscaram no associativismo a construção de um espaço para os seus, a exemplo do que ocorria em diferentes estados brasileiros.

Nesse sentido, o associativismo negro é analisado como ação promotora de um espaço em que os interesses comuns, sedimentados na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade, se opunham às adversidades sociais existentes.

A fundação de um clube negro em Novo Hamburgo, no ano de 1922, reflete os percalços de cunho étnico-racial existentes no âmbito nacional e regional, bem como local. A união negra, a partir das mais diferentes formas de congregação, foi o caminho encontrado para se opor à exclusão social. Por essa premissa, percebemos a Sociedade Cruzeiro do Sul como um expoente na região do Vale do Rio dos Sinos,

---

<sup>220</sup> A sociedade Fronhsinn é hoje a sociedade Aliança de Novo Hamburgo.

<sup>221</sup> Livro de atas (ano de 1933) da Associação de Comércio e Indústria de Novo Hamburgo (ACI).

responsável pela promoção de “uma conduta organizada para atingir fins específicos” (VELHO, 2003, p.107).

A partir do entendimento de Gilberto Velho (2003)<sup>222</sup>, a noção de projeto subsidia nossa leitura acerca das ações e estratégias elaboradas pelos integrantes da agremiação negra cruzeirista, permitindo-nos ir ao encontro da perspectiva do entrecruzamento de projetos individuais, que reverteram em um projeto coletivo, tendo como base o pertencimento étnico. “Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e de paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 2003, p.46).

O projeto social/coletivo sintetizava projetos individuais e aglutinadores de interesses comuns (GIACOMINI, 2006). O clube Cruzeiro do Sul nasce a partir de um projeto social e coletivo de organização de um espaço de sociabilidade negra.

Essa perspectiva, contudo, não inibe as possibilidades de divergências e discordâncias que envolvem os atores sociais. Ainda, conforme Velho, “a memória fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (VELHO, 2003, p.101).

### 3.1 FORÇA E UNIÃO: SOU PRETO, MAS SOU CRUZEIRO

Em uma noite estrelada e de luar, provavelmente de temperatura agradável, característica do mês de outubro, mais precisamente no dia 18, do ano de 1922, nos arrabaldes do primeiro distrito de São Leopoldo, na área periférica conhecida como África, em Novo Hamburgo (RS), um grupo de amigos fundou o Sport Club Cruzeiro

---

<sup>222</sup> A noção de projeto elaborada por Gilberto Velho tem por base o entendimento de Schutz. Ver: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

do Sul, com a finalidade de reunir sujeitos negros para jogar futebol.<sup>223</sup>

Permitimo-nos imaginar a roda de amigos, formada por João de Deus, Guilherme Paz, Adão Lozada, Álvaro Pacheco, João Teles, Casiano Teles, Alfredo Quadros, Valdemar Rodrigues, João Xila, Olavio, que, reunidos em frente ao bar de propriedade de um dos componentes (Alfredo Quadros), conversavam, entre risos e brincadeiras, as quais provavelmente acompanhavam o momento de socialização e de interação de alguns moradores do bairro África.

Sendo assim, retomamos então a *roda de amigos* em frente ao bar de Alfredo Quadro, cuja discussão se voltava para a escolha do nome do clube de futebol. Escolhido o nome de Rio Negro, este não agradou a Álvaro Pacheco. No momento da discussão aproximava-se do grupo o senhor Paulino Batista Coelho, “homem de idade”, que foi consultado acerca do nome mais adequado para o time de futebol.<sup>224</sup>

Conforme consta na narrativa da primeira ata da associação, Paulino fixou o olhar no céu estrelado e disse: “no princípio do verão as estrelas brilham, Cruzeiro do Sul é bom”<sup>225</sup>. Nosso *poeta*, inspirado nas estrelas e no luar, funda, com seus amigos, o Sport Club Cruzeiro do Sul, o primeiro clube negro de futebol da região do Vale do Rio dos Sinos.

A “febre do futebol” no Brasil atingiu diferentes segmentos sociais. Perceber o futebol como um esporte democrático não significa que ele fosse imune aos processos seletivos vigentes nas sociedades, sendo que essa discriminação poderia ser pela epiderme ou por condição social, como os operários pobres que eram discriminados de times mais elitizados da sociedade (Loner, 2001, p. 411).

Conforme Murad (1996), o futebol é um esporte cercado por uma “combinação de simbologias”, as quais permitem a compreensão do Brasil<sup>226</sup>. Assim, a fundação de um clube de futebol por e para negros, em Novo Hamburgo, reflete a complexidade social da localidade, permeada de alterações socioeconômicas, as

---

<sup>223</sup> Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>224</sup> Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>225</sup> Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>226</sup> Sobre futebol no Brasil, ver o trabalho de GUEDES, Simoni L. *O Brasil no campo de futebol. Estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

quais envolvem uma transformação urbana, que reorganiza e delimita espaços envolta pela exclusão social.

Na capital sul-rio-grandense, o futebol popularizou-se entre 1915 e 1930, no entanto, o projeto de modernidade e a ideologia racista segregavam os negros, sendo que a sua participação em campeonatos de futebol era restrita (JESUS, 1999)<sup>227</sup> Não diferente da população negra de Porto Alegre, também os negros da localidade teuto-brasileira se viam excluídos das atividades sociais e esportivas.

Dessa forma, a fundação do Cruzeiro do Sul reflete a popularização do futebol no Brasil, além da necessidade de organização, por parte dos negros, com suas ligas seus campeonatos, frente à exclusão e à restrição em clubes de futebol de brancos. A disseminação do futebol entre os negros e a formação de times, ocorre a partir da segunda década do século XX, isso devido à não-incorporação deles em times de brancos (Loner, 2001, p.251).

Therezinha Alice Fernandes, mulher negra, nascida em Novo Hamburgo, no ano de 1932, foi casada com um dos integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul, Valdomiro Fernandes<sup>228</sup>. A depoente relaciona a fundação da sociedade com as restrições impostas aos negros. “Porque eles [os negros] não eram aceitos, eles queriam uma sociedade para se juntar”<sup>229</sup>. Refere-se ao falecido marido como “um grande jogador”, mas que, apesar disso, foi rejeitado por um clube local, devido à epiderme.<sup>230</sup>

A presença negra em times de futebol formados por brancos desvalorizava o time e o clube, assim, os clubes de elite não aceitavam os negros em seus times. Somente com a profissionalização do esporte, principalmente a partir de 1930,

---

<sup>227</sup> O autor aponta as Ligas de Futebol organizadas pelos negros, como a Liga José do Patrocínio, em Pelotas, e a Liga Rio Branco, em Rio Grande, ambas exclusivas de atletas negros e que tiveram o auge nos anos 20 (Jesus, 1999, p.154).

<sup>228</sup> Valdomiro Fernandes exerceu o cargo de segundo tesoureiro do Sindicato do Calçado. Trabalhou durante 40 anos na fábrica Pedro Adams, saindo para assumir o cargo no sindicato. De acordo com a senhora Thereza Fernandes, seu falecido marido iniciou o trabalho nas indústrias de calçados com 12 anos, na fábrica Jacob, em Novo Hamburgo.

<sup>229</sup> Depoimento de Therezinha Alice Fernandes. Cedido em 10 de novembro de 2007.

<sup>230</sup> A recusa de clubes de futebol da localidade na incorporação de jogadores negros é citada no depoimento de Luis Oliveira (03/04/2004). Também o depoimento de Alceu Mosmann (23/03/2006) menciona a proibição de jogadores negros em clubes da localidade.

negros e brancos ficaram lado a lado em um mesmo time de futebol. “A ubiqüidade do racismo no futebol é ilustrada de forma mais grave no Brasil, onde ocorreu uma resistência à dissipação organizada do esporte entre as populações negras, por parte das elites brancas” (GIULINOTI, 2002, p.203).<sup>231</sup>

No ano de 1922 a congregação negra em torno do futebol em Novo Hamburgo inicia a trajetória de estratégias e ações que colocariam em xeque a invisibilidade negra na localidade teuto-brasileira. O Sport Clube Cruzeiro do Sul, para além de uma entidade esportiva, tornou-se uma referência recreativa e social. A promoção de passeios e jogos possibilitava o contato com outros negros, oportunizando socialização (BARBOSA,1983).

Os jogos de futebol, especialmente os que promoviam excursões, fomentavam a integração entre os sujeitos negros da localidade de Novo Hamburgo e seus “co-irmãos”. Conforme atesta a fala de nossos depoentes, dificilmente os negros conseguiam praticar o esporte junto aos times de brancos.

Aquém de uma simples partida de futebol, o momento revertia na consolidação de laços de solidariedade, além da identificação de problemas comuns e o fortalecimento identitário. “Mais uma iniciativa do E. C. Cruzeiro, ao trazer até nossa cidade o Clube União Independente da cidade de Cachoeira do Sul, a fim de realizar um vasto e brilhante programa social esportivo”.<sup>232</sup>

Segundo Luís de Oliveira, filho de Malaquias de Oliveira, os jogos ocorriam nas terras de sua família. “Todos os jogadores trabalhavam durante a semana”; “no sábado e domingo ocorriam os jogos”. “Todos se divertiam [refere-se aos negros] muito”<sup>233</sup>. “Na época era só de morenos”. No final [dos jogos] os participantes organizavam-se para irem ao cinema ou a algum baile<sup>234</sup>. “Nos dias de jogos era dia

---

<sup>231</sup>Sobre os negros e sua incorporação aos times de futebol dos clubes de elite do Rio de Janeiro e São Paulo, ver: LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Cláudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. p.121-163.

<sup>232</sup>Jornal *O Hamburguês*, 16 de abril de 1966.

<sup>233</sup>Depoimento de Luis de Oliveira.Cedido em 3/4/2004.

<sup>234</sup>Depoimento de Waldomiro Mello. Cedido em 13/11/2004. Na fala do senhor Waldomiro José de Mello, as terras da família de Malaquias de Oliveira são indicadas como local para a prática da atividade esportiva entre os negros da associação.

de festa. Não importava [...] o adversário”, a importância residia no “programa, todo mundo assistindo”.<sup>235</sup>

O futebol favorecia o estreitamento de vínculos entre os negros integrantes do Cruzeiro do Sul com sujeitos de diferentes localidades do estado gaúcho. Na década de quarenta, notadamente, o “Cruzeirinho” figura nas notas publicadas no caderno de esportes do *O 5 de Abril* (fotografia/anexo G).

O semanário anunciava a participação do clube nos campeonatos de esportes de várzea e os jogos com seus co-irmãos, entre os quais, estavam o Sport Club Guanabarro, de São Sebastião do Caí, o Club 15 de novembro, de Cachoeira<sup>236</sup>, e o Sport Club Oriente, de Bom Jardim (atual município de Ivoti)<sup>237</sup>. O futebol favorecia ultrapassar os limites municipais e oportunizava o convívio e a interação com clubes de outras cidades.

No ano de 1949, o Cruzeiro do Sul foi responsável pela organização de atividades esportivas e pela promoção de uma “interessante partida de caracter intermunicipal”, com a participação do F. M. Marquês do Alegrete, cuja delegação chegou à cidade de Novo Hamburgo “nas primeiras horas da manhã”. Aos visitantes, no horário do meio-dia, foi oferecido “um succulento churrasco”.<sup>238</sup> O jornal enfatizava a “justa e merecida” conquista “do clube de Adolfo de Oliveira”, que recebeu o “honroso título de Campeão do futebol menor”, em 1942.<sup>239</sup>

Voltando à *roda de amigos* e as suas discussões, de acordo com o senhor Paulino, a tarefa de organizar um clube de futebol passava pela elaboração dos estatutos. Assim, propôs ao grupo buscar auxílio junto ao presidente do Clube Novo Hamburgo<sup>240</sup>. Em 22 de outubro de 1922, ocorreu a primeira reunião do Sport Club Cruzeiro do Sul, na qual foi eleito como presidente do clube Paulino Batista Coelho

---

<sup>235</sup> Depoimento de Waldomiro Mello.

<sup>236</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 26/06/1929.

<sup>237</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 5/06/1940.

<sup>238</sup> Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul, de 20 de março de 1949.

<sup>239</sup> Futebol Menor é um termo relacionado aos campeonatos de times amadores ou de futebol de várzea. Ao estudar o Clube Gaúcho de Caxias do Sul, Fabrício R.Gomes (2008) aponta a participação do time de futebol do clube negro nos jogos ligados ao futebol menor ou varzeano.

<sup>240</sup> O Esporte Clube Novo Hamburgo foi fundado em 01/05/1911 por um grupo de funcionários da extinta fábrica de calçados Adams.

e, como vice, Alfredo de Quadros.

Muitos dos integrantes do Cruzeiro do Sul também compunham o bloco carnavalesco “Os Leões”, que desfilava pela avenida Pedro Adams Filho durante as festas de carnaval. Marcado pela presença negra, o bloco contava, em sua formação, principalmente, com moradores do bairro África.

Valdomiro Fernandes, marido de dona Thereza, foi integrante do bloco. Certamente a participação de seu pai, “João de Deus”, um dos componentes da *roda de amigos* e dos “Leões”, tenha influenciado para a integração de Valdomiro ao bloco desde seus oito anos de idade.

A existência de um bloco carnavalesco na localidade teuto-brasileira indica a existência da congregação negra, a exemplo das sociedades fundadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, das quais muitas nasceram da integração em torno de cordões e ranchos carnavalescos.

As fontes e seus indícios sugerem que o bloco carnavalesco “Os Leões” e sua organização antecedem a fundação do Cruzeiro do Sul. Por esse viés, destacamos a percepção dos negros em relação à importância de somar e unir esforços. As “falas” de nossos depoentes foram imprescindíveis para a reconstituição dos elementos históricos acerca do bloco carnavalesco. Estas informaram o local de nascimento do bloco, no África, e indicam Leopoldo Lara como um dos fundadores. Também mencionaram a efetiva participação de “Os Leões” nas festividades carnavalescas na localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo.

O clube não inaugura propriamente as solidariedades internas desse grupo, cujos indivíduos se manifestavam de várias formas antes mesmo de sua criação. Pensamos que o associativismo materializa essas solidariedades em um projeto coletivo, formal, duradouro e político.

O objetivo e a valorização comum acerca da configuração de um espaço para encontros, festividades, práticas esportivas, entre outros, favoreceram a fusão entre o *Bloco dos Leões* e o *Sport Club Cruzeiro do Sul*. Assim, a partir de um projeto coletivo, surgiu a Associação Esportiva, Beneficente e Cultural denominada de

Sociedade Cruzeiro do Sul, em 28 de outubro de 1922, que, à partir de então, se tornou a responsável pela maioria das atividades de cunho recreativo e social, organizadas por e para negros de Novo Hamburgo e proximidades.

No jornal *O 5 de Abril*, de 24 de fevereiro de 1933, uma nota anunciava que o garboso cordão carnavalesco “Os Leões”[...], com sede no salão do sr. Lúcio Rodrigues, no bairro Rio Branco organizara a programação dos dias de folia”. O salão de propriedade de Lúcio Rodrigues configurou um espaço acolhedor não só do bloco Os Leões e das festividades voltadas para o carnaval, mas também para as diferentes festas promovidas pela Sociedade Cruzeiro do Sul. Como mencionamos anteriormente, o salão era alugado para a promoção dos eventos antes da construção da sede da associação.

De acordo com Nair Leopoldina, o Leão, símbolo da Sociedade Cruzeiro do Sul, apresentava-se ao público todo ornamentado, carregado pelos integrantes da sociedade. “Enquanto o Cruzeiro não passava ninguém ia embora. O Cruzeiro podia atrasar [...], mas ninguém ia para casa sem ver o Cruzeiro”<sup>241</sup>. “O bloco dos Leões não tinha adversário”, renomado, recebia convites de outras sociedades para abrilhantar as festividades carnavalescas.<sup>242</sup>

---

<sup>241</sup> Depoimento de Nair Leopoldina Oliveira. Cedido em 26 de junho de 2003.

<sup>242</sup> O bloco dos Leões apresentava-se em sociedades situadas em Campo Bom, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves (Depoimento de Waldomiro Mello, 13 de novembro de 2004). O jornal *O 5 de Abril* de 1933 publica “[...] prosseguem com grande entusiasmo os ensaios do Bloco Carnavalesco dos Leões, que, como nos anos anteriores, farão uma passeata pelas principais ruas desta villa. A direção do bloco, que está a cargo do Sr. Orlando Costa, promete várias surpresas para o carnaval de 1933”.



**Fotografia 4:** Os Leões – Bloco carnavalesco (início dos anos 1950).  
**Fonte:** Acervo particular de Therezinha Alice Fernandes.

Na folia de carnaval, com máscaras ou sem, os excluídos invertiam papéis, rompiam com as fronteiras da espacialidade, ultrapassavam os arrabaldes, com seus blocos e cordões, impunham a visibilidade e davam mostras do poder de manifestação e organização. “A festa do reverso, que deixava a impressão de uma sociedade sem cortes sociais, desigualdades e conflitos de poder, que queria transparecer a fraternidade no âmbito festivo, que invertia papéis e posições dos indivíduos, acabava consolidando tais dicotomias ‘depois do fim do rito’ (SELBACH, 1999, p.120).

Momentaneamente, o ébano destacava-se, tomava conta das ruas, das principais avenidas, as quais deixavam de ser oásis dos teuto-brasileiros. Talvez, nessas ruas, apesar de transitarem sujeitos como “o crioulo Kremer” e Clarice, a menina fujona, que mesmo, com epiderme escura, era invisível. Nessas ruas e avenidas, na *festa do reverso*, o ébano tomava conta. E a *ordeira* localidade tinha sua *brancura* ofuscada pelo brilho do Cruzeiro.

Mas, se o carnaval conseguia ofuscar temporariamente a brancura teuto-brasileira e reverter a ordem da cidade que progredia com o labor do povo ordeiro, findo este, conforme mencionamos acima, as dicotomias escondidas por *confetes* e

*serpentin*as voltavam ao cenário.

A nota publicada no periódico *O 5 de Abril* anunciava a programação para as festividades carnavalescas do ano de 1934. “O garboso cordão carnavalesco [refere-se ao bloco Os Leões], com sede no salão do sr. Lúcio Rodrigues, no bairro Rio Branco [...] subirão no dia 26 a rua General Netto e Bento Gonçalves e “assaltarão” a residência de Ernesto O. Moeller e Ângelo Provezano.”<sup>243</sup>

Thereza Francis informa que sua sogra, a senhora Ercília Mello<sup>244</sup>, na época do carnaval, conseguia doação de tecidos e providenciava as alegorias. O carnaval propiciava, segundo a depoente, o deslocamento de representantes do Cruzeiro do Sul para outras associações, como o clube Gaúcho, de Caxias do Sul; “faziam até lotação para ir lá”.<sup>245</sup>

Também recebiam o Cruzeiro na época de carnaval a sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre (RS), e um clube negro da cidade de Canoas (RS).<sup>246</sup>

As atividades centradas no carnaval e no futebol configuravam formas de interação do Cruzeiro do Sul com associações de outras cidades.

Conforme *O Hamburguês*:

Às quatro horas da madrugada de hoje, seguiu com destino a cidade de Cachoeira do Sul a representação esportiva do E. C. Cruzeiro do Sul, o qual irá competir em futebol de salão com o Clube Cultural Beneficente União Independente daquela cidade. Na noite será realizado um grande baile em homenagem aos cruzeiristas. A embaixada do Cruzeiro seguiu acompanhada por grande caravana de torcedores.<sup>247</sup>

Levada a público pelo mesmo veículo de comunicação citado acima, a nota social informava sobre o encontro entre a Sociedade de Novo Hamburgo e a de

<sup>243</sup> Jornal, *O 5 de Abril*, 24/02/1934.

<sup>244</sup> Ercília Mello era mais conhecida por “Filhinha”.

<sup>245</sup> A integração e os momentos de sociabilidade entre os dois clubes negros, Gaúcho e Cruzeiro do Sul, podem ser percebidos também a partir do futebol, conforme nota publicada no jornal *O 5 de Abril* de 17 de novembro de 1962, que informa sobre a partida de futebol entre os dois clubes.

<sup>246</sup> Depoimento cedido em 15 de abril de 2004. No momento da entrevista, a depoente não lembrava o nome do clube negro situado na cidade de Canoas (RS), mas frente as informações oriundas de outros depoimentos, acreditamos que se refere ao clube Rui Barbosa. Thereza Francis Duarte de Oliveira, nasceu em Vacaria, com aproximadamente nove anos de idade foi morar em Caxias do Sul (RS). Dos quinze aos vinte e um anos, trabalhou no setor fabril da cidade. Fixou residência em Novo Hamburgo, no ano de 1962, quando contraiu matrimônio.

<sup>247</sup> Jornal, *O Hamburguês*, 06/06/1964.

### Cachoeira do Sul durante as festividades carnavalescas:

Causou grande impressão no seio da população cachoeirense bem como nos associados do Clube Cultural Beneficente União Independente a apresentação da escola de Samba Cruzeiro do Sul no centro da cidade. Após a referida apresentação houve um grandioso baile na sede do Clube União Independente, abrilhantado pelo conjunto Mocambo, onde confraternizaram-se os associados de ambas as Sociedades, resultando em mais um grandioso acontecimento da visita efetuado pelos Novohamburgueses [...].<sup>248</sup>

A associação solidificou-se ao longo de sua trajetória por ser um espaço agregador de sujeitos negros, formando uma rede relacional para além dos limites da cidade de Novo Hamburgo. A interação propiciava o combate da segregação presente na localidade teuto-brasileira, com seus espaços e territórios delimitados.

As notas sociais do *O Hamburguês* explicitam a integração e a sociabilidade promovidas pelo clube negro de Novo Hamburgo com associações de outras cidades:

Sport Clube Cruzeiro do Sul marcou para hoje à noite, em sua sede, à Rua Oswaldo Cruz, o 'Baile da Rainha', com a coroação da soberana Srta. Jacy Mendonça. Antecipa-se como um grande acontecimento o baile de hoje, eis que foram convidados e estarão presentes delegações das sociedades, Farroupilha (de Livramento), 'Aí vem os Marujos' (local), Aliança (de São Leopoldo), Castro Alves (de Canoas) e Sport Clube Gaúcho (de Caxias do Sul). [...] O baile tem seu início previsto para às 23:30, devendo a rainha ser coroada à meia-noite. Atuará o Conjunto Oásis.<sup>249</sup>

Outra nota se refere a um importante momento da associação negra, a escolha da rainha do clube:

Sport Clube Cruzeiro do Sul esteve em festa sábado último, quando realizou o 'Baile de Coroação da rainha'. A rainha do clube, srta. Jacy Mendonça, foi coroada pela srta. Sandra Maria da Silva, rainha do Gaúcho de Caxias do Sul (convidada especial). Muita gente presente a este baile, que esteve ótimo, confirmando mais uma vez o prestígio do clube presidido pelo sr. Waldomiro José de Mello [...].<sup>250</sup>

As lembranças de nossos depoentes trazem à tona as adversidades sociais enfrentadas no cotidiano. Tais elementos são percebidos como motivadores

<sup>248</sup> Jornal, *O Hamburguês*, 20/06/1964.

<sup>249</sup> Jornal, *O Hamburguês*, 18/09/1965.

<sup>250</sup> Jornal, *O Hamburguês*, 18/09/1965.

para a fundação e o fortalecimento de uma sociedade negra no local<sup>251</sup>. Ao abordar o preconceito racial, Waldomiro José de Mello, presidente por três gestões do Cruzeiro do Sul (fotografia anexo H), deixa explícita a sua indignação. Curioso é que o sentimento se relaciona aos “jovens de hoje em dia” e suas reclamações acerca do racismo existente no Brasil. Conforme sua fala, “eles [os jovens] não passaram pelo verdadeiro preconceito”. “Eles não conheceram”, “mas se eles vissem o começo”. Suas memórias nos levam à exclusão e à segregação em espaços de sociabilidades<sup>252</sup>. O Café Paulo<sup>253</sup>, mencionado como um dos maiores de Novo Hamburgo, “não permitia a entrada de negros”; “no cinema Guarani o negro só podia ficar na galeria”. Na acepção do depoente, “aqueles eram tempos de preconceito”.

Waldomiro de Mello enfatiza ainda que “noventa por cento dos que trabalhavam nos curtumes eram negros”, “não tinha para onde ir”; levando-nos a pensar acerca das escassas oportunidades de trabalho para os negros. Os curtumes, responsáveis pelo mau cheiro que se espalhava por muitas áreas de Novo Hamburgo, contavam, nas atividades de processamento do couro, especialmente com os trabalhadores negros, sendo muitos procedentes de Pelotas<sup>254</sup>, “veio para cá muitos sapateiros pelotenses”.<sup>255</sup>

Outro depoimento nos reporta novamente ao espaço do Café Paulo<sup>256</sup>, indicado como “o único lugar que tinha doce para vender”. Os doces, em especial o de batata-doce, chamavam a atenção de uma de nossas depoentes e de suas conhecidas. “Sabíamos que nas mesas não iam nos atender [...] então nos dirigíamos ao balcão. Mesmo no balcão atendiam primeiro os brancos para depois atender os negros”.<sup>257</sup>

A depoente, ao falar sobre o preconceito e as situações de exclusão. Além do

---

<sup>251</sup> Os espaços demarcados, a geografia excludente consta na discussão proposta no capítulo um do presente estudo.

<sup>252</sup> Depoimento do senhor Waldomiro Mello. Cedido em 13 de novembro de 2004.

<sup>253</sup> Sobre as sociabilidades nos cafés, ver: GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires*. Hombres, Honor y cafés. 1862-1910. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 2000.

<sup>254</sup> Informações extraídas do depoimento cedido em 20 de dezembro de 2006, pelo jornalista e fotógrafo Alceu Feijó, morador de Novo Hamburgo desde 1940.

<sup>255</sup> Depoimento de Danilo Dorneles. Cedido em 14 de janeiro de 2006.

<sup>256</sup> O depoente Alceu Mossman menciona que “O café Paulo era mais do germânico”.

<sup>257</sup> Depoimento de Darci Silva, cedido em 5 de junho de 2004.

mencionado sobre o local onde vendiam seus doces preferidos e as “dificuldades” acerca do atendimento dos negros, expõe, em sua narrativa, um fato ocorrido com uma de suas conhecidas [refere-se a Nair Leopoldina Oliveira], que, ao receber parentes da cidade de Santa Maria/RS, teriam aproveitado a estada em Novo Hamburgo para cortar os cabelos.

Conforme relato, o responsável pelo estabelecimento (barbearia) atendeu os visitantes, pois teria observado que os mesmos não pertenciam à localidade, portanto, não conheciam as restrições imputadas aos negros. Ou seja, o não-atendimento de negros nas barbearias locais. Suas lembranças também trazem à luz a separação nos bancos da igreja e no apostolado<sup>258</sup>. “O apostolado de branco era só branco”.<sup>259</sup>

Nair Leopoldina, ao lembrar as tardes de domingos e o encontro com amigas na praça central da cidade, relata que ela e suas amigas “sentavam no banco da praça [...] podia sobrar lugar [...] passava a tarde toda [...] ninguém sentava do nosso lado”.<sup>260</sup>

Ao discorrer sobre a Frente Negra Pelotense, Domingues (2005) explica que ela se posicionava “contra a segregação racial imposta aos negros em Pelotas e no Rio Grande do Sul. No início de 1934, ela pressionou o prefeito de São Leopoldo a eliminar a proibição estabelecida aos negros, ou seja, a proibição de sentarem nos bancos da praça pública da cidade” (DOMINGUES, 2005, p.191).

As falas corroboram com outras citadas ao longo deste estudo, as quais descortinam as restrições dos lugares a serem ocupados pelo negro no cinema ou o veto aos jogadores negros em times de brancos. Referindo-se ao preconceito, o senhor Danilo Dorneles enfatiza: “[...] nós evitávamos entrar em lugares que não queriam a nossa presença, se tinha uma loja que não queria a nossa presença,

---

<sup>258</sup> Sobre a separação dos lugares da igreja, bem como apostolado, trabalhamos com os depoimentos da senhora Darci Silva e de Nair Leopoldina Oliveira. A separação de lugares na igreja também aparece no depoimento de Thereza Alice Fernandes.

<sup>259</sup> Depoimento de Dulce da Silva, esposa do senhor Luis de Oliveira. Cedido em 03 de abril de 2004.

<sup>260</sup> Depoimento de Nair Leopoldina Oliveira. Cedido em 14 de junho de 2003.

evitávamos de ir ali”.<sup>261</sup>

Nos estatutos do Cruzeiro, consta a preocupação em “aprimorar sua estrutura social e ampliar constantemente sua ação dentro da finalidade para qual foi constituída; abstendo-se de tratar de assuntos ou questões que envolvam motivos políticos ou religiosos”.

O extrato acima remete-nos aos estatutos do Clube aprovados pelo Conselho Deliberativo em março do ano de 1968<sup>262</sup>. Compreendemos a categoria *política* constituída de autonomia e preponderante para a compreensão das relações de poder<sup>263</sup>. Igualmente, o *poder*, elemento ligado à *política*, legitima-se a partir das negociações, ultrapassando os limites da coerção ou da manipulação.

O “abster-se de tratar de assuntos políticos”, aquém de uma leitura simplista, não inviabilizava a associação Cruzeiro do Sul de engendrar ações políticas através do incentivo das sociabilidades e de integração, bem como a partir das negociações pertinentes à realidade social. Em outras palavras, não anulava a autonomia de compreensão da realidade social, até “porque [...] as relações de poder são intrínsecas às relações sociais” (GOMES, 2005, p.31).

Por essa premissa, lançamos mão do conceito de cultura política, entendendo-a como possibilitadora de tornar o homem comum protagonista em circunstâncias propícias, a partir de variadas estratégias (MARZANO, 2007, p.375). Assim, é possível considerar percepções, vivências e sensibilidades presentes no comportamento político de atores sociais e formular explicações e interpretações sobre elas (GOMES, 2006).

Conforme depoimento, a Sociedade Cruzeiro do Sul convocava as sociedades de outros locais do Rio Grande do Sul para reuniões em Novo Hamburgo. O deslocamento de outras localidades do estado gaúcho para a cidade teuto-brasileira parece ser acionado especialmente através do futebol.

---

<sup>261</sup> Depoimento de Danilo Dorneles. Cedido em 14 de janeiro de 2006.

<sup>262</sup> A partir de 1964, com a implantação da Ditadura Militar, as agremiações tornavam-se uma ameaça, especialmente as voltadas para fins políticos.

<sup>263</sup> Ver: COHEN, Abner. *O homem bidimensional*. A antropologia social e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Os sócios das outras sociedades se distribuíam entre os nossos associados, no outro dia tinha jogo, e se fazia então reunião pra discutir a situação da sociedade de moreno em todo o Rio Grande do Sul, e vindo daí surgiram muitas idéias, tanto é que depois éramos convidados para outras cidades para fazer o mesmo trabalho. Então era um rodízio: Santana do Livramento, Pelotas, Cachoeira, e assim por diante, todas as grandes cidades aqui por perto mesmo, Canoas, Porto Alegre.<sup>264</sup>

A partir de “fendas” no sistema social e lançando mão dos mecanismos possíveis, o Cruzeiro do Sul, como agente aglutinador, elaborava estratégias “capazes de efetuar diferenças e deslocar as disposições do poder” (HALL, 2003, p.339).

Faz-se interessante mencionar o papel exercido pelo Cruzeiro como um pólo de incentivo à integração e à discussão da “situação dos morenos”<sup>265</sup> ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, percebemos a ação política exercida pela associação ao longo de sua história e que persiste atualmente.

A Associação, através de sua diretoria, esteve presente no “I Encontro Nacional de Clubes e Sociedade Negras do Brasil”, em Santa Maria/RS, nos dias 24 a 26 de novembro de 2006, em que as discussões primaram pela reivindicação de políticas públicas para o reconhecimento dos clubes e das sociedades de negros como patrimônio histórico e cultural dos afro-brasileiros (NUNES, 2009, p. 197).

Ao inserir-se no coletivo<sup>266</sup>, a Sociedade Cruzeiro do Sul juntou-se a outras agremiações, clubes e sociedades de negros do Rio Grande do Sul, como a Sociedade Négo (Venâncio Aires)<sup>267</sup>, a Sociedade Castro Alves e a Rui Barbosa (ambas de Canoas) e a Sociedade Floresta Montegrina (Montenegro).

Sobre a organização do coletivo e seus objetivos, Nunes (2009) discorre:

---

<sup>264</sup> Depoimento de Waldomiro José Mello. Cedido em 13 de novembro de 2004.

<sup>265</sup> Depoimento de Waldomiro José Mello.

<sup>266</sup> O coletivo tem por sigla CCFNR-RS e remete ao nome das sociedades envolvidas, indicadas acima (FAGUNDES, 2009, p.198).

<sup>267</sup> Ver: Pereira, Jair Luiz. A presença de população afrodescendente em Venâncio Aires. In: Vogt, Olgário Paulo(org). *Abrindo o baú de memórias: O museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2004.p.p.773-109.

Cada sociedade integrante realiza uma festa anualmente e, nesta data, as demais garantem um público mínimo de participantes, pois organizam-se antecipadamente com transporte, venda de convites etc. Articula-se, assim, uma rede de fortalecimento da solidariedade étnico-racial que se apresenta como uma alternativa de sustentação financeira para esses clubes. Além das festas, o coletivo realiza reuniões periódicas (NUNES, 2009, p.198).

O senhor Ademir Leopoldo da Silva, atual presidente da Sociedade Cruzeiro do Sul, indica o aniversário da Associação (28 de outubro) como a data escolhida para a festa de congregação com as demais sociedades. Segundo ele:

No ano passado todas as festas foram muito boas. Fomos a Venâncio, fomos a Canoas. Há muitos anos atrás, o Cruzeiro fazia muita reunião. Cachoeira do Sul o Cruzeiro foi, o Cruzeiro é conhecido em todas as regiões de Santa Maria [...] o pessoal do Chove e não Molha, lá de Pelotas, conhece o Cruzeiro [...]. Antigamente, a integração das sociedades era mais fácil, o pessoal ia de trem, ia de qualquer jeito, mas o pessoal ia, fazia integração.<sup>268</sup>

Ao mencionar o Cruzeiro do Sul e sua participação junto a espaços promotores de discussões sobre as ações afirmativas, objetivamos demonstrar o papel relevante da Associação no tocante às questões reivindicatórias, as quais envolveram os negros em diferentes momentos e contextos históricos.

Os vínculos estabeleceram-se a partir da construção de relações e práticas sociais ressignificadas ao longo de sua trajetória, as quais envolveram os campeonatos de futebol, os eventos para a escolha da rainha do clube, as festas carnavalescas, entre outros (fotografia anexo I e J). As diferentes formas de integração e socialização inseriam-se em um cenário permeado pelas discussões de cunho étnico-racial vigente não só nas diferentes localidades do Estado gaúcho, mas em outros estados brasileiros.

A incursão pelas atividades atuais da Sociedade Cruzeiro do Sul, *a priori*, é oportuna frente ao nosso objetivo de reconstituição histórica da associação e de suas estratégias e ações políticas acionadas ao longo de sua história. Há praticamente um consenso, entre os entrevistados, sobre a importância da integração e da solidariedade com diferentes associações, como a Floresta

---

<sup>268</sup> Entrevista gravada (abril de 2008), realizada por Margarete Fagundes Nunes.

Montegrina e a Rui Barbosa<sup>269</sup>. Os vínculos relacionais, que hoje passam por uma ressignificação, constituíram-se através das sociabilidades e solidariedades fomentadas ao longo das trajetórias dessas associações e suas pautas políticas.

Waldomiro José de Mello, em seu depoimento, enfatiza a importância da integração dos sujeitos negros e a constante preocupação por parte dos representantes do Cruzeiro do Sul em viabilizar o deslocamento dos seus associados aos eventos que ocorriam em sociedades negras de outras cidades, como Pelotas, por exemplo. Para além das festas, as quais fomentavam a sociabilidade entre sujeitos negros de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, discutiam-se também questões relacionadas aos problemas enfrentados pelos negros no cotidiano.<sup>270</sup>

A integração, as solidariedades, a discussão de problemas comuns e as sociabilidades propiciavam a troca, e, por que não dizer uma aprendizagem, um estranhamento frente a situações impostas no cotidiano. Evidenciava-se uma rede de relações e experiência, fomentadora de estratégias e ações questionadoras da exclusão e da segregação social.

Danilo Dorneles sugere a importância do convívio dos negros da localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo com os provenientes de Pelotas. Para estes, o depoente atribui uma postura diferente, especialmente no tocante à reivindicação de seus direitos. As lembranças acerca da proibição dos negros em espaços sociais em Novo Hamburgo e a postura dos negros pelotenses frente a ele ratificam a percepção do depoente.<sup>271</sup>

A fundação da Sociedade União dos Homens de Cor, em Porto Alegre/RS, no ano de 1943, explicita o cenário de discussões de cunho étnico-racial e as relações

---

<sup>269</sup> Os vínculos entre O Cruzeiro do Sul e o Rui Barbosa, especialmente através de momentos de sociabilidade (bailes, reuniões dançantes, campeonatos de futebol, entre outros) são averiguados através das atas da Sociedade Rui Barbosa. Dezesesseis atas apontam ofícios enviados ou recebidos pelas associações centrados em convites para socialização. Ata n.14, 01/03/1969; ata n.17,26/04/1969; ata n.22, 08/10/1969; ata n.46, 22/09/1970; ata n.69, 22/06/1971; ata146, 22/11/1974; ata n.156, 10/04/1975; ata n.157, 24/04/1975; ata n.162, 04/09/1974; ata n.141, 07/04/1976; ata n.143, 22/04/1976; ata n.155, 23/12/1976; ata n.171, 17/11/1977; ata n.179, 26/04/1984; ata n.289, 12/12/1990; ata n. 296, 06/03/1991.

<sup>270</sup> Depoimento de Waldomiro Mello.

<sup>271</sup> Depoimento de Danilo Dorneles.

de poder no cenário brasileiro. A organização contava com seções em vários Estados do Brasil. Ela compunha-se de diretoria nacional, diretorias estaduais, diretorias municipais, chefes distritais e chefes de zonas nos distritos. Novo Hamburgo estava entre as vinte e três cidades gaúchas contempladas com chefias distritais da Sociedade União Homens de Cor (PEREIRA, 2007).

Ao reconstituir a história do Clube Gaúcho, Gomes (2008) menciona a reunião ocorrida, no ano de 1950, com a comissão organizadora da União dos Homens de Cor (UHC) e a diretoria do clube. A pauta centrava-se na organização do núcleo da União em Caxias do Sul.

Poderíamos pensar, a exemplo do clube Gaúcho, em uma aproximação da União dos Homens de Cor e o Cruzeiro do Sul? Tomamos a liberdade de conduzir o leitor a uma provocação para a qual não formulamos uma resposta, posto que as fontes investigadas para o estudo não permitem. Todavia, arriscamos-nos a explorar os elementos contidos nas suas “entrelinhas” e nos seus silêncios.

A existência de articulações políticas entre a Sociedade União dos Homens de Cor<sup>272</sup> e os integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul parece-nos ser possível, haja vista uma chefia distrital para Novo Hamburgo, além da socialização dos integrantes do Cruzeiro do Sul com agremiações de municípios como Canoas, Pelotas, Montenegro<sup>273</sup>, entre outros, os quais também contavam com chefias distritais da União. São notórios os vínculos entre agremiações negras estabelecidas nas cidades citadas com a Sociedade Cruzeiro do Sul.

Posto isso, incorremos no risco de aproximar a União dos Homens de Cor com a sociedade negra de Novo Hamburgo. Destacamos que muitas das estratégias elaboradas pela organização e que atingiam diferentes cidades e estados

---

<sup>272</sup> Ver: SILVA, Joselina da. A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos afro-asiáticos, ano25, n.2, 2003, pp.215-235. Sobre a Sociedade a União dos Homens de Cor e seu projeto o ver o trabalho de PEREIRA, Lúcia Regina Brito. Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre( 1872-2002). 308 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007. p.200-203.

<sup>273</sup> Sobre a associação negra localizada na cidade de Montenegro/RS, Ana Gabriela K.Ernzen elaborou monografia de conclusão de curso intitulada “Os negros não tinham aonde ir.Sociabilidade e resistência – o clube negro Sociedade Floresta Montenegrina (1916)”, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto S. Moreira, em 2007.

brasileiros, como, por exemplo, a aproximação com políticos locais, o vestir-se e comportar-se de forma exemplar, encontram-se também entre as exigências do Cruzeiro do Sul junto aos seus associados.

Ressaltamos ainda a proximidade entre o clube negro de Novo Hamburgo e o de Caxias do Sul e as prováveis discussões e reflexões de cunho étnico-racial entre os integrantes das duas associações. A interação, as trocas de experiências acompanham as sociabilidades, as quais são “indissociáveis das formas de intervenção na sociedade” (GONTIJO, 2005, p.275).

Uma rede relacional entre diferentes associações negras procedentes de distintas cidades se configurava. Inserida nesta, o Cruzeiro do Sul exercia (e exerce) um papel significativo de afirmação e de representação da presença negra na região do Vale do Rio dos Sinos.

Desse modo, a associação sincronizava-se com as discussões e reações ocorridas em âmbito nacional e regional, as quais enfatizavam as relações entre brancos e negros; as tensões acerca do mito da democracia racial concomitantemente, reiteravam contínuas formas de lutas.

A interação com outras congregações, especialmente através do futebol e do carnaval, marcou a trajetória do “Cruzeirinho”. Elaboramos, a partir das fontes pesquisadas, uma tabela com a indicação de sociedades negras de outros municípios que engendraram a rede de relações junto ao Cruzeiro do Sul.

**Tabela 1** - Rede Relacional da Sociedade Cruzeiro do Sul com congregações de outras localidades

Associação	Ano	Cidade/Estado
Nego Foot-ball Club	(?)	Venâncio Aires/RS
Sociedade Cultural Beneficente Rui Barbosa	(1968)	Canoas/RS
Sociedade Cultural Beneficente Castro Alves	(1959)	Canoas/RS
Sociedade Floresta Montegrina	(1916)	Montenegro/RS
Sport Club Guanabarro	(?)	São Sebastião do Cai/RS
Club 15 de Novembro	(?)	Cachoeira do Sul/RS
Sport Club Oriente	(?)	Ivoti/RS
F.M.Marques	(?)	Alegre/RS
Clube Gaúcho	(1934)	Caxias do Sul/RS
Floresta Aurora	(1872)	Porto Alegre/RS

**Fonte:** Dados organizados pela autora de acordo com as fontes investigadas.

O Cruzeiro do Sul “era exclusivamente de morenos”, exceto para pessoas *mais chegadas*, com algum grau de amizade<sup>274</sup>. As “pessoas mais chegadas”, segundo os depoimentos, referem-se à presença branca nos eventos promovidos pela associação e, em especial, às figuras importantes da comunidade teuto-brasileira, como autoridades políticas, pessoas ligadas ao comércio, entre outras.<sup>275</sup>

A seleção dos participantes brancos evidencia a percepção dos integrantes do Cruzeiro sobre a relevância dos contatos e das relações políticas entre a associação e as autoridades locais. Estabelecer parcerias e alianças com personalidades locais era uma das estratégias adotadas pelas organizações de negros, como a União dos Homens de Cor (SILVA, 2003, p.229).

<sup>274</sup> Depoimento de Waldomiro José de Mello.

<sup>275</sup> Alguns nomes de personalidades de Novo Hamburgo foram indicados nos depoimentos, como Cavasotto, ligado ao comércio do local; Avelino Santine, ligado à política, foi vereador e deputado. Alceu Mosmann exerceu o cargo de prefeito de Novo Hamburgo e freqüentou a Sociedade Cruzeiro do Sul, especialmente nas festividades carnavalescas, (entrevista realizada em 25/03/2006).

Ao referir-se aos integrantes do Cruzeiro do Sul, o senhor Mello ressalta que “as figuras que faziam parte do Cruzeiro tinham prestígio em meio à sociedade [refere-se a Novo Hamburgo]”, “morenos que tinham condições naquela época”.

Corroborando, a nota social publicada em 15 de fevereiro de 1957, informava sobre o “baile de morenos” ocorrido em 09 do mesmo mês [fevereiro], na sede social do Cruzeiro do Sul. A nota enfatiza a presença de “numerosos associados e convidados especiais”.<sup>276</sup> Provavelmente, dentre os convidados especiais, poderíamos relacionar pessoas influentes do comércio, da indústria local e da política.

As relações de poder para além do enfrentamento norteavam-se por concessões e negociações necessárias em um cenário de exclusão social. As negociações viabilizavam a realização de eventos pela associação. Parte do financiamento originava-se das solicitações de auxílio (doações) junto às fábricas. “Onde os componentes da diretoria julgavam ter dinheiro, buscavam ajuda”.<sup>277</sup>

Waldomiro José de Mello explica que, frente à escassez de recursos para a compra de bebidas que seriam comercializadas durante os bailes, por vezes, o diretor buscava junto aos comerciantes da localidade a compra a crédito. Segundo o entrevistado, o prestígio dos dirigentes da associação negra avalizava a confiabilidade e, conseqüentemente, o crédito.

Aproveitamos o ensejo para fazer referência a outras formas de arrecadação de recursos pela associação. Uma das formas mencionadas ocorria através da busca de doações junto ao comércio local e às indústrias. Essas doações, no geral, revertiam em utensílios domésticos, brindes para as festas, tecidos, especialmente para a confecção das fantasias de carnaval, entre outras. A venda de alimentos, promovidas com cartões de “galeto” ou do “chá”, também configurava uma forma de arrecadação. Além disso, o *Livro de Ouro*<sup>278</sup> captava doações em dinheiro em meio

---

<sup>276</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 15/02/1957.

<sup>277</sup> Depoimento Waldomiro José Mello.

<sup>278</sup> O Livro de Ouro é um instrumento de arrecadação de fundos também presente em outras associações, como no Clube Gaúcho de Caxias do Sul (GOMES, Fabrício R. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul* (1934-1988). 160f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos,

ao comércio e às indústrias locais, bem como entre pessoas renomadas de Novo Hamburgo. Ao que tudo indica, a sua circulação estava sob a responsabilidade das mulheres. Conforme as lembranças de algumas de nossas depoentes, “ninguém se negava a assinar o Livro de Ouro do Cruzeiro do Sul”. A cobrança de mensalidade dos associados também contribuía para a arrecadação de fundos.

A organização da sociedade deu-se gradativamente, a partir do somatório de esforços de seus associados. A exemplo de outras sociedades existentes em Novo Hamburgo, de cunho teuto-brasileiro, os esforços de seus integrantes implicaram a definição de um espaço físico que corresponderia à sede da associação e no estabelecimento de uma ordem através dos estatutos e da composição diretiva. Dessa forma, o Cruzeiro do Sul ordenava-se para apresentar seus associados na cidade de Novo Hamburgo.

Os estatutos da Associação (1968) definem a categoria de sócios: fundadores, beneméritos, honorários, veteranos e contribuintes. Também apontam a composição da diretoria da sociedade: presidente e vice-presidente; primeiro e segundo secretários; primeiro e segundo tesoureiros; diretor de patrimônio; diretor de departamento de benefícios; diretor social; diretor cultural e diretor do departamento desportivo. O mandato da diretoria é de dois anos, sendo que o cargo de presidente e de vice é eleito pelo Conselho Deliberativo e os demais são de confiança do presidente da Associação.

A partir de um trabalho de “garimpagem” junto às fontes investigadas, elaboramos uma relação dos nomes e das funções exercidas por alguns membros das famílias Silva, Mello, Oliveira e Fernandes (fotografia/anexo L). Infelizmente, a dispersão e a perda de documentos do acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul impossibilitam uma elaboração mais completa indicando a constituição das diretorias ao longo de sua história desde 1922.

Os nomes e os cargos exercidos, além do ano correspondente, respaldam-se

---

São Leopoldo, 2008, p.95). Na escola de samba paulistana, Vai-vai, o Livro de Ouro “foi uma alternativa adotada pelos membros do cordão para confeccionar as primeiras fantasias e instrumentos” (SOARES, Reinaldo da Silva. *O cotidiano de uma escola de samba paulistana: o caso do Vai-Vai*. 215 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p.28).

nos fragmentos investigados. Podemos constatar, no geral, através dos sobrenomes, o controle da Associação por representantes das famílias indicadas anteriormente.

Nome	Cargo	Ano
Luis José de Mello	Presidente	?
Paulino Batista Coelho	Presidente	1922
Alfredo Quadros	Vice-presidente	1922
João de Deus	?	1922 <sup>279</sup>
João Xila	?	1922
Serafim Kremer	?	1922
Álvaro Pacheco	?	1922
Álvaro Pacheco	Presidente	1929
Álvaro Pacheco	Presidente	1935-1936
Álvaro Pacheco	Presidente	1937
Álvaro Pacheco	Presidente de honra	1946
Adão José de Mello	Primeiro Secretário	1935-1936 e 1937
Adolfo Oliveira	Presidente	1942
Antonio Lindolfo da Silva	Primeiro Secretário	1942
Cirilo Afonso Rodrigues	Presidente	1945; 1962
Luiz de Oliveira	Presidente	1949
Luiz de Oliveira	Departamento Propaganda	1962
José Antonio da Silva	Primeiro Secretário	1940
José Osmar dos Santos	?	1946 <sup>280</sup>
Otomar dos Santos Vitória	Primeiro secretário	1962
Vandir Tomaz de Oliveira	Presidente	1965
Waldomiro José de Mello	Presidente	1965 <sup>281</sup>

**Quadro 1:** Personagens e funções exercidas na associação Cruzeiro do Sul.

**Fonte:** Elaborado pela da autora e organizado a partir das fontes investigadas.

<sup>279</sup> Ata de 1922 da Sociedade Cruzeiro do Sul apresenta o presidente e o vice, indica outros componentes, mas não os cargos exercidos por eles.

<sup>280</sup> José Osmar dos Santos, importante integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul, natural de Cachoeira do Sul, em 1942, mudou-se para Novo Hamburgo. Concedeu depoimento em 10 de março de 2004. Entretanto, não lançamos mão de mais informações de seu depoimento, já que ele não possui carta de cessão.

<sup>281</sup> O senhor Waldomiro, pelo que tudo indica, foi presidente nos anos quarenta e nos anos sessenta. O depoente não conseguiu indicar as datas em que presidiu a diretoria da Associação. Em uma nota do jornal O Hamburguês, ele é indicado presidente no ano de 1965. Também num certificado que atribui o título de presidente de honra ao Álvaro Pacheco no ano de 1965, consta a assinatura do presidente da Associação, sendo ela de Waldomiro José de Mello.

No ano de 1962, o jornal NH, de 10 de fevereiro, anunciava a reeleição de Cirilo Afonso Rodrigues para presidente da Sociedade Cruzeiro do Sul. Na formação da diretoria, destacam-se os representantes das famílias Oliveira, Mello e Fernandes e Silva. De acordo com a publicação, a diretoria compunha-se conforme segue.

Presidente de honra: Álvaro Pacheco; presidente: Cirilo Afonso Rodrigues; vice: **Luiz José de Mello Filho**; segundo vice: José Omar Lima dos Santos; primeiro secretário: Ottomar dos Santos Vitória; segundo secretário: Vitor Ferreira da Silva; primeiro tesoureiro: **Waldomiro Fernandes**; segundo tesoureiro: Osmar da Silva Porto; cobrador: Antônio Vilson da Silva; Presidente do Conselho Fiscal: **Pedro Lindomar da Silva**; primeiro vice: João Maria da Silva; segundo vice: Orlando da Costa; terceiro vice: Ari Joaquim da Costa; quarto vice: **Adolfo de Oliveira**; quinto vice: Pedro Herculano Sebastião; sexto vice: Onofre da Silva; departamento de propaganda: **Luiz de Oliveira**; orador oficial: **Antonio Lindolfo da Silva**.<sup>282</sup>

### 3.1.1 Bailando: elegância, distinção e *glamour negro*

Falar das sociabilidades e da integração do negro a partir do Sport Club Cruzeiro do Sul necessariamente reporta aos bailes e aos encontros familiares. Tais momentos, ao que tudo indica, estavam sob a responsabilidade das integrantes, ou poderíamos dizer, aos cuidados da ala feminina da Associação.

Cimentando todos esses clubes e associações, haviam as mulheres negras, as quais mantiveram associações próprias, diferenciando-se das mulheres brancas, as quais, praticamente, nenhum papel desempenhavam na estrutura associativa de seus clubes (LONER, 1999, p.243-244).

No tocante ao Cruzeiro do Sul, as lembranças das depoentes, no geral, enfatizam o papel de Sara Lara e a sua habilidade culinária. Ela se responsabilizava pelo preparo de muitos pratos oferecidos nas comemorações voltadas para o 13 de maio<sup>283</sup>. O momento chamava a atenção dos brancos, que compravam a comida preparada pela *velhinha de cabelos carapinhos*.

---

<sup>282</sup> Grifos nossos.

<sup>283</sup> Depoimento de Nair Leopoldina Oliveira. Cedido em 14 de junho de 2003.

Notadamente, os fragmentos e os indícios permitem destacar a significativa participação das mulheres e o papel relevante exercido por elas junto à Associação. Sociabilidades, integrações, momentos de encontros familiares, captação de doações e recursos para o clube nortearam as ações das mulheres, ao mesmo tempo, elas fortaleciam os vínculos entre os iguais. Sob a influência difusa dessas mulheres e seus *muitos poderes*, as redes de relações eram tecidas.<sup>284</sup>

Ao questionarmos uma de nossas depoentes acerca da participação feminina nas reuniões de diretoria, ela informa que elas [as mulheres] se limitavam ao “nosso canto”. Todavia indica que Nair Leopoldina e Filhinha “batiam o pé mesmo” e discordavam muitas vezes das decisões da diretoria masculina do clube. Provavelmente, a participação e a história de Nair e de Filhinha junto ao clube favoreciam uma postura crítica e de maior interferência. Também podemos inferir que as demais mulheres se faziam representar através daquelas que *batiam o pé*.<sup>285</sup>

Nos depoimentos coletados (de homens e mulheres), há sempre alguma referência que descortina a importância de Nair Leopoldina e de “Filhinha” na história da associação negra. Ambas são reconhecidas como responsáveis pela organização das primeiras festas do Cruzeiro, antes mesmo da construção da sede. Ao que tudo indica, as mulheres e seus “dotes culinários” auxiliavam na arrecadação de fundos para a construção da sede social. Os alimentos preparados e vendidos por “vó Nair”<sup>286</sup> chamavam a atenção, em especial dos brancos. Foram nomes respeitados, mulheres de postura firme que, com criatividade e solidariedade, fortaleceram a agremiação, principalmente, através do incentivo da sociabilidade.

Ao falarmos sobre o papel das mulheres na Sociedade Cruzeiro, faz-se importante retomarmos o “elo de ligação”<sup>287</sup> entre diferentes territórios, haja vista a atividade de empregada doméstica ter sido significativa entre as mulheres negras da localidade de Novo Hamburgo. Propiciava, assim, a circulação em espaços distintos e favorecia negociações. Muitas delas, ao receberem marcas relacionadas ao

---

<sup>284</sup> Ver: PERROT, Michele. As mulheres, o poder, a história. In: Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra. 2001, pp.167-184.

<sup>285</sup> Depoimento de Thereza Francis Duarte de Oliveira (15 de abril de 2004); o marido de dona Thereza foi presidente da associação em 1965.

<sup>286</sup> Nair Leopoldina Oliveira é também conhecida em Novo Hamburgo como vó Nair.

<sup>287</sup> Ver: 2.1.4 Na fronteira com a Europa: O bairro África.

*branqueamento* (*negras* limpas, trabalhadoras, de bom comportamento) , a exemplo de Sara Lara e Nair Leopoldina, conquistavam “respeitabilidade” a partir do julgamento teuto-brasileiro, assim, eram embranquecidas e “aceitas”. Provavelmente, estas mulheres lançavam mão disso, em momentos oportunos e convenientes como para a venda de cartões de chá e almoços ou da solicitação de doações. Tornavam as *marcas de branqueamento* elementos positivos para circulação em diferentes espaços e para amenizar tensões e estabelecer negociações.

Sob a responsabilidade das mulheres estava a organização de um cardápio e a sua preparação. “As esposas dos sócios organizavam as festas”. Preparavam a “comida pesada” e os “petiscos”. Responsabilizavam-se pelas campanhas para arrecadar pratos, talheres, entre outros <sup>288</sup>. Afora a captação de doações de alimentos, de objetos e acessórios para cozinhar e preparar os alimentos, selecionavam e coordenavam as candidatas ao título de Rainha do clube e também se responsabilizavam pela organização do baile de debutantes. Na sede social, ocorriam os bailes contemplados com famílias negras de Novo Hamburgo e de outras cidades.

Nair Leopoldina de Oliveira destacou-se como uma das organizadoras dos eventos promovidos pela Associação. Foi incentivadora de diferentes bailes, como, por exemplo, o “Baile das 24 estrelas”, no qual cada jovem representava um estado brasileiro. Também foi a responsável pelo “Baile das Rosas”. Neste, destacava-se a presença das jovens, que desfilavam elegantemente com vestidos de cor-de-rosa ; era a noite de gala da renomada sociedade Cruzeiro do Sul.

---

<sup>288</sup> Depoimento de Therezinha Francis Duarte de Oliveira. Cedido em 15 de abril de 2004. No depoimento de Adolfa de Mello, cedido em 21 de agosto de 2004, é mencionada a busca por doações junto ao comércio local, cita a Casa Cavasotto e a Casa Floriano. Para a solicitação, um ofício da Sociedade Cruzeiro do Sul era encaminhado e entregue aos comerciantes pelas integrantes da associação.



**Fotografia 5:** Integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul – Sede da Associação (anos 60). Sra. Gladis Terezinha da Silva (depoente) - 3ª da direita para esquerda (sentada).

**Fonte:** Acervo particular: Gladis Terezinha da Silva.

Vó Nair informa sobre o significativo número de participantes dos bailes<sup>289</sup> e acrescenta que elas integravam as famílias dos “morenos”. A moça deveria ter alguma beleza e condições de vestir-se apropriadamente. A eleita representaria o clube e seus associados, portanto, necessariamente, deveria reunir elementos de dignificação negra, beleza, conduta moral adequada, algum conhecimento e condições de vestir-se bem.<sup>290</sup>

Os bailes para a escolha da rainha do clube também demonstravam a preocupação com o esmero por parte da Sociedade. Conforme nota social:

Realizou-se sábado passado, em ambiente finíssimo, o Baile de Gala da simpática Sociedade Cruzeiro do Sul, para empossar sua nova rainha, Srta. Arlete Terezinha da Costa, sucessora da não menos graciosa Dirce Zeli Cardoso. A elegante festa denominou-se ‘Baile da rainha’[...] Graciosas e elegantes senhorinhas deram um brilho todo especial à velada, pelos seus elegantes vestidos e a mais completa delicadesa com os presentes, em especial aos inúmeros visitantes do interior e da capital. Destacamos ainda

<sup>289</sup> A depoente utiliza a expressão uma “enxurrada de gente”, para indicar o número expressivo de participantes.

<sup>290</sup> Ver: GIACOMINI, Sonia Maria. *Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro*. O Renascença Clube. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

as belíssimas princesas, Stras. Gladis Mello, Maria Luiza de Oliveira e Jacira de Oliveira.<sup>291</sup>

Para as festas, deslocavam-se sujeitos negros de localidades próximas, como Montenegro e São Sebastião do Caí. A importância, bem como o *glamour* envolvendo os eventos promovidos pela associação negra, relacionavam-se, segundo depoentes, ao rigor exigido no tocante à conduta moral e ao comportamento dos participantes. “Eram bailes fantásticos [...] o rapaz vinha todo engomadinho [...] Vinha muito rapaz de Porto Alegre <sup>292</sup>. Tinha muito luxo[...] tinha que estar bem vestida [...]. Tinha baile de gala e baile de debutantes”.<sup>293</sup>

Luxo e pompa serviam como indicadores de elegância e distinção. Atestavam a organização e a capacidade dos negros de promoverem eventos assim como outros clubes de Novo Hamburgo. Nesse sentido, a conduta e a vestimenta impecável tornavam-se fundamental para a auto-estima, bem como para receber adequadamente os “convidados especiais”, que poderiam ser autoridades locais e pessoas importantes da localidade, bem como os representantes de associações negras de outras cidades.

Os bailes de debutantes cercavam-se de *glamour* e apresentavam “as adolescentes nas formas de sociabilidade e de vida social consideradas de adulto, nas quais, via de regra nos anos 1950, o casamento constava como destino natural da mulher” (GIACOMINI, 2006, p.98).

Neusa Maria da Silva<sup>294</sup>, filha de Roza Antonia, debutou na Sociedade Cruzeiro do Sul. Também na sede da Associação comemorou seu enlace matrimonial com Renato Marcelino, morador de Canoas (RS) e freqüentador da Sociedade Rui Barbosa.

<sup>291</sup> Jornal *O Hamburguês*, 14/09/1963.

<sup>292</sup> Depoimento de Gládis da Silva, filha de Adolfa de Mello. Depoimento cedido em 21 de agosto de 2004. Na nota publicada no jornal “O 5 de Abril”, de 15 de dezembro de 1957, consta que a Sociedade Cruzeiro do Sul “promoveu um baile de morenos, em sua sede social, à rua Osvaldo Cruz”.

<sup>293</sup> Depoimento de Liége dos Santos. Cedido em 17 de novembro de 2005. A depoente é sobrinha do senhor Danilo Dornelles, nasceu em Caçapava do Sul e morou em diferentes cidades (Porto Alegre, Canoas, Esteio, em Santos/SP, entre outros) antes de morar em Novo Hamburgo. Foi casada com Breno Mello, que foi jogador de futebol dos Santos em São Paulo. Breno Melo atuou no filme *Orfeu do Carnaval*.

<sup>294</sup> Após o casamento, passou a assinar Neusa Maria Marcelino.

Segundo Therezinha Francis, os não-associados interessados em prestigiar as festas deveriam acompanhar uma das famílias integrantes da sociedade, posto que “não entrava qualquer um”. Nesse sentido, a associação negra aproximava-se das exigências de outras associações locais, como as teuto-brasileiras, as quais estabeleciam que a presença de “forasteiros” estivesse vinculada à apresentação por um membro da agremiação.<sup>295</sup>

A diretoria do Cruzeiro exigia a identificação do local de moradia e de trabalho do interessado. A apresentação por um integrante e a seleção dos freqüentadores da sociedade podem estar relacionadas à preocupação com a conduta moral dos participantes e com o comportamento adequado junto às famílias integradoras da sociedade, especialmente junto às moças.<sup>296</sup>

A elegância e a distinção demonstravam a capacidade da promoção de eventos à altura dos demais clubes da localidade teuto-brasileira. Além disso, promovia *status*<sup>297</sup> aos integrantes da diretoria do clube negro, especialmente frente às autoridades locais. Conduta e moral impecável, vestimentas adequadas, eventos permeados pelo *glamour* configuravam indicadores do esforço dos dirigentes da Associação para constituir um diferencial para os negros do Cruzeiro do Sul.

O jornal *O Hamburguês*, na coluna intitulada *O Vale dos Sinos em foco*, em 25 de janeiro de 1964, publicava:

Sport Club Cruzeiro do Sul realizou dia 18, sábado, o seu tradicional baile de Coroação da rainha do Carnaval, com Silveira e sua orquestra, [...] esteve presente ao baile grande caravana vinda de Livramento, pertencente à soc. Beneficente Farroupilha daquela cidade. O ponto alto do Baile foi a coroação da rainha do Carnaval de 1964, Srta Glaci Rodrigues [...].

Thereza Francis lembra que o presidente da Associação se postava no meio

<sup>295</sup> Conforme observamos em diversos anúncios de bailes e festas publicados no jornal *O 5 de abril*, as associações de cunho teuto-brasileiro estabeleciam restrições especialmente aos não-sócios. Por exemplo, a participação estava condicionada à apresentação do interessado por um sócio. Outro exemplo é a permissão para as serviçais participarem dos eventos. Essas somente poderiam ir aos eventos como acompanhantes de famílias para as quais trabalhavam.

<sup>296</sup> Outro evento promovido pela Associação era a escolha da Garota Simpatia. Conforme nota social: A Sociedade Cruzeiro do Sul fará realizar uma reunião Dançante ‘Eu, você... e a música. Nota alta será sem dúvida a escolha da ‘Garota Simpatia!’ entre as presentes, e que sejam filhas de associados. A data marcada é dia 30 de julho [...]. Marcando o sucesso da reunião, a presença de Aloísio e seu conjunto (Jornal *O Hamburguês*, 30/07/1966).

<sup>297</sup> *Status* está sendo compreendido como campo simbólico, conforme Bourdieu (1989).

do salão controlando os casais. “Ficava no meio da sala, não podia dançar muito perto, quando tava dançando muito perto ele batia no ombro”.<sup>298</sup> “Não podia ir maltrapilho, tinha que ir arrumado, não precisava luxo, mas sempre limpinho e direitinho”.<sup>299</sup>

A aparência constituía-se uma intervenção nas representações que se fazia sobre os negros, procurava expressar traquejo social e elegância, elementos imprescindíveis de acordo com os valores estabelecidos pelos integrantes da associação negra. “O pessoal se esmerava para chegar nos bailes” do Cruzeiro<sup>300</sup>. A aparência “impecável” expressava uma oposição, uma contra-representação, uma crítica social aos estigmas depreciativos por tanto tempo dirigidos aos indivíduos negros, seus comportamentos, suas sociabilidades, seus modos cotidianos.<sup>301</sup>



**Fotografia 6:** Rainha Wilma de Oliveira – 1950.

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>298</sup> Depoimento de Thereza Francis Duarte de Oliveira. Cedido em 03 de abril de 2004.

<sup>299</sup> Depoimento de Luis Oliveira. Cedido em 03 de abril de 2004.

<sup>300</sup> Depoimento de Thereza Alice Fernandes. Cedido em 10 de novembro de 2007.

<sup>301</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994. Vol.I.



**Fotografia 7:** Jussara da Silva e Waldomiro de Mello (anos 60).

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.



**Fotografia 8:** Escolha da Rainha da Sociedade Cruzeiro do Sul (ano de 1963)  
Sra. Gladis Terezinha da Silva (esquerda) e Jacira de Oliveira (filha de Adolfo de Oliveira).

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.

As fotografias mostram que a representação de Rainha do Clube ocorria principalmente entre jovens das famílias integradoras da sociedade, ou seja, que conviviam, socializavam sob um mesmo contexto sociocultural. Notamos no geral, que as rainhas eleitas pertenciam a importantes famílias constituintes da Associação.<sup>302</sup>

Remetendo-nos mais uma vez à associação negra de Caxias dos Sul (RS), que ressaltamos a preocupação dos seus diretores com a moral das moças, estas não poderiam ficar “mal faladas”. Também ocorria a exigência da diretoria do clube para que seus associados fizessem uso de trajes bem alinhados (GOMES, 2008, p.120).

A exigência de uma conduta moral correta reporta-nos a Guilherme Paz, um dos integrantes da *roda de amigos* da qual se originou a Associação, *Faqueado* por Alfredo Silva, depois de uma briga iniciada durante um baile da sociedade, no África. As testemunhas de defesa acusaram Alfredo Silva de comportamento inadequado. Estava embriagado e não dançava adequadamente.

Nos autos do processo, as testemunhas arroladas apontam a prévia comunicação a Alfredo Silva de suas atitudes inadequadas. Na persistência do comportamento, fora retirado do baile, o que ocasionou o embate físico com Guilherme Paz.

Ainda nos autos, conforme testemunho de José Silva, “mestre da banda de música que tocava no baile” e “membro da comissão de ordem”, a presença de Alfredo Silva no evento deu-se frente à sua solicitação para entrar no baile, sendo esta permitida por ele [José Silva] e demais membros do grupo, inclusive por Guilherme Paz. “Tendo Alfredo Silva<sup>303</sup> comportado de mau jeito, a comissão referida, resolveu pol-o fora do salão[...]”.

José Silva informa sobre a preocupação por parte de João Fernandes como diretor do baile. Este havia “devolvido a metade do dinheiro que ele havia pago

---

<sup>302</sup> Ver os diagramas familiares em anexos: 2,3, e 4.

<sup>303</sup> No exame de necropsia inserido no processo-crime, consta: Alfredo Silva, 30 anos, cor mista, jornalista, natural deste estado e morador de Hamburgo Velho.

[refere-se a Alfredo Silva]” e solicitado a Alfredo para se retirar até que ficasse melhor, pois estava “[...] bastante tonto”.

Carlos Armando de Oliveira, 24 anos, operário, secretário da sociedade promotora do baile, em seu testemunho, menciona que o baile era para os sócios e que Alfredo Silva conseguiu entrar mediante pagamento. Já outra testemunha, Alfredo Augusto de Quadros, 40 anos, pedreiro, “que tocava na orquestra do baile”, informa que as moças denunciaram Alfredo Silva, pois ele “dançava sem condições”.

Segundo o senhor Luis Oliveira, os freqüentadores ou integrantes da Associação passavam por uma seleção. Na sua percepção, fazia-se necessário, já que a sociedade se traduzia na “casa dos negros”; um espaço familiar, de respeito. Assim, para os que desejavam se tornar associados, era preciso respeitar as regras da agremiação.

Nas palavras do depoente, não aceitavam “qualquer um lá” [...]. As regras primavam pelo comportamento adequado, especialmente com as mulheres, e não permitiam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Os bailes, envoltos pelo caráter familiar, opunham-se à “representação do negro pobre, malandro, desgarrado, solitário, sem laços familiares” (GIACOMINI, 2006, p.48).



**Fotografia 9:** Baile escolha da Rainha da Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60)  
No centro, Waldomiro José de Mello.

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Ao analisar a composição da elite negra formadora do clube Renascença do Rio de Janeiro, Giacomini (2006) explica:

[...] um complexo processo envolvendo uma dupla operação de seleção/exclusão: de um lado, afastamento consciente e determinado dos clubes dos brancos que os segregavam para a criação de um clube negro, ou, se preferir, clube de negros e para negros; do outro lado, seleção que envolvia o bloqueio do ingresso de negros pobres, de morro, portadores de outros hábitos, gostos, posturas (GIACOMINI, 2006, p.530).

A Sociedade Cruzeiro do Sul não estava aberta a todos os negros, ocorria uma exclusão voltada àqueles que não estivessem de acordo com as exigências da associação. Os critérios impostos pela associação pautavam-se por um esforço de afastar a sociedade e seus associados dos estereótipos atribuídos aos negros, como ser “dado à embriaguez”<sup>304</sup>, “preguiçosos e desordeiros”.<sup>305</sup>

A exigência de uma postura adequada em oposição às estereotípias e uma condução moral impecável refletiam critérios familiares valorizados e incentivados pelos integrantes da Associação.

Nesse sentido, cabe, no momento, trazer à tona o personagem Luiz Lara (irmão de Nair Leopoldina de Oliveira), preto, 26 anos de idade, operário, filho de Leopoldo Lara e Sara Lara, que, para comemorar a independência do Brasil, data aclamada no calendário nacional, organizou em sua casa um churrasco em 7 de setembro do 1926 (foto/anexo M). Dentre os participantes encontrava-se Ramiro Carvalho dos Santos.<sup>306</sup>

De acordo com o processo-crime, ao final do almoço o anfitrião da festa convidou os homens para se retirarem do local e deixarem somente as mulheres, sendo que estas se encontravam reunidas em outra mesa. Ramiro Carvalho não atendeu ao pedido de Lara e, tendo oferecido vinho a Aracy Lara, esposa de Luiz,

---

<sup>304</sup> Nina Rodrigues adepto das teorias racialistas. No final do século XIX, aponta a sexualidade negra como pervertida e a propensão negra para a embriaguez (RODRIGUES, Nina, s/data, p.153).

<sup>305</sup> Segundo Sandra Pesavento (1989, p.82), os negros aparecem nos jornais porto-alegrenses no final do século XIX, como assaltantes, assassinos, bêbados, agressores, entre outros.

<sup>306</sup> Consideramos Luiz Lara, irmão de Nair Leopoldina, como um integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul devido aos seus laços familiares.

provocou o conflito. O embate resultou na morte de Luiz Lara.<sup>307</sup>

Os negros integrados ao Cruzeiro do Sul postulam a família como uma “instância de afirmação de seu pertencimento ao universo das regras. Ela é uma meta e um aval de dignidade. [...] Uma rede prioritária onde a solidariedade étnica viabiliza os projetos de ascensão social” (BARCELLOS, 1995, p.124).

O clube *Gaúcho* preocupava-se com o comportamento de seus associados, a vigilância ultrapassava os limites da sede social. “Assim, quando um associado era expulso por mau comportamento acabavam as suas relações com o clube e com seus sócios. Havia uma tentativa de desvincular, completamente o ‘desordeiro’ do clube” (GOMES, 2008, p.114).

Também no clube *Fica Aí*, de Pelotas, o rigor em relação ao comportamento de seus integrantes estava presente em suas regras. Uma “estrita vigilância por parte da diretoria sobre o comportamento de seus membros, especialmente do sexo feminino, mantendo acesa e feroz discriminação contra aqueles que não aceitavam suas imposições sobre a moral e os costumes” (GIL; LONER, 2007, p.2-3).

No Cruzeiro do Sul, além das regras de comportamento em eventos e bailes da associação, também se estabeleciam critérios para a escolha dos jogadores do time do Cruzeiro. Ser bom jogador tornava-se insuficiente. “Tinha que ter um pouco de condições de freqüentar a sociedade e condições de ter o fardamento do time. Não tinha luxo, mas tinha a seleção.”<sup>308</sup>

O futebol refletia o esforço de uma identidade valorativa e um dos principais meios de interação do clube. A disciplina e as “condições” de representar bem o clube se faziam preponderantes. A ata correspondente a 7 de janeiro de 1937 registra a demissão de Luiz José de Mello Filho do Esporte Clube Cruzeiro do Sul. O motivo centrava-se na suspensão acometida a ele frente a um desentendimento com Luiz Mello. O registro demonstra o rigor em torno das regras e do comportamento, posto que os critérios não se flexibilizassem, mesmo mediante a “faltas” cometidas por membros pertencentes às famílias mais ilustres da

---

<sup>307</sup> Processo-crime: Maço 2, Caixa: 277; Maço4-5; Caixa: 281. Arquivo Público do Estado do RS.

<sup>308</sup> Depoimento de Luis Oliveira. Cedido em 03 de abril de 2004.

Associação, como a família Mello.



**Fotografia 10:** Time do Cruzeiro do Sul (final da década de 1940).

**Fonte:** Acervo particular de Therezinha Alice Fernandes.

O “ter condições” suscita questionamentos: afinal, de quais negros estamos falando? Ou melhor: quais negros integravam e freqüentavam a Sociedade Cruzeiro do Sul?

Alguns comentários são pertinentes. Em um primeiro momento, percebemos a importância de ser trabalhador. Tal quesito possivelmente estivesse relacionado ao discurso de valorização do povo ordeiro e trabalhador propagado na cidade de Novo Hamburgo. Além de opor-se à marca do negro indolente, preguiçoso e desordeiro, o ser trabalhador sintonizava-se com o discurso local. Ao mesmo tempo, marcava a contribuição negra para a prosperidade da cidade *ordeira e laboriosa* (fotografia/anexo N).

De acordo com as fontes, os integrantes da sociedade, em sua maioria, eram operários das indústrias ou trabalhadores dos curtumes da localidade. Opunham-se aos negros desprovidos de uma atividade formalizada ou reconhecida, como os jornaleiros, por exemplo.

Outro aspecto concerne à educação. Os depoentes, em geral, que integravam a Sociedade Cruzeiro do Sul, possuem alguma instrução, sabem ler e escrever,

mesmo os mais idosos. A educação é um elemento recorrente na fala dos depoentes, sendo muito valorizada.

O semanário “O 5 de Abril” informava sobre a cooperação do Sr. Álvaro Pacheco, ecônomo da Sociedade Cruzeiro do Sul, junto à Escola Municipal Gustavo Armbrust, dirigida pela professora Dalila Sauressig, para o beneficiamento de duzentos e setenta alunos com a Sopa Escolar<sup>309</sup>. Em outra nota, ocorria a publicação de um torneio de futebol em comemoração à Semana da Pátria, com a participação do time de futebol do Cruzeiro do Sul. O benefício reverteria para a merenda escolar das escolas municipais. O evento contemplou o pronunciamento de discursos, dentre esses, o de Leopoldo Lara, integrante da Associação.<sup>310</sup>

Os entrevistados orgulham-se especialmente dos filhos e netos que conseguiram estudar. Destacam os que cursam ou finalizaram o Ensino Superior.

A entrevista de Rosa brinda-nos com o orgulho de ser mãe da primeira vereadora negra da cidade de Dois Irmãos/RS, Tânia Terezinha da Silva.<sup>311</sup> Suas narrativas descortinam o paradoxo entre preocupação e orgulho, presentes na fala da depoente. Ela ressalta que seus filhos não freqüentavam a escola “cheirando a cama”. Notamos, mais uma vez, a contraposição aos estereótipos, os quais associavam sujeira à epiderme escura.

Pedro, filho da depoente, lembra: “nós estudávamos de manhã, mas não saíamos de casa sem tomar banho. Enchia o latão de água morna e tomava banho às seis e meia da manhã, [...] antes de ir pra escola”<sup>312</sup>. Ele estudou em uma escola particular da cidade através de bolsa de estudos. A oportunidade parece-nos estar cercada pelas negociações pertinentes aos negros bem relacionados e “aceitos” na localidade teuto-brasileira.

---

<sup>309</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 03/06/1955.

<sup>310</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 08/09/1944.

<sup>311</sup> A partir do matrimônio, Tânia passou a assinar Tânia Terezinha de Souza.

<sup>312</sup> Latão é como o depoente se refere ao recipiente de metal conhecido no estado gaúcho como *chuveiro de campanha*.

Nas narrativas, a educação,<sup>313</sup> implícita ou explicitamente, aparece como elemento importante entre os valores cultivados pelas famílias de nossos interlocutores, sendo apontada como fundamental para a melhoria da condição de vida.

Outro personagem importante da família da senhora Rosa é Antonio Lindolfo da Silva, conhecido como “Dico”, irmão do pai de Pedro. É considerado, pelos familiares, como um “negro culto”. Exerceu o cargo de suplente de vereador e integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul, atuou como primeiro secretário em 1942.<sup>314</sup>

Político local e ex-gerente da extinta Caixa Econômica Estadual, o senhor Alceu Mosmann, em sua entrevista, menciona que Dico, certa vez, solicitou um emprego para um amigo, Otomar Vitório<sup>315</sup>. Conforme o entrevistado, outros negros foram favorecidos por ele com oportunidades de trabalho<sup>316</sup>. Novamente, percebemos as negociações configuradas no espaço teuto-brasileiro e o destaque de sujeitos relacionados ao Cruzeiro do Sul.

A preocupação com o a aparência e o esmero explicitavam e reiteravam a negação ao estigma do negro desleixado, além da contraposição à homogeneidade (negro pobre, ignorante, indolente). Os elementos citados auxiliam para a compreensão do sentido de “ter condições”, que, segundo nossa leitura, está aquém da discussão econômica. Permeava-se por um *status* relacionado à conduta moral, ao comportamento e ao ser trabalhador.

O negro destituído de trabalho reconhecido e formalizado, sem condições de vestir-se e comportar-se, bem contribuía para a imagem pejorativa; sintetizava a negação dos integrantes do Cruzeiro para com os que, segundo avaliação deles, se aproximariam e justificariam visões negativas voltadas à raça negra. Assim,

---

<sup>313</sup> Sobre negros e educação, ver: PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 308 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

<sup>314</sup> Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul, de 7/02/1942. Em 1962, “Dico” integra a diretoria do Cruzeiro do Sul como orador oficial (Jornal NH, 10/02/1962).

<sup>315</sup> Trata-se de Ottomar dos Santos Vitória, integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul (Jornal NH/10/02/1962).

<sup>316</sup> Depoimento de Alceu Mosmann. Cedido em 25 de março de 2006.

desnudam-se os intermitentes processos de exclusão e inclusão que marcam as identidades.

Ao analisar o sentido da *imagem* e da *identidade*, Homi Bhabha (2001) alerta:

A imagem é apenas e sempre um acessório da autoridade e da identidade; ela não deve nunca ser lida mimeticamente como a aparência de uma realidade. [...] O Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial – cultural e psíquica - que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade lingüística, simbólica, histórica (BHABHA, 2001, p.85-86).

A miserabilidade dos trabalhadores das indústrias e dos curtumes, bem como as dificuldades enfrentadas em um cotidiano de exclusão, não impediu os “cruzeiristas” de construírem uma *imagem* positivada em relação aos *outros*. Os elementos norteadores dessa identidade incentivaram um projeto coletivo de ascensão e reconhecimento social através de um “estilo de vida”, de “desvios de diferenciais” e da “retradução simbólica”.<sup>317</sup>

Corroborando com nosso entendimento, Nunes (2008), ao estudar a comunidade negra e as ações afirmativas em Novo Hamburgo, respaldada na análise da fala de um de seus interlocutores, explica:

O discurso da invisibilidade da presença e da contribuição dos negros na cidade [refere-se a Novo Hamburgo] e na região [Vale do Rio dos Sinos] pressupõe uma escuta das narrativas dos sujeitos que estiveram diretamente envolvidos na edificação do ‘trabalho’ e do ‘desenvolvimento’ no Vale, mas que, mesmo sendo agentes diretos desse fazer, ficaram no anonimato. (NUNES, 2008, p.193).<sup>318</sup>

O Cruzeiro seria o espaço dos “negros cheios”; caracterizavam-se por ter “um pouquinho mais de posses e andavam bem vestidos”<sup>319</sup>. As distinções, de acordo com Rosa, reverteram na dissidência e na fundação da Sociedade Os Marujos, em Novo Hamburgo. Estar entre os *seus* implicava estabelecer marcas de distinção em relação aos *outros*.

Ademir Silva, ao conceder entrevista a Nunes (2008), lança mão dos relatos

<sup>317</sup> Pierre Bourdieu (1989).

<sup>318</sup> O extrato indicado respalda-se na análise da fala de Valdemar da Silva, que cedeu a entrevista em março de 2008. Valdemar é integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>319</sup> Depoimento de Roza Antonia Oliveira da Silva. Cedido em 15 de setembro de 2007.

oriundos de suas tias, as quais indicam o Cruzeiro do Sul, no passado, como uma sociedade negra de elite. Os negros mais pobres teriam fundado *Os Marujos*.<sup>320</sup>

As variabilidades de situações históricas configuram a complexidade das discussões das relações étnicas e suas fronteiras, desviando o foco da análise do campo cultural para o interacional. A etnicidade opera a partir de aspectos ideológicos e políticos constituintes da sociedade envolvente, que possibilita a afirmação de um grupo perante outro (BARTH, 1998).

Frente aos elementos ressaltados, apontamos uma *elite negra* como integradora da Associação Cruzeiro do Sul. Esta representava uma parcela dos negros da localidade teuto-brasileira que integrava ou freqüentava a sociedade, cuja autorização social e simbólica alicerçava as ações e as estratégias da associação.

Para esses negros, regras e exigências foram estipuladas objetivando (re) construir a auto-estima, bem como a desconstrução das estereotípias. Todavia, as “distinções simbólicas”<sup>321</sup> dos cruzeiristas em relação aos demais negros não refletiam na desvalorização do “ser negro”.

Nas entrevistas realizadas, especialmente junto à *velha guarda*, constatamos o orgulho “dos morenos”. A negritude entendida como discurso afirmativo parece acompanhar o projeto coletivo da associação negra Cruzeiro do Sul.<sup>322</sup>

A ascensão social dos negros agregados à Sociedade Cruzeiro do Sul fomentava-se a partir de um projeto coletivo. A Associação tornou-se o “pedaço” dos negros de Novo Hamburgo, um espaço intermediário entre o público (a rua) e o privado (a casa).<sup>323</sup>

Pertencer ao *pedaço* significava estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança e procedência; significa ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de

---

<sup>320</sup> Entrevista cedida em 28 de abril de 2008. Os Marujos é outra associação negra de Novo Hamburgo.

<sup>321</sup> Pierre Bourdieu (1989).

<sup>322</sup> Sobre as discussões acerca da *negritude*, ver: BERND, Z. *O que é negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1988; MUNANGA, Kabengele. *Negritude. Usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>323</sup> Sobre o pedaço como espaço intermediário entre o público e o privado, MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço*. Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 1998.

determinadas regras de lealdade e pertencimento.

Nesse sentido, o Cruzeiro do Sul era (e é) o articulador (e propiciador) de um espaço/pedacço voltado para a sociabilidade, que estava para além dos limites das relações familiares, posto que envolviam também outras apropriações como, condições precárias de existência, vizinhança, entre outros (MAGNANI, 1998, p.116-117).

O *pedacço* não se restringia a um espaço físico intermediário (entre o público e o privado); por vezes, como veremos a partir das festas campestres, configurou-se também em meio ao público. Entretanto, ali [no pedacço] os elementos determinantes das relações e das práticas sociais estavam sob o controle dos iguais, ou seja, dos negros.

A história da Sociedade Cruzeiro do Sul foi marcada por diversos aniversários, batizados, casamentos, entre outros. A sede acolhia os almoços de confraternização, as discussões e o lazer. Também serviu como pólo de coesão e integração de muitas famílias, solidificando laços de parentesco e fomentando uma rede de relações sociais que extrapolava as fronteiras da localidade teuto-brasileira.

O Cruzeiro do Sul propiciou o encontro e o “o primeiro olhar” entre Pedro e Gilda. De acordo com as lembranças de Pedro Adão, ele e mais quatro ou cinco rapazes souberam dos bailes em Novo Hamburgo e resolveram prestigiar. “Lá estava a minha esposa”. De acordo com a fala do depoente, o primeiro encontro limitou-se a uma conversa e, em outro baile, no mesmo local, iniciou o namoro.

O casamento de Pedro e Gilda foi o primeiro enlace matrimonial comemorado na sede da Associação Cruzeiro do Sul<sup>324</sup>. Pedro Adão Marcelino fundou a Sociedade Rui Barbosa, em 1968, em Canoas/RS, cidade em que reside até hoje.<sup>325</sup> Os almoços aos sábados possibilitavam a interação e os momentos de descontração dos iguais. Para o senhor Luis Oliveira: “eles [os negros] divertiam-se a sua

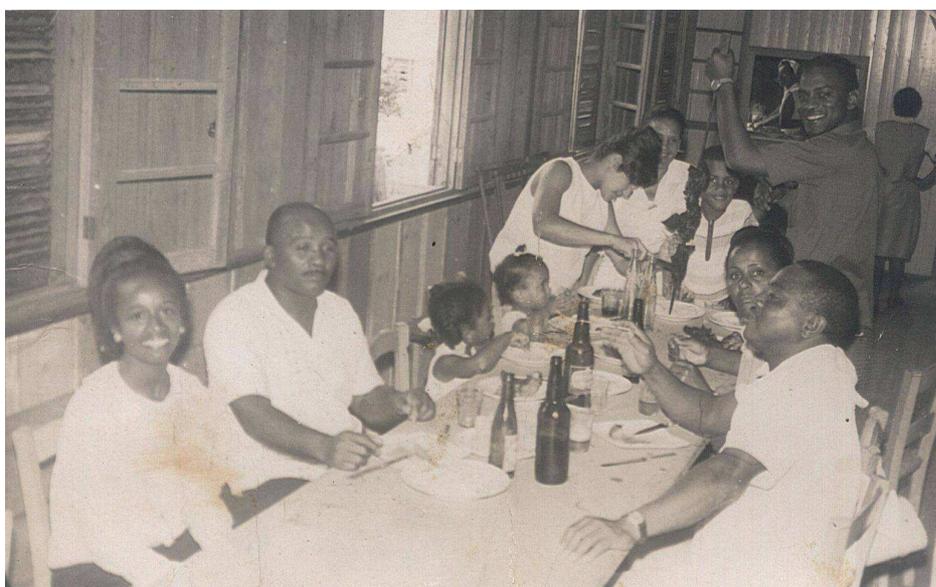
---

<sup>324</sup> A realização de bailes para “os casados” por muito tempo fez parte dos eventos do Cruzeiro do Sul. A nota publicada no jornal *O 5 de Abril*, no ano de 1962, anuncia a continuidade das comemorações aos quarenta anos da Associação e, em prosseguimento às festas natalinas, é oferecido um baile aos casados.

<sup>325</sup> Gilda Feliciano era moradora de Novo Hamburgo. Depoimento de Pedro Adão Marcelino. Cedido em 08 de janeiro de 2005.

maneira”, entre o intervalo dos jogos que ocorriam durante o dia todo, manhã e tarde, ao meio-dia, os participantes “assavam uma carnezinha”, cada um contribuindo com um pedaço de carne para o churrasco coletivo<sup>326</sup>.

O almoço coletivo, uma tradição da sociedade, ocorre até os dias atuais na sede do Cruzeiro do Sul. “A organização do almoço consiste em levar um pedaço de carne para assar e, no final, paga-se a salada e a bebida. Por volta das 11 horas, alguns integrantes da comunidade já começam a chegar portando o seu pedaço de carne para o churrasco” (NUNES, 2009, p.94).



**Fotografia 11:** Almoço coletivo/domingo (anos 60).

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Na sede da Associação, ocorriam os cursos de “prendas domésticas”<sup>327</sup>. Os cursos ministrados centravam-se, em especial, na aprendizagem do bordado e da pintura de tecidos, além da confecção de artesanato. Observamos a preocupação com aspectos culturais e educacionais dos integrantes da Associação, voltados, em especial, às mulheres.

<sup>326</sup> Depoimento de Luis de Oliveira. Cedido em 03 de abril de 2004.

<sup>327</sup> Waldomiro José de Mello, em seu depoimento, faz referência a cursos realizados na sede do Cruzeiro do Sul, os quais se voltavam especialmente para as jovens negras pertencentes à Associação.



**Fotografia 12:** Aula de artesanato para as integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60).

**Fonte:** Acervo particular de Therezinha Alice Fernandes.

Thereza Alice Fernandes, responsável pelas aulas, diz que se reuniam, na sede social do Cruzeiro, as moças negras interessadas nos cursos. E informa a sua participação em “vários cursos” de “corte, costura e bordado” promovidos pelo SESI (Serviço Social da Indústria), os quais a capacitaram.<sup>328</sup>

Acionamos novamente a discussão sobre a importância do papel feminino na Associação. A depoente é indicada por Waldomiro Mello como uma importante secretária da Sociedade e é elogiada por sua capacidade de organização. Ademais, destaca-se o papel assumido pela senhora Thereza como mediadora de conhecimentos juntos às jovens das famílias integrantes do Cruzeiro Sul que freqüentavam as aulas de “prendas domésticas” por ela organizadas (fotografia/anexo H).

Remetendo-nos à festa de encerramento de um dos cursos freqüentados por ela como aluna, a depoente rememora: “A festa de encerramento do SESC (Serviço Social do Comércio) ocorreu na Sociedade Atiradores. [...] Meu marido chegaria mais tarde. Quando eu vi, ele estava na janela, olhando”. A presença do marido

<sup>328</sup> A oferta de cursos, bem como a promoção deles pelo SESI, na cidade de Novo Hamburgo, consta nas atas da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACI), datadas de 7/2/1952 e 10/07/1952, que registram o recebimento de ofício da Delegacia Municipal do SESI convidando a diretoria da entidade para a formatura das alunas das turmas de corte e costura.

Valdomiro Fernandes foi identificada pela professora do curso, que a avisou. Ao ser convidado pela esposa para entrar no salão, ele teria respondido: “Não [...] senão eles vão me agarrar, vão me expulsar”. Mediante a insistência da professora, Valdomiro Fernandes cedeu e entrou no salão. Segundo Thereza Alice Fernandes: “terminou a festa”. “O presidente não admitiu que negro entrasse [...] na sociedade”.<sup>329</sup>

A depoente ainda explica sobre a sua participação (e aceitação) em um curso promovido pela sociedade Atiradores: “Se era um pouquinho mais clarinha, a pessoas não achavam que era negro. Então eu tinha muita oportunidade de freqüentar lugares, mas as pessoas negras, não”. A fala da depoente remete a marcas raciais que permitiam a alguns sujeitos atravessar as fronteiras étnicas e freqüentar espaços negados a *outros*. Essas marcas raciais possibilitavam uma maior “aceitação”, além de “oportunidades” em meio ao cenário teuto-brasileiro de Novo Hamburgo.

Ao retomarmos a discussão sobre o *embranquecimento*, é relevante uma reflexão sobre os eventos promovidos na sede social pela Sociedade Cruzeiro do Sul. A promoção do chá, por exemplo, organizado durante muito tempo por Filhinha e Nair Leopoldina, consistia um momento de degustação de doces e salgados preparados pelas organizadoras e por algumas integrantes da sociedade. O propósito de obter fundos para a associação tornava-se o mais importante. Dessa forma, a venda de cartões era ampliada para além das famílias negras. Nair Leopoldina ressalta que os eventos, com “muita comida”, revertiam na presença de muitos brancos. Justifica sua observação dizendo: “Eles sabiam que era tudo limpo” e complementa: “chás, mocotó, saladas, churrascos, tudo feito pelas empregadas”.<sup>330</sup>

Mais uma vez, reportamo-nos ao *branqueamento* e ao valor de alguns negros em relação a outros, assim como Sara Lara foi *branqueada*, sua filha Nair Leopoldina também se tornava diferente de outros negros. Ela, como sua mãe, falava dois idiomas, o português e o alemão, e também trabalhou por muito tempo

---

<sup>329</sup> Depoimento de Thereza Alice Fernandes. Cedido em 10 de novembro de 2007.

<sup>330</sup> Depoimento de Nair Leopoldina de Oliveira. Cedido em 21 de junho de 2003.

para importante família de Novo Hamburgo.

Nesse sentido, o *branqueamento*, a partir do olhar teuto-brasileiro, ocorria a partir de uma epiderme um pouco mais clara, destituindo, assim, os negros da *sua preteza*. Essa destituição também poderia ocorrer a partir de quesitos valorizados e considerados importantes, como falar o idioma alemão, o que contribuía para a descoloração da *preteza* de alguns negros, como Nair Leopoldina e sua mãe. Na diversidade de contatos existentes no cotidiano da *laboriosa* cidade novohamburguesa, os sujeitos *branqueados* – que certamente se auto-representavam como negros (senão não estariam no clube) – preferiam não polemizar e aproveitavam a aceitação em espaços onde, se enunciassem o seu pertencimento étnico, seriam barrados.

A fala de Nair, ao mencionar que os alimentos eram preparados pelas empregadas, ratifica a confiabilidade, por parte dos brancos na organização do evento e dos alimentos comercializados. Também traz à tona a preocupação recorrente nas falas e, por conseguinte nas regras da Associação em relação à estética. Ou seja, a limpeza, o vestir-se adequadamente, os diferenciais cruzeiristas que se contrapunham à homogeneização negra.

O fato de trabalharem para importantes famílias estabelecia a confiabilidade na qualidade e na preparação dos alimentos, na organização do evento, na limpeza das mulheres que preparam a comida, “negras limpas”, “todas empregadas”. Estava posta a diferença entre elas e os outros *pretos*; trabalhavam para famílias conceituadas da localidade teuto-brasileira, acionava-se mais uma vez o *embranqueamento* para a possível “aceitação” do negro.

Todavia, podemos inferir que a oferta de cartões aos brancos também estivesse relacionada a uma seleção, posto que talvez ela se restringisse aos brancos mais “chegados”, a exemplo dos bailes. Pessoas influentes do comércio e/ou da política local. Ou ainda, para os brancos próximos ou pertencentes às famílias para quem as mulheres negras trabalhavam como empregadas domésticas. Sujeitos com os quais mantivessem algum vínculo de amizade ou proximidade com os integrantes da sociedade. Esses convites, essas permissões de frequência ao

espaço do clube, certamente, eram produtos de escolhas estratégicas por parte dos diretores da Associação, de indivíduos com os quais poderiam compor redes políticas (e de favores). Mas também deveriam ser indivíduos que necessitavam do apoio do Clube para suas próprias estratégias de obtenção de prestígio no poder local ou municipal.<sup>331</sup>

Nesse sentido corrobora a fala do senhor Almiro Hoffmann, ao mencionar a sua participação nas festas do Cruzeiro. “Eu fui uma vez num baile do Cruzeiro [...] Participavam muitos [...] políticos. E depois eles vinham para um chá”.<sup>332</sup> Vizinho da sociedade, o senhor Almiro morou por muito tempo em frente à sede social da Sociedade: “ficávamos, às vezes, com a chave da Sociedade, baseada na confiança e na convivência”.

Lembramos novamente a heterogeneidade étnica do bairro Mistura, que agregava sujeitos de outras procedências, além da afro-descendente, como os sujeitos de ascendência germânica que não obtiveram sucesso econômico e, portanto, lançavam mão de estratégias comuns aos menos abastados. Além disso, a espacialidade e suas múltiplas experiências promoviam negociações entre diferentes agentes sociais<sup>333</sup>. A negociação passa pelo reconhecimento das diferenças. As trocas, as alianças, a interação em geral e mesmo os conflitos, “constituem a própria vida social através da experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes” (VELHO, 1999, p.21).

A heterogeneidade do bairro somada às negociações pertinentes oportunizava uma relação de “boa vizinhança” entre brancos e não-brancos. Como exemplo citamos o empréstimo da sede da Associação sem ônus: “Nós colaborávamos, mas eles davam a Sociedade [refere-se à sede social do Cruzeiro]”.

---

<sup>331</sup> Quando pensamos em estratégias, nos deixamos influenciar por Giovanni Levi, quando este escreve que: “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais. [...] nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.” LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

<sup>332</sup> Depoimento de Almiro Hoffmann. Cedido em 12 de novembro de 2005.

<sup>333</sup> Acionamos novamente a questão territorial. Ver o capítulo.

A fala relaciona o empréstimo da sede para a promoção de um chá das senhoras do apostolado.

Parece-nos que a sede do Cruzeiro do Sul, por vezes, serviu como palco de eventos promovidos por sujeitos brancos, o que atesta uma relação de trocas e empréstimos, permeada por estratégias elaboradas pelos brancos e pelos negros do Mistura.

Ainda conforme o depoente, “eles [os negros da associação] faziam sempre a gentileza com essa parte da sociedade”, refere-se ao empréstimo da sede para acolher eventos ligados ao bairro. Instigados pelo depoimento, acreditamos que muitas das atividades promovidas pela igreja do bairro ocorriam na sede do Cruzeiro. “Não havia salão na comunidade [...] nem espaço na igreja [...]”. “Fomos lá”, na Associação, solicitar o empréstimo da sede, o que ocorreu, de maneira “livre e espontânea”, “não cobraram nada.”

Suscitamos algumas questões: os eventos providos pela “comunidade” os quais usufruíram do espaço do Cruzeiro aceitavam a participação dos negros? Ou se restringiam aos sujeitos brancos do bairro? Novamente as fontes não nos permitem uma resposta. Nossas questões vieram à tona no momento da interlocução com o senhor Hoffmann, no entanto, sobre o assunto ele menciona: “até talvez participasse, mas sabe a gente aos poucos vai se esquecendo, são muitos anos [...]”.

A negociação entre a memória e o esquecimento, sugerida por Paul Ricoeur (2000), possibilita que os atores sociais assumam o poder de narrar-se a si mesmos. O senhor Almiro definiu o que desejava narrar. Ao prosseguir com sua fala, o depoente remete-nos a outras lembranças, a partir de algumas fotografias cuidadosamente guardadas em uma caixa. Os fatores externos endossam o ato de lembrar. As percepções da vida material acionam a memória individual, que, por sua vez, aciona o tempo compartilhado socialmente. Frente a isso, objetos e lugares estão envoltos pelo jogo da memória e endossam o sentido de permanência e estabilidade (HALBWACHS, 2004).

Na sua materialidade, a fotografia oferece “uma fenda aberta no tempo, uma

rachadura do espaço, “uma marca, um rastro, um indício”<sup>334</sup>. A imagem mostra-nos as paredes de madeira da sede do Cruzeiro e, como um “pano de fundo”, retratos de sujeitos negros; mais à frente, reunida à mesa, uma família branca. Intrigados, perguntamos sobre o momento. E, a partir da fotografia, descortinam-se outras lembranças.



**Fotografia 13:** Família Hoffmann.

**Fonte:** Acervo de Almiro Hoffmann.

O depoente gentilmente informa acerca da festa realizada na Associação negra em comemoração às bodas de prata de seu cunhado.

As relações de “boa vizinhança” endossavam a locação da sede para um branco. Entretanto, o senhor Almiro não poderia ser classificado somente como um branco, pois tinha um diferencial, um branco “próximo”<sup>335</sup>. As informações levam-nos a pensar na locação da sede para comemorações particulares de famílias brancas (a exemplo da família Hoffmann), possivelmente para aquelas que moravam no bairro Rio Branco/Mistura e com uma proximidade com os integrantes da Sociedade.

Talvez por conta das relações estabelecidas, um aluguel mais acessível tenha sido negociado, elemento relevante para uma família de operários, como a

<sup>334</sup> Ver: ACHUTTI, Luiz Eduardo R. *Fotoetnografia*. Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

<sup>335</sup> Relembramos a fala do depoente Waldomiro José de Mello, quando diz que alguns brancos mais próximos entravam no Cruzeiro do Sul.

Hoffmann. É possível que o valor arrecadado pelo Cruzeiro revertesse para a manutenção da sede, bem como para financiar eventos voltados aos seus associados.

Por outro lado, o senhor Klein, nascido em Novo Hamburgo e morador, por muito tempo, do bairro Primavera<sup>336</sup>, enfatiza a separação das associações: “a associação dos negros era separada da associação dos alemães, dos brancos. Eu fui no baile de negro, e aí eu não podia entrar”. Em meio à sua fala, ainda menciona as severas punições imputadas às “moças brancas” que conversassem com os “morenos”; corriam o risco de serem expulsas de casa<sup>337</sup>. Ao descortinamos a fala do senhor Klein, percebemo-la como uma representação dos “brancos não próximos”.

A sociedade tornava-se uma referência. Articuladora de relações sociais no Mistura, marcava a presença e a visibilidade negra, refletia a organização e a relevância dos negros na espacialidade. Por este viés, o Cruzeiro lançava mão de negociações pertinentes, que estavam aquém da simples captação de recursos, demonstrando uma habilidade política envolta por concessões, trocas e empréstimos, ações importantes e necessárias em uma cidade impregnada pelas adversidades sociais.

### **3.2.1 “Viva o 13 de maio”: integração, lazer e visibilidade**

Ao trabalharmos anteriormente com as crônicas dos periódicos locais, procuramos, em diferentes momentos, ressaltar a publicação dos textos divulgados no mês de maio, voltados à abolição dos escravos. Em geral, eram caracterizados pelo enaltecimento do ato magnânimo da princesa Isabel e pela recorrente menção à libertação pacífica dos escravos no Brasil.

Um exemplo é a crônica intitulada “13 de maio”, veiculada no jornal “O 5 de

---

<sup>336</sup> O bairro Primavera está situado na espacialidade denominada antigamente de Mistura.

<sup>337</sup> Lanço mão da entrevista do senhor Klein cedida à antropóloga Margarete Fagundes Nunes, em outubro de 2006. Segundo o senhor Klein, sua avó paterna seria oriunda de Hamburgo (Alemanha) e instalou-se na colônia alemã de São Sebastião do Cai/RS (NUNES, 2008, p.187).

Abril”, dizendo: “foi aberta a porta à verdadeira humanidade, que desde então reina em nossa Pátria”. Acrescenta ainda:

Em igualdade de condições, com as mesmas prerrogativas, com os mesmos direitos e os mesmos deveres do homem branco, os homens ‘de cor’ vem comungando, dentro do verdadeiro espírito cristão, dos anseios do povo brasileiro, do qual são parte integrante e com o qual se identificaram através dos feitos gloriosos dos seus ancestrais. [...] Desde então o Brasil trilha o caminho da lidima fraternidade humana, que distingue homens pela qualidade do seu caráter e não pela côr de sua pele.<sup>338</sup>

O texto centra o seu conteúdo na importância do ato da princesa (a assinatura da lei), o qual simboliza a ruptura com o atraso, um gesto humanitário que alicerça a comunhão entre brancos e negros e que coloca ambos lado a lado em direitos e deveres. Imbuído pelo “espírito cristão”, o Brasil era o cenário da “fraternidade humana”, e Novo Hamburgo, como um “ator”, cumpria o seu papel.<sup>339</sup>

Não tencionamos submeter o leitor novamente à análise das crônicas centradas no 13 de maio. Entretanto, acreditamos ser importante lembrar a relevância das crônicas analisadas no capítulo primeiro, no qual tentamos demonstrar o fortalecimento do mito da democracia racial na esfera local através dos periódicos, além da prática social norteadas pela exclusão, pela segregação e pelo preconceito.

A grandiosidade e a importância das festas voltadas para o 13 de maio são unânimes nas falas dos depoentes. A data, em geral, está norteadas por uma valorização por parte das famílias negras da localidade, especialmente por aquelas que servem de esteio do “Cruzeirinho”. Objetivamos demonstrar ao leitor a importância do 13 de maio para os negros de Novo Hamburgo e a sua configuração

---

<sup>338</sup> Jornal *O 5 de Abril*, 9/05/1952.

<sup>339</sup> Para Goffman (2003), a representação se dá no contato entre atores que desempenham funções sociais e pode ser considerada em sua natureza presencial. O contato entre atores determina formas de comportamento, persuasão, estímulos simbólicos, expectativas de respostas, tensões, acomodações. A representação é o próprio agir individual mediado pela presença do outro, que passa a ser, portanto, um agir coletivizado à medida que depende de elementos constituídos por um protocolo social de determinações, padrões de conduta e sanções. Ao descrever o comportamento de um garçom que agia de uma forma com os fregueses do restaurante e de outra forma diferente com os colegas, Goffman aponta os diferentes papéis assumidos pelos atores. O sociólogo evoca o sentido de representação a partir de elementos do universo cênico, levando-nos a pensar os significados de uma complexa teia de relacionamentos que vai sendo tecida no contato direto entre atores sociais em situações de interação.

como uma das festas campestres (ao ar livre) promovidas pela Sociedade Cruzeiro do Sul.

Partimos do pressuposto da resignificação da data. A festa em torno dela não estava restrita à comemoração do ato da princesa e à liberdade por ela oficializada. Para além disso, significava visibilidade, liberdade de ação em diferentes espaços, especialmente o público, o momento de mostrar-se, de ultrapassar fronteiras que, pelo menos momentaneamente, por um dia, não existiam.

Nair Leopoldina, ao falar sobre a data, remete novamente a Sara Lara, dizendo: “[...] a minha mãe começou com os 13 de maio”. A festa ocorria em um capão, ao ar livre. Dança e comida garantiam o sucesso da comemoração. *Vó Sara* cozinhava muito bem, sob sua responsabilidade ficava o preparo do carreteiro e da galinha assada. Nas lembranças da depoente, nessas festas, o número de brancos era significativo. “O 13 de maio tinha mais branco do que negro porque ela cozinhava muito bem”.<sup>340</sup>

Dois elementos devem ser lembrados brevemente:

Primeiro, o papel importante da mulher negra como articuladora entre brancos e negros, fomentando a “intersecção de diferentes mundos”, “transitavam de um para outro lado, em função de um código relevante para suas existências”.<sup>341</sup>

Segundo: a aceitação dos brancos em determinados eventos, os quais notadamente se relacionavam com a questão econômica e política e a arrecadação de fundos. Também como estratégia de visibilidade e de desconstrução das marcas pejorativas.

Possivelmente, o momento favorecia o comércio de alimentos e, conseqüentemente, a arrecadação de fundos para a construção da sede da associação Cruzeiro do Sul e para a organização de eventos. Ao que tudo indica, as

---

<sup>340</sup> Depoimento de Nair Leopoldina de Oliveira.

<sup>341</sup> VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1999. O autor, ao enfatizar o trânsito dos indivíduos em diferentes instâncias (trabalho, lazer, entre outros), com passagens quase imperceptíveis, aborda a intersecção de diferentes mundos a partir da leitura Georg Simmel.

festas eram organizadas pelos integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul em espaços abertos, oportunizando a presença de sujeitos brancos.<sup>342</sup>

As lembranças de Luis Oliveira também apontam a importância do 13 de maio para Malaquias de Oliveira, seu pai: “O meu pai, que chegou a ser escravo [...], atribuía muito valor ao 13 de maio. Reunia toda a família e ia para a igreja [...] tinha missa em comemoração[...] Onde tinha um matozinho, tinha festas de treze de maio, nos eucaliptos, tinha festa. Lá em cima no Oswaldo Cruz, e aqui, no rincão tinha festa”.

Nair Leopoldina, ao falar sobre sua mãe, Sara Lara, ressalta que ela “levou um relhaço que ficou a marca da argola [...] acho que minha mãe tinha uns doze anos [...]”. A depoente, em suas lembranças, trazia à luz narrativas que se mesclavam com episódios vivenciados por sua mãe em um contexto escravagista.

As falas de nossos depoentes trazem à tona as sensibilidades de agentes históricos, como Sara e Malaquias. Ao rememorem os pais e a importância do 13 de maio, descortinam as sensibilidades de personagens cuja vivência ocorreu nos “tempos” da escravidão, do relho e do “pau na nuca”<sup>343</sup> e nos “tempos” da liberdade. Talvez nas memórias edificadas a partir de experiências entre um e outro “tempo” residisse (e reside) a valorização atribuída ao 13 de maio por muitos de nossos personagens.

Alceu Mosmann, ao se referir às festas do *13 de maio* em Novo Hamburgo, menciona: “juntava a negrada, era uma festa linda [...] os brancos amigos iam lá festejar, comer, beber”. Muitas das festas ocorriam em um terreno baldio que se situava em uma das esquinas próximas à Catedral de Novo Hamburgo. A fala reforça o aspecto abordado, anteriormente, da participação de brancos mais “próximos” nos eventos promovidos pelo Cruzeiro do Sul.<sup>344</sup>

Também o senhor Almiro relaciona a festa campestre realizada anualmente

---

<sup>342</sup> Danilo Dorneles, em seu depoimento, informa que o campo de futebol do atual clube de Novo Hamburgo servia como local para as festas voltadas para o 13 de maio. Nair Leopoldina informa acerca da alocação de um salão para realização dos bailes em comemoração ao 13 de maio.

<sup>343</sup> Jornal O 5 de abril.

<sup>344</sup> Depoimento cedido em 25 de março de 2006.

pelos negros às comemorações do 13 de maio. “Nós participávamos porque conhecíamos os operários morenos”.<sup>345</sup>

No depoimento de Waldomiro de Mello, é explicitada a importância das comemorações:

O 13 de maio era um acontecimento fora do comum, geralmente alugava no Rio Branco, chamava de capão, lá tudo era organizado, equipe cada uma tinha uma função e depois ia pro baile, começa de manhã e à noite tinha baile, vinha gente de Pelotas. Quando caía em dia da semana ninguém trabalhava, era sagrado, o rapaz solteiro tinha que se apresentar com uma fatiota nova, era de praxe, cada um chegava mais bacana que o outro.<sup>346</sup>

Celebrações em torno do 13 de maio mereciam nota social em “O 5 de abril”. Destacavam-se, em geral, os eventos e as festividades voltadas às celebrações da Abolição. A nota reproduzida abaixo pode ser considerada bem completa no que tange aos horários das festas, às informações gerais etc. Ela mostra o comprometimento, por parte do veículo, em informar a todos (brancos e negros) da comunidade a celebração. Também demonstra o empenho da sociedade desportiva Cruzeiro do Sul em fazer a organização necessária para o brilho das comemorações.

Para comemorar a data de 13 de maio. Pela sociedade desportiva S. C. Cruzeiro do Sul, acaba de ser organizado excelente programma para comemorar condignamente a data de 13 de maio. Nesse dia, ás 6 horas, depois da salva de 21 tiros, tocará alvorada a banda de música, defronte ao edificio da séde social. A recepção dos associados e convidados se fará na séde, ás 7 horas sendo nessa ocasião hasteado o pavilhão brasileiro, cantando-se o hynno nacional. As 7 e 30 horas formará o prestito, que seguirá para a igreja São Luiz de Gonzaga, onde, ás 9 horas, será resada missa solene, em homenagem aos proceres da abolição da escravatura no Brasil. Ao terminar a missa, farão os associados uma passeata por diversas ruas desta villa, seguindo, depois, para o campo de desportos do S. C. Progresso, onde será servido churrasco. Haverá baile ao ar livre e muitas outras surpresas. Às 17 horas: Organização do prestito e marcha para a séde social, onde continuará o baile. A commissão organizadora dos festejos está muito empenhada para que os mesmos se revistam do maximo brilho.<sup>347</sup>

<sup>345</sup> Depoimento de Almiro Hoffmann. Concedido em 12 de novembro de 2005. O depoente foi um dos primeiros brancos a morar próximo à Sociedade cruzeiro do Sul, na rua Oswaldo Cruz (antiga rua da Limpeza). Procedente de Taquara/RS, morou por muito tempo em frente à Sociedade Cruzeiro do Sul.

<sup>346</sup> Depoimento de Waldomiro Mello. Cedido em 13 de novembro de 2004.

<sup>347</sup> Jornal *O 5 de abril*, 11/05/1928. Conforme Waldomiro José de Mello: “o 13 de maio de Novo Hamburgo era um acontecimento fora do comum” (Depoimento cedido em 13/11/2004).

A relevância da data para os negros da cidade hamburguense é notória nas notas veiculadas nos jornais pesquisados. “Em regosijo à magna data de 13 de Maio, preparam-se grandes festividades, que se realizarão no capão junto ao salão do sr. Lucio A. Rodrigues, constando de um succulento churrasco regado a vinho e abrilhantado por uma excellente banda de musica”.<sup>348</sup>

As informações de cunho social ou policial<sup>349</sup> apontam para a agregação de sujeitos negros pertencentes à localidade, bem como de outras localidades, que se deslocavam para Novo Hamburgo, com o objetivo de participarem das festividades da Abolição e demonstram a mobilização negra em torno das comemorações.

Contudo, infere-se que a mobilização, por parte dos negros da localidade, era aceita socialmente devido ao significado simbólico contido nas festividades voltadas ao 13 de maio. Comemorava-se o ato da princesa Isabel, a redentora dos escravos que havia “proporcionado a fraternidade entre negros e brancos, contribuindo assim, para a afirmação da imagem do paraíso racial no país” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p.240). As celebrações acerca da data comemorativa e o discurso em torno dela fundamentavam o mito da “democracia racial”.

Assim, as fronteiras ampliavam-se e possibilitavam a ocupação das demarcações excludentes impostas aos negros no cotidiano da cidade novo-hamburguense. Dessa forma, a comunidade teuto-brasileira cumpria o seu papel, promovendo a possibilidade, na esfera local, de promover a celebração e afirmar, mais uma vez, a não-existência de preconceito e discriminação nessa comunidade. Além disso, Novo Hamburgo cumpria com o calendário de comemorações cívicas do

---

<sup>348</sup> Jornal *O 5 de abril*, 12/05/1933. O salão do senhor Lúcio, segundo informações de depoimentos, era um salão freqüentado somente por negros, localizado no bairro Mistura (atual Rio Branco). O salão é citado em diferentes depoimentos como o local alugado pela Sociedade Cruzeiro do Sul para realizar suas festividades.

<sup>349</sup> Exemplificamos a partir da nota policial publicada no jornal *A gazeta de Novo Hamburgo*, de 17 de maio de 1951: “Na festa de 13 de Maio, cumprida pelos homens de cor desta cidade e que se realizou no Campo do Adams, foi notada a presença de Antonio dos Santos, morador de Porto Alegre e, que se fazia acompanhar de sua esposa. Lá pelas tantas, o ‘moreno’ que já havia empinado uns copos, resolveu baixar a pesada na esposa, com o que não concordaram diversos presentes. Como Antonio insistisse, esbofeteando a esposa, o fato foi levado a conhecimento da Polícia local, onde foi registrado para formação do competente processo”.

país.<sup>350</sup>

Hanchard (2001), respaldado em Badinter (1970) enfatiza que os rituais e os símbolos, como expressões políticas, mostram as assimetrias entre os grupos.

Os rituais encarnam não apenas o conflito [...], mas funcionam no sentido de apresentar uma imagem transcendentalista da união social. A falsa premissa de igualdade racial que se conhece como democracia racial brasileira é paradigmática da imagem transcendentalista da união social (HANCHARD, 2001, p.42).

Para os negros, possivelmente a comemoração do 13 de maio poderia representar a visibilidade, momento de festejar, de agregação com os seus, mobilidade e circulação, de fomentar a solidariedade, romper “fronteiras” tornar-se visível.<sup>351</sup>

Por outro lado, a comemoração do 13 de maio compartilhada, seja através da efetiva participação ou na simples aceitação/assimilação como algo importante a ser comemorado, remete-nos à memória compartilhada e ao funcionamento de lembranças diferenciadas de acordo com grupos distintos.

Compartilhar os festejos direcionados à data da Abolição não significava igualdade, mas um momento de congregação independente das diferenças. Sendo assim, legitimava-se, através de uma data comemorativa da memória coletiva (nacional), o ideal da democracia racial.<sup>352</sup>

De acordo com Roza Antonia, mulher negra, nascida em Araricá (RS), em 11 de fevereiro de 1929, e moradora de Novo Hamburgo a partir de 1933 (ou 1934 conforme a depoente), “quando chegava o 13 de maio, as patroas nas firmas diziam: ‘hoje é o dia de vocês’. Então a gente tinha folga e fazia piqueniques na mata [...] então era aquela festa. Mandavam rezar missa [...] Saía da igreja aquela procissão

<sup>350</sup> Schemes (2005), a partir de Ozouf (1988), discorre: “a festa é extremamente alegórica, ou seja, nem sempre seu significado está naquilo que aparenta, mas escondido nas entrelinhas” (SCHEMES, 2005, p.32-33).

<sup>351</sup> Para DaMatta (1977), as festividades promovem a inversão, a subversão temporária, “mas básica, da hierarquia secular da sociedade, criando outras áreas e linhas de poder. [...] Inverter não é liquidar a hierarquia ou a desigualdade, mas apenas submetê-las, como uma experiência controlada – caso das festividades – a uma recombinação passageira” (DAMATTA, 1977, p.177).

gritando: 13 de maio.”

Catroga (1990), ao discutir o tema dos Panteões Nacionais, explica que o Panteão, “ligado à emergência das festas e dos cultos cívicos reordenadores do novo sentido que se queira imprimir ao tempo e ao espaço – deve ser visto como uma criação em que a razão política confessa ser imprescindível o recurso ao rito para reforçar as sociabilidades”. Para o autor, o “desmoronamento dos elos sociais tradicionais [refere-se ao Antigo Regime] deixou o indivíduo cada vez mais automatizado, só a linguagem imagética e apelativa poderia levá-lo ao reconhecimento da sua inserção na comunidade nacional” (CATROGA, 1990, p.449-450).

Ao mencionarmos a importância da data para os negros em Novo Hamburgo, é mister destacarmos a defesa das lideranças negras atuais da cidade pela preservação do 13 de maio, hoje, passado por um processo de ressignificação e com um caráter reflexivo. O movimento negro local, anualmente, através do COPAA (Comitê Pró-Ações Afirmativas), realiza a atividade *Lembrar o 13 de Maio*, focado em uma temática para discussão (NUNES, 2009, p.95).<sup>353</sup>

### **3.2.2 Sociabilidade preta, vigilância branca**

Percebemos que algumas das festas ao ar livre, os famosos piqueniques e sua organização estavam vinculados às datas relevantes do calendário nacional, como o já mencionado 13 de maio, além das festividades voltadas para o carnaval, o dia do trabalho e o sete de setembro. As festas campestres e sua organização, em muitos momentos, pautavam-se pela captação de recursos para a construção da sede.

---

<sup>353</sup> Em 2009, configurou-se da seguinte forma: lembrar o 13 de Maio: memória, identidade e ações afirmativas no espaço da cidade. A palestra proferida pela antropóloga Margarete Fagundes Nunes apresentou sua tese de doutorado intitulada: O Negro no Mundo Alemão: Cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização, defendida em fevereiro de 2009, na Universidade Federal de Santa Catarina/RS. Na ocasião, tive a oportunidade de participar como debatedora. O evento ocorreu no Centro Universitário Feevale e foi organizado pelo COPAA, em parceria com o NIGERIA, programa de extensão/Feevale.

O objetivo é ressaltado em algumas notas sociais publicadas. Geralmente convidavam, além dos associados, os demais moradores da cidade. Através do periódico “O 5 de abril”, a Sociedade Cruzeiro do Sul tornava pública a festa campestre aos seus associados: “Um pic-nic, programado para o dia primeiro de maio”. O convite ressalta o objetivo do evento, “arrecadar fundos para a construção da sede”, e estendia o chamado à “população em geral.”<sup>354</sup>

Em outro convite, o texto comunicava a festa, cuja realização dar-se-ia “ao lado da estrada federal” no bairro Rio Branco. Restringia-se aos “co-irmãos “desta cidade”. “Churrasco, mocotó, chopp, música e diversão” faziam parte da programação.<sup>355</sup> Ao que tudo indica, a comemoração citada não se relacionava com datas do calendário nacional e tampouco com o propósito de arrecadação de fundos. No entanto, levando em conta a data da publicação, 27 de outubro, é provável que a programação se voltava para comemorar o aniversário da Associação (28 de outubro) e focava “os iguais”, ou seja, os negros, promovendo para estes momentos de descontração e socialização.

Já a nota social publicada em 5 de fevereiro de 1943 chama a atenção devido ao conteúdo. Os responsáveis pelo semanário *O 5 de abril* agradeciam o “atencioso convite da Sociedade Cruzeiro do Sul para o pique-nique”, no dia “7 do corrente ano no capão do bairro Rio Branco”.

Ao trabalharmos com um paradigma indiciário, os questionamentos são relevantes, assim como um olhar apurado às sutilezas apresentadas pelas fontes<sup>356</sup>. Por essa perspectiva, algumas indagações são pertinentes acerca da nota e seu conteúdo:

Convidar os responsáveis pelo periódico seria uma estratégia? Uma forma de negociar espaço no veículo de comunicação, onde notas sociais ou esportivas visibilizassem a associação negra e, por conseguinte, a organização dos negros na localidade teuto-brasileira?

---

<sup>354</sup> Jornal O 5 de Abril, 30/04/1948.

<sup>355</sup> Jornal *O 5 de abril*, 27/10/1948.

<sup>356</sup> GINZBURG, 1990.

Em “vésperas de festividades carnavalescas”, um convite aos responsáveis pelo principal veículo de comunicação da cidade seria despretensioso?

Lembramos o leitor que a circulação do periódico atingia especialmente a elite local e contava com colaboradores, os quais figuravam entre os “ilustres membros” da localidade, como advogados, comerciantes, entre outros. Mediante isso, a cordialidade, no mínimo, tornava-se interessante. Não esqueçamos as doações de tecidos solicitadas junto ao comércio local para confecção de fantasias, tarefa esta organizada por Filhinha. Afora isso, é contundente a presença de políticos locais em eventos do Cruzeiro.

As relações sociais permeadas pela teatralização possibilitam uma interação precedida pela simulação. Estabelece-se um exercício de experimentar-se com o outro, circunscrita pela construção imaginária que define a relação social (GOFFMANN, 2005).

No escopo deste estudo, acreditamos que os integrantes da Associação Cruzeiro do Sul lançavam mão da diplomacia e da cordialidade como elementos estratégicos na mediação de conflitos e nas pautas de negociação, as quais norteavam as ações políticas promovidas pela agremiação.

Posto isso, retornamos aos piqueniques. Se, em alguns convites, estendiam-se à *população geral*, já outros se limitavam aos *co-irmãos*, como tentamos demonstrar. A organização dos piqueniques refletia a sociabilidade dos negros da localidade de Novo Hamburgo. Tratava-se de uma forma de lazer comum também entre as associações teuto-brasileiras de Novo Hamburgo.

Então, vejamos:

No dia 7 de novembro do ano de 1938, uma festa campestre ocorreu nos arrabaldes da cidade laboriosa e ordeira. Do piquenique, Júlio Cidade, de 24 anos, de cor *preta*, mecânico, morador do *África*, na cidade de Novo Hamburgo, saiu gravemente ferido.<sup>357</sup> Quais motivações desencadeariam ferimentos graves em um

---

<sup>357</sup> Dados extraídos do Auto de Exames de lesões corporais, datado de 7/11/1938, lavrado na delegacia de Polícia de Novo Hamburgo.

participante do piquenique?

A autuação datada de 23 de dezembro de 1938 indica Gervásio Fidelis como responsável pelos ferimentos acometidos em Júlio Cidade. Gervasio, analfabeto, solteiro, com 26 anos de idade, fora designado, juntamente com seu colega, Nicanor Lousada, para fazer o “serviço de patrulhamento numa festa campestre de pretos”, que se realizava em uns eucaliptos, nos subúrbios da cidade, mais precisamente na Vila Moderna, local situado, segundo a cartografia apresentada no capítulo dois, no espaço denominado África.

De acordo com o termo de declaração de Julio Cidade, ele “participava de um pic-nic levado a efeito pela Sociedade Cruzeiro do Sul, na maior alegria e camaradagem dos presentes [...]”. Segundo o relato de Fidelis, as provocações e a falta de respeito de alguns participantes do “pic-nic de pretos” resumiam as motivações para o ato. O acusado sentiu-se “provocado”. Conforme o praça da brigada militar, ao escurecer, no fim da festa, seu colega, Nicanor, se retirou, e ele ali permaneceu, desejava acompanhar o sorteio de uma rifa, da qual possuía um bilhete.

Confessamos ao leitor que ficamos a imaginar as ofensas direcionadas a Gervásio e provocadoras do conflito. A presença de Fidelis não agradava a todos, já que, conforme seu relato, “um grupo de pretos” debochava e lhe fazia alusões pejorativas. Sendo assim, o militar teria protestado dizendo que: “não permitia tais brincadeiras, pois estava ali cumprindo com o seu dever, sem ofender ninguém”.

A denúncia do Ministério Público contra Gervasio Fidelis assevera que, em dado momento do serviço de patrulhamento executado por Fidelis e seu colega Nicanor, “alguns de seus convivas passaram a lhe fazer referências desrespeitosas”.

De acordo com o testemunho de José Flores, 18 anos, operário, filho de Carlos Flores, sujeitos participantes da festa debocharam de Fidelis e o chamaram de bêbado. Expressava-se o desrespeito à autoridade policial. A testemunha, a exemplo de Fidelis, permite perceber que o *deboche* não partiu dos participantes da festa campestre, mas de alguns.

As questões desveladas no processo-crime são por demais intrigantes; o desrespeito à autoridade policial se deu por parte de seus “convivas”. De acordo com o dicionário Aurélio, conviva significa “pessoa que toma parte como convidado”. O praça teria sido convidado a participar do piquenique? Caso retomemos o seu relato, neste consta a sua designação para fazer a tarefa de patrulhamento. Sua presença no piquenique se condicionava ao *seu dever*. Ou seja, Gervásio Fidelis vigiava, controlava, fiscalizava os *transgressores* do África.

Certamente, a presença de um representante da autoridade policial ocasionava constrangimentos. Afinal, o “pic-nic de pretos”, ou melhor, a sociabilidade negra passava por vigilância. Também poderíamos pensar que a presença do soldado da brigada provocava inibição; tornava-se incômoda, se não para todos, ao menos para alguns dos participantes da festa. As sociabilidades são multifacetadas, envolvem momentos de coesão, de trocas envoltas pela solidariedade. Mas também por disputas e conflitos, afirmações e estranhamentos. Nesse sentido, as festas campestres estão permeadas pelas diferentes fases, as quais podem eventualmente acompanhar momentos de interação.

Gervásio representava a invasão do *pedaço* pela autoridade policial. Destacamos o sentido maior, haja vista que, além da festa campestre (*o pedaço*), invadia-se o África, estereotipado como espaço de marginais, de transgressores, posto à margem dos benefícios da industrialização e urbanização, que se configuravam na localidade novo-hamburguense.

De acordo com o rol de testemunhas do processo-crime, o piquenique reunia trabalhadores, operários, porém *pretos*. Estabelecia-se a marca, a estigmatização para a sociabilidade negra, um *pic-nic de pretos*. A congregação dos *pretos*, dos *transgressores*, exigia vigilância.

Por outro lado, ao pensarmos em convivas, poderia o relator do Ministério Público objetivar a referência ao ato de conviver, ao registrar convivas? Talvez. Um resquício permite-nos ir além do sentido determinado pelo dicionário. Por quê? A leitura do processo leva-nos a “acreditar” na convivência entre os sujeitos: Gervásio não era um estranho aos pretos participantes do piquenique. “No entanto isso não

impediu a tensão e o acionamento de identidades. As origens sociais e étnicas, as condições de vida, as dificuldades do cotidiano de gente pobre [...], aproximam os policiais dos demais homens de classes populares” (MAUCH, 2008, p.101).

O praça, analfabeto, natural deste estado, de 1m e 55 cm de altura, solteiro e de “cor morena”, indica que um grupo de *pretos* o ofendeu e complementa que fora designado para patrulhar o *pic-nic de pretos*. Ao indicar os participantes, traz à tona a marca imposta a eles, a *preteza*.

Conforme já abordamos, representações estereotipadas e estigmatizantes acerca dos negros impregnavam o cotidiano da cidade teuto-brasileira e alicerçavam práticas sociais excludentes. O certificado da primeira companhia da brigada militar, ou seja, da autoridade policial conferia a Gervásio a sua diferença, ser “moreno”. Gervásio, assim como nossa depoente Thereza Alice, a partir da descoloração da epiderme, recebia a “permissão” para freqüentar certos lugares e ter uma “aceitabilidade” na cidade ordeira e laboriosa.

Ele, Gervásio, de “cor morena”, não pertencia ao África. Proveniente de Soledade/RS, não se identificava com os pretos locais. Acionava a descoloração da sua epiderme certificada pelo órgão estatal. Designado para manter a *ordem*, trazia à tona a identidade relacional e acionava o que lhe conferia o certificado. Afinal, ele não poderia ser igual aos demais, ele representava a autoridade policial. Mais uma vez, o *embranquecimento* tornava-se conveniente e respaldava a aceitação do “moreno”.

Por outro lado, Júlio Cidade, em seu depoimento, ressalta a identidade diferenciadora, o seu pertencimento. Mostrava a negação de ser classificado como um “preto qualquer”. Seu pertencimento é acionado ao mencionar a sua participação em um evento promovido pela Sociedade Cruzeiro do Sul.

Júlio Cidade anunciava, frente à autoridade policial, seus diferenciais: não era qualquer preto nem transgressor. “Quem em Novo Hamburgo não conhece o Cruzeiro do Sul? Composto por elemento de cor, unicamente? [...] Constituído por

elementos trabalhadores na indústria local”<sup>358</sup>. Os negros do Cruzeiro não se igualavam aos *outros pretos* desordeiros e sem educação. A vítima transferia para a autoridade policial o controle e a transformação da agressão, ato condizente com o “homem civilizado”<sup>359</sup>. O desordeiro e sem educação era Gervásio Fidelis, mas este já havia sido branqueado.

O praça não reconhecia a sociabilidade negra como sendo sua, apesar da compra da rifa e da expectativa do resultado. Ao contrário de seu colega, Nicanor, que se retirou do local ao final do patrulhamento; Fidelis por conta de uma rifa permaneceu no local dos *pretos*. Chamado de bêbado, ofendeu-se. Questionamos: teria o praça bebido durante o patrulhamento? Improvável, se considerarmos as severas penalidades para tal atitude. Acreditamos que o praça não arriscaria a função, a qual lhe rendia *status* e uma diferença social.

Ao aguardar o resultado da rifa, Fidelis possivelmente tenha se excedido na bebida, comportamento inaceitável pelos integrantes do Cruzeiro do Sul. Mas também poderíamos pensar que a alusão de bêbado não estivesse relacionada à embriaguez ocorrida no momento de sociabilidade dos pretos, mas sim a outros momentos “presenciados” por alguns componentes da festa. “É nas tensões do vivido que tem lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana” (MARTINS, 2008, p.95). Talvez Fidélis fosse conhecido por alguns dos integrantes da sociabilidade negra como um sujeito propício ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Diríamos, ainda, que Fidelis, mesmo negando a proximidade e a identidade, estava entre “os seus”, mesmo por alguns momentos. Oriundo de Soledade/RS, “moreno”, se não estivesse entre os sujeitos do África (ou do Mistura), estaria entre quais sujeitos? Talvez com aqueles que descoloravam a sua epiderme como forma de justificar a sua aceitação como membro da autoridade policial.

Nossa imaginação, caro leitor, faz-nos “acreditar” que Gervásio Fidelis, em diferentes momentos, se aproximava de Silva, que explicitava, através de texto publicado no *O 5 de Abril*, as esquinas e ruas de Novo Hamburgo como *osásis*

---

<sup>358</sup> Jornal *A Gazeta de Novo Hamburgo*, 01/01/1947.

<sup>359</sup> Elias (1994).

para os teuto-brasileiros. Gervásio Fidélis, apesar de praça da brigada, o que conferia uma posição social diferenciada dos demais negros, paradoxalmente, passava por momentos de solidão em meio aos oásis da cidade novo-hamburguense.

Mas e Júlio Cidade?

Um dos participantes da festa, o operário Carlos Flores, de 45 anos, encarregado do churrasco servido na festa, soube do ocorrido através de seu filho, José Flores. Carlos deslocou-se até o local em que a discussão ocorria, armado de uma faca. Júlio Cidade, retirando-lhe o objeto, encaminhou-se para a delegacia de Novo Hamburgo, objetivando entregá-la ao delegado, no ínterim dos acontecimentos, fora “alvejado a tiros” por Fidelis, “a uma distância de 3 ou 4 metros.”

Julio Cidade, *preto*, tencionava entregar a arma ao delegado. Nenhuma das testemunhas mencionou algum tipo de agressão física ou verbal da vítima para com o praça. Júlio Cidade não transgredia a ordem, ao contrário buscava a sua manutenção no *pedaço* dos negros, por isso, encaminhou-se à delegacia, quando foi alvejado.

No rol de testemunhas acerca do conflito, além de Carlos Flores e José Flores, ainda aparecem Antenor José da Silva, 23 anos, solteiro, operário; Antenor José da Silva, 20 anos, solteiro, também operário; Armindo Silva, 36 anos, casado, operário, que, na festa, era o responsável por atender a copa, servindo as bebidas; Carlos Ataliba Sebastião, 38 anos, solteiro, operário, que no final do dia, ao escurecer, mais ou menos quando se deu o corrido, desarmava as mesas da festa; ainda contava com Ermenegildo Inácio Rodrigues, 43 anos, casado, operário; Leopoldo Lara, 32 anos, casado, operário, “que tocava pandeiro na festa”; Manoel Pedro da Rosa, 28 anos, mecânico, que auxiliava na realização do churrasco, e João Ernesto Sebastião, 31 anos, casado, operário, que “servia como garçom na copa instalada no local da festa”.

A sociabilidade negra, mesmo entre operários, necessitava ser vigiada. Afinal, o África e seus moradores representavam a (potencial) *transgressão* da ordem na

cidade *laboriosa* e, portanto, precisavam estar sob o controle das autoridades policiais.

É pertinente retornarmos a outro momento de sociabilidade, de descontração, na “casa de negócio” de Luiz Streb, no África, que reverte em um enfrentamento, devido a uma conversa no idioma alemão entre alguns componentes, ocasionou-se um atrito. No local, encontravam-se sujeitos *pretos*, dos quais somente um falava alemão.

Dos pretos ali presentes, no geral, partiu a solicitação da conversa em português, o que desencadeou o conflito. Apresentamos, resumidamente, alguns elementos para lembrarmos o leitor do episódio e para voltarmos mais uma vez ao nosso personagem Guilherme Paz, que estava no cenário do conflito.

Guilherme Paz, um *preto* morador do África e integrante do Cruzeiro do Sul, estava, com seus companheiros, bebendo cachaça, “trocando um dedo de prosa”, no seu *pedaço*. Seus companheiros não se constrangeram e solicitaram que a conversa em alemão prosseguisse no português, para que todos participassem.

Ora, caro leitor, “nada mais natural” que os *donos do pedaço* estabelecessem algumas exigências. Se outros espaços da localidade teuto-brasileira se configuravam em *oásis*, constrangendo muitos como José Silva, por exemplo, no África, território negro, não seria tolerada a configuração de um *oásis*, senão o negro.

Nesse sentido, a exigência da “prosa” em português por parte dos *pretos* mostrava o rechaço à exclusão. Guilherme Paz e os demais pretos resolviam a “anomalia”, a tentativa de “desordem”, “remendavam as fraturas da situação social” na espacialidade dos *pretos*<sup>360</sup>. É contra a naturalização das estereotípias e contra a homogeneização negra que o Cruzeiro do Sul, a partir de sua fundação, lança mão de estratégias e negociações revestidas de um caráter de insurgência.

---

<sup>360</sup> Ver: MARTINS, José De Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

## CONCLUSÃO

Ao elaborarmos este trabalho, lidamos com alguns riscos envolvidos pela escassez e pela fragmentação das fontes. Afora isso, ao elegermos um tema “novo”, as dificuldades ganharam relevo em muitos momentos. No entanto, se, por um lado, isso foi um complicador, por outro, serviu de motivação para a realização deste estudo.

Ao reconstituirmos a história da Associação Esportiva, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada no ano de 1922, na região do Vale do Rio dos Sinos (RS), na cidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo, primamos por desvendar a construção e o fortalecimento dessa sociedade em meio a um cenário onde a representação construída cotidianamente negava a visibilidade a *outros* sujeitos históricos, posto que se amparava (e ampara-se) em um imaginário social constituído pela valorização da presença branca, oriunda da imigração europeia, especialmente, de origem germânica.

A fundação de um clube negro na cidade de Novo Hamburgo, antes da sua emancipação (1927), tornava-se significativa mediante a nossa curiosidade de entender a importância desse clube, suas ações e estratégias, além dos elementos relacionados à construção de sua identidade e de seus integrantes.

Para tanto, procuramos trazer à tona, em diferentes momentos, personagens negros que estavam escondidos nas “entrelinhas” dos documentos. Agentes que marcaram a história negra local e que contribuíram para *materializar* a sociedade Cruzeiro do Sul.

Em outros momentos, descortinamos ou abrimos uma “pequena fenda” para

pensarmos algumas questões acerca da presença negra no Vale do Rio dos Sinos, como a participação dos sujeitos negros como trabalhadores na cidade *ordeira* e *laboriosa* e seus “destinos no pós-abolição”. Instigamos algumas discussões acerca da ação e da importância das mulheres negras e sua “intersecção entre dois mundos”, o branco e o negro.

Por vezes, simplesmente acionamos a curiosidade do leitor, chamando-o para algumas reflexões que cercavam personagens como Luiz Kremer e sua filha, creoulinha Clarice. Nosso interesse em configurar o diferencial dos integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul fez com que perseguíssemos alguns personagens e, a partir da sua apresentação, levássemos o leitor a entender o significado de ser um negro cruzeirista.

Nesse sentido, muito nos auxiliariam Julio Cidade e Guilherme Paz. Não menos importante foi nosso encontro com representantes do clube negro, como João de Deus, Alfredo da Silva, João Ranolfo da Silva, Pedro Lindomar da Silva, Waldomiro José Mello, Luiz Oliveira, entre outros.

Como não pensar em um *campo de possibilidades*, quando nos encontramos com Sade, a *Velhinha de cabelos carapinhos*, e com Malaquias de Oliveira, personagens relacionados a um tempo escravagista e que figuraram como personalidades importantes nas festas do 13 de Maio e em diferentes momentos de sociabilidade negra na cidade teuto-brasileira? Como não ser atingido pela curiosidade ao pensar sobre Sady, personagem da crônica “Peróla na rua”, um negro que foi *branqueado* e, por isso, tornava-se um negro bom?

Tivemos, em diferentes momentos, que “drilbar” o nosso encantamento com a confiança por parte de nossos depoentes. Ficamos encantados com a fala de Nair Leopoldina, com sua vitalidade e disposição. Também com Darcy da Silva, com sua timidez, mas que, em nenhum momento, impediu de nos auxiliar. Como não nos encantarmos com Roza Antonia, orgulhosa de seus filhos e de suas conquistas e sempre pronta para contribuir com nossas dúvidas e inquietudes?

A partir dessas falas e do cotejamento das fontes, conseguimos perceber a importância da composição e da agregação das famílias negras Fernandes, Silva,

Mello, Oliveira e Lara na constituição e no fortalecimento do Sociedade Cruzeiro do Sul. Também, a partir delas, do que chamamos de “pontinha de icerbg familiar”, percebemos os laços de solidariedade fundamentais para a trajetória da Associação e para seu fortalecimento.

As falas desnudaram diferentes personagens, que trouxemos à tona e evidenciaram o equívoco do cronista de “O Mutirão”, que, apesar de ser um antigo morador da cidade, somente em 2009, percebeu as solidariedades negras. Prova incontestada da invisibilidade imputada aos negros em Novo Hamburgo. O que o autor da crônica chamou de novidade (a solidariedade) permeia a formação das associações negras ao longo da história, não só no estado gaúcho como em outras regiões do Brasil. E é a partir do associativismo que os negros abriram brechas, propuseram negociações, organizaram estratégias como forma de combater a exclusão e a segregação social.

Ao buscarmos pela visibilidade negra no *locus* em estudo, conseguimos perceber a Sociedade Cruzeiro do Sul como um espaço agregador de sujeitos negros promotora de ações políticas respaldadas na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade e em interesses comuns. Esses elementos serviam de “esteio” para a elaboração de estratégias e negociações as quais se contrapunham aos estigmas e estereótipos direcionados aos negros na espacialidade da *ordem* e do *labor*.

Tentamos, a partir dos “indícios” e das “pistas” encontrados no *corpus documental* investigado, configurar a história da referida sociedade a partir de sua fundação até os anos sessenta do século XX. Buscamos compreender o papel da sociedade e o seu significado para os negros da cidade teuto-brasileira. Para tanto, priorizamos uma reflexão que possibilitasse o descortinar da invisibilidade negra a partir de um projeto social/coletivo.

Valorizamos, em nossa leitura, as ações e as estratégias organizadas pela Associação e seus integrantes ao longo de sua história. Dessa forma, compreendemos que a ação política exercida pelo Cruzeiro do Sul foi preponderante na região do Vale do Rio dos Sinos, posto que, historicamente, ela é reconhecida

pela “saga dos imigrantes alemães” em detrimento dos demais agentes históricos.

Ao engendrar ações políticas baseadas principalmente no incentivo das sociabilidades e da integração negra, o Cruzeiro do Sul sincronizava-se com as discussões de cunho étnico-raciais existentes nos âmbitos nacional, regional e local e, ao mesmo tempo, exercia um papel significativo de afirmação e de representação da presença negra no Vale dos Sinos. Além disso, reiterava uma rede de relações propulsoras de contínuas lutas, as quais cercavam o mito da democracia racial.

A integração, as solidariedades, a discussão dos problemas comuns, as sociabilidades propiciavam a troca e um estranhamento frente às situações impostas no cotidiano. Dessa forma, a partir de um projeto social, o Cruzeiro do Sul evidenciou-se para além dos limites da cidade e da região. A tecitura de uma rede relacional com outras sociedades negras de diferentes regiões do estado sul-rio-grandense fomentou a interação, bem como construiu uma rede de relações respaldada especialmente em momentos de socialização e de integração.

A Associação lançou mão das atividades esportivas, especialmente dos jogos de futebol e das festividades carnavalescas, como forma de marcar presença no cenário hamburguense, bem como em outras cidades do estado gaúcho, fazendo com que a atividade lúdica rompesse fronteiras, destituísse limites estabelecidos e oportunizasse a visibilidade negra nas esferas local e regional.

Aquém disso, bailes, jantares e festas ligadas ao 13 de maio representavam e significavam coesão e organização negra local. Também possibilitavam a visibilidade negando o olhar homogeneizador sobre o negro (preguiçoso, sujo, transgressor). É contra as marcas e a homogeneização que o Cruzeiro do Sul, a partir do projeto coletivo, elaborou formas de lutas e negociações, as quais permearam a construção da identidade dos integrantes da Sociedade.

Assim, cabe destacar que a presença de um clube negro, fundado em 1922 e presente até os dias atuais, na cidade de Novo Hamburgo, deu-se a partir da prática social de seus integrantes, envolvidos por uma luta comum, ou seja, a contraposição às marcas estabelecidas a eles, percebidos como *transgressores, sem educação*, como o *povo miúdo*.

Certamente, neste estudo, não conseguimos dar conta de todos os elementos contidos nos fragmentos. É provável que muitos dos indícios não tenham sido por nós percebidos, ou pensados de forma satisfatória. Mas não vemos isso como um demérito, pelo contrário, impulsiona-nos a pensar nesta tese somente como um desafio de repensar a história da região do Vale do Rio dos Sinos a partir de uma leitura que desvele agentes e suas diferentes faces.

Possibilita-nos pensar nos *anonimatos*, nos *silêncios* e nos *esquecimentos* como *rastros* a serem perseguidos como caminho de reflexão acerca da construção histórica local e da presença negra. Nesse sentido, ao apresentarmos ao leitor o “Brilho do Cruzeiro”, também apresentamos as tensões, as escolhas e as incertezas que permearam tanto a formação da Sociedade quanto o cenário que a envolvia. Estamos certos, caro leitor, de que nosso trabalho foi somente mais uma possibilidade de leitura, outras tantas se fazem necessárias, para que descortinemos diferentes faces de uma história que está contida nas *brechas* e nos *rastros* que aguardam o desvelar a partir de outros estudos.

## REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo R. **Fotoetnografia**. Um estudo sobre a antropologia visual. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

AGULHON, Maurice. Lê cercle dans la France bourgeoise 1810-1848: etude d'une mutation de sociabilité. **Cahier des Annales**, Paris, n.36, 1977. Librairie Armand Colin.

ALBERTI, Verena. História dentro da história. In: PINSKY, Carla (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.155-202.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Eliège Moura. **Presentes e invisíveis: escravos em terras de alemães**. São Leopoldo 1850-1870. 241 f. Dissertação (Mestrado). Unisinos, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos & abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDREWS, George R. **América Afro-Latina (1888-2000)**. São Carlos, São Paulo: EDUFSCAR, 2007. 318p.

\_\_\_\_\_. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998. 443p.

\_\_\_\_\_. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos Avançados**, São Paulo, 11 (30), p. 95-115, 1997.

\_\_\_\_\_. O protesto político negro em São Paulo: 1888-1988. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.21, dez. p.27-48, 1991.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da (Orgs.) **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.229-252.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Edições 34, 1994.

AXT, Gunter (et al.) (Orgs.) **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. v.1

\_\_\_\_\_. A indústria de energia elétrica em São Leopoldo (1913-1946). **Estudos Leopoldenses**, v.2, n.2, p.99-109, 1998.

AZEVEDO, Celia Maria M. **Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada** (Século XIX). São Paulo: AnnaBlume, 2003. 253p.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Eunaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p.296-331. v.5

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizontes: UFMG, 2001. 395 p.

BAKOS, Margaret M. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 165p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: Estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Socialização e relações raciais: estudo de famílias negras em Campinas**. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.172 p.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. 342 fls. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. Família negra no Rio Grande do Sul: contribuições para seu estudo. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros No Sul do Brasil**. Invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.131-144.

\_\_\_\_\_ et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Série Comunidades Tradicionais)

\_\_\_\_\_. Família negra no Rio Grande do sul: contribuições para seu estudo. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.131-144.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Porto Alegre: Edições70, 1977. p.95-141.
- BARROS, Eliane, C; LANDO, Aldair M. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.9-33.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. p.185-227.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993. 180p.
- BERND, Z. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 310p.
- BEHREND, Martin Herz. **O 5 de Abril**: O primeiro jornal de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo: Metr pole Indústria Gráfica, 2002. 188p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOSSLE, Vinicius. O mutirão. **Jornal NH**, edição 10645, p.10, 20 jan. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. p.82-121.
- BRASIL. Decretos n  13.556, 16.146 e 19.710. In: SENADO FEDERAL. **Sistema de Informa es do Congresso Nacional**. Disponível em <[www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action](http://www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action)>. Acesso em: 18 out. 2008.
- BURKE, Peter. **O que   história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: um movimento negro de subversão e resistência pela constru o de um novo espaço

social e simbólico. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2006.

CARDOSO, Claudira do S.C.; FLACH, Ângela. O sistema partidário: A redemocratização (1945-64). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.) **República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.59-82. (Col. História Geral do RS. Vol.4)

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 303p.

CARELI, Sandra S. As transgressões sociais envolvendo a sexualidade feminina na diferenciada perspectiva das falas da justiça e da imprensa. In: **Primeiro Simpósio Nacional de História Cultural**. Porto Alegre: JEWEEB Computers, 2002.

CARNEIRO, Luiz Carlos da C.; SANTOS, José Antônio dos; SILVA, Gilberto F. (orgs). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 352p.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O “planeta” dos negros no mundo dos brancos: Estudo Sobre a Manutenção e Atualização das Fronteiras Étnicas de uma Comunidade Negra na Cidade de Canoas/RS**. 161 f. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2003.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: as relações interétnicas dos populares (Santa Maria - 1885/1915)**. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p.

CATROGA, Fernando. O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 12, p.445-470, 1990. (Universidade/Instituto de História e teoria das idéias Faculdades de Letras)

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 287p.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim**. Rio de Janeiro: UNICAMP, 2001. 367p.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. 277p.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos avançados**, n.11, v.5, p.173-191, jan./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. 244p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 103p.

COHEN, Abner. O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 170 p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a Micro-História tem a nos dizer sobre o regional e o local? **Revista do PPG História/Unisinós**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 157-178, jul./dez. 2004.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebeca; HOLT, Thomas C. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 345p.

CORREA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro. **História no plural**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994. p.189-207.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 267p.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.279-300. (Col. História Geral do RS. Vol.2)

DACANAL, José Hildebrando (org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a Redentora dos Escravos**: Uma História da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). São Paulo: EDUSC, 2004. 284p.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350p.

\_\_\_\_\_. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 163p.

\_\_\_\_\_. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246p.

\_\_\_\_\_. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 126p.

DAVIS, Natalie Z. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** São Paulo: Vozes, 1994. 351p.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.259-275.

DOIN, José Evaldo M. A Belle Époque caipira: problematização e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1832-1930). **Rev. Brasileira de História**, vol.27, n.53, p.94-95, jan./jun. 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano.** A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). 423 f. Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Senac, 2004a. 400p.

\_\_\_\_\_. Paladinos da liberdade: a experiência do clube negro de cultura social em São Paulo (1932-1938). **Revista de História**, n.150, p.57-79, 2004b.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas: Papirus, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. 277 p. 1v

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 307p. 2v.

ELMIR, Cláudio Pereira.. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**, UFRGS, n.13, p.19-29, dez. 1995.

ERNZEN, Ana Gabriela K. **Os negros não tinham aonde ir.** Sociabilidade e resistência- o clube negro Sociedade Floresta Montegrina (1916). 58fls. Monografia

de conclusão de curso(Trabalho de conclusão em História).São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Lisboa: Editorial Teorema, 1999. 170p.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006. 324p.

\_\_\_\_\_. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: EDUSP, 2001

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3.ed.Lisboa:Editorial Presença,1989.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume; Sociedade Brasileira de Instrução; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.510-553.

\_\_\_\_\_. Crianças em circulação. **Ciências Hoje**, v.11, n.66, p.33-38, set. 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 295p.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 11.ed.brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio. 1964. (Tomo 1 e 2. ).

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 6.ed.Rio de Janeiro:José Olympio, 1981.2v.

FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 348p. (Parte II)

\_\_\_\_\_; VOGT, Carlos. **Cafundó: a África no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GANS, Magda Rosvita. **Presença teuto em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 263p.

GERMANO, Íris Graciela. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 1999.

GERTZ, René. O Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2006. p.39-58. (Col. História Geral do RS. Vol.4)

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005. 198p.

\_\_\_\_\_. **O aviador e o carroceiro**. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 271p. (Col. História 50)

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. **O integralismo na zona colonial alemã**. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 195-233.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma em festa**. Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro. O Renascença Clube. Belo Horizonte: Ed:UFMG, 2006, 308 p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 233p.

\_\_\_\_\_. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Márcia Bandeira de Mello L. Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda B; SOIHET, Rachel(orgs.). **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2005. pp.21-44.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.43-63.

GOMES, Arilson dos Santos. **A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao primeiro Congresso Nacional do negro em Porto Alegre-RS (1931-1958)**. 307 f. Dissertação (Mestrado). PUC/RS, 2008.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do sul (1934-1988)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

\_\_\_\_\_; MAGALHÃES, Magna L. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeia no RS. In: CARNEIRO, Luiz Carlos da C; SANTOS, José Antônio dos S.; SILVA, Gilberto F. **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.272- 282.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2005. 92p. (Col. Descobrimo o Brasil).

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda B; SOIHET, Rachel(orgs.). **Culturas políticas**. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2005. pp.259-284.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 - 1910)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GUEDES, Simoni. L. **O Brasil no campo de futebol**. Estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2005. 256p.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Minas Gerais: UFMG, 2003. 434 p.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 102 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HANCHARD, Michel George. **Orfeu e o poder**: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 243p.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 481p.

HARTUNG, Miriam F. Parentesco, casamento e terra em um grupo rural de negros em Santa Catarina. In: LEITE, Ilka Boaventura(org.). **Negros no sul do Brasil**. Invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.105-130.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 302p.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias na ordem positivista: o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2006. p.273-333 (Col. História Geral do RS. Vol.3. Tomo I).

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. **Logos**, Canoas, v.11, n.1, p.41-52, mai. 1998.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002. 230p.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006. 453p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 220p.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. O futebol da canela preta: O negro e a modernidade em Porto Alegre. **Anos 90**. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.p.144-161.

JORNAL A GAZETA DE NOVO HAMBURGO (1948-1951). Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo/RS.

JORNAL O 5 DE ABRIL (1927-1960). Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo/RS.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007. p.137-150.

KERBER, Alessander M. **O que é que a bahiana tem?** Representações na nação brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na década de 30. Dissertação (Mestrado) - PPG/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre**: a colônia Africana (1890-1920). 221 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

KOOSOY, Boris. **Fotografia & História**: São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 158p.

LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo: Ensaio sobre uma história cruzada das sensibilidades.p.2132.In:ERTZOGUE, Marina H.;PARENTE, Temis G. (orgs.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento**: a comunidade de casca em perícia. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004.

\_\_\_\_\_ (org.). Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade Histórica e segregação. In: LEITE, Ilka B. **Negros no sul do Brasil**: Invisibilidade e territorialidade. Santa Catarina: Letras Contemporâneas,1996. pp.33-53.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.77-102.

LAGERMANN, Eugenio. Imigração e industrialização. In: BARROS, Eliane C(orgs.) **RS**: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.p.114-133.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p.133-161.

LEITE, Miriam Moreira. Fotografia. **Ciência Hoje**, v.7, n.39, jan./fev, pp.24-32, 1988.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIVRO DE QUEIXAS (Ocorrências Policiais 1917-1929). Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo/RS.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. UFPEL, 2001. 467p.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Edusp, 1975.

LUCA, Tânia Maria de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As vítimas-algozes**: quadros da escravidão. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Edusp, 1994.

MAGALHÃES, Dóris Rejane. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Rio dos Sinos**. 489 f. Tese (Doutorado) – PPG História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

MAGALHÃES, Magna Lima. Crônicas e notas: A imprensa hamburguesa e o 13 de maio. **Revista do PPG História/Unisinos**, v.12, n. 1, p.60-66, jan./abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margarete Fagundes (org.). **Diversidade e políticas afirmativas**: diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005. p.117-133.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Como você se chama?** Um estudo sócio-psicológico de prenomes e cognomes. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974.

MALATIAN, Teresa Maria. Memória e Identidade entre sapateiros e curtumeiros. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.16, n.31 e 32, p.193-206, 1996.

MARIO FILHO. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 343p.

MARCON, Frank Nilton. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. 140 f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

MARONEZE, Luiz Antônio G. **Porto Alegre em dois cenários**: A nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas. 258 f. Tese (Doutorado). PUCRS, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008. 172 p.

MARTINS, Rodrigo P.; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Memória do setor coureiro-calçadista**: Pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no Pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Das cores do silêncio**: significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**, v.5, n.8, p.170-198, jan./jun. 2004.

MAUCH, Cláudia. Vigiando a vizinhança: policiais, classes populares e violência no sul do Brasil (1898-1929). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra J.(orgs.). **Sociabilidades, justiça e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.89-107.

MARZANO, Andréa. Ascensão social, participação política e abolicionismo popular na segunda metade do século XIX. In: ABREU, Martha; SOHIET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.373-394.

MEIHY, José C. Sebe B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DERMATINI, Zeila de Brito (org.) **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSC, 2005. p.159-221.

MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra J.; ROSSINI, Miriam de Souza(orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Percurso em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p.148-171.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, n.37, p.7-32, ano XXI, mar. 1999.

MOREIRA, Paulo R. S. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250p.

MOURA, Eliege Alves. **Presentes e invisíveis**: escravos em terras de alemães - São Leopoldo 1850-1870. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1995.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.91-112.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.358-386

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. 252 f. Dissertação (Mestrado), PUC/RS, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**. Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988. p.88.

\_\_\_\_\_. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHWACRZ, Lilia; REIS, Letícia V. de Souza (orgs.) **Negra imagens**. São Paulo: EDUSP, 1996. p.179-193.

NUNES, Margarete. Fagundes. **O Negro no mundo alemão**: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. 254 f. Tese (Doutorado Antropologia Social).UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006. 168p.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.17-31.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. São Paulo: UNICAMP, 1993. 189p.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista - discurso do confronto:** velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. 190p.

PEREIRA, Jair Luiz. A presença de população afrodescendentes em Venâncio Aires. In: VOGT, Olgário Paulo (org.) **Abrindo o baú de memórias:** O museu de Venâncio Aires conta a história do município. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. pp.73-109.

PEREIRA, Lúcia Regina B. **Cultura e afrodescendência:** organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). Dissertação (Mestrado), PUC/RS, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da ordem, limites da desordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.) **Sociabilidades, justiça e violências:** práticas e representações culturais no cone sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008a. p.7-55.

\_\_\_\_\_. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra J.; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais.** Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008b. p.11-18.

\_\_\_\_\_. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra J.; ROSSINI, Miriam de Souza(orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais.** Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008b. p.99-122.

\_\_\_\_\_. Na contramão da vida: Razões e sensibilidades dos filhos malditos de Deus(Antônio Rasgado, Benjamim o Degolador, João Foguista). In: ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis G. **História e sensibilidade.** Brasília: paralelo 15, 2006. p.161-177.

\_\_\_\_\_. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004. p.223-238.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. 393p.

\_\_\_\_\_. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 357p.

\_\_\_\_\_. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.213.

\_\_\_\_\_. Crônica: A leitura sensível do tempo. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.7, p.29-37, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. De como os alemães se tornaram gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994a. p.199-207

\_\_\_\_\_. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: VARGAS, Anderson Z. (org) **Porto Alegre na virada do século 19**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994b. p.126-143.

\_\_\_\_\_. **Emergência dos subalternos: Trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989. 84p.

\_\_\_\_\_. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.156-194.

\_\_\_\_\_. República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.193-212.

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo**. 2.ed. São Leopoldo: Rotermund, 1959. 167p.

\_\_\_\_\_. **O município de São Leopoldo no ano do primeiro centenário de independência do Brasil**. São Leopoldo: Rotermund, 1923.

PINSKI, Jaime (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. 274p.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PROCESSOS-CRIME (Comarca de São Leopoldo e Novo Hamburgo 1920-1950). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

RAMOS, Eloísa Capovilla da L. **O teatro da sociabilidade**: um estudo dos clubes sociais como espaço de representação das elites alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo -1850/1930. (Tese de Doutorado), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_ (org.). **Sociedade Orpheu**. Da história de um nome à identidade de um clube. São Leopoldo: Sociedade Orpheu, 1998. 104 p.

REICHEL, Heloisa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.255-274.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Carlos Antonio C. **Cor e criminalidade**: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 167p.

RICOEUR, Paul. **La memória, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 401p. (Vol. I e II).

RODRIGUES, Ana Maria. Samba negro, espoliação branca. São Paulo: Hucitet, 1984.

RODRÍGUEZ, Ricardo. Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **República**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2006. p.57-88. (Col. História Geral do RS. Vol.3. Tomo I)

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Estudos afro-asiáticos**, n.17, p.29-41, 1989.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a alvorada**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. Universitária, 2003. 224p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Teoria da memória, teoria da modernidade. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Mauricio. (orgs.) **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.84-104.

\_\_\_\_\_. Mangueira e Império: a carnavalização do poder pelas escolas de samba. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. 3.ed. Rio Janeiro: Editora FGV, 2003.p.115-144.

SANTOS, Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. **Revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**, n. 14, ano 02, set. 2006. Disponível em <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2008.

SAUL, Marcos Vinicius de A. **Classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul**: Novo Hamburgo: 1945-1964. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1988.

SCHEMES, Cláudia. **Pedro Adams Filho**: Empreendedorismo, Indústria Calçadista e Emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). 416 f. Tese (Doutorado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Festas cívicas e esportivas**: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2005. 157p.

SCHMITT, Jane. A imprensa em Novo Hamburgo. In: **Anais do V Simpósio de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. 1982. p.63-69

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 287p.

\_\_\_\_\_. **Racismo no Brasil**. São Paulo: PubliFolha, 2001a. 95p.

\_\_\_\_\_. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b. 284p.

\_\_\_\_\_. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia M. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.173-244. (Vol.4)

\_\_\_\_\_. Questão racial no Brasil. IN: SCHWARCZ, Lilia M.; REIS, Letícia V. de Souza (orgs.). **Negras Imagens**. São Paulo: EDUSP, 1996. p.153- 178.

SELBACH, Jéferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1997**: Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade. 316 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pegadas urbanas**. Novo Hamburgo como palco do flâneur. Cachoeira do Sul: ed. Do Autor, 2006. 255p.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os Alemães no sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994. p.11-27

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, EDUARDO. Vozes do Medo: O negro e a sociedade no pós-abolição. In: p.345-352. IN: ERTZOGUE, Marina H; PARENTE, Temis G.(org.). **História e sensibilidade**. Brasília. São Paulo: Paralelo 15, 2006.

\_\_\_\_\_. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Joselina. A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos afro-brasileiros**, n.2, p.215-235, 2003.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul- Brasil, 1854-1940)**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2004.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médio rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo fundo, RS: Ed. Universidade de Passo fundo, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais a sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: USP, 1969. 377p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328p.

SOARES, Reinaldo da Silva. **O cotidiano de uma escola de samba paulistana: o caso do Vai-Vai**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SONTAG, Susan. Sobre **fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.223p.

SPERB, Ângela Tereza. **Mais do que nunca é preciso cantar - As sociedades de canto em Hamburgerberg(São Leopoldo/Brasil) e Esperanza (Argentina) e a preservação da identidade étnica**. 246 f. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, 1995.

SWAIN, Tânia N. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia N. **História no plural**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994. p.43-67.

TEDESCO, José Carlos. **Paradigmas do cotidiano**: introdução à constituição de um campo de análise social. Passo Fundo: UFP, 2003. 200p.

TELLES, EDWARD. **Racismo à brasileira**: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 347p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 194p. (Vol.1)

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Unisinos, 2000. 424p.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1991. 212p. v.1

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário**: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul**: o "25 de julho" em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: Feevale, 2004. 189p.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Marcos Antonio. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX). Tese (Doutorado). Porto Alegre, PUCRS, 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.137 p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: UNB, 1998.

VIANA, Larissa. Mestiçagem e cultura histórica: debates. In: ABREU, Martha; SOHIET, Raquel, GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**:

historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp.267-286.

VIOTTI da Costa, Emilia. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977. 326p.

XAVIER, Regina Célia L. **História da escravidão e da liberdade**: guia bibliográfico. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.187-213. (Col. História Geral do RS. Vol.2)

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas, Projeto História. **Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n.4, p.89-102, jun. 1985.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os Alemães no sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994. p.65-74.

## FONTES DOCUMENTAIS

CRUZEIRO DO SUL. **Atas da Sociedade**. Novo Hamburgo, 22/12/1935; 8/12/1936; 7/01/1937; 03/12/1937; 03/03/1940; 1942; 20/02/1945; 22/06, 20/03/1949; 03/04/1949; 28/05/1949;29/05/1949; 14/06/1950; 18/11/1973; 24/11/1973; 29/12/1973; 19/01/1974.

RUI BARBOSA. **Atas da Sociedade**. Canoas, 1960, 1970; 1971; 1974; 1975; 1976; 1977.

LIVRO DE QUEIXAS. Registros correspondentes ao ano de 1917 a 1924.

JORNAL O 5 DE ABRIL. Novo Hamburgo, maio de 1927 a fevereiro de 1962.

JORNAL A GAZETA DE NOVO HAMBURGO. Novo Hamburgo, maio de 1934 a 17 de outubro de 1934; 1947 a 1952.

JORNAL O HAMBURGUÊS. Novo Hamburgo, maio de 1963 a janeiro de 1967.

ARQUIVO PÚBLICO do Estado do Rio Grande do Sul. **Processo-crime**. Maço 2 – Caixa 266 - ano 1934; 1938; 1939; Maço 2 - Caixa - 277- ano 1929; 1931; Maço 3- Caixa -278 - ano 1928; Maço 4-Caixa 280 - ano; 1929; 1932; 1934; Maço 05 - Caixa 270- ano 1928; Maço 4-5 - Caixa 281- ano 1926; Maço 5-6 – Caixa 282 - ano1938.

REGISTRO DE IMÓVEIS de Novo Hamburgo. **Certidão.** Livro 6 fls.82/83. Escritura sob o n.1.1.34.

ARQUIVO PÚBLICO do Estado do Rio Grande do Sul. **Certidões de nascimento.** Livro 01: correspondente: a maio/1929 a jan/1930; Livro 02: correspondente a janeiro de 1930 a novembro de 1930; Livro 03- nov de 1930 a jun de 1931; Livro 4 jun/1931 a dez/1931; Livro 5/dez a set/1932; Livro 6 set/1932 a fev/1933 [...] livro 51, nov/1950 a jan/1951.

**FONTES ORAIS**

ALCEU FEIJÓ. Depoimento Concedido em 20/12/2006.

ALCEU MOSMANN. Depoimento concedido em 25/03/2006.

ALMIRO HOFFMANN. Depoimento concedido em 12/11/2005.

ADEMIR LEOPOLDO DA SILVA. Depoimento concedido em 22/05/2004.

ADOLFA FERNANDES DE MELLO. Depoimento concedido em 21/08/2004.

DANILO DORNELES. Depoimento concedido em 14/01/2006.

DARCY DA SILVA. Depoimento concedidos em 05/06/2004, 15/07/2004 e 07/12/2006.

DULCE DA SILVA. Depoimento concedido em 03/04/2004.

GLADIS TEREZINHA DA SILVA. Depoimento concedido em 21/08/2004.

JOSÉ OSMAR LIMA DOS SANTOS. Depoimento concedido em 10/03/2004.

LIEGE DOS SANTOS. Depoimento concedido em 17/12/2005

LUIS DE OLIVEIRA. Depoimento concedido em 03/04/2004.

NAIR LEOPOLDINA DE OLIVEIRA. Depoimento concedido em 14/06/2003 e 21/06/2003.

PEDRO ADÃO MARCELINO. Depoimento concedido em 08/01/2005.

PEDRO LINDOMAR DA SILVA FILHO. Depoimento cedido em 15/09/2007

ROZA ANTONIA OLIVEIRA DA SILVA. Depoimento concedido em 15/09/2007.

THEREZINHA ALICE FERNANDES. Depoimento concedido em 10/11/2007.

THEREZA FRANCIS DUARTE DE OLIVEIRA. Depoimento concedido em 15/04/2004 e 17/07/2004.

VALDEMAR DA SILVA. Depoimento Concedido em 11/06/2005.

WALDOMIRO JOSÉ DE MELLO. Depoimento concedido em 13/11/2004.

**ANEXOS**

## OPINIÃO

# O mutirão

VINÍCIUS BOSSLE

Depois de tomar a decisão de ficar residindo no meu sítio do Morro Chaves, divisa com Gravataí, em Lomba Grande, avalei algumas coisas que até poderão modificar algo no meu modo de vida aqui no morro. Entre elas a de reformar e aumentar a casinha do chacareiro. O Sandro, que responde pelo posto, reside com a Heloisa e a Lara no sítio de seu pai, Antônio Vieira da Silva, patriarca originário do tempo em que os morenos assumiram a terra, por usucapião. São meus vizinhos de cerca.

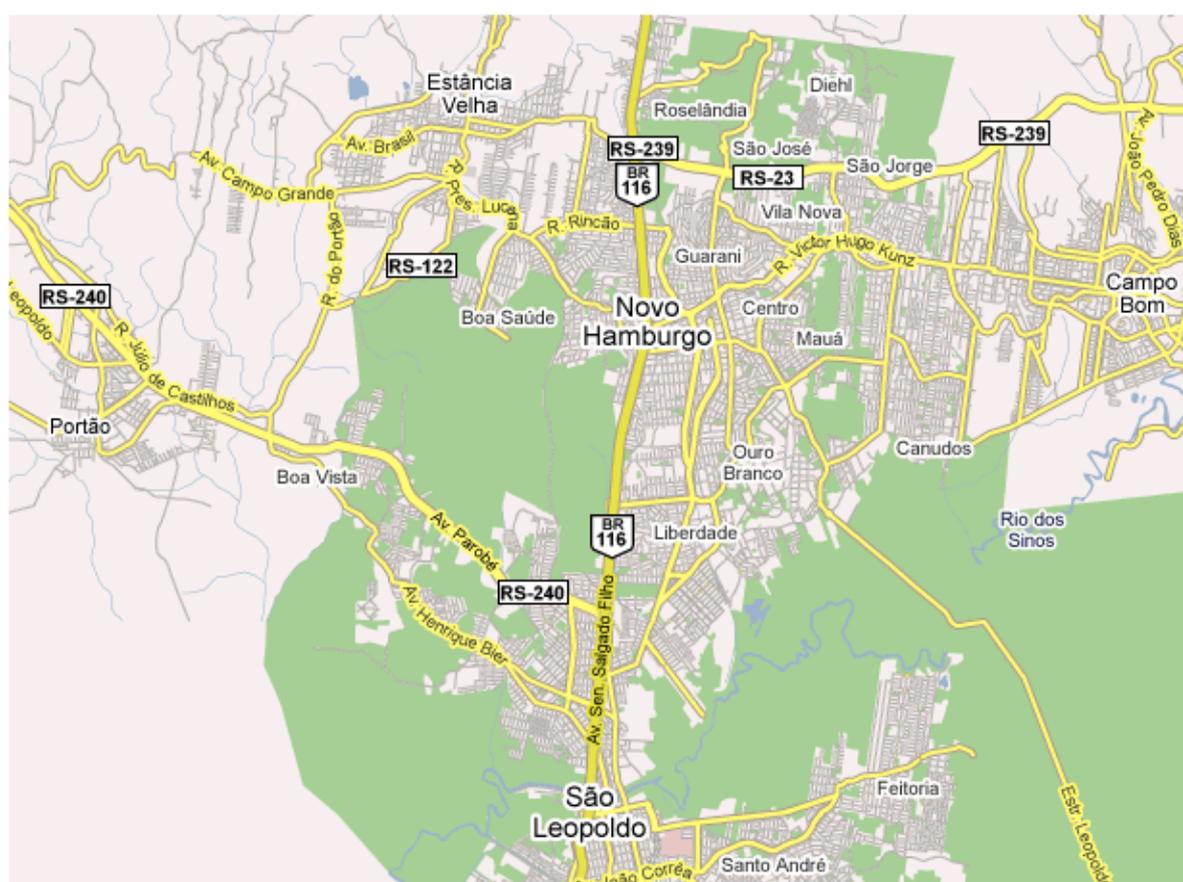
O Sandro e seu sobrinho Fabricio ficaram responsáveis pela mão-de-obra, mas daí a reconstrução da casinha revelou um sentimento que eu jamais imaginaria que ocorresse por aqui, sobretudo com a intensidade e a espontaneidade registradas: a solidariedade familiar. Eles iniciaram o trabalho sozinhos, mas já no primeiro fim de semana receberam o apoio de quatro parentes – o cunhado e o ex-cunhado do Sandro, mais um sobrinho e o irmão. Trabalharam todo o sábado, e segunda ainda ficaram dois deles, que estavam de férias. E logo depois, no sábado seguinte, o grupo de apoio aumentou para seis, todos parentes. E a semana seguinte sempre teve um, dois ou três parentes ajudando, todos os dias.

Fiquei impressionado e assustado, e falei para o Sandro: “Olha, não posso pagar toda essa gente que está aqui trabalhando”. E o Sandro me tranquilizou: “Vieram para me ajudar e para que eu pudesse terminar a casa de maneira mais rápida, seu Vinicius. Estão no mutirão da família, me ajudando”. No último sábado, vieram dez

parentes para ajudar, e resolvi cooperar pagando um costelão e salchichões para eles e seus familiares. Até custaram em concordar, pois não querem receber nada em troca, e acham, todos eles, que o Sandro merece seu apoio. Até que concordo, mas me sinto constrangido, porque também entrei na solidariedade familiar, e estou economizando um montão. Sábado fiquei vendo a parentagem chegar, todos em roupas de serviço, e logo assentando tijolos com perfeição. Sai na metade da manhã, para não atrapalhar, e deixar os morenos mais à vontade para trabalhar. E depois churrasquear.

A localidade de Lomba Grande, que o ex-prefeito de São Leopoldo Theodomiro Porto da Fonseca deu para Novo Hamburgo no decorrer da emancipação política, é admirável neste aspecto tão humano de considerar seus pretos criaturas morenas, apenas. É uma forma de acabar com o racismo de uma forma delicada e sábia, e ainda marca seu relacionamento com os morenos participando de seus maiores festejos, como os bailes de carreteiros realizados, periodicamente, na sede própria dos morenos, logo depois da divisa com Gravataí. O caso do Sandro é decorrência da estima que desfruta entre seus parentes. Os participantes do mutirão, que irá se repetir até a casa ficar pronta, fazem de tudo para que eu, o dono do sítio, considere sua cooperação um gesto de solidariedade com o Sandro. Trabalham com o potente rádio do Sandro ligado em alto volume, rindo, cantando e até dançando. Obrigado, morenos. ■

Vinicius Bossle é jornalista



**Mapa 1:** Mapa com os principais bairros de Novo Hamburgo e as vias de acesso à cidade

**Fonte:** World Fonte: Map Finder [Google].

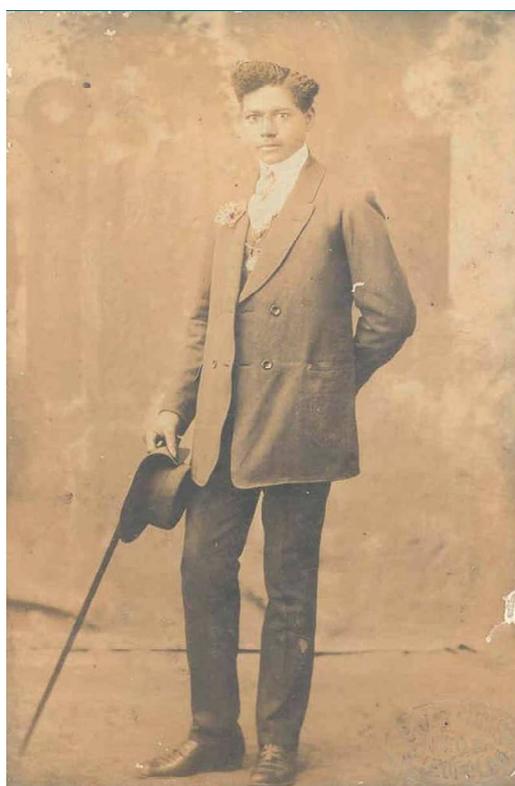


**Mapa 2:** Mapa de Novo Hamburgo - Área de 218 Km<sup>2</sup>

Fonte: PETRY, 1959.



**Foto/Anexo A:** Nair Leopoldina de Oliveira. Fotografia 2004.  
**Fonte:** Acervo particular da autora.

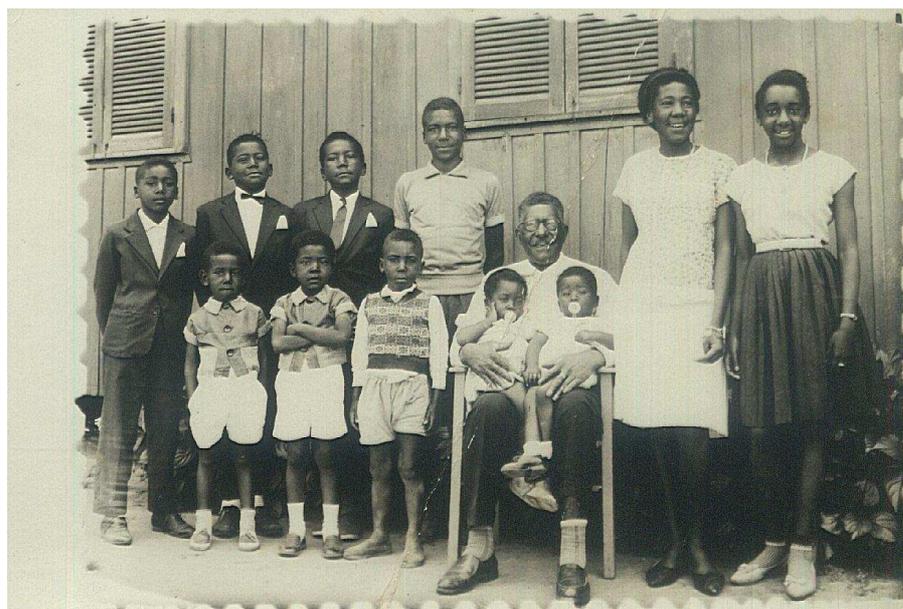


**Foto/Anexo B:** Alfredo da Silva (mais conhecido como Alfredo Mauricio) Ano de 1915 com 17 anos de idade. Integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul.  
**Fonte:** Acervo particular de Therezinha Alice Fernandes.



**Foto/Anexo C:** De casaco e chapéu:  
Alfredo da Silva (Alfredo Mauricio) sogro  
da depoente Darcy da Silva.

**Fonte:** Acervo particular de Therezinha  
Alice Fernandes.



**Foto/Anexo D:** Família negra de Novo Hamburgo (anos 60). Local: Bairro  
Vila Rosa. Sentado: Alfredo da Silva avô de Mauro José da Silva (sentado no  
colo à esquerda).

**Fonte:** Acervo particular de Darcy da Silva.



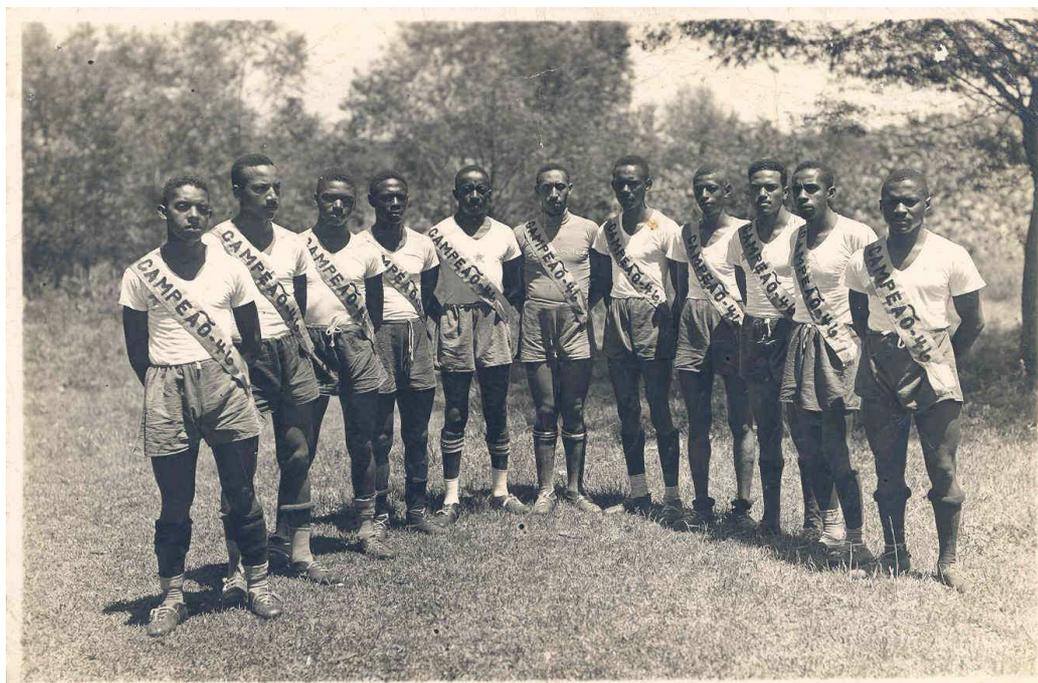
**Foto/Anexo E:** Mulheres negras moradoras de NH - Domésticas na folga de trabalho. Tramandaí-1948.

**Fonte:** Acervo particular de Nair Leopoldina Oliveira.



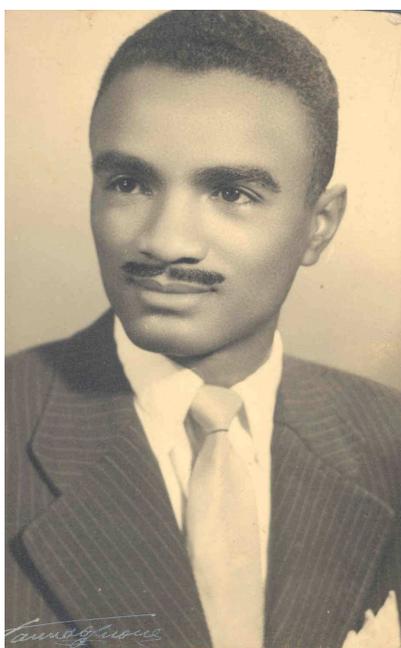
**Foto/Anexo F:** Mulheres negras moradoras de Novo Hamburgo - Tramandaí/RS (anos 40). Roza Antonia segunda da esquerda para a direita.

**Fonte:** Acervo particular de Roza Antonia Oliveira da Silva.



**Foto/Anexo G:** Time de futebol do Esporte Clube Cruzeiro do Sul - Local: Bairro Rincão - N.H (ano 1946).

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.



**Foto/Anexo H:** Waldomiro José de Mello - Presidente da Sociedade - Cruzeiro do Sul. Foto realizada, em 21 de abril de 1953.

**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.



**Foto/Anexo I:** Baile da mais Bela Negra. Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60).  
**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.



**Anexo/Foto J:** Baile de carnaval na Sociedade Cruzeiro do Sul (anos 60).  
**Fonte:** Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.



**Anexo L:** Família negra Silva. Bairro Vila Nova - Novo Hamburgo (anos 70) - Darcy da Silva: a segunda da direita para esquerda.

**Fonte:** Acervo particular de Darcy da Silva.



**Foto/Anexo M:** Banda de Jazz composta por integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul. Semana da Pátria (anos 30). Av. Júlio de Castilhos - N.H.

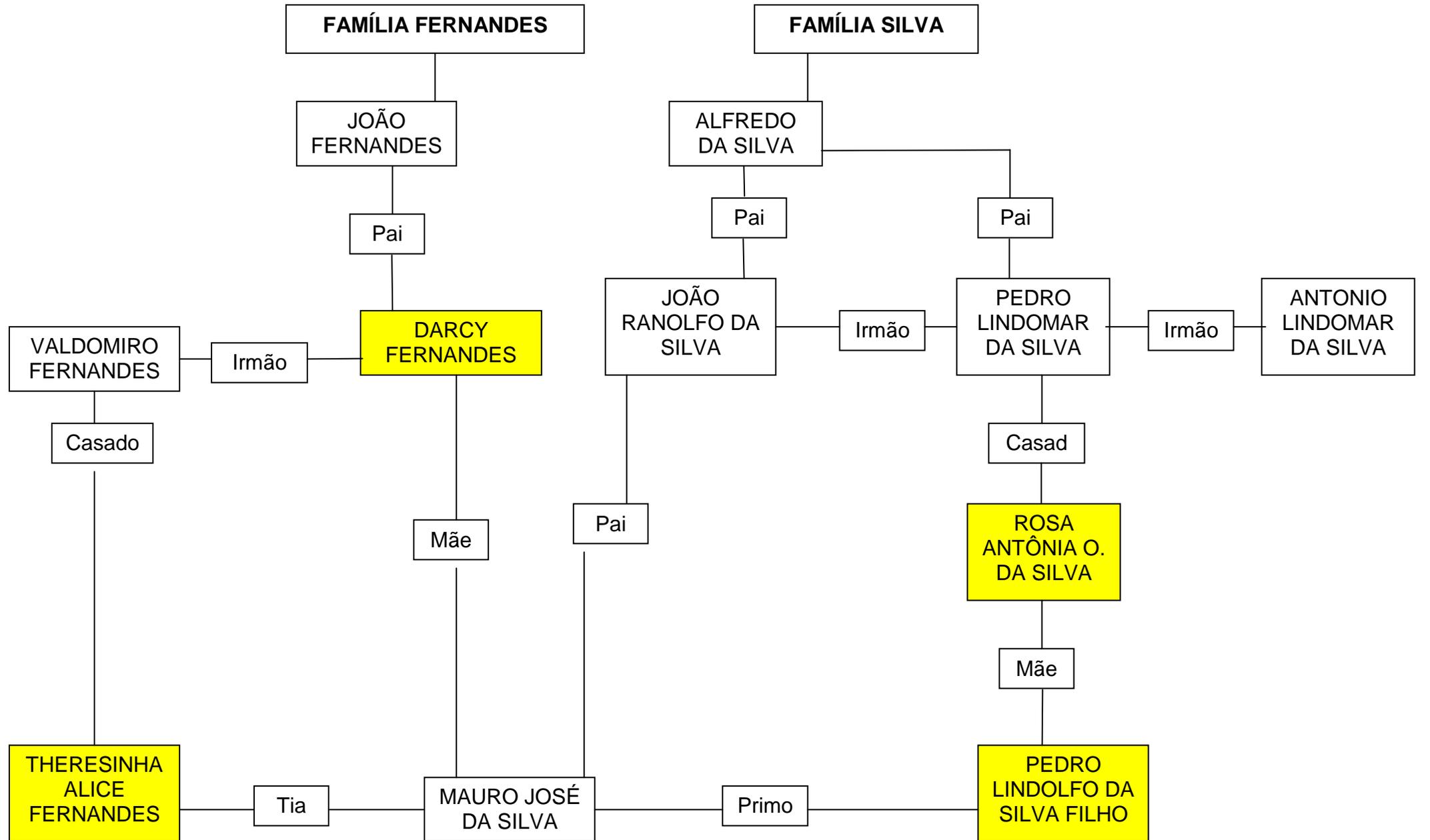
**Fonte:** Acervo particular de Darcy da Silva



**Foto/Anexo N:** Almoço dos funcionários de um curtume próximo ao atual supermercado Big - N.H  
**Fonte:** Acervo particular de Darcy da Silva.

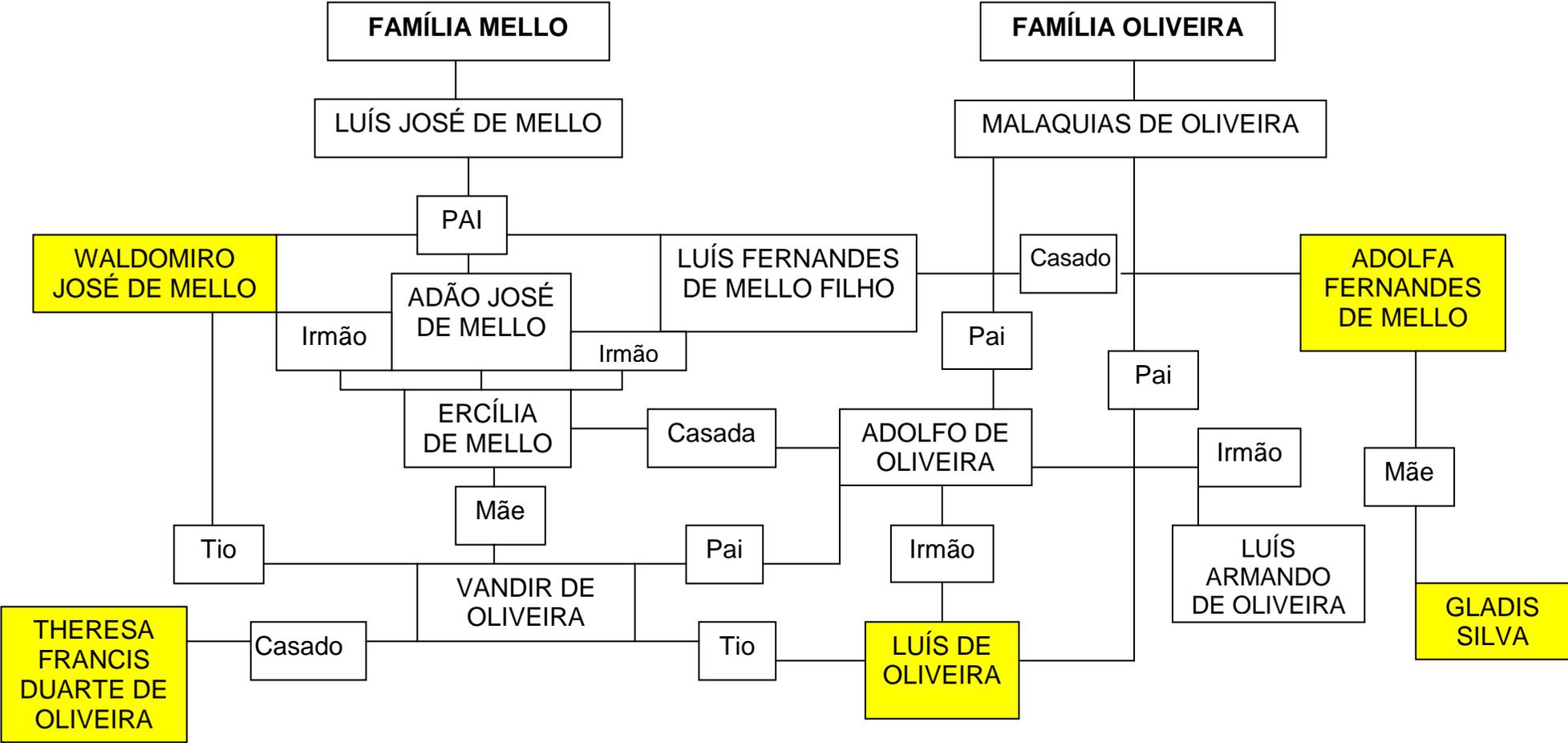
## APÊNDICES

## APÊNDICE A – DIAGRAMA FAMÍLIA FERNANDES/SILVA

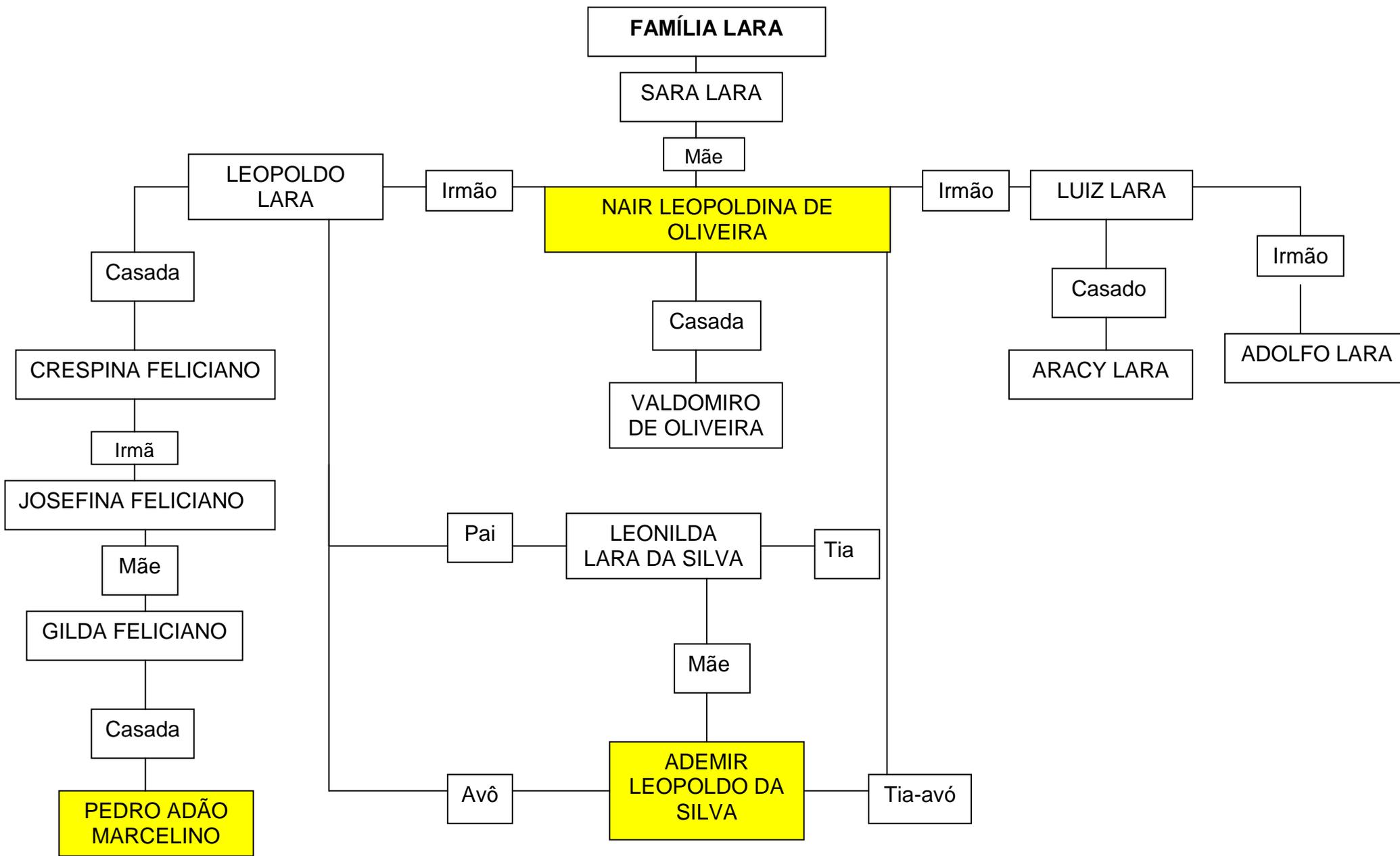


Os quadros destacados indicam os depoentes.

APÊNDICE B – DIAGRAMA FAMÍLIA MELLO/OLIVEIRA



### APÊNDICE C – DIAGRAMA FAMÍLIA LARA



## APÊNDICE D - PRESENÇA NEGRA EM NOVO HAMBURGO

LIVRO / PERÍODO	TOTAL DE NEGROS	%	NEGROS NASCIDOS EM NH (%)
01 - MAI/1929 A JAN/1930	20	10	100
02 - JAN/1930 A NOV/1930	28	14	96,4
03 - NOV/1930 A JUN/1931	43	21,5	69,8
04 - JUN/1931 A DEZ/1931	45	22,5	55,6
05 - DEZ/1931 A SET/1932	38	19	60,5
06 - SET/1932 A FEV/1933	54	27	75,9
07 - FEV/1933 A JUN/1933	41	20,5	53,7
08 - JUN/1933 A MAR/1934	41	20,5	61
09 - MAR/1934 A OUT/1934	40	20	57,5
10 - OUT/1934 A JUL/1935	43	21,5	74,4
11 - JUL/1935 A ABR/1936	40	20	100
12 - MAI/1936 A FEV/1937	23	11,5	100
13 - FEV/1937 A NOV/1937	18	9	100
14 - DEZ/1937 A AGO/1938	31	15,5	100
15 - SET/1938 A MAR/1939	29	14,5	89,7
16 - MAR/1939 A JUN/1939	43	21,5	46,5
17 - JUN/1939 A AGO/1939	36	18	69,4
18 - AGO/1939 A DEZ/1939	17	8,5	82,4
19 - DEZ/1939 A MAI/1940	22	11	77,3
20 - JUN/1940 A OUT/1940	17	8,5	41,2
21 - OUT/1940 A MAR/1941	20	10	60
22 - MAR/1941 A OUT/1941	26	13	96,2
23 - OUT/1941 A ABR/1942	26	13	88,5
24 - JUN/1942 A SET/1942	14	7	92,9
25 - OUT/1942 A MAR/1943	21	10,5	90,5
26 - MAI/1943 A OUT/1943	14	7	85,7
27 - OUT/1943 A MAR/1944	26	13	73,1
28 - ABR/1944 A OUT/1944	28	14	93
29 - OUT/1944 A ABR/1945	19	9,5	100
30 - ABR/1945 A OUT/1945	20	10	75
31 - OUT/1945 A JAN/1946	21	10,5	90,5
32 - FEV/1946 A MAI/1946	19	9,5	94,7
33 - JUN/1946 A AGO/1946	21	10,5	81
34 - SET/1946 A NOV/1946	15	7,5	60
35 - DEZ/1946 A MAR/1947	32	16	84,4
36 - ABR/1947 A JUL/1947	9	4,5	77,8
37 - JUL/1947 A SET/1947	19	9,5	78,9
38 - OUT/1947 A FEV/1948	21	10,5	90,5
39 - FEV/1948 A MAI/1948	16	8	87,5
40 - MAI/1948 A AGO/1948	16	8	81,3
41 - AGO/1948 A NOV/1948	24	12	91,7
42 - NOV/1948 A FEV/1949	20	10	75
43 - MAR/1949 A MAI/1949	13	6,5	53,8
44 - JUN/1949 A AGO/1949	12	6	91,7
45 - AGO/1949 A NOV/1949	20	10	70
46 - NOV/1949 A JAN/1950	13	6,5	69,2
47 - MAR/1950 A MAR/1950	16	8	81,3
48 - MAI/1950 A JUN/1950	11	5,5	72,7
49 - JUN/1950 A AGO/1950	10	5	70
50 - SET/1950 A NOV/1950	13	6,5	76,9
51 - NOV/1950 A JAN/1951	11	5,5	90,9
<b>TOTAL</b>	<b>1235</b>	<b>12,1</b>	<b>79,1</b>

## APÊNDICE E - CLASSIFICAÇÃO DE COR A PARTIR DAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO

TOTAL DE CADA COR				T	% DE CADA COR (UNIVERSO DE NEGROS)		
LIVRO / PERÍODO	Preta	Mista	Morena		Preta (%)	Mista (%)	Morena (%)
01 - MAI/1929 A JAN/1930	6	13	1	2	30	65	5
02 - JAN/1930 A NOV/1930	9	12	7	2	32	43	25
03 - NOV/1930 A JUN/1931	18	19	6	4	41,9	44,2	14
04 - JUN/1931 A DEZ/1931	7	12	26	4	15,6	26,7	57,8
05 - DEZ/1931 A SET/1932	5	16	17	3	13,2	42,1	44,7
06 - SET/1932 A FEV/1933	10	18	26	5	18,5	33,3	48,1
07 - FEV/1933 A JUN/1933	10	14	17	4	24,4	34,1	41,5
08 - JUN/1933 A MAR/1934	13	10	18	4	31,7	24,4	43,9
09 - MAR/1934 A OUT/1934	9	20	11	4	22,5	50	27,5
10 - OUT/1934 A JUL/1935	14	11	18	4	32,6	25,6	42
11 - JUL/1935 A ABR/1936	16	15	9	4	40	37,5	22,5
12 - MAI/1936 A FEV/1937	10	8	5	2	43,5	34,8	21,7
13 - FEV/1937 A NOV/1937	6	6	6	1	33,3	33,3	33,3
14 - DEZ/1937 A AGO/1938	13	9	9	3	41,9	29	29
15 - SET/1938 A MAR/1939	7	15	7	2	24,1	51,7	24,1
16 - MAR/1939 A JUN/1939	5	11	27	4	11,6	25,6	63
17 - JUN/1939 A AGO/1939	3	4	29	3	8,3	11,1	80,6
18 - AGO/1939 A DEZ/1939	11	2	4	1	64,7	11,8	23,5
19 - DEZ/1939 A MAI/1940	9	2	11	2	40,9	9,1	50
20 - JUN/1940 A OUT/1940	8	0	9	1	47,1	0	52,9
21 - OUT/1940 A MAR/1941	3	4	13	2	15	20	65
22 - MAR/1941 A OUT/1941	6	15	5	2	23,1	57,7	19,2
23 - OUT/1941 A ABR/1942	6	9	11	2	23,1	34,6	42,3
24 - JUN/1942 A SET/1942	3	5	6	1	21,4	35,7	42,9
25 - OUT/1942 A MAR/1943	10	8	3	2	47,6	38,1	14,3
26 - MAI/1943 A OUT/1943	2	10	2	1	14,3	71,4	14,3
27 - OUT/1943 A MAR/1944	15	11	0	2	57,7	42,3	0
28 - ABR/1944 A OUT/1944	10	18	0	2	35,7	64	0
29 - OUT/1944 A ABR/1945	8	9	2	1	42,1	47,4	10,5
30 - ABR/1945 A OUT/1945	12	6	2	2	60	30	10,0
31 - OUT/1945 A JAN/1946	14	6	1	2	66,7	28,6	4,8
32 - FEV/1946 A MAI/1946	6	11	2	1	31,6	58	10,5
33 - JUN/1946 A AGO/1946	11	10	0	2	52,4	47,6	0
34 - SET/1946 A NOV/1946	12	3	0	1	80	20	0
35 - DEZ/1946 A MAR/1947	18	13	1	3	56,3	40,6	3,1
36 - ABR/1947 A JUL/1947	7	2	0	9	77,8	22,2	0
37 - JUL/1947 A SET/1947	8	11	0	1	42,1	57,9	0
38 - OUT/1947 A FEV/1948	9	12	0	2	42,9	57,1	0
39 - FEV/1948 A MAI/1948	6	10	0	1	37,5	62,5	0
40 - MAI/1948 A AGO/1948	5	11	0	1	31,3	68,8	0
41 - AGO/1948 A NOV/1948	14	10	0	2	58,3	41,7	0
42 - NOV/1948 A FEV/1949	12	8	0	2	60	40	0
43 - MAR/1949 A MAI/1949	10	3	0	1	76,9	23,1	0
44 - JUN/1949 A AGO/1949	11	1	0	1	91,7	8,3	0
45 - AGO/1949 A NOV/1949	13	7	0	2	65	35	0
46 - NOV/1949 A JAN/1950	9	4	0	1	69,2	30,8	0
47 - MAR/1950 A MAR/1950	9	7	0	1	56,3	43,8	0
48 - MAI/1950 A JUN/1950	8	3	0	1	72,7	27,3	0
49 - JUN/1950 A AGO/1950	4	6	0	1	40	60	0
50 - SET/1950 A NOV/1950	10	3	0	1	76,9	23,1	0
51 - NOV/1950 A JAN/1951	8	3	0	1	72,7	27,3	0
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>456</b>	<b>311</b>	<b>#</b>	<b>43</b>	<b>37,2</b>	<b>19,3</b>

